



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Engenharia Social e Governança:
Processos e Mecanismos de Organização da Participação e Ação
Coletiva no Planeamento e Desenvolvimento Territorial Integrado

Cidália Maria de Oliveira Machado

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Sociologia

Orientador:
Doutor Walter José dos Santos Rodrigues, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL

Julho, 2017

Escola de Sociologia
Departamento de Políticas Públicas

Engenharia Social e Governança:
Processos e Mecanismos de Organização da Participação e Ação
Coletiva no Planeamento e Desenvolvimento Territorial Integrado

Cidália Maria de Oliveira Machado

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Sociologia

Júri:

Presidente do Júri, Doutor Luis Antero Reto, Professor Catedrático do ISCTE-IUL
Doutor Giovanni Aldo Luigi Allegretti, Investigador Sênior do Centro de Estudos Sociais da
Universidade de Coimbra
Doutor João Emílio Alves, professor adjunto da Escola Superior de Educação Portalegre do Instituto
Politécnico de Portalegre
Doutor Alcides Almeida Monteiro, Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia da
Universidade da Beira Interior
Doutor José Manuel Esteves Henriques, Professor Auxiliar do Departamento de Economia Política do
ISCTE-IUL

Julho, 2017

Agradecimentos

Ao meu falecido pai, por nunca ter deixado de acreditar em mim,

À minha mãe por me trazer à realidade,

Ao meu mano, que me ajudou financeiramente,

Ao meu filho, razão pela qual tenho de me manter à tona das águas negras,

Aos professores José Manuel Henriques, Ulrich Schiefer, Isabel Guerra e Maria João Freitas, por me terem despendido atenção e ajuda,

Ao professor Walter Rodrigues, meu orientador, por nem sempre concordar comigo, pelo seu rigor, objetividade e exigência e, que não merece ser afetado pelas minhas ideias e o modo como as defendo.

Ao professor Fernando Luis Machado, por me ter convencido a ir a França investigar,

Ao professor António Firmino da Costa, por me acarinhar apesar de ser uma borderline académica,

A Neli Viseu, mana alentejana, por serendipidade formada em engenheira social pela CCRA (agora cervejeira de profissão) por todo o apoio e contactos, por me acolher e dar muito amor,

Ao seu marido Mathias Klein, pela infinita paciência para comigo e,

Aos seus filhos, Eva, Heidi e Elias por me alegrarem os dias incertos,

A Patrick Péllege, diretor da CCRA, por me receber e abrir as portas da sua instituição,

A Nicolas Berut, atual diretor do CCRA, por todas as reuniões e informação prestadas,

A Jean Yves-Toussaint e Elise Roche do INSA de Lyon, obrigada e perdão,

A Geneviève Cortes, do ART- dev de Montpellier, por acreditar na minha força,

A François Agouget por me receber na sua casa em Montpellier, pela partilha fraternal de tantas e espirituais afinidades,

Aos meus amigos e colegas por me aturarem e aconselharem,

Ao meu amigo e estimado Helder Penteado, pela ajuda informática

Aos meus superiores por me deixarem tempo livre e especialmente ao Presidente José Alberto Guerreiro, pela sua bondade e honestidade, embora tolhido pelas âncoras do partido, faz o seu melhor para exercer o poder que lhe foi atribuído pela população que o estima.

Índice

INTRODUÇÃO	1
Objectivos.....	Erro! Marcador não definido.
Constrangimentos.....	3
A organização da Tese	5
Capítulo 1 - METODOLOGIA E QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS.....	11
1.1 Da Metodologia da Tese	11
1.2 Da Metodologia Profissional	13
1.3 A metodologia da Sociologia e a metamorfose vertiginosa da realidade	16
1.4 Gnosiologia e Epistemologia.....	19
Capítulo 2 - A FUNÇÃO SOCIAL DA SOCIOLOGIA.....	37
2.1 A função da reflexividade	40
2.2 Intermediária entre a população e as estruturas de poder	47
2.3 A Sociologia de intervenção.....	50
2.4 A crítica social.....	56
Capítulo 3 - O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E BEM-ESTAR.....	59
3.1 Do Caos.....	60
3.2 Do Bem-estar.....	61
3.3 O poder para mudar.....	69
3.4 A ocupação do território e o Bem-estar	73
3.5 Desenvolvimento sustentável.....	81
Capítulo 4 - DA GOVERNANÇA.....	85
4.1 Da sua História	85
4.2 Da ideia de Governança	86
4.3 Os políticos e a Governança.....	98
4.4 Da Democracia	105
Capítulo 5 - A ENGENHARIA SOCIAL: Contributo para uma Sociologia Aplicada	119
5.1 A Engenharia Social nas suas diferentes acepções.....	119

5.1.1 <i>L'Ingénierie Sociale et Mondialisation</i>	124
5.2 Precauções.....	128
5.3 A Engenharia Social e as Ciências Sociais.....	131
5.4 A legitimidade para utilizar o termo Engenharia nas ciências sociais.....	134
5.5 A Engenharia Social em França.....	137
5.5.1 Frédéric Le Play.....	138
5.5.2 A Engenharia social noutros países.....	144
5.6 O Regresso da Engenharia social.....	146
5.7 A Engenharia Social no ensino actual francês.....	149
5.8 A Engenharia Social e o ordenamento do território.....	156
5.9 As políticas públicas e a Engenharia Social.....	159
Capítulo 6 - PROCESSOS PARTICIPATIVOS.....	165
6.1 Conceitos de participação cidadã.....	165
6.2 A Acção.....	167
6.3 A participação e o poder.....	168
6.3.1 Sistema institucionalizado de participação cívica.....	175
6.4 O planeamento urbano e a participação.....	177
6.5 Elaboração de PDM inteligente.....	181
6.5.1 Processo de elaboração/revisão do PDM Odemira.....	187
6.6 Espaço público.....	192
6.7 Cuidados especiais.....	194
6.8 Organização e dinamização de equipas.....	197
Capítulo 7 - METODOLOGIAS E TÉCNICAS A APLICAR NA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ ..	201
7.1 Metodologia dos processos participativos.....	201
7.1.1 A prática e método da Engenharia social.....	205
7.1.2 Outros métodos.....	209
7.1.3 Metodologia CLT (Community Land Trust).....	210
7.1.4 Metodologia SPIRAL (Societal Progress Indicators and Responsibilities for All).211	
7.2 Técnicas dos processos participativos.....	215

CONCLUSÃO	219
Bibliografia	226
ANEXOS	I

Índice de figuras e quadros

FIGURA 1.1 -INTERCONEXÃO DOS TEMAS E PALAVRAS-CHAVE	7
FIGURA 2.1 - A SOCIOLOGIA E AS OUTRAS CIÊNCIAS	38
FIGURA 3.1 - FOTOS DE MONTPELLIER.....	77
FIGURA 5.1 – ORGANIZAÇÃO DO CURSO DEIS	151
FIGURA 6.1 – A ESCADA DE ARNSTEIN	169
FIGURA 6.3 – PROPOSTA DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDM PARTICIPADO	189
FIGURA 6.4 -ANTIGOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	192
FIGURA 6.5 - DEZ NECESSIDADES BÁSICAS PARA EQUIPAS.....	198
QUADRO 7.1 - AS FUNÇÕES E DOMÍNIOS DE ACTIVIDADE DO ENGENHEIRO SOCIAL	208
FIGURA 7.2 – ESTRUTURA DA METODOLOGIA EM ESPIRAL	213

Glossário de Siglas

PDM – Plano Diretor Municipal

GESTO – Grupo de Estudos do Território de Odemira

Dinamia-CET – Centro de Estudos do Território

UMR – *Unité Mixte de Recherche*

EVS – *Environnement, Ville et Société*

CCRA – *Collège Coopératif Rhône-Alpes*

ART-Dev - *Acteurs, ressources et territoire dans le développement*

CSTB - *Centre Scientifique et Technique du Bâtiment*

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

SIG – Sistema de Informação Geográfica

GISE – Gabinete de Informações Socioeconómicas

CERN - *Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire*

CLASO - Conselho Local de Ação Social de Odemira

APPC – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral

RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats (FOFA em português)

AFIPR - Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica

CLT – *Community Land Trust*

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento

PPGIS – *Public Processes and Geographic Information Systems*

SPIRAL - *Societal Progress Indicators and Responsibilities for All*

PUCA - *Plan Urbanisme Construction Architecture*

ESPOIR - *Élaborer le Progrès Sociétal par l'Organisation d'Indicateurs Raisonnés*

FACECO – feira das Atividades Económicas do Concelho de Odemira

“Pour faire des grandes choses, il ne faut pas être un si grand génie, il ne faut pas être au-dessus des hommes, il faut être avec eux”¹

(Montesquieu C. d. 1689-1755, pub. 1901, p. 139)

INTRODUÇÃO

Objetivos

A ideia persistente e recorrente da Engenharia Social, que ao longo de uma carreira de serviço público de 20 anos, me apossou, não encontraria paz enquanto não fosse estudada, investigada e verificada², na sua validade académica e empírica. Assim, foi esta inquietude a razão destes trabalhos, pois nada mais fazia sentido na minha prática profissional; a Sociologia, a sua metodologia e técnicas, *per se*, eram amplamente insuficientes na intervenção dos problemas sociais localizados.

A Engenharia Social sempre me acompanhou como a percepção da profissão que exercia – Investigação Social Aplicada. No mestrado não foi consensual a utilização do termo, não compreendendo a razão para tal, teria mesmo de a estudar para compreender de que efetivamente se tratava. Com este propósito bem definido iniciei os estudos de doutoramento, trabalhando desde o início as referências que iria utilizar na tese. Contudo, outra vez de regresso ao mundo académico deparei-me com um vazio de referências, só tangível na Sociologia de intervenção, mas que não era exatamente o mesmo.

Para melhor a conhecer e explorar a sua viabilidade, pedi uma licença sem vencimento, trabalhei 16 horas por dia num restaurante (durante o mês de Agosto em férias), e das 18h às 2h (em período laboral), a cujo rendimento juntei as economias reservadas para a velhice; realizei uma série de contactos com universidades e centros de investigação e quando consegui uma ligação, parti! Passei 5 meses em França, entre Lyon, Montpellier e Paris, sempre com a questão de partida em mente – O que é a Engenharia Social, como e quais as aplicações dos processos participativos no desenvolvimento territorial? - Neste périplo fui sempre bem recebida e tive a vantagem de não ter cotutela, pois desta forma os contributos e contactos foram mais prolíferos e livres dos complicados trâmites burocráticos (sobretudo em França são insandecentes). Assim pela informalidade de que se revestiam as relações, foi-me dado livre acesso a bibliotecas exclusivas, conferências e troca de experiências com outros investigadores e doutorandos de outros países. Muito tenho a

¹ “Para fazer coisas grandes, não é preciso ser um tão grande génio, não é preciso estar acima dos homens, é preciso estar com eles”

² “Ninguém tem o direito de condenar o que não sabe, o que não lê, o que não quer investigar” Prisciliano, séc. IV, código de Wurzburg

agradecer a todos os que me auxiliaram nesta demanda, a qual se veio a revelar pródiga e sem a qual nunca poderia realizar esta tese. Conto prestar-lhes a devida homenagem com este trabalho.

Sempre focada na visão a partir do terreno, empírica, da prática profissional, fui confrontada pelas regras e normas da academia e a prática diária enquanto técnica superior na função pública, de facto era questionada de modo frequente e impertinente à questão de, para que serve um sociólogo? A forma mais prática que encontrava para responder é a de que justifica necessidades e ajuda a resolver problemas que afetam um grupo ou a população! Conhecer e compreender a sociedade e os seus mecanismos não é uma resposta aceitável se daí não surgir um efeito prático, pois no imaginário popular Sociologia é algo muito semelhante a ideologia. Foi no desempenho da profissão que encontrei o enquadramento prático da atividade sociológica e assim fiz por merecer a remuneração que auferia do erário público. Esta também é uma questão latente ao longo de todo este trabalho e numa postura crítica pretendo aliar as duas dimensões.

Afinal, trata-se de buscar na academia a fundamentação para a prática e simultaneamente fundamentar na prática a introdução de novas abordagens e elementos metodológicos na academia. Assim, a intenção prática e profissional, bem como o suporte empírico desta tese prende-se com o trabalho a desenvolver em sede dos serviços de Ordenamento do Território do Município de Odemira, onde me integro numa equipe de arquitetos, urbanistas, geógrafos, engenheiros do território e topógrafos, entre outros profissionais, especificamente no desenvolvimento do processo de revisão/elaboração do Plano Diretor do Território (PDM) e da organização dos seus processos participativos necessários; para além desta função, faço por revelar a utilidade de um sociólogo aquando da realização de projetos de urbanização, de relembrar a condição humana dos que vivem no território e sobretudo contribuir para mostrar a forma como o espaço deve ser organizado para proporcionar e fomentar o capital social, devolver a *Ágora* às pessoas.

A realização deste trabalho paralelamente à fase de estudos doutorais, é importante pois centra as pesquisas sobre a ligação ao terreno, às suas demandas, ceticismos, constrangimentos e potencialidades e em simultâneo explora teorias e outras experiências neste domínio, interligando, assim a empírea com a academia.

A necessidade destes estudos prendeu-se sobretudo com as funções a exercer no domínio da participação coletiva, pois durante dois terços da minha carreira profissional foram passados no sector da educação e da ação social. Perante este novo desafio era importante aprender, para assim melhor executar o que me era solicitado. Este é o meu primeiro objetivo, com a experiência de terreno que tenho, aperfeiçoar a prática pela investigação científica.

Em paralelo e enquanto instrumento de capacitação dos cidadãos, pretende-se também, contribuir para a constituição de um grupo de peritos, entendidos e outras pessoas interessadas, com vista à produção de informação, mediante a criação de um Centro de Estudos Local Interdisciplinar, que popularize e dissemine os conhecimentos desenvolvidos por todos os que trabalham sobre este território e de modo a proporcionar informações pertinentes para a reflexão coletiva, estimulando a participação popular no planeamento territorial.

Por fim e como 3º objetivo, surge a expectativa académica deste trabalho, com o qual pretendo contribuir para a desmistificação desta “evolução” da Sociologia de intervenção – a Engenharia Social - e ajudar à construção das bases da implementação do seu ensino em Portugal, nunca em oposição à Sociologia académica instituída, mas sempre em complemento desta, salvaguardada pela ética e deontologia que a epistemologia lhe confere e sob a forma de estudos pós graduados, pois só após este reforço de consciência é que estarão os alunos capacitados para avançarem para a instrumentalização dos conhecimentos sociológicos e contribuir para o avanço das ferramentas cognitivo-teóricas e metodológicas. A Engenharia Social é uma função que ainda não tem profissão, todos a executam, daí que interessa distinguir os animadores sociais, educadores sociais e afins, daquilo que efetivamente dela se pretende. A formação específica em Engenharia social visa a produção de profissionais com formação científica e competências analíticas e metodológicas para conceber e organizar a ação coletiva, numa perspetiva de desenvolvimento participado; a formação de facilitadores/qualificadores para gestão de processos participativos no planeamento de ordenamento e desenvolvimento territorial, promovendo a organização comunitária em torno de processos de economia solidária e de Governança em desenvolvimento sustentável; a recolha e sistematização científica dos conhecimentos; a pesquisa permanente por novos aportes à disciplina e interação com outras disciplinas científicas é o que se pretende obter na proposta da criação deste novo curso pós-graduado. A licenciatura em Investigação Social Aplicada foi uma efémera tentativa de implementação prática dos conhecimentos sociológicos em Portugal, que no entanto uma vez extinta, não teve continuidade.

Constrangimentos

É um facto que a sincronização nem sempre é possível, sobretudo quando estão em presença paradigmas e interesses que nem sempre se complementam, “O terreno da governança e do planeamento estratégico participado, com o contributo dos especialistas das ciências sociais faz, igualmente, apelo a uma postura inovadora e imaginativa por parte da própria Sociologia. Em primeiro lugar por se tratar de um contexto em que se vai lidar

com a presença de três lógicas e racionalidades fundamentais e distintas: a política, a técnica e a científica” (Rodrigues W. , 2005, p. 26). Este é um desafio que só se concretiza empiricamente e torna-se ainda mais interessante quando se acredita que não há problemas sem solução.

A flexibilidade é algo com que temos sempre que trabalhar, pois na eventualidade de seguirmos o plano de trabalho de modo objetivo, circunstâncias empíricas surgem que não controlamos, assim teremos de adaptar o nosso trabalho, sem nunca perder o foco e trabalhando em simultâneo para corrigir estas situações. Refiro-me sobretudo ao tempo burocrático e político que não se compadece do avanço dos trabalhos académicos, daí que a aplicação prática dos pressupostos poderá ser posterior à elaboração da tese, pois o próprio processo de revisão do PDM encontra-se atrasado, situação que não é de todo inédita e sobre a qual, Sara Gonçalves na sua tese de mestrado “A morosidade da revisão dos PDM: razões, problemas e soluções”, na Universidade de Aveiro em 2013, apresentou um estudo bastante útil para a presente situação, este trabalho foi remetido aos meus superiores, e a partir do qual estou a elaborar uma informação com propostas. Enquanto não se decide sobre este impasse terei que colmatar as circunstâncias da tese recorrendo a outras experiências profissionais pessoais passadas, outros trabalhos académicos e mesmo experiências similares que procuro observar enquanto participante.

Quanto ao segundo plano a operar na sociedade civil, existe já um grupo do qual sou associada, não obstante as vontades dos interessados de concretizar a publicação da revista, a associação GESTO (Grupo de estudos do território de Odemira) visa realizar esta ambição, mas ocupada com projetos que a financiam, remete para segundo plano este objetivo concreto e não tem, ainda, uma publicação, tarefa que me propus ajudar a concretizar, mais uma vez os obstáculos são maiores do que as soluções e não se alcança consenso quanto aos requisitos científicos para o material a publicar.

De facto neste território tão belo e promissor, são as entropias que dominam, tudo é sempre muito difícil e inglório! Contudo, tal não impedirá a realização desta tese, pois como já referi, a componente empírica pode preparar o futuro da intervenção, reportando-se à experiência do passado, bem como a outras de origem diversificada, pela exploração de outras experiências atuais de participação e implicação dos atores no planeamento territorial e desenvolvimento socioeconómico sustentável. Para além de que esta dissertação assenta sobre 20 anos de experiência profissional municipal, da qual a componente teórica sairá reforçada; por outro lado das pesquisas realizadas será possível planear a intervenção local a executar assim que for possível, sustentadas as propostas já apresentadas em sede municipal. A investigação foi intensa no foco principal da Engenharia Social, se bem que a empírea possa ser considerada mais fraca, o reforço teórico que a suporta é bastante forte, a sua aplicação prática em pleno terá a sua oportunidade de ser testada, pois a vontade é

grande e permanente, o momento está a ser preparado e vai acontecer na ocasião propícia, como dizia o meu amado pai e como tenho vindo a constatar ao longo da vida, quando desejamos muito e somos persistentes, a vontade vence.

A organização da Tese

Partiremos nas nossas pesquisas de uma visão multidimensional e transdisciplinar da ação social, que tem por fim a condução da mudança social. Para tal, iremos explorar o legado sociológico dos fundadores e do seu ímpeto virginal para a reflexão científica e intervenção prática na sociedade, numa perspetiva historicista de longa duração (como Braudel a defendia). Procuraremos evidenciar as dimensões que envolvem a Engenharia Social e a contextualizam, nos capítulos que compõem o trabalho, numa sequência lógica de enquadramento para demonstrar a necessidade da implementação prática dos conhecimentos sociológicos. Ao longo de sete capítulos a tese irá desenvolver-se, sempre com o objetivo de conferir legitimidade e capacidade de institucionalização a esta etapa evolucionista da Sociologia, ao acrescentar-lhe uma tecnologia transdisciplinar que lhe propicie os meios para resolver problemas sociais concretos, numa perspetiva participada de diagnóstico, planeamento e ação; resultando numa visão abrangente e esclarecedora da pertinência do momento global e da conjugação dos fatores que explicam a sua necessidade e ressurgimento. Assim, irão suceder-se os momentos desta tese:

A presente *Introdução* que contempla as razões da escolha do tema, os esforços envidados na realização da pesquisa, os objetivos que pretende alcançar, os constrangimentos com que se depara, a presente organização dos capítulos e a interligação entre as palavras-chave.

Num primeiro capítulo irei explorar a *Metodologia* e as técnicas utilizadas na realização deste trabalho, a referência aos contributos de um modo geral, pois especificamente estes serão referidos no capítulo respetivo. Será difícil abster-me de algumas breves referências à metodologia proposta a utilizar na engenharia Social, a qual será objeto de capítulo próprio. Para a justificação das opções são inevitáveis algumas considerações epistemológicas referentes à ação social e gnosiológicas relativas ao paradigma que envolve todo este trabalho.

Estas reflexões irão recair sobre o capítulo da *Função social da Sociologia*, pois para uma compreensão cabal da ciência sociológica, interessa compreender a sua função, para quê e como foi criada.

Sob uma orientação mais holística, seguir-se-á uma breve apreciação crítica dos nossos dias e dos seus problemas sociais, num capítulo tendo por cerne o *Desenvolvimento do território e do Bem-estar* e, ainda o modo como se interligam o ordenamento do território, a

sustentabilidade e a organização do espaço social na promoção do bem-estar coletivo. Não obstante os autores ao longo da História reclamarem que o seu tempo é o mais conturbado de todos, neste início de século vivemos, de facto, tempos de mudanças estruturais profundas, quer no meio ambiente que integramos, quer na sociedade global a que pertencemos; politicamente assistimos a uma nova era revolucionária global em que é crescente o apelo popular à democracia participativa e de concertação.

O que nos conduz ao capítulo sobre o tema da *Governança*, uma das dimensões do desenvolvimento sustentável sobre o qual nos centramos, um modelo político emergente de gestão coletiva dos bens comuns, como definido por Elinor Ostrom; localmente e um pouco por todo o lado, as populações unem-se para criar formas partilhadas de economia: as hortas coletivas, mercados de produtores locais, vizinhanças com propriedade coletiva dos terrenos, construção de casas em conjunto com banco de horas para diminuição de custos, empresas *benefit corporations* (cujo estatuto legal as autoriza a fazer prevalecer o interesse geral sobre o interesse dos acionistas); os exemplos que surgem por todo o planeta são quase infinitos. Iremos também ensaiar uma aproximação à Governança Global.

Este modelo político local de governança seria o resultado duradouro da intervenção da *Engenharia Social*, o principal capítulo da tese, onde será feita a contextualização nas diferentes conotações que assume o termo atualmente, nomeadamente as suas aplicações na Psicossociologia. Uma breve abordagem histórica e o porquê da persistência na utilização do termo engenharia. Iremos remontar tanto quanto possível ao seu berço, à evolução que teve e ao interregno que sofreu. Depois o seu renascer em França, onde existe atualmente o mestrado de engenharia social. A perspetiva que irei desenvolver é o da sua utilidade como instrumento de *empowerment*³ das populações, capacitada para apoiar o desenvolvimento da consciência e organizar a ação coletiva em torno de projetos de desenvolvimento sustentável e no ordenamento do território.

Todavia esta Engenharia Social somente se realiza nos *Processos participativos*, esta é a sua metodologia por excelência, neste capítulo iremos explorar os conceitos e diferentes perspectivas da sua utilidade e possibilidade de aplicação.

No capítulo da *Metodologias e Técnicas* são apresentados os meios que tornam viáveis e operacionais os processos participativos, recorrendo a conhecimentos e produtos de outras ciências humanas, desde a organização de sessões coletivas (marketing), gestão de eventos (ciências da gestão) até aos detalhes que orientam os comportamentos (programação neurolinguística) e apresentação de informação (media e design gráfico) e de

³ O empowerment parte da ideia de dar às pessoas o poder, a liberdade, a igualdade e a informação para participarem activamente nos processos de decisão. Pela importância e atenção que lhes é atribuída a sua auto-estima aumenta, a maturidade do cidadão desenvolve-se, alcança-se a sua autonomização e a consciência colectiva evolui. É o processo que permite passar de agente a actor (Espinosa; Crozier e Friedberg; Arendt, etc.)

muitos outros conhecimentos, tendo sempre por mira a capacitação dos atores e não a do seu controle ao serviço de outrem, como procuraremos demonstrar.

Finalmente a *Conclusão* onde o conjunto do todo apresentado resumirá o seu sentido e possibilidade de futuro, pela concretização viável desta visão como contributo ao desenvolvimento da Sociologia e para a construção de uma sociedade mais fraternal. Ainda será feita a avaliação do ponto relativo aos 3 objetivos propostos, apresentando uma síntese dos resultados.

A *interconexão entre as palavras-chave* da Tese pode ser visualizada no esquema abaixo representado, que revela o percurso das considerações exploradas ao longo deste trabalho numa perspetiva mais abrangente, revelando a dimensão holística que contempla as ligações e desenvolvimento entre os conceitos utilizados neste trabalho e que serão explorados nos capítulos respetivos. Existe uma sequência, não demasiado rígida, mas flexível que tem uma determinada lógica a qual passará a ser explicada mediante o modelo gráfico (a imagem deveria surgir como uma espiral aberta) e a explicação que se seguirá em texto:

Figura 1.1 -Interconexão dos temas e palavras-chave



O *papel da Sociologia* assume-se como preponderante para o maior conhecimento da própria sociedade, ao devolver estes conhecimentos aos cidadãos cumpre a *função social de reflexividade* incrementa o seu espírito crítico e o desejo de melhoria da situação presente concretizada pela *mudança social*, a qual é consubstanciada pela *participação* e discussão coletiva dos meios e objetivos, que no final se realizam pela *ação coletiva*. No

entanto estas carecem de organização, no sentido de uma estruturação consciente dos campos de ação (Crozier & Friedberg, 1977), seguindo uma sistematização e utilizando técnicas que a concretizem, sob pena de redundar em caos, daqui a pertinência da *Engenharia social*. Numa fase posterior a cada sucesso e implementando o hábito da sua utilização, a nível local será alcançado uma efetiva *democracia participativa ou sistema de governança*, a qual será construída a partir da questão mais pertinente - a da ocupação e ordenamento do território, em torno deste objetivo concreto e que a todos concerne, será possível planear um projeto coletivo, a heurística legal também a isso obriga.

Decorrente da imensa reflexividade cuja consequência é o desenvolvimento da consciência coletiva, resulta na adoção do paradigma de *desenvolvimento* a que a maioria aspira: inevitavelmente o *sustentável*, “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas” (Relatório Brundtland, 1987). Uma das facetas que decorrem desta visão e considerando a desilusão com os modelos economicista-financeiros atuais, verificamos a importância que começam a tomar os mecanismos da *Economia Solidária*⁴ tal como descritos pelo professor Roque Amaro, “produzir e consumir localmente” começa a tornar-se uma preocupação por parte dos consumidores. Ainda em consequência desta supra consciência, as experiências de *permacultura* estão a emergir e em breve passará de prática agrícola a estilo de vida, “como método holístico para planear, atualizar e manter sistemas de escala humana socialmente justos e financeiramente viáveis: jardins, comunidades, aldeias e vilas” (Theys, 2003), no sentido em que proporcionam autonomia quase total face ao sistema de mercado; o conceito de permacultura, embora tenha a sua origem na palavra *permanente culture*⁵, enquanto trabalho com a natureza, ao contrário de contra ela, também produz uma sociedade integrada no todo maior, sem violentar quer os seres humanos, quer a natureza, inspirando um respeito profundo por todos os géneros de vida. A sua experimentação é feita, ainda, a nível local nas chamadas comunidades de transição, ou individualmente em pequenas unidades agrícolas. É a partir das práticas locais que se vão disseminando estas novas atitudes perante a vida, a sociedade e a política, uma revolução global seria contraproducente por toda a violência e fundamentalismos que acarretam, esse é um facto que também deriva desta consciência mais desenvolvida e fora do ego. Pois acredita-se que

⁴ O conceito abrange cinco componentes fundamentais: é uma atividade económica, abrange um conjunto de actividades produtivas, cria postos de trabalho, gera rendimentos e satisfaz necessidades. Promove a coesão social ao combater o desemprego, a pobreza e a exclusão social e incentiva a igualdade de oportunidades. Respeita e valoriza a diversidade cultural e as culturas locais, bem como a diversidade ambiental encontrando formas económicas de reabilitar e valorizar o ambiente. Finalmente: é baseada numa gestão eficiente sob uma base comunitária de governança (Unidade curricular Economia Social e Solidária, ISCTE, 2011)

⁵ Conceito criado pelos ecologistas australianos Bill Mollison e David Holgrem em 1970

é nos pequenos atos locais que se pode fazer a diferença, o exemplo é o melhor ensinamento e reforça muito mais a pertinência desta mudança de comportamento. Primeiro há que mudar a consciência coletiva, depois virão as novas ações coadunantes com a paz. Concretizando-se o *bem-estar* coletivo, haverá então o espaço e o tempo para a *Fraternidade*, projeto último da humanidade.

Antes que terminemos esta introdução há duas questões em que pretendo realçar e defender a minha opção: a primeira refere-se à intenção de fomentar a facilidade de leitura e disseminação do conhecimento, assim, todas as citações estrangeiras foram traduzidas para português, uma opção que vai de encontro ao que nesta tese defendo; para além de que na sua maioria estas são de origem francesa, o que poderia inibir a sua leitura pelas gerações mais novas, menos habituadas a esta língua.

A segunda questão tem a ver com o desenvolvimento em espiral do discurso, tal como no desenvolvimento dos conceitos já referidos no gráfico, conforme a evolução dos capítulos podem surgir referências já realizadas anteriormente, a que subjaz a lógica de aproximação do geral para o particular, especificando e mantendo simultaneamente uma visão mais ampla.

“Où est-elle donc cette vérité si lumineuse qu'elle doit s'imposer à toutes les intelligences, si authentique qu'il faut la défendre les armes à la main quand elle est menacée ? Dans la sociologie ? Hélas ! Née d'hier, en train de se constituer laborieusement, la science sociale ne renferme encore qu'un bien petit nombre de propositions qu'on puisse regarder comme des vérités démontrées. Il se passera bien des années avant qu'elle soit en état de nous apprendre quel est, dans une circonstance donnée, l'intérêt de la société. En attendant, le seul moyen de le savoir est encore de consulter les intéressés »⁶

(Durkheim, 1897 (1987), p. 200)

Capítulo 1 - METODOLOGIA E QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS

1.1 Da Metodologia da Tese

A metodologia aqui tratada refere-se à utilizada para a realização deste trabalho de dissertação de doutoramento, a metodologia proposta no âmbito da Engenharia Social será remetida para capítulo próprio.

Como já foi referido na introdução, nunca houve quaisquer dúvidas relativamente ao tema a trabalhar, antes pelo contrário foi a curiosidade, mas também a necessidade de dominar novas técnicas que me levaram a empreender este nível de estudos. Se bem que pudesse realizar a pesquisa sem vista à obtenção do grau, a pesquisa cientificamente orientada era imprescindível para que os resultados fossem fiáveis e de facto legitimados, concorre também o facto de que ninguém consegue nada sozinho, a riqueza do ambiente académico, dos seus ensinamentos e dos contactos que este possibilita eram-me de facto indispensáveis, também pelo isolamento geográfico. Nada mudou desde o projeto apresentado na fase de candidatura.

Esta postura permitiu que na componente curricular do curso, daquilo que ia aprendendo nas aulas e nos trabalhos a realizar, fosse recolhendo todo o material possível a utilizar futuramente na realização da tese, bem como a bibliografia e as leituras exploratórias. Este momento foi crucial para o fornecimento de pistas a desenvolver.

⁶ “Onde está então essa verdade tão luminosa que se deve impor a todas as inteligências, tão autêntica que é necessário defendê-la de armas em punho quando ela está ameaçada? Na sociologia? Ai de mim! Nascida de ontem, em vias de se constituir laboriosamente, a ciência social não contém ainda mais do que um pequeno número de proposições que possamos olhar como verdades demonstradas. Ainda passarão muitos anos antes que ela esteja num estado de nos poder ensinar qual é, numa determinada circunstância, o interesse da sociedade. Em espera, o único meio de saber é ainda o de consultar os interessados.”

Contudo, o tema Engenharia social, remeteu-me de imediato para o lugar de *borderline* ou *outsider* face à academia, dificultando a aceitação quer pelos meus pares, quer pelos professores, dentre os quais muitos entrevistei para orientadores, apesar da recusa todos foram prestáveis, pois de todos recebi boas orientações, bibliografia e material para trabalhar. O acolhimento que recebi veio pela Sociologia de intervenção, do Centro de Investigação Dinâmica – CET e finalmente na aceitação do risco que esta tese representa, pelo meu corajoso e excelente orientador, para uma tão fraca doutoranda, mas com tamanha ambição.

Ainda em simultâneo à fase de frequência curricular, para além das leituras e entrevistas exploratórias, tornou-se claro que existia um vazio a tudo o que se referia à Engenharia Social em Portugal. A sua história e atualidade estavam em França, não havia outra alternativa que não fosse a de lá realizar a minha pesquisa e como já referi, assim o fiz. Os contactos foram muitos antes de conseguir quem me aceitasse, uma vez garantido o apoio pela *Unité Mixte de Recherche (UMR5600) Environnement, Ville et Société (EVS)*⁷. Parti em direção a Lyon; apesar de já contar com o apoio e alojamento da minha amiga Neli Viseu, que tinha realizado o mestrado em Engenharia social no *Collège Coopératif Rhône-Alpes (CCRA)*, onde me abriu as portas, a minha intenção era conseguir um contacto no meio Universitário. Mais tarde iria para Montpellier, para trabalhar com *UMR 5281- Acteurs, ressources et territoire dans le développement (ART-dev)* e em Paris entrevistei Michel Bonetti, do *Centre scientifique et technique du bâtiment (CSTB)*. Os detalhes do trabalho desenvolvido com cada um deles e os resultados alcançados irão sendo presentes no texto consoante a ligação ao capítulo onde se enquadram.

Foi assim que começou a investigação formal, com o desdobramento de contactos, pistas e documentos disponibilizados, recolha de dados, realização de entrevistas, pesquisa bibliográfica e as leituras que foram transversais a todas as fases da pesquisa. Considero que este período foi tanto de pesquisa teórica como empírica, pois das entrevistas e reuniões de trabalho aprendi muito e muita luz se fez sobre as dúvidas que iam surgindo. Este foi sem dúvida o momento crucial para a realização deste trabalho.

De um modo geral, a metodologia aplicada, intensiva, obedeceu ao plano constante no projeto de investigação, caracterizando-se por um movimento entre a pesquisa empírica teoricamente orientada, mas também o seu contrário a pesquisa teórica empiricamente orientada.

É inquestionável a necessidade da teoria no trabalho científico, pois a sua pertinência é a de iluminar o caos da realidade, conferindo-lhe sentido. A teoria está para as ciências sociais

⁷ Tutelles du laboratoire : CNRS, Universités Jean Moulin Lyon 3, Lumière Lyon 2, Jean Monnet Saint-Etienne, Ecole des Mines de Saint-Etienne, ENS de Lyon, ENSAL, ENTPE, INSA de Lyon

como a estrutura está para a ação, ou seja, uma molda e enforma a outra e, assim, vão-se ambas construindo em interação, numa espiral aberta. A pesquisa empírica contribui para os avanços na teoria, mas sem esta a orientar a empírea, os dados por si fornecidos não fazem sentido, uma vez que o nível abstrato da teoria aplica-se diretamente ao nível da pesquisa, orientando-a⁸. A pesquisa sociológica é ainda mais subjetiva, tanto mais que o investigador é parte integrante do objeto de estudo, pois é um ser social, para além de que a forma como aborda o seu objeto é também ela subjetiva, é uma interpretação. A salvaguarda e legitimação científica do seu trabalho são conferidas pelos conceitos teóricos que utiliza, esta questão também será explorada neste capítulo.

Assim, a metodologia dominante utilizada foi a *intensiva*, uma vez que recorri a entrevistas semidirectas, à observação direta e participante em eventos participados, análise documental e bibliográfica. Esta metodologia também possibilitou a indução analítica, ou seja, construir os elementos analíticos no decorrer da investigação, o que nesta situação de pesquisa se revelou o acertado, por termos de adaptar as técnicas às circunstâncias. Considerámos que as metodologias extensivas não seriam adequadas, nem pertinentes neste tipo de estudo, estas foram de facto usadas em fase de caracterização preliminar em processo de revisão do PDM, tal como em muitos outros diagnósticos (demografia, análise SPSS, SIG, etc.) já realizados, mas que para o trabalho em questão não contam.

Numa vertente prática de organização do trabalho e dos dados recolhidos, foram criados os capítulos e neles iam sendo depositados os conteúdos respetivos, o que veio a facilitar bastante a redação final.

1.2 Da Metodologia Profissional

Antes de qualquer intervenção urge conhecer a realidade da população sobre a qual se trabalha, buscando também na sua história a compreensão do presente e as perspectivas do seu futuro; a realização de estudos, diagnósticos e caracterizações socioeconómicas constituem-se como uma base para que se fundamentem as necessidades coletivas, sustentem decisões e justifiquem financiamentos para a intervenção necessária; fruto das diferentes pesquisas, ao longo dos anos fui construindo uma base de dados sistematizada e em permanente atualização (GISE- gabinete de informações socioeconómicas), para além de acessível a todos os funcionários do município, é uma central de dados; no entanto com

⁸ O trabalho do professor António Firmino da Costa (Costa A. F., 1999) constituiu um marco na investigação sociológica em Portugal dentro do género de estudo de caso, sobretudo pela lucidez metodológica na utilização das técnicas, mas acima de tudo pelo discernimento na orientação teórica que superintendeu a sua pesquisa empírica, contribuindo pelo seu trabalho para a reconstrução teórica (Unidade Curricular Projecto de Pesquisa, 2º semestre 2011).

a evolução das tecnologias georreferenciadas, estamos a acompanhar o *upgrade* ao ajudar a alimentar o SIG (sistema informação georreferenciada) com os dados por nós coligidos.

No processo de investigação, para além das recolhas estatísticas e das entrevistas, perante a necessidade de uma visão mais ampla e realista, surgiu a necessidade de juntar em torno de problemas concretos o conjunto de parceiros que a eles dissesse respeito, transmitindo as informações recolhidas e na discussão, realizando um diagnóstico coletivo, procurando as soluções de forma sinérgica nos recursos de que cada um poderia dispor, “O conhecimento é de ordem social e o próprio pensamento mal se compreende fora da cooperação e do esforço coletivo” (Coimbra, 1983 (1935), p. 792). Frequentemente eram as próprias pessoas a fazer pressão junto do município para a premência de uma solução para um determinado problema que as atormentava, era delas que partia a iniciativa! Estes foram de longe aqueles trabalhos que mais satisfações deram e os que melhores resultados alcançaram. Mas esta não é a Sociologia que observamos nos trabalhos académicos! É mais, pois o objetivo que aqui se refere é o de desenvolver um *design* sustentável de governança e alcançar uma gestão inteligente dos recursos locais, com o máximo de liberdade, prosperidade e felicidade das populações. É muito mais do que a Sociologia, tal como a conhecemos.

A Engenharia Social, como ao longo deste trabalho procurarei demonstrar, revela-se como a prática viável para intervir nas incongruências entre a dinâmica social e a ação. Não se pretende substituir a nenhuma ciência ou disciplina, destaque-se desde já a importância primordial de uma formação sociológica a montante, pois a novidade que esta proposta apresenta reside na abertura, a jusante, a outros saberes e práticas transdisciplinares. Razão pela qual considero que a Engenharia Social vai mais além do que Sociologia, Sociologia aplicada, de intervenção ou até mesmo investigação-ação. Tal como o termo Engenharia indica, esta é a colocação em prática de dados racionais, ao serviço de uma estratégia para obter um determinado resultado, ou no dizer de Weber em relação à noção de ação social “A gestão racional dos meios com vista a um fim” (Weber, A ética protestante e o espírito do capitalismo, 1904 (1989)).

O termo é considerado algo polémico, pois remete para processos mecanicistas, Claude Martin explica a razão da escolha desta designação, da seguinte forma,

“ Com efeito, esta noção toma emprestado de dois campos totalmente heterogéneos : o génio, de uma parte, que evoca antes de tudo a tecnicidade, a calculabilidade, a mestria da matéria e das incertezas, a tecnologia, a indústria, etc.; e do outro o social, conceito particularmente tentacular e fluido, evasivo tal como maleável, que qualifica também um sector de atividade muito fragmentado.”⁹ (Dubéchet & Rivard, 2010, p. 14)

⁹ “ En effet, cette notion emprunte à deux champs tout à fait hétérogènes: le génie, d’une part, qui évoque avant tout la technicité, la calculabilité, la maîtrise de la matière et des incertitudes, la technologie, l’industrie, etc. ; et

Ao longo deste trabalho esta denominação será explorada na sua origem histórica e apresentada na sua forma atual, de modo a desmistificar este anátema que sobre si recai. O início da sua aplicação remonta à revolução industrial e centrava-se nas preocupações com a melhoria das condições de vida dos operários, evoluiu atualmente para formas práticas de promover o bem-estar das populações. Enquanto aplicação de técnicas de indução e organização da participação coletiva, na lógica do desenvolvimento sustentável; tem uma função prática na intervenção social que ajuda a encontrar coletivamente as soluções para os problemas sociais. Para tal, deve procurar, ajudar a reorganizar e utilizar as ferramentas que podem ter origens diferentes e contribuir para juntar em torno desses problemas e ferramentas, diferentes organizações, parceiros sociais e população. É uma arte que joga com a interdisciplinaridade, pois mobiliza diferentes conhecimentos (académicos, conhecimento de políticas e de dispositivos, conhecimento do terreno e dos atores), mas também de diplomata, pois deve reunir num mesmo espaço de discussão e trabalho diferentes entidades e atores. O engenheiro social, tal como um engenheiro técnico deve combinar com mestria e engenho as ferramentas e técnicas para alcançar um determinado resultado.

“A adoção de princípios de *governança*, sobretudo ao nível local, tem vindo a motivar a requisição da intervenção das competências da sociologia num terreno e numa perspetiva que colocam um conjunto de novas questões à disciplina, do ponto de vista metodológico, epistemológico e até deontológico. Não se trata da discussão em torno do papel da sociologia na produção de estudos para o planeamento, decisão política ou intervenção técnica, em determinada área de ação, mas sim do papel que a Sociologia e o sociólogo podem, ou devem, desempenhar num contexto de ação coletiva segundo uma lógica de planeamento participado, estratégico e em parceria” (Rodrigues, 2005, p.26)

Note-se, ainda, a distinção da Engenharia social proposta, como aquela que está ao serviço das populações, de *empowerment* para a resolução dos problemas que as afetam, a que Platão chamava *parcelar*, segundo Popper. E não a de uma outra invisível, largamente temida e infame, cujo mito se vem desvelando, a que controla e manipula as populações ao serviço de poderes mais ou menos obscuros (grupo Bilderberg, etc.), a *utópica*, também, interpretada por Popper em Platão (*A sociedade aberta e os seus inimigos I*, 1943(1993)). Aquela que aqui se trata é a *parcelar*, a que está ao serviço das populações, a que nasceu da prática e em nome da eficiência e eficácia, com resultados efetivos, garantidos pelo poder local e apropriados pelas populações a quem se dirige e envolve. A organização política da ação coletiva, a *governança* que nela se adivinha, implica conhecimentos científicos com interesse na ação. A perícia de um engenheiro social envolve contextos

de l'autre le social, concept particulièrement tentaculaire et flou, insaisissable tant il est malléable, qui qualifie aussi un secteur d'activité très éclaté. »

culturais, religiosos, tanto como os científicos ou os técnicos. Tem em conta a reflexividade dos conhecimentos, uma vez que trabalha para a democracia, reforçando a capacidade de reflexão e expressão dos cidadãos nas tomadas de posição e finalmente alcançar decisões concertadas. Com a Engenharia Social, pretende-se explorar os mecanismos que a suportam em benefício de uma intervenção concreta na sociedade, visando a resolução dos problemas sociais. A ciência produz tecnologias que em si são neutras, a sua utilização é que pode ser pernicioso. À Engenharia Social instrumental, entendida como processo de manipulação/controlar subliminar planejado de grupos ou mesmo de sociedades, cientificamente desenvolvida nos EUA opõe-se-lhe a Engenharia Social participativa, desenvolvida deste lado do Atlântico, em França, enquanto processo de 'empowerment' das populações/grupos através de processos coletivos de conceção e organização da ação. A importância prática de alargar os conhecimentos sobre os processos participativos (a metodologia) usada pela Engenharia Social, também foi uma das razões deste trabalho de investigação, especificamente como indica o seu subtítulo - *Processos e mecanismos de organização da participação e ação coletiva no planeamento e desenvolvimento territorial integrado* -.

“No planeamento participado, associando ao ato de conhecer a intenção de provocar mudança social, promove-se a inovação na subsidiariedade, a formação de competências dos intervenientes pelo envolvimento comunitário e, finalmente, a potencialização de sinergias dos recursos existentes no sistema, produzir conhecimento sobre uma realidade concreta e apoiar os atores na relação com esse conhecimento, apoiando-os na integração das suas práticas, modificando-as” (Guerra I. C., 2006, p. 50).

Este breve interlúdio às práticas da Engenharia Social era inevitável, para que pudéssemos continuar com as considerações epistemológicas, que optámos por integrar no capítulo da metodologia, sobretudo por sobre ela versarem as questões que de seguida se colocam. Mas sem antes a enquadrarmos devidamente, para acompanhar a sequência de pensamento patente.

1.3 A metodologia da Sociologia e a metamorfose vertiginosa da realidade

Se bem que o conhecimento induz ao desejo de mudança, à construção de uma melhor sociedade em prol do Bem-estar coletivo, a mudança pode também ser um problema, não só porque é necessária ou difícil, mas porque não é natural quando existe coerência no sistema social, ou ainda quando o receio é maior do que o desejo por ela. Há uma imensa resistência porque o que se conhece é tido como adquirido, da mudança não se sabe o que virá, pois de muitas boas intenções por vezes resultam péssimos resultados, ficando-se pior do que antes, a contingência das ações por vezes é marcada por efeitos perversos, nomeadamente naqueles da ação coletiva.

«Eles marcam a mudança, veja-se a oposição frequentemente fatal entre as orientações e as intuições dos atores e o efeito de conjunto dos seus comportamentos no tempo, esse mecanismo fundamental que faz que ao se desejar o bem realizemos o mal (...) Todas as nossas ações arriscam de conduzir ao contrário daquilo que buscamos realizar: o efeito contraintuitivo encontra-se mesmo no coração de todo o esforço de ação coletiva”¹⁰ (Crozier & Friedberg, 1977, p. 17)

Assim, a mudança é algo que se pretende evitar, mas que surge como inevitável numa situação de crise, ainda assim Crozier considera que são os Homens que mudam independentemente de todas as circunstâncias que para tal os compelem, «Quando dizemos que a mudança deve ser considerada como um problema sociológico, queremos dizer que são os homens que mudam, que não somente eles não mudam passivamente, mas que eles mudam na sua coletividade e como uma coletividade: não individualmente, mas nas suas relações uns com os outros e na sua organização social”¹¹ (1977, p. 379). A adaptação a novas circunstâncias e a resolução de crises são realizadas do mesmo modo que um organismo o faria. O que aqui apelamos é à diminuição do sofrimento e à possibilidade de ser o coletivo que a orienta segundo a sua vontade, em direção a um futuro desejado. E não como a entropia é fomentada pelos políticos, pelo poder de tão poucos e que nada tem a ver com os interesses reais de sobrevivência do organismo, composto por todos nós, que é a sociedade. Terão de ser as populações a tomar as rédeas, não segundo a vontade de um intelectual ou grupos de indivíduos, mas apoiadas pelos saberes científicos que viemos coligindo sobre a própria sociedade e que as podem de facto capacitar para uma ação mais concertada e justa.

A pressão dos tempos conturbados que vivemos: a crise da economia de mercado e do modelo de desenvolvimento assente no consumismo, a degradação ambiental, o aumento da desigualdade, as novas doenças, o espectro de um eminente colapso social; as alterações bruscas na nossa sociedade, as alterações climatéricas, a rapidez e exponencialidade com que estas ocorrem; a imponderabilidade, a perda de controlo sobre o mundo que se tinha como certo, a alienação de valores e o sentimento de insegurança generalizados que nos suscita um mundo sob ameaça; a alteração de atitudes e comportamentos em relação à nossa vida em sociedade (multiculturalidade, questões de

¹⁰ «Ils marquent le décalage, voire l’opposition souvent fatale entre les orientations et les intuitions des acteurs et l’effet d’ensemble de leurs comportements dans le temps, ce mécanisme fondamental qui fait qu’en voulant le bien nous réalisons le mal. (...) Toutes nos actions risquent d’aboutir au contraire de ce que nous cherchions à réaliser : l’effet contre-intuitif est au cœur même de tout effort d’action collective ».

¹¹ «Quand nous disons que le changement doit être considéré comme un problème sociologique, nous voulons dire que ce sont les hommes qui changent, que non seulement ils ne changent pas passivement, mais qu’ils changent dans leur collectivité et comme une collectivité : non pas individuellement, mais dans leurs relations les uns avec les autres et dans leur organisation sociale. »

gênero, legitimidade política, refugiados, terrorismo, etc.). Geram na população uma maior necessidade de informação isenta e de conhecimentos para uma melhor adaptação ao novo contexto civilizacional, meios e ferramentas mais aptos que assegurem a sua sobrevivência. Criam a necessidade de um maior fluxo de informação, isenta e pedagógica, que procure combater a irracionalidade destes tempos; uma necessidade de conhecer melhor e um maior interesse em compreender os mecanismos que nos unem enquanto indivíduos e parte de um todo maior, pois tudo está interligado, fazemos parte de um mesmo sistema. Urge uma Sociologia mais prática que dissemine os seus conhecimentos e contemple todas as interações numa visão global. Precisamos de uma Sociologia, menos contemplativa e mais ativa ao serviço das populações que há dois séculos vem estudando.

Num mundo de incongruências e radicalismos, dizia Durkheim, “Só a educação pode suavizar estes antagonismos. É preciso instruir a maioria para que se aprenda a ser modesto e moderado. Para reconciliar o número com a inteligência, é preciso expandir a instrução. Toda a gente poderá sem perigo participar no poder político, quando cada um tiver a sua parte desse outro bem coletivo: o capital intelectual”¹² (1897 (1987), p. 176). Interessa pois, formar os cidadãos, dotá-los de uma instrução cívica superior enquanto agentes da ação coletiva, só eles poderão controlar o poder político. Também Marcuse concorda que o sistema de ensino vigente, ele próprio se encontra em crise profunda e não responde à vocação para que foi criado, “A educação hoje deve envolver a mente e o corpo, razão e imaginação, as necessidades intelectuais e instintivas, porque toda a nossa existência tornou-se o sujeito/objeto de políticas, de engenharia social”¹³ (Marcuse in Bronner, Kellner, & et.all, 1989, p. 285). A educação deve ser dirigida para a liberdade, igualdade e fraternidade, para uma vida sem medo ou opressão, sem brutalidade e sem estupidez.

Porém, nunca em nenhum momento da História conhecida existiram tantas pessoas com formação superior, nunca existiram tantas formas de comunicar e de difusão da informação como as que há hoje. Daqui também a rapidez e exponencialidade com que ocorrem tantos acontecimentos sociais, precipitando as instituições num caos face à sua morosidade na adaptação e resposta ao novo contexto das redes sociais, celeridade da informação e manancial de fontes disponíveis. Não obstante as possibilidades que se abriram para a democracia, sob todas estas redes que cobrem o planeta torna-se difícil selecionar o

¹² “L’éducation seule peut adoucir ces antagonismes. Il faut instruire la majorité pour lui apprendre à être modeste et modérée. Pour réconcilier le nombre avec l’intelligence, il faut répandre l’instruction. Tout le monde pourra sans danger participer à la puissance politique, quand chacun aura sa part de cet autre bien collectif : le capital intellectuel »

¹³ “Education today must involve the mind and the body, reason and imagination, the intellectual and the instinctual needs, because our entire existence has become the subject/object of politics, of social engineering”

pertinente ou fidedigno e discernir a contrainformação; mais uma vez o potencial das tecnologias que criamos está muito além das nossas capacidades de utilização, “Na sociedade em que vivemos não nos compreendemos, há uma cacofonia que se desenvolve no nosso mundo, os indivíduos diversificam-se porque dispõem de alternativas cada vez mais numerosas. Quando as pessoas não nos compreendem definem-nos” (Braudel, Braudel e a História, out.1985, p. 196). Contudo a benesse do estreitamento de relações e contactos entre todos os seres humanos do mundo é o cumprimento da promessa da sociedade global enquanto organismo em plena fase de crescimento e da maturação de uma consciência coletiva global consensual, salvo os fundamentalismos que mais não cultivam que a ignorância. Para o bem e para o mal estamos cada vez mais próximos, também virtualmente.

1.4 Gnosiologia e Epistemologia

Émile Durkheim acreditava que a ordem social não se concretiza sem ser sustentada por valores coletivos institucionalizados. Para por termo à desordem social provocada pelo individualismo exacerbado, propõe um modelo organicista que explica a permanência do todo social, através de uma solidariedade orgânica e de uma consciência coletiva (Durkheim É. , La science sociale et l'action), a que também já nos referimos, como um dos alicerces que sustentam esta tese.

“ Mundo em mal de harmonia, de união, no qual os conflitos de ideologia, as lutas sociais são formas de outra coisa se, e se somente, os homens aprenderem de vez a viver a potência das ligações efetivas do grupo e aceitar a necessidade de uma regulação comum (...) uma exigência de principio de comunhão, ligada ao sentimento que o homem não existe que pelo outro, pelo calor do grupo, a participação comunal; uma necessidade de lei subsequente, relacionada com esta impressão de que o homem não pode viver fora de um enquadramento”¹⁴ (Durkheim É. , La science sociale et l'action, 1897 (1987), p. 10).

Este é o sentimento que nos falta, o da solidariedade orgânica, pois todos pertencemos ao mesmo conjunto, integramos o sistema vivo que é a sociedade e do qual apenas somos peças diferentes, mas todas com o mesmo valor. Esta união foi quebrada pelo individualismo e consumismo bulímico fomentado pelo capitalismo. A Sociologia tem de ver o homem por aquilo que ele é e não pela forma como é representado por números e cifras, é um ser pleno e completo, multidimensional.

¹⁴ “monde en mal d’harmonie, d’union, dans lequel les conflits d’idéologies les luttés sociales sont formes d’autre chose si, et si seulement, les hommes apprennent à la fois à vivre la puissance de liens effectifs de groupe et accepter la nécessité d’une régulation commune (...) Une exigence de communion d’abord, liée au sentiment que l’homme n’existe que par l’autre, par le chaleur du groupe, la participation communuelle ; un besoin de loi ensuite, en rapport avec cette impression que l’homme ne peut vivre hors d’un encadrement »

Como já dizia Saint Simon “a sociedade é um organismo social que se desenvolve e amadurece, tal como o individuo (...). Existe um paralelo entre o desenvolvimento da inteligência individual e da inteligência geral (...) Existe um aperfeiçoamento da moral e do físico, desde o nascimento até à virilidade »¹⁵ (Saint Simon, *de l'organisation sociale*, apud Gaudin, 1979)ⁱ. Tudo está interligado e tudo se interinfluência, do mesmo modo, somente a escalas diferentes. Esta perspectiva organicista revê-se na atualidade na teoria sistêmica¹⁶, nesta visão holística em que nada está separado, mas sim interligado com o todo. Permitam-me um aparte que julgo importante e ilustrativo, poderíamos procurar a explicação para o desenvolvimento simultâneo da consciência coletiva numa outra disciplina de um espectro radicalmente oposto à ciência que a estuda: a Física Quântica, se concebermos que haverá hipótese da justificação da consciência coletiva se encontrar na *teoria do entrelaçamento* da física quântica¹⁷. Coloquei-me esta questão e sobre ela explorei e realizei

¹⁵ « Il y a un parallèle entre le développement de l'intelligence individuelle et de l'intelligence générale (...) il y a perfectionnement du moral et du physique, de la naissance à la virilité »

¹⁶ A teoria sistêmica, que também pode ser chamada organicista, porque aplica nas Ciências Sociais princípios da física e mesmo da biologia, em referência à relação de grandeza e de unidade/solidariedade entre a célula, tecido, órgão, sistema e organismo; tal como acontece com o individuo, família, comunidade, instituição e sociedade.

¹⁷ Entrelaçamento/Emaranhamento Quântico/Quantum Entanglement - ocorre quando dois ou mais objetos quânticos (partículas subatômicas) que, tendo sido expostos um ao outro, mantem uma comunicação real sem sinais decorrentes da interação ocorrida e que, mesmo estando separados, continuam interagindo e reagindo aos estímulos individuais simultaneamente como se ainda estivessem juntos, dando origem a um estado permanente de sintonia. A imensa nuvem de átomos emaranhados é o primeiro “spin singlet macroscópico”, um novo estado da matéria que foi previsto mas nunca produzido, Albert Einstein chamava-lhe “ação fantasmagórica à distância”. “Num plano espiritual, existem muitos movimentos que consideram que todos nascemos, crescemos e permanecemos na Consciência divina, eis o nosso eterno Entrelaçamento Quântico! Este é o motivo pelo qual todo o trabalho de sintonização, oração e vibração com intenção clara e definida surte efeitos fabulosos àqueles que estão recetivos à energia do grupo”!?? Hipótese

Partindo do princípio que toda a matéria nasceu da mesma fonte, logo tudo estaria interligado entre si, até mesmo a consciência coletiva. E uma vez que se considera que os spins dos átomos são muito sensíveis à manipulação magnética, podendo comportar-se como ondas e provocar picos de electromagnetismo, supostamente pela interacção intensiva e concentrada de *criptocromo*, provocariam campos de força como os pretensamente gerados pelas multidões. Desta forma poderia explicar-se a *efervescência* que E. Durkheim atribuía à *origem das religiões*. Ou até mesmo a concretização de um determinado comportamento realizado individualmente mas em simultâneo com outras pessoas separadas pelo espaço; ou ainda, a persistência de um ato num mesmo local, mas em tempos diferentes. Poderiam provocar um campo magnético que alterasse ou condicionasse um determinado estado de coisas. Neste sentido a hipótese do *quantum entanglement* parece-nos, numa perspectiva leiga, uma boa explicação parcial para muitos dos fenómenos sociais. Procurando investigar esta hipótese realizei uma entrevista ao Professor Doutor em Física Nuclear e investigador do CERN em mecânica quântica, Joaquim Manuel da Silva Marcos,_(Marcos, 2015) em Odemira. Perante a questão colocada

inclusive uma entrevista a um investigador especialista no CERN (Marcos, 2015), esta pode ser uma pergunta de partida a explorar, para um outro estudo, que só numa perspetiva multidisciplinar encontrariam resposta.

“A solidariedade vem de dentro e não de fora. Os homens atraem-se entre si tão naturalmente como os átomos do mineral e as células do organismo. A afinidade que os traz uns para os outros, é a simpatia, sentimento do qual apercebemos os primeiros gérmenes nas sociedades animais, que vai crescendo, complicando-se, transformando-se com o progresso, mas que não é menos natural ao homem que o egoísmo, ao qual os economistas gostariam, para maior simplicidade reduzir o coração humano” (Durkheim É. , 1897 (1987), p. 212)¹⁸

Esta imagem é reforçada pela observação de Tönnies,

ao Professor Doutor Joaquim Marcos, este respondeu que até agora a física nega (ou ainda não explica) estes fenómenos sociais ou religiosos. Esclareceu que a mecânica quântica é um formalismo matemático que pretende, já com bons resultados revelados, explicar a realidade física. Relativamente à realidade biológica há experiências que revelam a relação entre o olfacto e a física quântica. Também é provável que o cérebro funcione como uma antena para outra realidade externa, apresentando como exemplo que relativamente a um objeto externo dois ou mais cérebros podem chegar à mesma conclusão acerca desse objeto, sem terem tido contacto entre si, o que explicaria as invenções simultâneas. Explicou, também, a produção deste fenómeno pelo *entanglement*, supondo um estado de perfeito equilíbrio endógeno num dos cérebros, um qualquer micro-factor aleatório (teoria do caos) provoca um desequilíbrio numa das suas partículas sub-atómicas, esse efeito irá provocar alterações de comportamento em todos as restantes, como por repercussão. Esta oscilação num dos cérebros irá provocar fenómeno semelhante noutros cérebros, mas a um nível não perceptível pela mera observação, mas detetável pela física quântica. Concluímos assim, que o nível de conhecimentos produzidos pela física quântica e a sua relação com a biologia se encontra no estágio descrito. Pelo que a hipótese colocada não encontra explicação científica no *Entanglement*, sendo por enquanto mera especulação. No entanto, segundo Jason Palmer and Alex Mansfield num artigo publicado na BBC Science & Environment, *Quantum biology: Do weird physics effects abound in nature?* A 28 Janeiro de 2013, relativo às descobertas na biologia do efeito entrelaçamento, afirmam que “What makes more sense is the quantum effect of entanglement. Under quantum rules, no matter how far apart an "entangled" pair of particles gets, each seems to "know" what the other is up to - they can even seem to pass information to one another faster than the speed of light(...) What intrigues all these researchers is how much more quantum trickery may be out there in nature. "Are these three fields the tip of the iceberg, or is there actually no iceberg underneath?" asked Dr Turin. "We just don't know. And we won't know until we go and look(...). "What if - and this is a very big if - there's a major form of receptor-drug interaction that we're just not noticing because we're not looking for a quantum effect? That would have profound implications for drug development, design and discovery (...) And suddenly you think, "Wow!" Quantum mechanics is not just a crazy side issue or a fringe field where some people are looking at some cranky ideas. If it really might help answer some of the very big questions in science, then it's hugely important.”

¹⁸ «La solidarité vient de dedans et non du dehors. Les hommes s’attirent entre eux aussi naturellement que les atomes du minéral et les cellules de l’organisme. L’affinité qui les porte les uns vers les autres, c’est la sympathie, sentiment dont on aperçoit les premiers germes dans la sociétés animales, qui va croissant, se compliquant, se transformant avec le progrès, mais qui n’est pas moins naturel à l’homme que l’egoïsme, auquel les economistes voudraient, pour plus de simplicité réduire le cœur humain »

“A cooperação das células como tecidos, ou dos tecidos como órgãos – não sofrem uma mudança substancial. Embora tal aplicação de noções biológicas à vida social da humanidade – como as teorias organicistas ou métodos se propõem fazer – não é para ser rejeitada em princípio. (...) Mantendo-se a si própria pela receção das suas partes – como sendo um todo vivo ou unidade. Esta perspectiva é a mais plausível se a renovação, ela própria é meramente biológica, como de facto o é na família humana, e, como pensamos, para uma ainda maior extensão – porque a família cedo se dispersa – em certos grupos mais amplos: uma tribo, uma nação ou uma raça” (1905, p. 571).¹⁹

Esta ideia de organismo, de colónia que vai crescendo e transformando-se pela interação cada vez mais intensa dos seus elementos, presente em todas as formas de vida, só é possibilitada pela capacidade de processamento da informação, o alimento do sistema. Como defenderemos mais adiante, a sua motivação é o Amor, a Ágape e não o egoísmo que obriga a produzir mais “ As coisas não iriam tão mal se produzíssemos menos e se nos amássemos mais”²⁰ (Durkheim É. , *La science sociale et l'action*, 1897 (1987), p. 177). Ao considerarmos o outro sagrado, revemos nele os direitos que para nós requeremos, refere Goffman ao ser citado por Hans Joas (*The sacredness of the person: a new genealogy of human rights*, 2011), na sua conferência explicitou a relação que existe entre os valores, as práticas e as instituições, suportados pela sacralização da pessoa. Com respeito por Deus também existente no outro, o sagrado desenvolve a necessidade dos direitos humanos e valores universais.

A necessidade de um conhecimento mais aprofundado da sociedade e dos processos sociais, bem como as relações entre os indivíduos e/ou grupos, não é recente na história humana, será tão antiga quanto a humanidade e transversal a todas as civilizações, apesar de ser Platão referido como o registo mais antigo, o primeiro filósofo a se debruçar sobre a sociedade. A emergência da metodologia começou a tomar forma mais sistematizada, acompanhando o movimento científico precursorado por Francis Bacon. Antes de assim ser denominada, a Sociologia surgiu da tentativa de compreender a condição do Homem e da humanidade, “A modernidade é uma preocupação central da Sociologia. A Sociologia foi estabelecida como um esforço para compreender as mudanças massivas que, desde cerca

¹⁹ “The co-operation of cells as tissues, or of tissues as organs – do not undergo a substantial change. Thus such an application of biological notions to the social life of mankind – as the organicist theories or methods set out to do – is not to be rejected on principle. (...) Maintaining itself by receiving its parts – as being a living whole or unity. This view is the more plausible if the renewal itself is mere biological, as indeed is the case in the human family, and, as we think, to a still greater extent – because family soon disperses itself – in certain larger groups: a tribe, a nation or a race”

²⁰ “Les choses n’iraient pas plus mal si on produisant moins et si on s’aimant plus”.

do séc. XVIII em diante, interromperam modos de vida tradicionais e introduziram formas, bastante novas, de organização social” (Giddens, 1991 apud em Scott, 1995, p.207)²¹

Os “avós” fundadores da Sociologia (Rousseau, Montesquieu, Voltaire, Tocqueville, etc.) selecionaram as problemáticas do cotidiano em que viveram e trataram-nas, não só como assuntos práticos, mas como temas morais, procurando compreender a sociedade em que então viviam e contribuir para a emergência da sociedade perfeita. Os “bisavós” da Sociologia, como Platão, Hobbes, Thomas Morus e Bacon, idealizavam sociedades perfeitas, nas quais a política teria o seu fim, deixaria de fazer sentido, chegaria a hora da transparência social “segundo a fórmula consagrada de Saint Simon, o governo dos homens será substituído pela administração das coisas”²² (Crozier & Friedberg, 1977, p. 26), todas as utopias são fundadas sobre o mito da transparência social, do fim da política, da conquista final da sociedade fraternal.

O desafio que se coloca à Sociologia contemporânea é o de ter chegado o momento de aplicar todos os conhecimentos acumulados no seu longo período de maturação, perdendo o seu carácter mais contemplativo, para responder à urgência de intervir sobre os problemas sociais cada vez mais complexos e deshumanizantes do nosso tempo. É indubitável a necessidade de conhecer para compreender e que no processo descortinamos as vias necessárias para a resolução do mal que nos aflige. Contudo, a intenção de provocar mudança social, delineando os objetivos e recursos concretos a aplicar sobre as variáveis a ser intervencionadas, é ainda muito contida, refreada e quase marginal à Sociologia instituída. Compreendem-se os pruridos, pois para além da ameaça institucional que as inovações lhes colocam, há ainda o potencial perigo representado pelo “complexo de Deus” e o princípio ético posteriormente enraizado na cultura ocidental, representado pelo conceito de *wu wei* do Tao Te king, que defende a não interferência no decurso dos acontecimentos. Há, no entanto, vozes quase unânimes, que defendem que a responsabilidade do sociólogo para com a sociedade que estuda é também a de contribuir para a melhoria desta. A intervenção deve ser sociologicamente informada, mas aberta a outros conhecimentos das ciências do comportamento e da gestão, nomeadamente da psicossociologia, tornando-a numa ciência mais humanista, dissipando as fronteiras disciplinares que a isolam e espartilham, aplicando estes conhecimentos mais vastos num projeto reformista voluntário centrado sobre a transformação da ação coletiva.

²¹ “Modernity is a core concern of Sociology. Sociology was established as an endeavor to understand the massive changes that, from about the eighteenth century onwards, disrupted traditional models of life and introduced quite novel forms of social organization »

²² “selon la formule consacrée de Saint Simon, le gouvernement des hommes sera remplacé par l’administration des choses”

Nesta medida retornar aos autores clássicos parece-me a melhor forma de nos centrarmos e relembrarmos o que é realmente essencial, pois as suas produções foram imbuídas do puro espírito humanista, atualmente tão fora de voga. Para além de que a pesquisa é sempre subjetiva na medida em que parte dos nossos interesses e curiosidade próprios, quando lemos devemos fazê-lo com paixão, ao redescobrir as nossas ideias no livro, pois buscamos nos outros a fundamentação para as nossas próprias ideias.

Como já referimos, os diferentes pensadores iluministas começaram por ter preocupações humanistas, esforçando-se por compreender a natureza e a condição humana, o desenvolvimento do indivíduo no seio da sociedade, a justiça social e a origem e bondade das leis. Numa fase mais estruturada despoletou-se o interesse científico pela compreensão das leis sociais subjacentes à organização social, aliado ao espírito científico, positivista e objetivo de meados do séc. XIX, que buscava um método científico que lhe conferisse objetividade, igualdade e dignidade entre as restantes ciências (A. Comte). No entanto, a ambição de Francis Bacon (séc. XVI) fora maior, pois defendia que o conhecimento científico era a única forma de conhecer a realidade, ao delinear um fio condutor que ligasse a razão à empírea, introduziu os seus mecanismos ao pensamento social; “Romper com a estagnação do conhecimento e desenvolve-lo para que trouxesse benfeitorias à humanidade, iluminasse os espíritos e limpasse de caprichos e vaidades aqueles que se diziam sábios; o conhecimento científico serve para melhor conhecermos e melhor amarmos a Deus, ajudar a construir na terra a nova Jerusalém que Deus já edificou nos céus” (Bacon, 1624 (2008)). Ou ainda como este sábio ilustra “A glória de Deus está em ocultar as coisas e a glória do Reis em descobri-las” (idem, p.23).

A dicotomia entre a razão e a ação, e também a fé, é premente em Durkheim, chegando mesmo a ser aflitiva, pois reivindica uma Sociologia que trouxesse soluções aos problemas sociais, porém ao mesmo tempo insiste que o corpo teórico teria de ser construído antes de se passar à prática, « estimamos que as nossas pesquisas não merecem uma hora de pena se elas não devessem ter mais que um interesse especulativo. Se nós separarmos com cuidado os problemas teóricos dos problemas práticos, não é para negligenciar as últimas: é ao contrário, para melhor as resolver”²³ (Durkheim É. , 1893 (1991), p. XXXIX). Considerava que esta ciência precisava de tempo para que pudesse ser aplicada na prática ((Durkheim É. , La science sociale et l'action, 1897 (1987), p. 77). Da leitura da sua obra e da sua ânsia em alcançar o objetivo da ação, nunca teria o autor julgado que demorasse tanto tempo até que a sua ciência passasse à ação.

²³ “ Nous estimerions que nos recherches ne méritent pas une heure de peine si elles ne devaient avoir qu'un intérêt spéculatif. Si nous séparons avec soin les problèmes théoriques des problèmes pratiques, ce n'est pas pour négliger ces derniers : c'est, au contraire, pour mieux les résoudre »

Comte Henri de Saint Simon (1760-1825), o mestre dos sociólogos fundadores, insurgia-se pela necessidade de criar uma ciência que descobrisse os meios de conciliar os interesses dos povos. Em relação às outras ciências disse

“Quais são os vossos direitos para ocupar neste momento o lugar de guarda avançada científica? A espécie humana encontra-se envolvida numa das mais profundas crises que ela sofreu desde a origem da sua existência; que esforços fazem vocês para terminar esta crise? Toda a Europa se degola (1813), que fazem vocês para parar esta matança ? Nada, que digo eu! São vocês que aperfeiçoam os meios de destruição; são vocês que dirigem o seu emprego; em todos os exércitos, vemos-vos à cabeça da artilharia; são vocês que conduzem os trabalhos para o ataque das praças! O que fazem vocês, ainda outra vez, para restabelecer a paz ! Nada. Que podem vocês fazer ? Nada. O conhecimento do homem é o único que pode conduzir à descoberta dos meios de conciliar os interesses dos povos e vocês não estudam ponto desta ciência (...) Deixem (portanto) a direção do *atelier* científico; deixem-nos aquecer o seu coração que se gelou sob a vossa presidência e trazer toda a atenção sobre o trabalho que pode trazer de volta a paz geral ao reorganizar a sociedade”

²⁴(Saint Simon, 1813, p.266 apud Durkheim, 1928, le Socialisme, p124).

Todo o trabalho, sacrifício e miséria que este, outrora, Conde, viveu foram no sentido de construir uma sociedade melhor com base na ciência, no conhecimento e pelo amor à humanidade, contudo muito pouco se fala dele na ciência que fundou. Auguste Comte (1798-1857), seu discípulo²⁵ é que a batizou de Sociologia, também ele acreditava que uma ciência social teoricamente orientada e comprovada pela observação dos factos poderia ser usada na reconstrução da sociedade e, também em última instância contribuir para a criação de uma religião positivista. Este autor inventou mesmo o positivismo, que de tanto rigor e objetividade ganhou contornos muito pouco positivos enquanto metodologia.

A ação por amor à humanidade e os princípios sobre que assentou a Sociologia, nos românticos anos de fim do sec.XIX, são a razão pela qual vimos reforçar a necessidade de uma Sociologia da Ação, ilustrada pelas aspirações dos seus fundadores e que atualmente

²⁴ “Quels sont vos droits pour occuper dans ce moment le poste d’avant-garde scientifique? L’espèce humaine se trouve engagée dans une des plus fortes crises qu’elle ait essayées depuis l’origine de son existence; quel effort faites-vous pour terminer cette crise ?...Toute l’Europe s’égorge (1813), que faites-vous pour arrêter cette boucherie ? Rien que dis-je ! c’est vous qui perfectionnez les moyens de destruction ; c’est vous qui dirigez leur emploi ; dans toutes les armées, on vous voit à la tête de l’artillerie ; c’est vous qui conduisez les travaux pour l’attaque des places ! Que faites-vous, encore une fois, pour rétablir la paix ? Rien. Que pouvez-vous faire ? Rien. La connaissance de l’homme est la seule qui puisse conduire à la découverte des moyens de concilier les intérêts des peuples et vous n’étudiez point cette science...Quittez (donc) la direction de l’atelier scientifique ; laissez- nous réchauffer son cœur qui s’est glacé sous votre présidence et reporter toute son attention vers les travaux qui peuvent ramener la paix générale en réorganisant la société »

²⁵ Viria a afastar-se do mestre por divergir da sua opinião relativamente aos industriais e ao poder de governo que lhes deveria ser dado.

são anátemas no mundo académico, é raro encontrar referências às obras que transmitam essas aspirações e paixões. Por exemplo, eu abominava Durkheim devido às obras que me foram dadas a conhecer ao longo da formação universitária, no decorrer desta pesquisa descobri outras obras do autor e comecei a “amá-lo” de tal modo, que me arrisco a abusar das suas citações.

A Sociologia de intervenção, ou Engenharia Social preconizada por Frédéric Le Play em finais do séc. XIX, por ser ele engenheiro de minas, perdeu terreno para a Sociologia abstrata de Durkheim, que foi a que vingou nos meios académicos (Hess, 1983) e dominou toda a produção sociológica durante o séc. XX. A Sociologia de intervenção foi remetida para um lugar periférico face à Sociologia institucionalizada, continuando ainda hoje a ser estigmatizada nos meios académicos.

De facto a Sociologia de intervenção, não morreu com Le Play, pois o desejo de mudar a sociedade esteve sempre latente na mente de todos os sociólogos (Hess, 1983). Sobretudo, na do seu contemporâneo Durkheim que sonhava, também ele, com uma sociedade iluminada por uma religião da humanidade, onde reinaria o espírito de solidariedade num sistema científico de organização socialista. Nas suas lições organizadas na obra *La Science Sociale et l'Action* e *Le Socialisme*, deita por terra a fama que lhe deram de ‘o sociólogo da abstração’, tal era o seu ímpeto para criar uma sociedade melhor, não fosse o freio de considerar que a Sociologia ainda não estava preparada para tal. E hoje? Será que já está? Compreende-se quando Durkheim escreveu em 1887 que “As ciências sociais são ainda demasiado jovens para poderem servir de base a doutrinas práticas, bem como sistemáticas e duma tal extensão”²⁶ (Durkheim, *Le socialisme*, 1928 [1992], p. 37). Como já referimos, considerava com sensatez que não existia ainda um corpo teórico e metodológico suficientemente desenvolvido para suportar uma intervenção na sociedade, tal seria demasiado perigoso. Não obstante a sua convicção de que num futuro seriam as leis sociais a regular a sociedade e até mesmo o Estado, expressa nesta sua obra *Le Socialisme* o desejo de uma sociedade orientada para e governada pelo conhecimento produzido pelas ciências sociais.

A teoria social, abrangente a todas as ciências sociais, foca-se na compreensão da agência humana e das instituições sociais. A questão que se coloca desde o início à Sociologia é a problemática da ação,

“Durkheim envolve-se sobre o caminho da facilitação da mudança cujo alvo é um estado de sociedade definido a definir à priori em virtude de imagens comunais e de superego, à vez como integração e coesão. A Sociologia é o instrumento dessa facilitação : ela deve permitir a conciliação, à vez, da teoria e da prática, das ideologias individualistas e socialistas.

²⁶ « Les sciences sociales sont encore trop jeunes pour pouvoir servir de basis à des doctrines pratiques, aussi systématiques et d'une telle entendue »

Orientando assim a sociologia pela ambição da reforma social ²⁷ (Durkheim É. , La science sociale et l'action, 1897 (1987), p. 13).

À medida que o seu trabalho se vai desenvolvendo, mais frequentes são as incitações à ação. Considera-se como um porta-voz, como um terapeuta social.

Não descurando os contributos dos autores contemporâneos, sobretudo no que se refere à construção de conceitos que, efetivamente nos são preciosos para a realização do trabalho sociológico. Mas à sombra de toda esta abstração (teoria) e à obsessão pelo empírico (observado e experimentado), parece ter-se dissipado o impulso virginal dos fundadores, pleno de energia militante pela função social primeva da Sociologia - ajudar a melhorar a sociedade. A Sociologia lactante era crítica “As teorias críticas mantêm uma perspetiva não dogmática a qual é sustentada por um interesse na emancipação de todas as formas de opressão, bem como por um compromisso pela liberdade, felicidade e uma ordem racional na sociedade. Abstendo divisões entre as humanidades e as ciências sociais, define assim, por diante uma teoria social normativa que busca uma ligação com a análise empírica do mundo contemporâneo”²⁸ (Bronner, Kellner, & et.all, 1989, p. 2). A teoria crítica permite ultrapassar as fronteiras entre as diferentes disciplinas, alargando o seu campo de pesquisa para além da empírea. Contudo incorre-se no risco de cair em campos mais esotéricos, pelos quais os teóricos críticos são infamemente conhecidos. Este breve interlúdio reflexivo convida a relembrar a razão da nossa existência e do nosso papel enquanto sociólogos, de novo em tempos conturbados e incertos.

É certo que para compreendermos “a praia” é necessário conhecermos “o grão de areia”, mas não podemos perder a perspetiva global que nos permite ver as interações entre os elementos que compõem o todo. Todas as perspectivas e dimensões são importantes e enriquecedoras para a compreensão, no entanto há que evitar perdermo-nos nos detalhes e ficarmos ai reféns (para sempre). Como num *zoom*, em que a lente já não permite focagens nítidas a todas as distâncias. De facto a sociologia contemporânea peca por uma focagem demasiado concentrada no detalhe, no ‘grão de areia’ e releva para um plano desfocado o enquadramento, ‘a praia’.

²⁷ “Durkheim s’engage sur le chemin de la facilitation d’un changement dont la visée est un état de société défini défini à priori en vertu d’images communielles et surmoïques à la fois comme intégration et cohésion. La sociologie est l’instrument de cette facilitation : elle doit permettre la conciliation à la fois théorique et pratique des idéologies individualistes et socialistes. Orienté ainsi vers la sociologie par ambition de réforme sociale.

²⁸ “Critical theory maintains a nondogmatic perspective which is sustained by an interest in emancipation from all forms of oppression, as well as by a commitment to freedom, happiness, and a rational ordering of society. Eschewing divisions between the humanities and the social sciences, it thus sets forth a normative social theory that seeks a connection with empirical analyses of the contemporary world ”

Os sociólogos preocupam-se cada vez mais com os temas suscitados pelo momento histórico, devendo ser dirigidos no seu trabalho por um maior compromisso moral, Braudel considera que há uma crise geral nas ciências do homem, pois centram-se no seu próprio progresso, descurando os novos conhecimentos e a necessidade de um trabalho coletivo, presas a um objetivismo retrógrado, face ao avanço das ciências mais ágeis. “Atualmente, mais do que no passado, estão mais preocupadas em definir os seus fins, os seus métodos, a sua superioridade e as suas fronteiras com as suas vizinhas” (Braudel, *Débats et Combats, Histoire et Sciences Sociales, La Longue durée*, 1958, p. 725). Será uma perda de tempo, estes exercícios estéreis, quando temos a visão “da praia” a diferentes escalas. A questão é sempre a mesma, afinal servimos para quê, como é que contribuímos com o nosso trabalho para ajudar a desenvolver um mundo melhor. Da optometria aprendi que para evitar a hipermetropia, ou seja a focagem no detalhe e captação da imagem desfocada na retina, há que utilizar como exercício, o olhar para o horizonte límpido e amplexo, como o mar ou do alto de uma montanha, o importante é ver a curvatura do planeta, pois obriga a que os olhos se desloquem para o exterior do campo de visão. Com a prática deste exercício, pode-se depois voltar a ver o detalhe nitidamente. Julgo eu, que a Sociologia também necessita deste exercício.

Tal como a visão da História, do tempo longo, da evolução, tem também um valor excecional e deveria interessar às ciências sociais. A História de longa duração dá uma perspetiva da oscilação cíclica das conjunturas, como a espiral de Hegel. “ A ciência social quase que tem horror do acontecimento. Não sem razão: o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações”²⁹ (Braudel, out.1985, p. 728). A História dos acontecimentos não fornece uma visão da evolução do Homem e das *sociedades, l’histoire à l’état naissant*, permite uma abrangência compreensiva para além dos *accidents de parcours*, os acontecimentos, a história política. Não se explica um acontecimento sem o seu enquadramento no longo prazo. “Cada atualidade reúne os movimentos de origem, de ritmo diferente: o tempo de hoje data à vez, de ontem, de anteontem, de outrora”³⁰ (Braudel, out.1985, p. 735).

As coerências ou incoerências da atualidade não se aprendem no *hoje*, mas sim no que a trouxe até aqui, na sua história. Para os sociólogos o tempo é simplesmente uma dimensão particular de tal realidade social que num momento preciso se contempla, uma fotografia.

“Faz-se bem em convir que as ciências sociais, por gosto, por instinto profundo, talvez por formação, tem sempre tendência a descartar a explicação histórica; Elas a ela se escapam

²⁹ « La science sociale a presque horreur de l’événement. Non sans raison: le temps court est la plus capricieuse, la plus trompeuse des durées »

³⁰ “chaque actualité rassemble des mouvements d’origin, de rythme différent: le temp d’aujourd’hui date à la fois d’hier, d’avant-hier, de jadis »

por duas iniciativas quase opostas: Uma fenomenaliza, ou se o queremos, atualiza ao excesso os estudos sociais, graças a uma Sociologia empírica, desdenhosa de toda a história, limitada aos dados do tempo curto, do inquérito sobre o vivo; O outro ultrapassa puramente e simplesmente o tempo imaginando no fim de uma ciência da comunicação, uma formulação matemática de estruturas quase intemporais.”³¹ (Braudel, out.1985, p. 735).

Não é que desdenhe do conhecimento empírico, considero realmente que é demasiado sobrevalorizado, tal como Braudel concorda que o que obtemos com a sua prevalência é um instantâneo da realidade social, pelos requerimentos positivistas a que obriga provoca um emaranhamento nos acontecimentos, obrigando àquele que privilegia este método, no sentido de reorganizar as informações obtidas a separá-las em categorias. Neste processo não é possível obter uma imagem fiel da realidade (perdeu-se na tradução), não se pode separar por gavetas e retira a força ao objetivo inicial do estudo. Contudo é um facto que o conhecimento prático vem do exercício empírico, daquilo que vamos aprendendo ao longo a vida, considero somente que não é o mais importante e que deve ser sempre acompanhado de conhecimento intelectual e enquadramento histórico, seja na *Vita activa* (Arendt H. , 1961) seja no exercício da ciência, pela razão referida de empobrecimento da realidade. Também Pécaud se refere às limitações da Sociologia, enquanto “ciência que visa compreender o mundo social sem a ambição de o transformar” (2010, p. 24) criticando a sua matematização, transformando o real em números, presa de um paradigma que toma o empírico pela estatística e uma representação da realidade mediada por técnicas que a deturpam, perdendo a sua essência numa tradução que pretensamente lhe confere uma objetividade positivista, cujo resultado final são trabalhos estéreis e que a ninguém interessam.

Para esta perspetiva também concorre que os modelos criados pelas ciências sociais a partir de dados estatísticos, a partir da matematização da realidade, segundo a perspetiva da longa duração perfilhada, embora válidos pois fornecem dados objetivos de estudo e constantes que explicam a situação presente dos fenómenos, contudo sem a análise do conjunto que permita visualizar a sua evolução, não nos dizem nada. Também Marcuse (in Bronner, Kellner *et al*, 1989, p. 120) critica esta redução do real às suas fórmulas matemáticas, só elegendo aquilo que é mensurável, empobrecendo a compreensão dos factos presentes. No entanto enquanto prática metodológica remete-se à descrição, à

³¹ « il faut bien convenir que les sciences sociales, par goût, par instinct profond, peut-être par formation, tendent toujours à écarter l'explication historique ; elles lui échappent par deux démarches quasi opposées: l'une *événementialise*, ou si l'on veut actualise à l'excès les études sociales, grâce à une sociologie empirique, dédaigneuse de toute l'histoire, limitée aux données du temps court, de l'enquête sur le vif ; l'autre dépasse purement et simplement le temps en imaginant au terme d'une *science de la communication*, une formulation mathématique de structures quasi intemporelles. »

explicação das interações, aos testes de hipóteses, à reconstrução do real, que será sempre incompleto sem uma abordagem qualitativa. “ Quer se trate do passado ou da atualidade, uma consciência clara desta pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do Homem”³² (Braudel, Débats et Combats, Histoire et Sciences Sociales, La Longue durée, 1958, p. 726).

Quanto à utilização dos inquéritos, também sobrevalorizados em demasia, tornam-se inúteis quando não se conhece à priori o contexto em que são aplicados, revelando essa ignorância frequentemente nas questões colocadas, na maioria dos casos essa mesma aplicação está desfasada da realidade; até mesmo o interlocutor os descarta e ignora, ciente de que este não é o instrumento adequado com que possa contribuir para traduzir a sua realidade e, como tal são desagradáveis e inoportunos de responder, da indiferença que suscitam resulta a tendência de responder na mediana da escala. Pois, apesar de todos os cuidados na sua elaboração e aplicação, é sempre um instrumento construído ele próprio para moldar a realidade àquilo que queremos dela conhecer, dissecando-a e isolando-a do todo e da história que explicam o fenómeno em estudo. Os dados factuais não são suficientes para compreender a sua totalidade. No entanto são necessários quando se justifica a sua importância instrumental, tal como todas as técnicas, são elas que se tem de adaptar ao objeto de estudo e não o contrário.

Frequentemente em vez de se utilizar um questionário exaustivo e aborrecido, este pode muito bem servir de guião de uma conversa, para a recolha de dados a tratar e incluir outras questões mais abertas. Por exemplo num trabalho de diagnóstico que realizei em 1997, no âmbito de um programa de luta contra a pobreza, era importante conhecer o fenómeno do Suicídio, para encontrar os meios de o combater. Da caracterização anteriormente realizada em 1996, destacava-se a concentração deste fenómeno na freguesia de Saboia, onde calculei que em cada 100 mortes 11 ocorriam por suicídio (não utilizei a permilagem, dado o numero reduzido de habitantes), muita fleuma se levantou em torno deste número; parti então para o terreno munida de um questionário-guião, visitei todas as pessoas na freguesia, sobretudo as que viviam mais isoladas, desse diagnóstico resultaram algumas soluções, que em conjunto com a IPSS D. Ana Pacheco, seriam mais tarde colocadas em ação, inclusive uma delas em que se procurava promover o convívio intergeracional e transmissão de saberes. Numa sala devoluta da escola das Moitinhas, onde ambas as gerações tomariam as refeições em conjunto e o desenvolvimento de atividades de ATL. No ano seguinte, com a intervenção do Centro de Saúde, o trabalho de psicólogos e outros parceiros promoveram-se as Jornadas do Suicídio. Para prestar apoio domiciliário aos

³² “Qu’il s’agisse du passé ou de l’actualité, une conscience nette de cette pluralité du temps social est indispensable à une méthodologie commune des sciences de l’Homme »

isolados havia o problema das difíceis acessibilidades, bem que candidatámos um helicóptero, obviamente não foi financiado. No entanto o Lar da IPSS referida desenvolveu um excelente trabalho de proximidade com esta população. Seria impensável a realização do diagnóstico do suicídio no concelho de Odemira com questionários, mas assim transformados foram um instrumento privilegiado. Refira-se ainda os perigos de tratar este tema, não se sai incólume deste contacto.

Quanto às sondagens também elas são alvo de críticas, a seu propósito diz Frank Furedy que,

“Como as pessoas sabem que certas opiniões tendem a ser estigmatizadas, o que respondem nas sondagens não corresponde àquilo que verdadeiramente pensam. Assim, uma proporção significativa daquilo que é dito às empresas de sondagens é influenciada pela pressão e responder “de forma (politicamente) correta”. (...) A pressão conformista e o medo do isolamento social podem levar àquilo a que a cientista social alemã Elisabeth Noelle-Neumann chamou, em 1974, *a espiral do silêncio*. Segundo esta teoria, a percepção que as pessoas têm da opinião da maioria pode modificar a forma como elas próprias verbalizam as suas ideias. Alguns podem sentir dificuldade em exprimir pontos de vista que diverjam do consenso geral, expresso nos meios políticos e nos media. Segundo esta teoria, “impulsionados pelo medo de isolamento social, alguns tenderão a ser menos propensos a exprimir os seus pontos de vista, sempre que acharem que as suas opiniões e ideias são minoritários”. O receio de sofrer sanções sociais influencia a forma como as pessoas reagem em relação a *ameaças* com grande carga moral, como por exemplo a entrada de estrangeiros, o crime ou o terrorismo” (Furedy, 2015)

Se bem que esta teoria da espiral do silêncio seja coadunante com as ideias que defendo e cuja formulação vem precisamente da empírea, ou seja da sua aplicação em contextos de trabalho, é rematada novamente por Braudel, “O interesse desses inquéritos pelo inquérito, é no máximo, o de acumular informações ; ainda que não sejam todos eles válidos, *ipso factus*, para trabalhos futuros. Desconfiemos da arte pela arte”³³ (out.1985, p. 738). Estas técnicas utilizadas até à exaustão, não se aplicam obrigatoriamente em todos os trabalhos sociológicos, é necessário um espírito crítico face ao modo como pretendemos conhecer. Esta situação (receio de participar, de responder) pode surgir também em sessões de processos participativos, a vantagem é a de que existe um facilitador que poderá recorrer a técnicas específicas que eliminem este estigma e provoquem uma catarse nos participantes, estimulando a sua autoestima e envolvimento, que só o contacto direto possibilita e que seria de todo impossível de recolher num inquérito. Há que ter a formação científica para que exista uma postura crítica em relação à metodologia utilizada e às técnicas escolhidas.

³³ « L’interêt de ces enquêtes pour l’enquête, c’est au plus, d’accumuler des renseignements; encore ne seront-ils pas tous valables, *ipso factus*, pour de travaux futurs. Méfions-nous de l’art pour l’art”

Tal como uma tese deve ser escrita de forma objetiva, também o ser que somos também nela deve estar refletido. A subjetividade é inevitável, mas a partir do momento que sobre ela refletimos e a aceitamos, a nossa visão enriquece-se, livre do peso de grilhões que querem separar o pensamento do sentimento. O espírito que se sente livre e confiante, com alma de pesquisador, é um ser total daquilo que a vida fez dele, da razão e do coração. O modo como este questiona a realidade é já moldado pela personalidade do próprio investigador.

Então, porque não aceitar que também os contributos da subjetividade consciente sejam assumidos e enriqueçam o modo como conhecemos, uma vez que até a própria realidade externa é mais do que a soma das partes, assim também nós somos múltiplos, enquanto indivíduos. Sentir, pensar e agir não podem ser separados, fazem parte da mesma unidade. Existem ainda outros fatores quase subliminares, que também importa conhecer neste contexto de que falamos, o de o investigador ser acima de tudo um ser auto consciente, e elevar-se pelo conhecimento transdisciplinar acima da justificação dos métodos que usa, sinto que esta é uma questão a que só as ciências sociais dão tanta primazia. Existem de facto mecanismos cerebrais que desconhecemos e que podem ajudar a desenvolver a nossa arte, como o apresentado neste exemplo, “Usamos as palavras para descrever os nossos pensamentos, assim a nossa escolha de palavras irá indicar qual o sistema representativo que estamos a utilizar, partindo do princípio que a nossa comunicação está sempre ligada aos sentidos que usamos na expressão verbal. Na literatura são utilizados uma variedade de adjetivos, fazendo apelo aos sentidos, tornando-a mais ou menos atrativa ou grandiosa. Palavras tais como *comprehende*, *understand*, *think* e *process* não são baseadas nos sentidos, pelo que são neutras em termos de sistema de representação. Os tratados académicos tendem a usá-las por serem mais objetivas, mas pouco capazes de atraírem a atenção por não se reportarem aos sentidos. “ (O'Connor & Seymour, 2011, p. 31). Esta cisão entre o mundo dos sentidos e da razão ostraciza a ciência para um mundo à parte, que não engloba a maioria dos cidadãos e que assim a ignoram como um mundo do qual não fazem parte, salvo as excelentes práticas de muitas outras ciências que disseminam os seus produtos de modo mais sensível, em documentários, ou artigos usando uma linguagem mais apelativa, mais sensorial, privilegiando a vertente pedagógica e reflexiva destinada à população em geral, “é ao procurar instruir os homens que se pode praticar essa virtude geral que abrange o amor de todos” (Montesquieu, 1748 (2011), p. 123).

Ao parcelar o conhecimento segundo as suas disciplinas estritas, como já referimos, perde-se a noção do todo e é ignorada a essência do objeto de estudo pré-existente à investigação que sobre ele incide.

“Nós sonhámos durante anos acerca de uma instituição de cientistas independentes, trabalhando juntos nestes lugares remotos da ciência, não como subordinados de um grande escritório de executivos, mas unidos pelo desejo, de facto pela necessidade espiritual, de compreender a região como um todo, e emprestando uns aos outros a força dessa compreensão”³⁴ (Wiener, 1948, p. 3)

Também no seu tempo já Saint Simon (Saint Simon & Rodrigues, 1802 (1832)) dizia que para se compreender um fenómeno tem de haver uma unificação das ciências, uma visão multidimensional e não parcelar da realidade, pois tudo carece de observação científica, sendo o universo Uno, o mesmo método deve ser utilizado para explorar todas as suas partes, o mesmo que Bacon defendia. O homem não difere do universo, só a escala é que é diferente.

Demasiado exercício racional! Necessitamos de explicar através de conceitos criados na realidade abstrata. A questão da verosimilhança do conceito com a realidade é a forma como ele é extrapolado, pois temos de desconstruir a realidade, no processo de análise perdemos a perspetiva multidimensional e a sua riqueza holística, não a voltamos a reunir. Ficamos somente com frações, com faces desconexas do “diamante”, tornamos o nosso objeto muito mais pobre, pois só uma das facetas não explica o todo, salvo se previamente tivermos essa visão do todo holístico, antes da sua desconstrução, ou ao contrário unindo a nossa visão às restantes. A visão do uno, do conjunto e das suas interligações, também segue uma visão organicista do universo, estamos no limiar de uma evolução mental que nos pode trazer a este nível mais avançado de compreensão dos fenómenos, uma verdadeira *Weltanschauung*³⁵ total.

A nossa necessidade de ter conceitos, uma explicação do cada e do todo, do conteúdo de uma ideia geral, há duzentos anos atrás, a ciência começou a explicar o mundo, distanciando-se de tudo o que era subjetivo, eliminando completamente toda a hipótese de magia do mundo. Tudo passou a ter uma lógica demonstrável. Deus foi eliminado da equação. Outros conhecimentos que não fossem aceites pela ciência passaram a heréticos e ignorados ou destruídos. Se algo restasse de um passado distante, ainda que tivesse sobrevivido às purgas e às *Bücherverbrennung*³⁶, seria então extinto, eliminado pela ciência positivista e fundamentalista. A partir deste ponto só a razão seria soberana no

³⁴ “We have dreamed for years of an institution of independent scientists, working together in one of these backwoods of science, not as subordinates of some great executive officer, but joined by the desire, indeed by the spiritual necessity, to understand the region as a whole, and to lend one another the strength of that understanding”

³⁵ Cosmovisão ou mundividência

³⁶ Fogueiras de livros

conhecimento, tudo o mais não teria lugar à luz da objetividade, os laços com outros saberes foram cortados e desprezados em nome do racional.

Teremos de recuperar as emoções e os instintos que abandonámos no processo evolutivo da ciência, aceitá-los como um aporte e conferir-lhes a dignidade que lhes retirámos e que justificou todas as atrocidades cometidas pela nossa raça sobretudo no último século “ao cientista compete-lhe investigar, a utilização dos resultados não é da sua responsabilidade” (Oppenheimer e outros cientistas do projeto Manhattan). A este propósito São Tomás de Aquino dizia que “nada está no intelecto que não tenha já estado nos sentidos”, a que mais tarde Leibniz retorquiu “exceto o próprio intelecto”. Por exemplo, como explicaremos a alguém, que nunca o tenha provado, o que é um morango! Será que a ciência poderá transmitir a realidade cabal do morango. Para quem leu a obra de ficção científica de Robert A. Heinlein, *Um estranho numa terra estranha*, a possibilidade de conhecimento do personagem, Valentine Michael Smith, tornou-se infinita, personificada no termo *Grocar*, pois assentava numa compreensão total, completa e profunda de todas as coisas. Espinoza chamava-lhe beatitude, compreender nas coisas singulares o aspeto da eternidade, *sub specie aeternitatis*. Francis Bacon chamava a este conceito unificador *Eucatalepsia* “meio-termo que consiste em confiar nos sentidos e no entendimento desde que devidamente auxiliados e regrados” (Bacon, 1624 (2008), p. 24).

O conceito mais semelhante no nosso mundo é a Gnose que é um conhecimento intuitivo diferente do conhecimento científico ou racional e que na tradição hermética e alquímica, é a busca pelo conhecimento divino, que vivencia a sabedoria universal numa senda individual e a um outro nível gera a energia para o desenvolvimento da consciência coletiva, tal como descrito pelos ensinamentos religiosos e espirituais secretos ancestrais estudados pelo *Lectorium Rosacrucianum*.

Espinosa dizia, ainda, que o ato de conhecer e amar são dois modos de compreensão humana que se confundiriam no plano divino. “O homem é o ser que conhece, como é o ser que ama”, ambos são inseparáveis. A busca pelo conhecimento é uma tentativa de conhecer Deus, imbuída de paixão e plena de serendipidades, que nos sinalizam a senda correta. A ciência é a busca de conhecimento que está na base das revoluções políticas, na constituição do sistema de ideias e na sua implementação “o que liga os homens na sociedade, é uma maneira comum de pensar, quer dizer de representar as coisas”³⁷ (Durkheim É. , 1897 (1987), p. 120)

Os outros seres vivos, que até agora menosprezávamos, tem tudo o que julgávamos nosso exclusivo (cultura, engenharia, capacidade de adaptação ao meio urbano, linguagem e

³⁷ “Ce qui lie les hommes en société, c’est une commune manière de penser, c’est-à-dire de se représenter les choses.”

alma?!), a nossa presunção afastou-nos dos laços que nos ligavam à natureza humana (Espinosa, Tratado político, (2012)) e alienaram-nos para um mundo demasiado complexo para as nossas capacidades vitais, que não evoluíram consoante a tecnologia que criámos, o que nos tornou seres infelizes, frustrados e alienados. Ao fim de tantos séculos a dissecar e analisar já aprendemos mais do que o suficiente necessário para que possamos voltar a reunir o todo e, unir todo o conhecimento, desenvolvendo a empatia cuja capacidade perdemos e alimentarmos a capacidade de fundir o conhecimento proveniente do coração e da razão.

A gnosiologia³⁸ apresenta o contraponto entre a inteligência intuitiva ou a intuição inteligente, ou ainda mais explicitamente o pensamento sentimental ou o sentimento pensamental. Sinteticamente mais não será do que o *Pensamentalismo*, conceito atribuído (professor Nazareth) a Leonardo Coimbra, eminente filósofo português, matemático e ministro da 1ª república, um emérito desconhecido em cuja prolifera obra (Sociologia incluída) não foi encontrada referência a este conceito, somente uma alusão vaga ao catalão Miguel Unamuno e à sua utilização de sentimentalidade e pensamentalidade. Seja qual for a sua origem, há anos que utilizo este termo que, a meu ver, caracteriza o modo de pensar dos portugueses, por oposição ao racionalismo exacerbado dos alemães. Não obstante, Leonardo Coimbra afirma que “A ciência é um processo de conhecimento. É com efeito necessário que a ciência se humanize, generalizando-se pelo pensamento filosófico, e se humanize, generalizando-se pelo universalismo estético da Beleza, para adquirir a força da vida real, suficiente a atualizá-lo na vida social” (Coimbra, 1983 (1935), p. 558)). Há que encontrar um equilíbrio entre as duas fontes de conhecimento, prestando atenção a que “as emoções dão excelentes servos, mas mestres tirânicos”, a consciência científica terá de se centrar no equilíbrio do discernimento científico, esta formação é a base da qual partimos à descoberta.

Esta tese que doravante se apresenta assenta nos princípios epistemológicos apresentados, prossequindo um paradigma de paixão e razão, holístico e sistémico, mas sempre orientada pelo espírito científico bem formado e treinado. Este é o trabalho de um espírito que nasceu livre e independente, no 25 de Abril, num mundo pleno de possibilidades, onde a noção de impossível não existia e quando ainda havia a cooperação e fraternidade geral.

Como diria Leonardo Coimbra, há demasiada entropia no sistema para que a ele prestemos obediência, se a nossa esperança enquanto humanos reside no nosso sentido de possibilidade (Bartolini, 2010), inovemos! « L'insurrection est le premier des droits et le plus sacré des devoirs » (M. Regnard apud Durkheim, 1987, p. 199).

³⁸ Neste ponto teremos de distinguir a Epistemologia como a crítica da validade do conhecimento referente ao campo de pesquisa, da Gnosiologia que aborda a validade do conhecimento em função do sujeito cognoscente.

Como se pode depreender desta longa elocução, era-me obrigatório inserir no capítulo da metodologia todas as reflexões apresentadas e que constituem a “coluna vertebral” da tese por mim defendida. Pretendi aqui destacar a importância do equilíbrio entre o rigor metodológico e a capacidade de ir além dele, em vez de dele nos tornarmos escravos. Procurar ter a visão da realidade total e não somente aquela que o nosso “bisturi” alcança.

Retornarmos ao humanismo dos fundadores da Sociologia, à sua vontade de agir sobre a sociedade, ao estudo da sua evolução e a procura de um mundo perfeito é um exercício que nos relembra a principal função social da sociologia.

“La sociologie ne vaudrait une heure de peine si on ne la croyait pas utile »³⁹

(Durkheim É. , La science sociale et l'action, 1897 (1987), p. 32)

Capítulo 2 - A FUNÇÃO SOCIAL DA SOCIOLOGIA

Para que serve na prática a Sociologia? A Sociologia surge-nos na história e nos diferentes contextos nacionais, sempre aliada à preocupação social mais urgente: a das condições de vida das populações. Numa fase mais estruturada da *socio logos* despoleta-se o interesse científico pela compreensão das leis sociais subjacentes à organização social, e busca de um método científico que lhe confira objetividade, igualdade e dignidade entre as restantes ciências. A difusão dos resultados e a sua disseminação popular, para que estes tenham efeitos reflexivos e ajudem a aumentar a consciência coletiva, é uma das suas funções sociais e a que também está no cerne de muitas discussões académicas; a de fornecer informações para a construção de políticas públicas e apoiar decisões políticas, é a segunda função; a terceira função é da intervenção na mudança social.

Uma das preocupações inerente a este trabalho provém da alienação por parte dos cientistas sociais e da desorientação manifesta quanto à função social efetiva do nosso trabalho, assim o cerne deste capítulo é a utilidade prática da Sociologia na sociedade, nas suas dinâmicas e mudanças. A velocidade a que se processam as mudanças estruturais não se coaduna com o carácter contemplativo, teórico e fracionado do estudo dos problemas que afetam o nosso mundo, urgem sim a apresentação de alternativas e soluções holísticas que passam, impereptivelmente, pelo envolvimento interventivo dos sociólogos. Urge desenvolver uma perspetiva sociológica cujo produto seja mais apelativo e acessível a todos, cumprindo-se a sua verdadeira reflexividade.

Não bastando o facto de a Sociologia ser a mais recente das ciências, no imaginário popular a utilidade da Sociologia ainda é no mínimo difusa. De todas as ciências o nosso objeto de estudo é o mais subjetivo - a ação social -. A luta pela legitimidade e utilidade da Sociologia esteve sempre no centro da preocupação dos cientistas sociais. A excessiva obsessão com a objetividade conduziu à alienação do seu objeto de estudo e à sua desagregação em miríades de especialidades, sem que depois se voltassem a reunir esses conhecimentos numa visão global dos fenómenos sociais. Devido à extensa fragmentação dos domínios de estudo da Sociologia, bem como à partilha do nosso objeto de estudo com outras ciências perdemos a perspetiva global e holística dos problemas sociais e da sua real inserção na

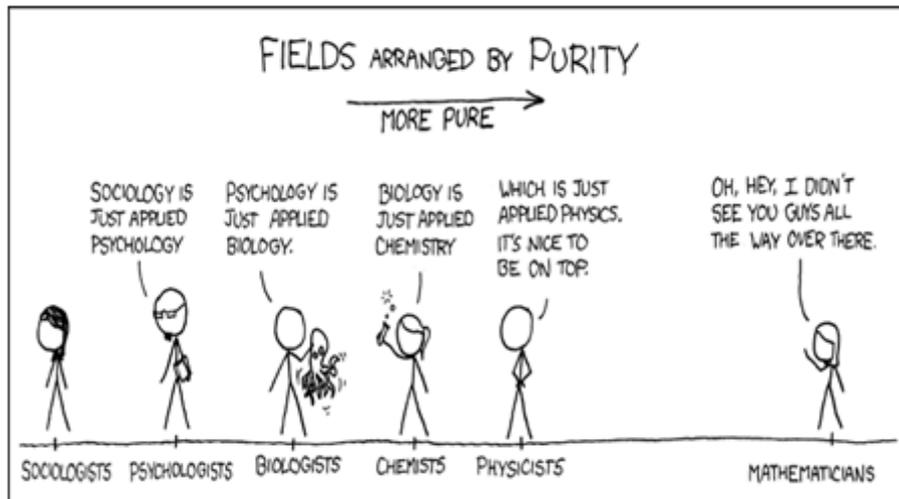
³⁹ “ A sociologia não valeria uma hora de pena se não acreditássemos na sua utilidade”

condição humana; por nos termos perdido nos detalhes, alienando-nos da real função da sociologia, aquela que foi delineada pelos seus fundadores, pelos ideólogos da Sociologia. Afinal servimos para quê?

Convém também aqui referir que os saberes sociológicos acerca do funcionamento da sociedade são muitas vezes confundidos com opinião e essa, toda a agente a tem e que é aquela a que se chama *saber prático* (Costa A. F., O que é a Sociologia, 1992) “a qual se distingue do conhecimento produzido e suportado cientificamente, mas que ainda assim é contestado como mais uma opinião.”

Ontem, como hoje estamos à beira de uma revolução social global, cujos contornos de desenvolvimento são insondáveis, pela intensa instabilidade que provocámos ao nosso mundo. De facto nestes tempos atribulados, podemos afirmar que de um modo geral e mesmo específico “perdemos o norte”. Somos absorvidos e esgotados pelos detalhes e a perspectiva do “todo” é alienada. É tempo de parar e refletir sobre a validade dos nossos atos, o contributo destes para o conjunto da sociedade e, sobre o que é realmente importante para o nosso bem-estar coletivo. Enquanto sociólogos, qual é o nosso papel, afinal para que serve a Sociologia, que bem pode trazer à humanidade? Para que foi ela pensada?

Figura 2.1 - A Sociologia e as outras ciências



Fonte: XKCD⁴⁰

O *cartoon* acima apresentado é deveras desanimador, pois pelo crivo da pureza, a Sociologia é a mais subjetiva das ciências. Este é um facto do mundo real, ninguém tem

40

https://www.google.pt/search?q=cartoon+xyz&espv=2&biw=1440&bih=775&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiNrJ-Y09vKAhWETHQKHTo4C_YQ_AUIBigB#tbn=isch&q=cartoon+xkcd&imgcr=h1exIlleHDNyGM%3A

uma ideia precisa de para que serve um sociólogo. Mesmo profissionalmente são-nos atribuídas muitas tarefas próprias de um assistente social, ou então outras relacionadas com caracterizações populacionais e recolção de estatísticas e que são na sua maioria uma Sociologia descritiva, muito aquém da capacidade que deveríamos ter de propor a via para resolver problemas sociais concretos.

A disseminação dos resultados da atividade científica e que a Sociologia, ela própria, enquanto profissão também ela se difunda, é no parecer do Professor António Firmino da Costa, a melhor resposta a esta pergunta recorrente, pois a partir daí, ainda que persistam as questões, estas serão mais informadas e específicas (1992, p.14).

A boa Sociologia deve construir factos sólidos, produzir material resistente à interpretação. Se bem que a Sociologia é fundamentalmente útil quando ela mostra aquilo que ignorávamos, quando revela mecanismos escondidos, quando desvenda partes da realidade. Os conhecimentos fornecidos pela Sociologia revelam as representações, as crenças que se transformam em práticas reais e até políticas. Contudo “Nos anos recentes, o papel público da Sociologia tem sido definido cada vez mais em termos de ciência social aplicada. Fornecendo suporte estatístico para análise de políticas públicas, prevendo tendências demográficas, e auxiliando na engenharia social, tem sido todos revelados como centrais para a missão da Sociologia, para além da academia.”⁴¹ (Craig Calhoun apud Turner, 2000, p. 505). Assim, surge então da Sociologia aplicada a questão da pertinência da disciplina, o que pode ela trazer à sociedade? O primeiro destaque é o de incluir um discurso público democraticamente informativo. A escola de Frankfurt também se preocupava com esta função social da teoria crítica e o seu potencial para transformar a vida pública, ou antes, *a esfera pública*⁴² (Habermas apud Bronner, Kellner, & et.al, 1989, p. 136-142).

A resposta a estas questões encontramos-na nas funções sociais da Sociologia, não aquilo que a define enquanto ciência, mas na sua utilidade social. Considerando que a Sociologia contém 3 funções sociais:

⁴¹ “In recent years, the public role of sociology has been defined increasingly in terms of applied social science. Providing statistical support for public policy analysis, predicting demographic trends, and assisting in social engineering have all been offered as central to sociology’s mission beyond the academy.”

⁴² Para Habermas, « the public sphere addresses and could influence affairs of state and of society as a whole, although it was not part of the state but of civil society. Citizens entered into the public sphere on the basis of the autonomy afforded them both socio-psychologically and economically by their private lives and nonstate civil relations” (C Calhouon in Turner, 2000, p. 528). A esfera pública não é absorvida pelo estado, mas dirige-se a ele e aos assuntos públicos por ele geridos, nos bens públicos, no empowerment para participação na esfera pública.

2.1 A função da reflexividade

Na sociedade do conhecimento, encara-se o acesso ao conhecimento como um acelerador dos circuitos da reflexividade social, a promoção da cultura científica das populações é entendida como indispensável na sociedade contemporânea.

O conhecimento científico e tecnológico é hoje um dos principais geradores das dinâmicas de mudança económica, social e cultural. A ciência tornou-se um importante recurso económico, uma das bases fundamentais da decisão individual e coletiva, e um dos componentes mais relevantes do património cultural das sociedades contemporâneas, com grande influência na forma como nos vemos a nós próprios e ao mundo à nossa volta. As suas aplicações são inúmeras, contribuindo para a superação de muitos problemas e para a permanente abertura de novas possibilidades.

Esta primeira função é a de produzir conhecimentos sobre a sociedade e contribuir para um maior autoconhecimento e reflexividade na sociedade – distinga-se aqui da reflexividade na Sociologia, que é a capacidade para examinar criticamente aquilo que ela própria faz -. Para cumprir a sua função de reflexividade terá de se proceder à: Disseminação de resultados para o público e não somente em revistas da especialidade; à simplificação de linguagem e recurso preferencial a meios audiovisuais; à incorporação da Sociologia no ensino, acessível e atrativa com o intuito explícito de formar melhores cidadãos, bem como combater a ideia popular de que Sociologia é algo muito difuso e inexplicável, em vez do ensino atual assente na tónica da metodologia e das estatísticas.

Se há algo que os cientistas sabem melhor que ninguém é que o conhecimento é transitório. Quando se conhece um universo, esse mesmo universo exponenciase em milhões de outros universos por conhecer (como o grão de areia na praia, pois cada um é único). Tratando-se do estudo do coletivo de homens, o comportamento seria previsível, na medida em que a Sociologia acumulou tantos conhecimentos acerca dos processos sociais. Contudo é de admitir que no presente cenário as probabilidades desse conhecimento ser eficaz e desempenhar a sua função social é também ele no mínimo incerto.

Certamente a própria produção de conhecimento é em si mesmo uma mais-valia, na medida em que possibilita uma reflexão,

“Somos sociedades que se pensam a si próprias. As ciências sociais nasceram para reforçar esse entendimento, criando protocolos teóricos e metodológicos com capacidade explicativa dos processos sociais. Através delas procuramos compreender, explicar e balancear o presente, e antecipar sempre que possível o futuro. Esse esforço comunica-se ao conjunto dos cidadãos e é ele próprio, em última instância, um esforço por uma cidadania mais informada” (Pinto, 2007, p.24).

Esta primeira função social da sociologia dará origem a uma maior consciencialização da própria sociedade e, que por sua vez conduzirá a uma maior capacidade cívica para

participar. A Aprendizagem coletiva para uma nova praxis social, com uma maior organização, no sentido de uma estruturação consciente dos campos de ação, é uma vantagem para a própria sociedade, na medida em que muitos problemas o deixariam de ser. Ou seja contribuir para a construção da representação da sociedade, enquanto organismo (Saint Simon apud Durkheim E., 1928 [1992]), produto da ação e não com origem natural ou divina, nem como fruto de decretos (Crozier & Friedberg, *l'acteur et le système*, 1977), na medida em que o autoconhecimento desenvolve a capacidade crítica (Foucault apud Mirafteb, 2004) e faz evoluir a consciência coletiva da humanidade e a capacidade de intervenção dos atores (Touraine, *Sociologie de l'action*, 1965).

Assim, as sociedades devem conhecer-se porque não são um produto divino, nem tão pouco uma obra orquestrada pelas leis e pelo estado “para refazer uma consciência às sociedades, são as sociedades que importa antes de mais conhecer”⁴³(Durkheim É., 1897 (1987), p. 115), sobretudo nestes tempos em que a mudança social se tornou estonteante, torna-se preponderante que as sociedades modernas possam construir representações de si mesmas « As sociedades modernas precisam da Sociologia, porque elas são modernas, porque elas sabem que são a consequência da sua própria ação, porque o mundo se abriu, porque as culturas e as sociedades cada vez mais se interpenetram umas às outras, elas devem sem cessar conhecer-se e reconhecer-se”⁴⁴ (Dubet, 2011, p. 8). Para que cumpra esta função os produtos desta (como de outras ciências) tem de ser apresentados de forma clara e simples:

O modo como são veiculados os conhecimentos é determinante para a sua disseminação, que se pretende popular, no sentido linear da reflexividade, ou seja devolver os conhecimentos produzidos à sociedade, para que se favoreça um desenvolvimento da consciência coletiva.

O estilo de escrita também ajuda na forma como suscita interesse, no entanto se a linguagem deve ser acessível, também não deve cair no outro extremo, a Sociologia não faz nem romances, nem jornalismo (Boudon & Bourricaud, 2002). A ciência deve ser construída sobre factos sólidos, resistentes à interpretação, revelando o “óbvio”, mas apresentando prova de facto, daí se distinguir do jornalismo e do romance. A linguagem acessível não vai eliminar a cientificidade dos conhecimentos transmitidos, não será por aí que se perde a erudição, haverá antes uma democratização.

A utilização de linguagem encriptada deve-se, frequentemente, à insegurança quanto à natureza do seu objeto de estudo. Exceção magistral feita a Talcott Parsons, considerado o

⁴³ « Pour refaire une conscience aux sociétés, ce sont les sociétés qu'il importe avant tout de connaître »

⁴⁴ “les sociétés modernes ont besoin de sociologie parce qu'elles sont modernes, parce qu'elles savent qu'elles sont la conséquence de leur propre action, parce que le monde s'est ouvert, parce que les cultures et les sociétés se frottant de plus en plus aux autres, elles doivent sans cesse se connaître et se reconnaître »

fundador da Sociologia abstrata contemporânea, ou o último dos clássicos, não obstante o seu hermetismo literário, teceu um contributo fulcral para a Sociologia moderna ao isolar o átomo de análise do trabalho sociológico no *unit act*. No entanto a nuvem de ilegitimidade científica que paira sobre a Sociologia, desde o seu início e tendo em conta que também é a ciência mais subjetiva das ciências, por ser um homem a estudar os homens, exige dos investigadores uma afirmação tenaz e rígida quanto aos métodos e técnicas utilizados, este é o fantasma que a todo o custo se tenta afastar. É deste modo que a preocupação exacerbada com a metodologia, por vezes mais do que com o próprio objeto de estudo, bem como a utilização de escrita encriptada mais não esconde que a insegurança e o receio do julgamento exterior tornam os seus trabalhos “pesados” e de difícil leitura, nada atrativos ao comum dos cidadãos, considerados como uma cacofonia ininteligível: isolando deste modo o seu árduo trabalho, que não cumpre assim a primeira função de transmissão dos resultados, tornando-se quase ininteligível o discurso sociológico.

Uma das vertentes da produção científica é a teoria, que num crescendo se vai construindo a partir da prática e vice-versa. “A teoria é discutível, a experiência convence” (O'Connor & Seymour, 2011, p. 45). Como produto da atividade científica, também ela deve ser sujeita à reflexividade. A necessidade de conceitos abstratos é fundamental ao trabalho científico, na medida em que reelaboram e unificam a realidade permitindo uma abordagem objetiva, no entanto esta atitude por parte dos sociólogos faz com que a teoria produzida perca reflexividade social e fique restringida ao mundo académico e erudito. A teoria é algo muito abstrato, um arquétipo da realidade e a linguagem utilizada para a veicular é por vezes demasiado complexa e erudita, o que torna difícil a sua compreensão. Deste modo é frequente aos cientistas tornarem o seu valioso trabalho inacessível ao público,

“Onde muitos teóricos erram é em tornar as suas ideias inacessíveis por, deliberadamente ou inadvertidamente utilizarem desnecessariamente vocabulário complexo ou gramática densa. A minha crença é que os teóricos deveriam encorajar ativamente as pessoas a ler – e portanto criticar – o seu trabalho, e que a necessidade de comunicar deveria ser predominante nas suas mentes”⁴⁵ (Scott, 1995: p.xiii).

Também Giddens concorda neste ponto, ao afirmar que “ Não somente os sociólogos estão propensos a afirmar o óbvio, como têm a tendência de vestir o que têm a dizer numa

⁴⁵ Where many theorists have gone wrong is in making their ideas inaccessible by, deliberately or inadvertently, using unnecessarily complex vocabulary or dense grammar. It is my belief that theorists should actively encourage people to read –and hence to criticize – their work, and that the need to communicate should be uppermost in their minds”

terminologia que parece negar aos agentes a liberdade de ação que sabemos que temos”⁴⁶ (Giddens, 1987, p. 3).

A forma como comunicamos os conhecimentos alcançados é mais ou menos eficaz quanto o interesse que sustentam, este não se compadece de interrupções constantes para referências bibliográficas, na apresentação dos trabalhos seria meritório contemplar duas versões, uma científica respeitando todos os critérios acadêmicos e uma outra, simplificada na apresentação e na linguagem, mas com a informação pertinente e de interesse para os cidadãos, sobretudo quando se dirige a um público que não é especialista.

Como no caso desta tese com componentes produzidas em sede profissional, numa equipe multidisciplinar de arquitetos, urbanistas, geógrafos, engenheiros e políticos. O estilo de escrita profissional é igualmente válido, mas é infinitamente mais prático e objetivo no sentido em que se trata de uma intervenção necessária, num contexto real, dirigindo-se a um público laico. A sua componente prática é feita de *informações, deliberações e ações*, aqui o mundo académico é algo muito distante e tudo tem de ser traduzido e simplificado, com os seus próprios constrangimentos, trâmites e potencialidades que o trabalho num Município representa. Sob pena de sermos ignorados, por pretensiosismo, e o nosso trabalho escamoteado, por muito necessário que este seja. Já basta a atitude geral de que *todos são sociólogos, qualquer um faz este trabalho* (um arquiteto pode muito bem fazer um diagnóstico social?!); enquanto profissionais tudo tem de ser sucinto, fundamentado e apresentado de um modo simples e prático, privilegiando o visual, com quadros, gráficos e pouco texto. É grande esta dicotomia, uma luta perene e sempre alerta, para revelarmos a nossa utilidade, não perdendo a cientificidade dos processos, mas garantindo a compreensão por parte dos outros dos produtos que concebemos.

Tal como a questão tem vindo geralmente a ser colocada, promover a cultura científica das populações com um carácter informal também suscita entre os cientistas sociais algumas questões críticas, sobretudo no que se refere à linguagem a utilizar. Augusto Santos Silva (2008) alerta acerca das razões a acautelar. Para este autor o contributo da Sociologia para a sociedade é:

“A Sociologia, ciência das relações que fazem e transformam as estruturas sociais, contribui para a ação social e as suas instituições com conhecimento (...) No dia em que aceitarmos as demandas de “simplificação” do discursos científico e de “aplicabilidade” ou “relevância utilitária” da investigação – seja para a eficácia social do investimento público ou privado nesta ciência, seja para o alargamento da sua base ou audiência social, seja para o uso dos instrumentos e resultados sociológicos nas ações de progresso, desenvolvimento,

⁴⁶ “Not only are sociologists prone to state the obvious, but they tend to dress up what they have to say in terminology which seems to deny to agents the freedom of action we know ourselves to have.”

transformação ou emancipação de populações dominadas ou desfavorecidas – nesse dia teremos recuado décadas na evolução da nossa ciência” (p. 218)⁴⁷.

Se bem que esta posição nos pareça extremada face às questões epistemológicas defendidas anteriormente, não nos restam dúvidas que a ciência contribui para a sociedade com conhecimento e a forma como este é produzido é que a distingue enquanto ciência, pois são mobilizados competências e estratégias de elaboração de conhecimentos que vão para além dos saberes comuns, das tradições culturais e das práticas técnicas, é de facto a metodologia que lhe confere cientificidade, esta questão é indiscutível! Defendo sim que este não deve ser o cerne da preocupação, mas sim o do objeto em si e da forma como ele é abordado. Como diz o Professor Doutor Firmino da Costa “Falar de Sociologia de uma maneira simples e direta não significa divulgar uma qualquer versão superficial, empobrecida ou ultrapassada deste domínio de conhecimento. Pelo contrário. Exige chegar rapidamente às questões fundamentais e trata-las com precisão” (Costa, A.F., 1992, p.7).

Não é a produção do conhecimento sociológico que seria popularizada, a cientificidade dos procedimentos não é colocada em causa e nunca se deverão descurar os critérios e formação rigorosos que lhe estão subjacentes. O que se pretende transmitir, dar conhecimento à população, ao simplificar a linguagem e cativar públicos são sim, os resultados que essa ciência produz, não o processo que se utilizou! Traduzir os conhecimentos produzidos para uma linguagem que todos compreendam, assim como já se faz com as outras ciências (biologia, química, física, História e até na matemática...). Há que democratizar o acesso ao conhecimento, na medida em que como já se referiu, uma sociedade mais informada é uma sociedade melhor preparada para as mudanças, para a gestão coletiva da ação social e para melhorar a sua capacidade homeostática. Parecem-nos exagerados os escrúpulos que impedem a concretização desta função e que mais não disfarçam que os receios epistemológicos sobre o cariz científico daquilo que se produz nas ciências sociais, certamente por ser o homem o seu objeto e os cientistas serem homens iguais àqueles que se estudam. Mais uma vez me pergunto, será que ao fim de 200 anos de produção científica, de abertura dos paradigmas à incerteza, ainda se justificam estes pruridos?!

Publica-se muito pouco fora do circuito das revistas científicas, ou seja o que se produz dirige-se aos congéneres, “a maioria dos trabalhos publicados não são lidos, nem por estes” (Ingrid e Staffan Höjer, *Strategic issues in writing a paper*, conferência doutoral ISCTE, 10/10/14), exceção se os artigos forem publicados na internet, aí sempre há mais hipóteses de surgirem na pesquisa sobre os assuntos e de se tornarem conhecidos e úteis para alguém. Infelizmente a Sociologia ainda é uma ciência encerrada sobre si mesma, em que

⁴⁷ Esta postura foi alvo de grande discussão com o meu colega de licenciatura Carlos Silva, actualmente director do departamento de Sociologia da Universidade de Évora.

os cientistas se citam a si mesmos ou a outros seus conhecidos, embora por vezes dada a pertinência e conjugação de ideias este facto seja inevitável.

A outra questão, também já referida, prende-se com os conteúdos da grande maioria destes estudos, certos temas abordados ajudam a quê? Não querendo ferir suscetibilidades, não irei exemplificar, mas para que servem certas pesquisas, a que adiantam ao bem-estar da humanidade, são estéreis, redundam num mero exercício metodológico, não é mesmo de todo assim que a Sociologia se poderá afirmar como útil e interessante, enquanto for refém da sua *torre de marfim*, na prática não servem para nada, nem ajudam a ninguém. A boa Sociologia não é forçosamente a oficial, como nos recorda Francois Dubet na sua obra, *à quoi sert vraiment un sociologue* (para que serve verdadeiramente um sociólogo?), afirma o autor que “ A sociologia perde assim a sua criatividade, torna-se numa acumulação rotineira de raciocínios, de teorias e de métodos, uma espécie de acumulação maníaca, um discurso repetitivo ao comentarem-se a si mesmos, da qual a consequência será a de fechar a porta aos espíritos mais originais.”⁴⁸ (2011, p. 45). Atingiu-se o limite do absurdo autista e urge a intervenção cientificamente informada nos problemas reais da nossa sociedade.

Também Saint Simon considerava que o conhecimento científico deveria de iluminar o progresso do espírito humano. No entanto julgava que não era a academia a produzir os espíritos mais iluminados, pois os mais independentes são frequentemente escamoteados do seu seio. Uma vez que não se circunscrevem aos ditames e pruridos instituídos, mas são guiados pelo amor à humanidade e ousam abordagens e perspectivas inovadoras. São de facto estes que contribuem para o progresso do conhecimento e da humanidade,

“Tal será a estrada que seguirá o génio quando ele for colocado numa posição de independência, enquanto o espírito académico continuará a seguir uma contrária; o espírito académico tenderá sempre a conservar as opiniões que ele admitiu, vendo-se como o depositário da verdade; ele atacará a si mesmo a sua infalibilidade se ele mudasse de opinião. Ele continuará a gritar à heresia e a tornar-se intolerante, em vez de dar um passo atrás ao proveito das luzes e da felicidade da humanidade. Com que ferocidades as academias perseguiram os homens de génio quando combateram as suas opiniões! (...) Percorram a história do progresso do espírito humano, vós vereis que quase todas as suas obras-primas são devidas a homens isolados, muitas vezes perseguidos. Quando de facto os académicos, eles estão quase sempre adormecidos nas suas poltronas, e quando eles escreveram, não foi senão a tremer e para produzir fracas verdades. A independência pode só alimentar o amor pela humanidade e o desejo de glória, que são os dois potentes motores

⁴⁸ “la sociologie perdrait alors son créativité, deviendrait une accumulation routinière de raisonnements, de théories et de méthodes, une sorte d’accumulation maniaque, un discours se répétant et se commentant lui-même... dont la conséquence sera de fermer la porte aux esprits le plus originaux »

que agem sobre os homens de génio. O académico é um escravo.”⁴⁹ (Saint Simon & Rodrigues, 1802 (1832), p. 9).

Tenhamos em atenção a distância temporal em que foram escritas estas palavras, embora pertinente, esta crítica não é atualmente inteiramente válida, dado todo o investimento feito nas Universidades e nas condições para a pesquisa que foram criadas, bem como o benefício da dúvida e abertura que é dado aos estudantes mais ousados de provarem a validade dos seus trabalhos.

A função da reflexividade do conhecimento deu azo a um texto extenso, porque a popularização dos produtos científicos é bastante polémica, pois embora desejada, receamos pela sua banalização e perda de referências científicas. Por exemplo para a execução do 2º objetivo desta tese: a criação de uma publicação de disseminação dos conhecimentos de diferentes disciplinas e mesmo de saberes populares; a questão fulcral com que nos debatemos é a de garantia da validade do conhecimento a publicar, terá de haver uma equipe editorial a verificar tudo, não nos pudemos demitir da responsabilização do que é publicado, seja em relação aos plágios, seja à veracidade do conteúdo dos artigos, pois não basta remeter essa responsabilização para os autores. Não é de facto isto o que se pretende, pois daqui sairia uma publicação científica, mas também não se pretende enganar ninguém?! Esta é uma questão a pesquisar, procurando boas práticas e soluções, há anos que dura o dilema e nada acontece.

Neste início do séc. XXI, à semelhança do séc. XVIII, os tempos são de mudanças estruturais profundas na sociedade, então (iluminismo) como agora compete à Sociologia ter um papel, para além daquele que já proporciona na reflexividade das sociedades, mais imediato e interventivo nas dinâmicas sociais atuais. Enquanto mediadora entre a população e o poder, mas sobretudo enquanto agente de mudança, aplicando os conhecimentos que desenvolveu durante o seu longo período de maturação científica, visando a efetiva melhoria do Bem-Estar das populações. E cumprindo desta forma as 3 funções desta ciência, a

⁴⁹ “ Telle sera la route que suivra le génie quand il sera placé dans une position indépendant, tandis que l’esprit académique continuera à en suivre une contraire; l’esprit académique tendra toujours à conserver les opinions qu’il a admises, se regardant comme le dépositaire de la vérité; il attaquerait lui-même sa prétendue infailibilité s’il changeait d’opinion. Il continuera à crier à l’hérésie et à devenir intolérant, plutôt que de faire un pas rétrograde au profit des lumières et du bonheur de l’humanité. Avec quel acharnement les académies ont persécuté les hommes de génie quand ils ont combattu leurs opinions ! (...) Parcourez l’histoire des progrès de l’esprit humain, vous verrez que presque tous ses chefs-d’œuvre sont dus à des hommes isolés, souvent persécutés. Quand on en fait des académiciens, ils se sont presque toujours endormis dans leurs fauteuils, et quand ils ont écrit, ce n’a été qu’en tremblant et pour produire de faibles vérités. L’indépendance peut seule alimenter l’amour de l’humanité et le désir de la gloire, qui sont les deux puissans moteurs agissant sur l’homme de génie. L’académicien étant esclave. »

reflexividade dos conhecimentos produzidos, a de mediadora entre a população e o poder e finalmente na condução da mudança social.

2.2 Intermediária entre a população e as estruturas de poder

Nesta segunda função, o papel dos sociólogos surge enquanto mediadores entre a população e o Estado, para que este tome decisões mais informadas e consentâneas com a realidade social, é necessária a inserção dos sociólogos nos mecanismos de decisão e nas políticas públicas. *O conselheiro do príncipe*, que pelos seus conhecimentos contribui para o bem-estar das populações, justificando as suas necessidades junto do poder.

Destaca-se nesta função social o apoio que prestamos na construção de políticas públicas, que se definem pela intervenção de uma autoridade investida de poder público e com legitimidade governamental sobre um domínio específico da sociedade ou do território (Morata, 2000, p.25). São a expressão do poder político, o modo como se governa uma sociedade. Esta atividade foi largamente ampliada no processo de construção da Europa Social, apesar do seu estado atual, de crise, para além do desenvolvimento económico almejado, também ambicionava no seu projeto inicial a proteção social dos seus cidadãos. Flagelada durante séculos pela fome, guerra e epidemias, a necessidade imperiosa de Bem-estar esteve sempre latente no cerne das preocupações sociais. Assim, dos Escandinavos a Comunidade Europeia adotou e desenvolveu o Modelo Social Europeu, para assegurar aos seus cidadãos os limiares mínimos de dignidade social, os quais o Mercado não garante e que necessitam de regulação e políticas públicas. Desta forma procurou-se assegurar aos cidadãos uma proteção social total, no sentido em que este nunca fique sem meios de provimento, adotando-se políticas sociais mais respeitadoras da dimensão holística do ser humano, tais como: salário mínimo nacional, pensão social mínima, rendimento mínimo de cidadania, acesso à escolaridade obrigatória gratuita, acesso a serviços de saúde essenciais (vacinação e assistência materno-infantil) e uma legislação que garanta trabalho digno. Na verdade tudo o que se alcançou na Europa Comunitária, em termos de desenvolvimento económico e desenvolvimento humano, é inigualável no resto do mundo. Os pilares comunitários, sobre os quais desenvolve as suas políticas assentam na empregabilidade, competitividade, adaptabilidade e igualdade de oportunidades.

Da Comissão Europeia emanam os estudos e propostas de como concretizar estas políticas, no entanto como a sua aplicação é nacional, há que as adaptar à realidade de cada país, constituindo-se assim como diretivas que se materializam na subsidiariedade, tão próximo da realidade quanto possível. Daí que fique a cargo de cada país a colocação em prática e regulamentação das políticas públicas sociais para tal desenvolvem-se programas de financiamento a que se candidatam projetos de desenvolvimento social local. Quanto aos

outros atores das políticas públicas sociais, para além dos institucionais, tem vindo a promover-se a sua participação, mediante o reforço da sociedade civil na implementação das políticas e até mesmo na definição destas, convocando parceiros e cidadãos, para a elaboração e implementação dos projetos financiados. Depois da cimeira de Lisboa as diretrizes para as políticas públicas passaram também a promover a aprendizagem ao longo da vida e a transição para a sociedade do conhecimento, bem como o envolvimento dos parceiros sociais visando a delineação de políticas ativas.

Para a implementação dos objetivos dos programas de intervenção definidos, são colocadas à disposição dos promotores locais de desenvolvimento social, candidaturas a financiamentos para a operacionalização dos objetivos específicos, ações e atividades. É assim que surgem os projetos de intervenção local, para cuja conceção, desenvolvimento e avaliação se tornou necessário ter um sociólogo nos municípios portugueses, o que viria a aumentar a sua empregabilidade. Para a realização destes projetos de intervenção tem vindo a ser seguido um sistema aberto, uma vez que a realidade está em plena mutação e nenhuma medida pode ser estanque, concorrem um conjunto de entidades locais ligadas em redes de parceria. Para tal há que ser realizado um diagnóstico do problema a ser intervencionado, ao que após se segue a delineação de objetivos, acompanhado de um plano de ação. Após a realização das atividades, estas são reavaliadas em função dos resultados alcançados, dando origem a um novo diagnóstico e, assim, sucessivamente. Por norma este ciclo obedece à apresentação do relatório de atividades e posteriormente de um novo plano de ação. Foi daqui que também surgiu a necessidade de alargar a participação ao público. Assim, para além de fornecer diagnósticos ao poder político, o próprio sociólogo viu alargado o seu campo de ação (nem sempre do agrado dos políticos que procuram se substituir aos técnicos superiores).

Face à crise presente e perante a ameaça de fragmentação da União Europeia, torna-se urgente tomar medidas que reforcem a sua coesão e promovam um desenvolvimento coerente, não só económico, mas sobretudo social. Não há União Económica e Política sem uma verdadeira Europa Social. Atualmente o plano para retirar a Europa da crise passa pela estratégia 'Europa 2020', segundo a qual é prioritário retomar o desenvolvimento numa perspetiva holística de sustentabilidade e inclusividade, com um elevado nível de emprego e coesão social e territorial. Para que tal seja exequível pretende-se que a economia passe a basear-se no conhecimento e inovação e que seja mais eficiente, verde e competitiva. Assim as reformas nacionais e as políticas públicas deveriam refletir estes objetivos.

No sentido de garantir a eficiência do plano terá de haver uma metodologia que assegure a coordenação simultânea de processos. O Método Aberto de Coordenação⁵⁰ possibilita o

⁵⁰ Professor Luis Capucha, aulas de UC políticas públicas (2011)

avanço na harmonização de políticas, pois contempla os contextos específicos e as prioridades de cada estado membro e, também objetivos e metas comuns em vários domínios de política. Não requer novos instrumentos, nem cria novas burocracias. Exige maior coordenação de políticas e tem natureza intergovernamental. Promove a participação responsável dos parceiros sociais e outros agentes pertinentes na sua conceção e implementação.

No entanto há outros domínios de poder em que os contributos dos sociólogos são valorizados. Ao nível das autarquias, embora o habitual seja fornecer informações e dados estatísticos, para sustentar decisões, vai-se mais longe ao propormos soluções e meios para os problemas locais que estudamos. Embora frequentemente sejam encomendas, alguns trabalhos também partem da iniciativa dos Técnicos Superiores e, é bom que assim seja e também da pressão da população. Como exemplo apresento um trabalho realizado em 2000, em conjunto com uma colega Engenheira Civil, propusemos fazer o levantamento de todo o parque escolar devoluto, há data 74 escolas; num raio de 3km a cada uma das escolas inquiri, recolhi os dados com o formulário guião e ouvi todas as pessoas que ali habitavam, traçando o contexto social em que se encontravam os edifícios devolutos com vista à sua possível reutilização. Daqui resultou um guia, contendo os levantamentos das condições dos edifícios e orçamentos da sua recuperação, realizados pela minha colega; a caracterização populacional, diagnóstico com enquadramento histórico, problemas e potencialidades humanas e propostas de reutilização, pela minha parte. Este trabalho supostamente viria a orientar as decisões em relação a este parque escolar, evitando a ruína de muitos equipamentos, e a sua recuperação para fins sociais (dentre muitos outros fins).

Quanto à ligação da Universidade ao meio, J. M. Pinto (2004, p.24), defende que esta deve ser uma participação ativa na transformação da sociedade mediante projetos de investigação/intervenção, estudos de impacto social ou ainda o seu envolvimento em projetos de investigação das ciências aplicadas. Abre-se aqui uma via para o desenvolvimento de estudos sociológicos e de suprir as necessidades de bem-estar da população, bem como incrementar a eficiência da administração pública. É assim que se podem definir estratégias de ação, quer por parte das entidades públicas, quer mesmo por parte dos cidadãos. Esta ligação é importante e ocorre com frequência por meio de encomendas mais complexas. No entanto da lista extensiva de programas nos anos 90 e início de 2000, foram contratados inúmeros profissionais das Ciências Sociais nas autarquias para fazer face à elaboração e coordenação de projetos, como já referimos. O que veio relativizar a ligação às universidades, não obstante a ligação a Centros de Investigação, com quem é mais fácil articular, validar e expandir perspectivas com quem está no terreno. Atualmente, na prática os sociólogos (bem como outros técnicos superiores)

são proscritos, pois domina a mentalidade de *o que é bom é o que vem de fora*. Daqui haver uma duplicação de tarefas e de gastos, o que outrora era gratuito agora custa caro, pois as Universidades e Centros de investigação carecem de fontes de rendimentos e criou-se o hábito de encomendar trabalhos, muitas vezes ignorando os técnicos locais. De facto o ideal seria existir um suporte dos centros de investigação, incluindo na equipa que realiza o trabalho os técnicos locais, ou que existisse facilidade por parte destes aos recursos destas unidades de pesquisa. Não obstante estas idiossincrasias, o sociólogo surge como uma versão sofisticada de *conselheiro do príncipe* (Maquiavel, 1513 (1970)), que trabalha em prol de ambos, do príncipe e do povo, servindo de intermediário, mas que fica sempre atrás do cenário, para ele não há lugar no palco.

2.3 A Sociologia de intervenção

Na sua terceira função, a Sociologia visa contribuir para melhorar as condições de vida da população com vista à construção de uma sociedade melhor, induzindo a mudança social. Cria ferramentas de intervenção real na sociedade, aplicando técnicas específicas no sentido de promover os processos de governança e de *empowerment* das populações.

Nesta outra componente social igualmente importante da Sociologia, o que a distingue enquanto ciência é a estratégia ou intervenção, com capacidade para definir objetivos, realizar escolhas e combinar meios. Com competência de assimilar, interpretar, produzir e comunicar informação; esta atitude visa a descoberta e demonstração com o intuito de enformar estratégias de ação, de produção e controlo de efeitos em realidades sociais. Ou seja de intervenção na sociedade procurando resolver ou minimizar os problemas que a afetam. Esta, a meu ver, é a função social pioneira da Sociologia, a que não pode ser descurada e aquela através da qual pudemos realmente ajudar a sociedade, intervindo na sua realidade e afirmar a necessidade do sociólogo.

Embora pese o facto de que o renascimento da Sociologia em Portugal esteve imbuído de espírito de intervenção. O seu início no nosso país não foi estranho ao movimento “global” pelo espírito científico na busca pelo conhecimento que grassava na Europa e, muito bem representado, Portugal esteve na revoada cosmopolita dos românticos anos de finais do séc. XIX início do XX. Mediante o trabalho de Teófilo Braga e numa cátedra que foi criada em 1901 na faculdade de Direito de Coimbra, tudo iria muito bem. Contudo a implementação de um governo de ditadura no país foi contrária ao teor especulativo das ciências, sobretudo o das ciências sociais, cujo objeto de estudo e teorização crítica suscitava argumentos de oposição a um estado desta natureza. Apesar e curiosamente, o interesse pela Sociologia foi retomada ainda, no seio do Estado Novo, protegido pela égide da igreja católica e das suas preocupações sociais, o que explica também a tolerância ditatorial perante o

ressurgimento da Sociologia em Portugal conduzido por um grupo de jovens católicos de engenheiros, advogados e economistas (Ferreira, 2006), foi esta a origem académica dos pais fundadores da Sociologia em Portugal.

Tal como noutras nações, o seu envolvimento e preconização da disciplina teve sempre como linha mestra a função social dos conhecimentos sociológicos, enquanto meio para melhor compreender os problemas da sociedade portuguesa com vista à sua resolução ou minimização de impacto na população. Esta conjugação de fatores na história da Sociologia em Portugal, deu-lhe uma propensão natural para a interdisciplinaridade, como muito bem sintetiza o Professor Fernando Luís Machado “A valorização da interdisciplinaridade e os apelos à sua prática acompanham a Sociologia portuguesa desde a primeira hora. Faz parte desde sempre do discurso oficial da sua instituição mais representativa, a Associação Portuguesa de Sociologia” (Machado F. L., 2009, p. 337).

Também a este propósito a professora Anália Torres proferiu no seu discurso de abertura do V Congresso Português de Sociologia, que os pais fundadores da Sociologia

“Impedidos na prática de fazer pesquisa empírica, transmitiram aos seus alunos a importância da investigação e do mergulho na realidade, em todas as suas múltiplas formas e metodologias. (...) O bichinho da pesquisa, o contacto direto com o terreno, passaram a ser os melhores aliados na formação do sociólogo e o complemento indispensável de uma boa formação teórica” (Torres, 2008, p. 20).

Desta forma, tal como acontecia noutros países não se dicotomizou a Sociologia empírica da teórica,

“Cedo se percebeu que uma boa formação teórica constitui indispensável instrumento para enfrentar as múltiplas empíreas de que as ciências sociais se ocupam (...) Em síntese, boa formação teórica e metodológica, capaz de se renovar através da pesquisa, paixão pelo terreno, disponibilidade para produzir conhecimento e responder a todo o tipo de solicitações: da chamada investigação fundamental às solicitações de pesquisa para objetivos específicos, à investigação-ação ou à prestação de serviços à comunidade. Foi esta a formação que recebemos dos nossos mestres” (Torres, 2008, p. 21).

Neste texto encontra-se bem explícito o espírito em que renasceu a Sociologia, no nosso país, a função social da disciplina, o trabalho de terreno e o serviço à comunidade. Outra vantagem que constituiu o nascimento tardio da Sociologia em Portugal foi o de termos de procurar referências e resultados externos, a nossa facilidade com as outras línguas abriu-nos aos conhecimentos produzidos internacionalmente. Não obstante este início inspirado no bem comum, passados 40 anos instalou-se um comodismo na produção de trabalhos, cuja função social é questionável, facto comum a todas as instituições que cristalizam as suas práticas. Mais uma vez afirmo que temos de lembrar sempre o início da disciplina, da sua história, dos objetivos, para calibrarmos o azimute para o qual nos dirigimos e a utilidade que o nosso trabalho poderá ter.

Alain Touraine entende que quanto ao objeto de estudo da Sociologia este deve envolver o estudo da ação histórica centrada sobre o funcionamento dos sistemas sociais. Especificamente na relação com a Sociologia de intervenção afirma que “a Sociologia deveria acompanhar esta mutação ao elevar o nível de consciência dos atores, ao favorizar o nascimento de novos movimentos sociais”⁵¹ (Touraine, 1969 apud Dubet, 2011, p.15). A mudança social é fomentada ao servir de mediador entre o grupo militante e o movimento social de forma a orientar a historicidade na melhor relação entre a coesão do sistema e a liberdade dos atores, A Sociologia de intervenção procura desta forma a reconciliação entre o sistema e os atores sociais. Entende, assim, que são estas mudanças que produzem História e questiona-se relativamente à Sociologia “ como evitar por consequência a reversão necessária que conduz do estudo dos problemas sociais àquela da ação histórica, de uma Sociologia da sociedade a uma Sociologia da ação?”⁵² (Touraine, 1965, p. 14). Contudo, alerta Isabel Guerra (2002) para o perigo da apropriação do movimento de mudança por atores cujos interesses pessoais divergem dos coletivos, “que a incerteza e o conflito instalam-se na medida em que a ação coletiva é fruto de decisões de atores cujos interesses e necessidades não são idênticos aos da maioria, mas sim aos do sistema vigente”. É aqui que surge a dicotomia intrínseca à Engenharia Social e a sua vocação para servir os poderosos, ou a de servir as populações. Quanto a mim contraponho, mais uma vez a importância fulcral de uma formação sociológica, ética e deontológica, do Sociólogo que intervém; mas também é de sobressair o facto de que as pessoas já não se deixam enganar tão facilmente, pois o esclarecimento é cada vez mais amplo e os cidadãos exigem cada vez mais transparência e honestidade do poder.

Ainda, a metodologia de investigação-ação experimental criado por Kurt Lewin e, desenvolvida a partir dos anos 70 em França preconizado por Crozier e Touraine, do qual a Sociologia de Intervenção se apropriou, não contempla a visão do positivismo, antes o contesta de forma racional, quer no que concerne à objetividade, neutralidade e ligação ao senso comum, quer quanto ao carácter contemplativo da Sociologia; opondo-lhe uma conceção pragmática do conhecimento, defendendo a parcialidade assumida do observador e das técnicas que utiliza no seu envolvimento com o objeto de estudo. Esta postura do investigador é-lhe possível pela permanente reflexão epistemológica a que se sujeita, pois como diz o Professor João Ferreira de Almeida⁵³, “o sociólogo trabalha de dia e de noite: de

⁵¹ “Affirmait que la sociologie devait accompagner cette mutation en élevant le niveau de conscience des acteurs, en favorisant l’accouchement de nouveaux mouvements sociaux »

⁵² “Comment éviter par conséquent le nécessaire renversement qui conduit de l’étude des problèmes sociaux à celle de l’action historique, d’une sociologie de la société à une sociologie de l’action?”

⁵³ Aulas da UC de metodologias extensivas (2010)

dia sobre os dados que recolhe, à noite sobre os limites e relevância dos conhecimentos que produz”.

A Sociologia de intervenção procurou assim a reconciliação entre o sistema e os atores sociais. O contributo da atual metodologia de investigação-ação foi o de trazer para o centro da análise a participação dos atores nos processos de diagnóstico dos problemas e planeamento das soluções. Esta metodologia participativa não encara a população como um objeto de estudo, algo de externo como o considerava Kurt Lewin no passado da metodologia, mas sim a nós investigadores como sujeitos implicados, como intermediários na melhoria da qualidade de vida das populações, pelo desenvolvimento de soluções ou sistemas de funcionamento adaptados, nunca perdendo de vista a subsidiariedade das soluções, precisamente apontadas pelos próprios atores, proporcionando o envolvimento destes em todas as fases do processo, para que no final se apropriem dos resultados, para os quais contribuirão. Assim, na Europa, a Sociologia de intervenção evoluiu, munida da investigação-ação, para os processos participativos que também se diversificaram e disseminaram. Na sua fase atual de evolução, a novidade inscreve-se que a partir do planeamento territorial participativo, foram desenvolvidas metodologias e técnicas, emprestadas de outras áreas científicas a que se abriu e que conferem atualmente à intervenção social um carácter mais organizado, sistematizado e racionalmente planeado, a que se seguirá a denominação de Engenharia Social.

Específica e atualmente em Portugal, e também no âmbito do planeamento territorial, tem sido desenvolvido trabalho sociológico focalizado nos processos participativos, sem nunca se recorrer à utilização do termo Engenharia Social. O contributo da Professora Isabel Guerra foi disseminado e conhecido como referência entre todos os que buscam uma Sociologia alternativa, imbuída de intervenção. Considera esta autora que no planeamento do desenvolvimento territorial

“Exige-se do planeador outro tipo de técnicas de planeamento mais funcionais, como as de mediação, de identificação de interesses para discussão e decisão, de gestão de conflitos e desenvolvimento de estratégias comunicativas (...) Assim, é um desafio do planeamento definir modelos de ação coletiva abertos à inovação social, renovando o exercício democrático na combinação entre objetivos do indivíduo, do grupo e da sociedade” (Guerra, 2006, p.10).

Nesta mesma postura de inovação dos meios e técnicas que não as tradicionalmente aceites, a inovação é necessária para novas realidades. Perante um papel mais ativo por parte do sociólogo, especificamente nas tarefas de que aqui iremos tratar, por muito válidos que sejam os métodos sociológicos, não são os mais adequados para o trabalho que defendemos seria o da última, mas mais importante, função da Sociologia. É assim que

relativamente às questões que coloquei em relação a esta metodologia, existe uma afinidade com a perspetiva do Professor Doutor Walter Rodrigues, que ao afirmar,

“Acresce que as expectativas da prestação do trabalho que a este nível pode ser desenvolvido pela Sociologia vão mais ao encontro da postura cientificamente legitimada pela comunidade científica e daquela com que os sociólogos mais habituados estão a lidar: a postura hipotético-dedutiva, baseada em instrumentos metodológicos razoavelmente testados e legitimados pela comunidade científica da sociologia. Contudo, essa é uma postura desajustada, no contexto do trabalho em planeamento estratégico e mesmo contraditória com os princípios requeridos pela noção de Governança “ (Rodrigues, 2005, p. 26),

vem reforçar a distinção entre Sociologia clássica e a Sociologia de intervenção, ou como defendo a Engenharia Social, a questão é a de que as diferenças residem não só nas técnicas, mas também numa outra postura e metodologia científica, da qual adiante iremos nos ocupar.

No desenvolvimento das técnicas a aplicar em processos de planeamento estratégico, sobretudo de cariz participativo, denominadas *bottom-up*, também o Professor Doutor Ulrich Schiefer tem realizado em Portugal um trabalho notável quer de investigação, quer de aplicação de técnicas, que foram utilizadas e difundidas, sobretudo, na implementação do programa ‘Rede Social’, bem como noutros programas como o “Integrar”, “Ser Criança”, etc.; também ele realizou um trabalho exemplar, quer na preparação dos seus alunos, muitos dos quais viriam a ser consultores nos processos participativos, mas também na disseminação pública dos seus trabalhos.

De facto, foi através da “Rede Social” que os sociólogos profissionais integrados em estruturas institucionais tomaram contacto com as técnicas e procedimentos de planificação coletiva com que até então ainda não havia conhecimento de forma tão explícita e sistematizada. “O sucesso da sua aplicação veio demonstrar esta, como a via adequada para a mudança social territorial (...) a inovação deste início de século são a interação e a cooperação programadas com vista a atingir objetivos concertados” (Guerra, 2006, p. 16).

Enquanto técnica responsável pela implementação do programa Rede Social em Odemira, esta foi a mais marcante experiência profissional que tive. Apesar de pecar por envolver somente as instituições e associações de produtores, de comércio e de desenvolvimento local, não estava, ainda, vocacionada para a participação dos cidadãos. Numa equipe bastante dinâmica que compunha o CLASO (conselho local de ação social de Odemira), trabalhámos arduamente em equipa de uma forma inédita e muito estimulante para todos, quase que acreditava que este era o início de uma nova Era, em que a colaboração se iria sobrepor à competição. Para além de todo o processo de elaboração do pré-diagnóstico, do diagnóstico coletivo e do plano de ação do Concelho de Odemira, que correu de modo excelente (face aos outros CLAS sobressaia nas reuniões regionais), contámos sempre com

a presença ativa do atual presidente do Município, então vereador responsável pelas obras, mas mesmo como cidadão (felizmente o vereador do pelouro respectivo ignorava a ação social). No entanto já com um novo vereador, organizámos um evento – o Fórum Social de Odemira – ocupámos a zona ribeirinha e entre todos os parceiros, planeámos e montámos uma feira com *stands* das respetivas ipss's, ong's e outros, muita informação e muitas atividades (concertos, teatro pela população prisional de Odemira, passeios de barco com biólogo a bordo, etc.). Foi bom demais, uma verdadeira festa a que ocorreu a população e que ficou na memória local. Dado este sucesso, mais uma vez o recém-nomeado poder político, sentindo que perdia o controlo para os técnicos, associações e cidadãos, apropriou-se do trabalho da Rede Social e pretendeu manipulá-lo em proveito do seu partido.

O trabalho de parceria e o envolvimento de múltiplos atores motivados para a tarefa de realizar um plano de ação social, foi uma experiência fulcral e inspiradora para a presente tese. É de lamentar que tanta energia se tenha perdido. Daqui ter confirmado da necessidade de estes espaços de participação serem neutros, não pode ser conotado com partidos políticos e muito menos serem seus instrumentos, não pode existir “mais à esquerda ou mais à direita”. Foi uma oportunidade que se perdeu para sempre. As pessoas deixaram de acreditar. Ficou a experiência e da qual saí com a ideia de Engenharia Social, ainda mais determinada.

A metodologia e técnicas que foram utilizadas, para além da sua aplicação clássica na recolha de informações e dados na fase de elaboração dos documentos, assumiu outros contornos que iam mesmo além do carácter experimental da investigação-ação, a metodologia utilizada com os parceiros passou a denominar-se processos participativos, com uma panóplia infinita de técnicas, a especialidade científica que as sistematiza e opera, é muito mais abrangente e transdisciplinar e denomina-se Engenharia Social.

Assim, a proposta que este novo conceito apresenta é o da racionalização da ação social pelo reforço dos meios consagrados à resolução dos problemas sociais, com uma abordagem mais holística e prática, já sem o carácter preciosista e académico da investigação-ação e muito menos experimental, uma vez que envolve os agentes em todos os estádios do diagnóstico, do planeamento e da ação. O seu objetivo são os resultados e não a experimentação,

“A experimentação corresponde à condução de experiências colocadas sobre controlo, em vista de verificar algumas hipóteses. Ela distingue-se, assim, da invenção, na medida em que ela é provocada e submetida a uma avaliação. Como outros métodos de inovação, as construções coletivas dos processos sociais apresentam vantagens, em termos de custos e rapidez. Elas contribuem à pesquisa de vias alternativas para modernizar as políticas, no

sentido de uma maior eficácia, de uma melhor eficiência e de uma adaptação às novas necessidades” (Penven, 2013, p. 38)⁵⁴.

Como adiante veremos em capítulo próprio, esta como as restantes dimensões referidas, Sociologia de intervenção, aplicada ou investigação-ação, ficam no passado como os passos evolutivos, para uma nova aplicação prática dos conhecimentos científicos ao serviço exclusivo das populações, promovendo a sua capacitação no caminho da governança.

2.4 A crítica social

Não é uma função, mas deveria ocorrer em todos os trabalhos, tarefa hercúlea no seu início histórico, mas cada vez mais rara (enfoque no grão de areia). A Sociologia crítica, aborda a relação dos atores com as instituições, denunciando todas as formas de poder e de dominação, assim é ela descrita por Althusser, Bourdieu e Foucault. A origem da crítica social tem as suas raízes no capitalismo industrial e consistia na denúncia das desigualdades e da exploração dos trabalhadores, pela sua persistência e ação foram conquistados resultados ao nível das condições de trabalho e dos sistemas de proteção social da população (Horkheimer apud Bronner, Kellner, & et.all, 1989). A teoria crítica é indissociável da sociedade do seu tempo e nasce da exposição dos seus problemas em busca da emancipação dos mesmos, logo não pode ser totalmente isenta pois assenta na ideia de sociedade ideal. “ A teoria crítica foi o nome escolhido pelos fundadores da Escola de Frankfurt, no período entre as duas guerras mundiais, para simbolizar a sua tentativa de alcançar a unidade entre teoria e prática, incluindo a unidade da teoria com a pesquisa empírica e de ambas com uma consciência historicamente fundamentada dos problemas sociais, políticos e culturais, da época” (Craig Calhoun apud Turner, 2000, p. 515)⁵⁵.

A teoria crítica social que se continua a desenvolver ao longo do séc. XX e as suas configurações teóricas são parte integrante do trabalho dos cientistas sociais, contudo apesar de toda a produção sociológica esta dimensão tornou-se fugaz, sobretudo nos finais

⁵⁴ “L’experimentation correspond à la conduite d’expériences placées sous contrôle, en vue de vérifier certaines hypothèses. Elle se distingue donc de l’invention, dans la mesure où elle est provoquée et soumise à une évaluation. Comme d’autres méthodes d’innovation, les expérimentations sociales présentent des avantages, en termes de coûts et de rapidité. Elles contribuent à la recherche des voies alternatives pour moderniser des politiques dans le sens d’une plus grande efficacité, d’une meilleure efficacité et d’une adaptation aux nouveaux besoins. »

⁵⁵ “Critical theory was the name chosen by the founders of the Frankfurt school in the period between two world wars to symbolize their attempt to achieve a unity of theory and practice, including a unity of theory with empirical research and both with an historically grounded awareness of the social, political, and cultural problems of the age”

do séc. XX. Existiram tantas correntes e contracorrentes que os conceitos foram rebuscados e refeitos até à exaustão esgotando-os de conteúdo e da força intrínsecas. A crise atual da teoria crítica, a indeterminação do inimigo ou do adversário, a multiplicidade das opressões, das resistências e dos agentes, torna difícil a identificação dos campos de conhecimento sociológico a explorar. A esta explicação para a dificuldade de se produzir crítica social atualmente, Boaventura de Sousa Santos identifica ainda como obstáculo principal,

“O rigor metodológico, a epistemologia permanente e o espírito positivista de objetividade do investigador, se bem que indispensáveis para a produção de conhecimentos válidos, tornaram-se prioritários em si mesmos dando origem a uma sociologia acrítica, estéril e inútil socialmente (...) A aceitação crítica das categorias que governam a vida social contém simultaneamente a condenação delas” (Santos, 1988,p.199).

Sob estas condições a produção de teoria crítica exige que exista um conhecimento exaustivo e total da sociedade. Tal ambição é igual à de colocar ordem no caos, na sociedade atual dominam as alterações rápidas e inesperadas, impermanências, evoluções, involuções, multiculturalidade, globalização, polarizações múltiplas de domínio, etc., enfim a sociedade atual é dominada pelo caos, “As promessas da modernidade, por não terem sido cumpridas, transformaram-se em problemas para os quais parece não haver solução” (Santos, 1988, p.204). O autor considera, assim, difícil construir, atualmente, uma teoria crítica, a modernidade que alcançamos deu antes origem a uma sociedade perversa, suscitando em todos nós inconformismo e desconforto com a natureza e moralidade da sociedade atual, dominada pela irracionalidade. Este *estado de coisas* não se coaduna com o princípio de ordem que subjaz ao conhecimento tal como é concebido e ainda menos com o espartilhamento e segmentarização do objeto social total nas suas diferentes ciências sociais e domínios de conhecimento social. Esta é uma postura que se perdeu e a qual tenho vindo a defender nesta tese como necessária para a evolução da própria Sociologia, a abertura a outros saberes e outras disciplinas e a reunião dos fragmentos da disciplina.

Procura-se, sim, defender uma maior comunicação entre os diferentes ramos do conhecimento, passar para um outro paradigma mais holístico, sem perder de vista a validade científica dos conhecimentos produzidos, mas partindo duma abordagem mais global do problema e não da sua especificidade, esta virá no final. Na perspetiva *zoom* parte-se do total para o específico. A teoria crítica pode promover desenvolvimentos importantes na teoria social, atualmente “A insatisfação crescente com a divisão do trabalho académico e com a visão dominante nas variadas disciplinas, conduziram ao interesse crescente em ambas as alternativas teóricas e políticas” (Bronner, Kellner, & *et. al*, 1989, p.1)⁵⁶. Por seu turno a teoria crítica disponibiliza uma abordagem multidisciplinar à

⁵⁶ “growing dissatisfaction with the academic division of labour and the dominant views in the various disciplines have led to the increase interest in both theoretical and political alternatives”

sociedade, combinando perspectivas de outras disciplinas e busca alternativas emancipatórias à ordem existente. “A teoria social crítica faz do próprio mundo, dado de forma inquestionável, o objeto de exploração e de análise” (Craig Calhoun in Turner, 2000, p.511)⁵⁷

Fica o apelo, mais uma vez, a que a redoma a que se circunscreveu a sociologia se quebre, se retome a interdisciplinaridade legada pelos “pais fundadores” e não só com a Antropologia, mas com todas as ciências que abordem o homem e com todas as engenharias que em torno dele trabalham. Que se unam os esforços e se traga a Sociologia da academia para a rua, para as comunidades, que sejamos vistos como úteis à sociedade. Que sirvamos para alguma coisa! Que resolvamos de facto os problemas sociais tal como o professor Nazareth⁵⁸ os definia “É algo que afeta um número significativo de pessoas; É considerado indesejável; Sente-se que alguma coisa pode ser feita; Através de uma ação social coletiva”

⁵⁷ “critical social theory makes the very givenness of the world the object of exploration and analysis”

⁵⁸ Aula de mestrado em Sociologia, na UÉvora a 3/2/2000, professor Joaquim Nazareth, UC sociodemografia)

« L'aménagement du territoire est, en réalité, l'aménagement de notre société »⁵⁹

(Claudius Petit, 1962 apud Lacaze, L'aménagement du territoire, 1995)

Capítulo 3 - O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E BEM-ESTAR

Neste capítulo faremos um breve diagnóstico, realçando o enfoque da função prática da Sociologia. Analisaremos o conceito de Bem-estar e de Desenvolvimento Humano, à luz da presente crise social, integrando numa perspectiva holística o desenvolvimento sustentável e a economia solidária. Entendemos que o modo como nos distribuímos e organizamos no espaço que ocupamos é um promotor do nosso bem-estar, pois fomenta o capital social, a discussão e a ação coletiva e finalmente contribui para a produção de melhores cidadãos. Assim, o ordenamento do território é um trabalho de onde se pode partir para uma mais eficaz intervenção na sociedade. Aqui o sociólogo pode: produzir informação que ajude a melhor decidir; disseminando-a e promovendo a participação cívica nos processos de decisão; e a de engenheiro social, pela correção/introdução de elementos concretos que proporcionem uma sociedade mais saudável, nomeadamente aquando do planeamento e distribuição das atividades humanas no território, o retorno ao espaço público, e a fomentação do capital social aquando dos projetos de arquitetura como adiante contamos demonstrar.

Neste âmbito do ordenamento do território e dos planos urbanos, tornou-se crucial apreender as vivências, as condutas, os problemas, as necessidades e os desejos das pessoas. Só assim é que será possível desenvolver um trabalho mais adequado junto dos indivíduos que residem permanente ou temporariamente numa área de intervenção específica. A importância do espaço que ocupamos e a forma como se reflete em todas as esferas da vida, o modo como propicia bem-estar, satisfação e felicidade, ou pelo contrário os inibe pelas condições ambientais degradantes em que se vive, é determinante para a qualidade de vida de todos os cidadãos e a questão que lhes é mais próxima, logo com possibilidade de obter melhores sucessos.

⁵⁹ “O ordenamento do território é, na realidade, o ordenamento da nossa sociedade”, Claudius Petit, funcionário público

3.1 Do Caos

A forma como o desenvolvimento económico perseguido nos dois últimos séculos foi alimentado, provocou desequilíbrios na homeostasia do planeta e em todos os sistemas vitais que o suportam, privando-os da sua capacidade de regeneração e, conseqüentemente, acelerando a degradação ambiental de modo transversal. O paradigma de desenvolvimento nascido da revolução industrial, se bem que contribuiu para o desenvolvimento tecnológico e o relativo bem-estar e conforto de uma parte da população, aumentou contudo a precariedade de mais de 2 terços da restante população mundial, agravando o fosso entre os ricos e os pobres, e potenciando as condições de miséria em que estes vivem pelo esgotamento dos recursos endógenos, que noutras eras permitiam a essas populações sobreviverem. Tudo se agrava exponencialmente: não só o clima, as sementes transgénicas misturam-se com as nativas, alterando o seu perfil genético, como uma praga, contendo um gene suicida, a planta não irá dar mais sementes, pois as grandes corporações adquirem a patente das sementes, ou seja adquiriram o monopólio sobre tudo o que é produzido neste planeta, reduzindo ainda mais as probabilidades de sobrevivência dos cada vez mais pobres. Como aconteceu com a batata-doce lira, uma especificidade da costa sudoeste de Portugal, onde foram plantadas novas espécies exógenas da China e de Espanha, para que não eliminem as autóctones das plantações respetivas terão de distar cem metros, pela rentabilidade e uso na alimentação animal não se respeita esta distância nem pelos grandes, nem pelos pequenos agricultores. A batata-doce que se come hoje já nada tem a ver com a antiga, a inércia da associação e dos poderes já não a podem defender, os redutos são cada vez mais raros.

A deterioração ambiental do território que ocupamos, a sua artificialização; a qualidade duvidosa dos alimentos que ingerimos; o desequilíbrio e crescimento exponencial da população humana; os dogmas das religiões monoteístas, o exacerbamento do individualismo e a alienação dos valores humanos; o excesso de trabalho, desânimo e *burnout*, o excesso de consumo, o excesso de viagens, a luta contra o tempo, o *stress* e a pressa. Toda a combustão necessária para acelerar todos estes processos, tudo o que alcançámos com e em prol do desenvolvimento económico pôs em causa o bem-estar, nosso e do planeta, talvez de modo irreversível. Tudo o que este desenvolvimento se propunha alcançar face aos resultados oferecidos não compensou tudo o que se perdeu no processo, obriga-nos a uma nova tomada de consciência e a uma nova atitude, a alteração dos modos de vida (ex. Family Guy no episódio com o Pai Natal, que com o aumento de pedidos o iam destruindo e esgotando, a ele, aos elfos e às renas e a todo o seu sistema outrora sustentável de produção de prendas, desumanizando o seu mundo pela produção e consumo exacerbado, se cada um de nós só pedisse uma prenda, o natal já seria mais sustentável para todos e agradável para o Pai Natal, o seu pessoal e o modo de produção

sustentado). Todos os meios são bons para passar mensagens e conhecimentos que alertem consciências.

O modelo assente no desenvolvimento económico tem sido posto em causa desde a 2ª metade do século XX, contudo o poder dos *lobbies* capitalistas remeteram para o ridículo todas as vozes que se contrapuseram ao crescimento desmesurado e alienação dos valores humanistas. Hoje, com as inegáveis alterações climáticas e com a cimeira do ambiente de Paris (2015), o consenso é internacional, mas será que não é já demasiado tarde? A Novembro de 2016 a esperança morreu! Ainda compramos gato *por lebre*, “O desenvolvimento científico não está a cumprir a sua função de contribuir para a melhoria das condições humanas, é utilizado na criação de mais riqueza, à custa da degradação dos recursos naturais e humanos, provocando ainda maior desigualdade. A função social da ciência não é realizada e reflete no presente as contradições com a sociedade” (Max Horkheimer apud Bronner, Kellner, & et.all, 1989, p. 53), tal como já referimos o divórcio entre a produção e responsabilização dos aportes científicos, a atitude isenta e positivista foi uma das causadoras da situação em que nos encontramos.

3.2 Do Bem-estar

O conceito de Bem-estar foi definido nos anos 20 por Pareto, mas antes dele já Adam Smith a ele se referia como o somatório do resultado da economia de mercado. O conceito ótimo de Pareto afirmava que “o Bem-estar coletivo é aquele em que ninguém pode ganhar sem que o outro perca o equivalente”. Esta perspetiva economicista de ambos determinou o rumo que tomou o desenvolvimento económico cuja ganância olvidou o desenvolvimento humano e acelerou o descalabro das desigualdades sociais gerado por este paradigma e exploração desenfreada dos recursos naturais. Nos anos setenta, o conceito de bem-estar começou a deslocar-se da riqueza material e focou-se mais na insatisfação das necessidades humanas fundamentais. Assim, perfilhando a pirâmide das necessidades de Maslow, a teoria das *basic needs* veio chamar a atenção para o que é realmente fundamental para a sobrevivência: Alimentação, Agasalho e Abrigo – os 3 A’s. Já na década de 90 foram acrescentadas outras e surge o conceito de Desenvolvimento Humano, “Uma vida digna com a satisfação das necessidades básicas, acesso ao conhecimento, acesso a uma vida longa e saudável, em liberdade⁶⁰, em igualdade de oportunidades e em segurança”.

O Bem-estar é o resultado do Desenvolvimento humano. E este é medido por indicadores contidos nas variáveis enunciadas no próprio conceito utilizado. É a partir dos dados

⁶⁰ Introduzido por Amartya Sen, nobel da economia 1998

recolhidos pelas Nações Unidas e Banco Mundial que são conhecidos os índices de desenvolvimento humano (IDH) e a partir dos quais se definem as políticas globais para o Desenvolvimento, que se viabilizam pela sua implementação localmente. E que deveriam ser aplicadas pelas organizações internacionais e, supostamente, pelos governos que as deveriam ter como prioridade. O Bem-estar é a concretização do Desenvolvimento Humano e o meio para alcançar a *Coesão Social*, que é o saber viver em conjunto, este conceito foi assumido pelo conselho da Europa como a capacidade da sociedade assegurar o bem-estar de todos, incluindo o acesso aos recursos disponíveis pelas populações mais vulneráveis. O conceito é mais abrangente do que o de integração social das populações excluídas e como tal, de uso preferencial.

Atualmente a questão do Bem-estar tem sido alvo de pesquisa por investigadores de diferentes espectros, economistas, sociólogos, psicólogos, urbanistas, etc., suscitando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar. Os resultados dos estudos mais recentes relativamente ao Bem-Estar têm sido unânimes ao concluir que as relações sociais são mais importantes que os bens materiais. E que o crescimento no consumo destes últimos como forma de compensação da falta de relações sociais, da solidão, é uma panaceia que só garante felicidade a curto prazo. Assim, afirma-se que na base do Bem-estar está o capital social e não o capital financeiro, “Em anos recentes, uma animada discussão interdisciplinar tem sido alimentada pela evidência que, a longo prazo, o bem-estar subjetivo das pessoas não é significativamente influenciado pelos aumentos nos seus rendimentos. Outros fatores, tais como a qualidade das relações íntimas e sociais que os indivíduos experienciam, têm uma maior influência no seu bem-estar”⁶¹ (Bartolini, 2010, p. 20). O autor aqui citado, evidenciou na conferência que apresentou⁶², reportando-se a indicadores estatísticos, que de facto, o capital social importa mais a médio e longo prazo, que o capital financeiro cujo prazer proporcionado é imediato e efémero. Também na obra de Wilkinson e Pickett, *the spirit level*, esta frase ilustra na perfeição a simplicidade desta ideia “Á medida que conseguimos mais e mais de qualquer coisa, cada adição ao que já temos, sejam fatias de pão ou carros – contribuem cada vez menos para o nosso bem-estar. Se tiver fome, uma fatia de pão é tudo, mas quando a sua fome estiver satisfeita, muitas mais fatias não o

⁶¹ “In recent years, animated interdisciplinary discussion has been fuelled by the evidence that, in the long-term, people's subjective well-being is not significantly influenced by increases in their income. Other factors, as the quality of intimate and social relationships that individuals experience, have a greater influence on their well-being”

⁶² Ciclo de conferências doutorais do ISCTE a 27 de Junho de 2011

ajudam particularmente e podem tornar-se um incómodo à medida que se vão estragando”⁶³ (Wilkinson & Pickett, 2010, p. 10). Dito desta forma parece-nos óbvio que o aumento de riqueza não traz acréscimo à felicidade, uma vez satisfeitas as necessidades. Nem a súbita riqueza, nem os grandes azares afetam determinadamente a felicidade, pois com o decorrer do tempo as pessoas ou sociedades tendem a regressar ao seu nível básico de bem-estar e a recompor-se.

O que conta no final não é possuir, é sim a opinião que o nosso grupo de referência tem de nós e é com base nessa opinião que desenvolvemos as nossas ações, o reflexo que nos é transmitido pelos outros condiciona o nosso estado de espírito e determina as nossas ações futuras. Parsons ensinou-nos que a ação humana é ela mesma determinada pelas construções coletivas que vão muito além das normas e regras que condicionam a ação individual, Giddens acrescentou que estas construções constituem-se mesmo como estruturas que se reproduzem e atualizam pela permanente ação social. As nossas ações se bem que voluntárias são determinadas pelo contexto em que nos inserimos e não são assim tão livres, pois de facto preocupamo-nos com o que os outros pensam de nós.

Espinosa, emérito Alentejano exilado, a propósito da ação já dizia que:

“Onde os homens têm direitos comuns e todos são conduzidos como que por uma só mente, é certo que cada um deles tem tanto menos direito quanto os restantes juntos são mais potentes que ele, ou seja, não tem realmente sobre a natureza nenhum direito para além daquele que o direito comum lhe concede. Quanto ao mais tem de executar aquilo que por consenso comum lhe é ordenado, ou é coagido a isso pelo direito” (Espinosa, Tratado político, 2008 (1677), p. 87).

O homem é condicionado na sua ação pelo *direito da natureza* e pelo *direito civil*, ou seja, pela natureza e pela sociedade. Este Humanista fez filosofia social, teoria crítica da sociedade e também ele sonhava com uma sociedade ideal.

Nestes dois últimos séculos de desenvolvimento económico, visto como o meio para melhorar a condição humana, toda a organização social tomou a economia de mercado como a prioridade, condicionando as nossas ações coletivas e individuais no sentido de a promover e de nela vivermos contentes. Estudos contemporâneos Interdisciplinares realizados neste domínio ⁶⁴ do Bem-estar e desenvolvimento têm revelado que o crescimento económico não incrementa a perceção que os indivíduos têm da sua condição,

⁶³ “As you get more and more of anything, each addition to what you have – whether loaves of bread or cars – contributes less and less to your wellbeing. If you are hungry, a loaf of bread is everything, but when your hunger is satisfied, many more loaves don’t particularly help you and might become a nuisance as they go stale”

⁶⁴ Helliwell (2001), Helliwell and Putnam (2004), Bruni and Stanca (2008), Becchetti, Pelloni, Rossetti (2008), Becchetti et al. (2009), Bartolini, Bilancini and Sarracino (2009b) – referidos em Bartolini, Stefano, *Sociability Predicts Happiness over Time: Evidence from Macro and Micro Data, (October 2009); the Third OECD World Forum on ‘Statistics, Knowledge and Policy’, South Korea;* Wilkinson e Pickett (2009), etc.

o que conta no final é a opinião positiva dos outros, a qual só se consegue alcançar pelo incremento das relações sociais. Deste modo, o primado do bem-estar humano deveria passar a focar-se no capital social, em detrimento do capital financeiro, assim o defendem estes e muitos outros cientistas sociais. Entendendo-se que o termo capital social traduz o grau de sociabilidade, as relações humanas e sociais.

Todas as coisas que nos proporcionavam relações sociais próximas e que eram gratuitas, tais como a segurança, confiança e felicidade têm vindo a desaparecer, de forma especialmente célere neste início de século. Na ausência de conforto social, a sua compensação é satisfeita pelos produtos fornecidos pela economia de mercado, quer consumindo em excesso para suprir as carências, quer substituindo-as por outros bens que preenchem a sua falta. “Na ausência de contactos sociais descontraídos e satisfação emocional de que todos precisamos, procuramos conforto na comida em excesso, nas compras e gastos compulsivos, ou tornamo-nos presas do alcoolismo, medicamentos psicoativos e drogas ilegais (...) o luxo e extravagância das nossas vidas é tão grande que ameaça o planeta”⁶⁵ (Wilkinson & Pickett, 2010, p. 3). Referem ainda estes autores que estudos realizados pela *Harwood Institute for Public Innovation* nos EUA revelam que as pessoas sentem que o materialismo interfere na satisfação das suas necessidades sociais, na medida em que a competição pela posse, para manter as aparências (*keeping up with the Johnses*) chega a extremos degradantes, especialmente visível nas camadas mais jovens, com a apologia dos produtos de marca para a aceitação social dos seus pares, patente na dura competição nos liceus americanos, imagem exportada pelas *soap operas* para todo o mundo.

No entanto, também é facto incontestável que, a qualidade das relações sociais assentam numa base material e as diferenças de rendimentos determinam a forma como nos relacionamos uns com os outros. Pois, para além de todo o supérfluo, as 3 A's, na nossa civilização, só se conseguem prover com dinheiro. A partir daqui a desigualdade de rendimentos tem efeitos profundos no bem-estar individual e o seu crescimento está na origem das atuais crises sociais e económicas que vivemos.

Na relação, que se constata na obra de Wilkinson & Pickett, entre desigualdade nos rendimentos e os problemas sociais e de saúde, é clara a dependência existente entre o agravamento dos problemas de saúde e sociais que afetam as populações dos países onde a diferença de rendimentos apresenta maiores diferenças. Todas as restantes variáveis analisadas seguem o mesmo padrão, quando comparadas com a desigualdade de rendimentos: o nível de confiança entre as pessoas, as doenças mentais, a esperança de

⁶⁵ lacking the relaxed social contact and emotional satisfaction we all need, we seek comfort in over-eating, obsessive shopping and spending, or become prey to excessive alcohol, psychoactive medicines and illegal drugs (...) the luxury and extravagance of our lives is so great that it threatens the planet”

vida e mortalidade infantil, a obesidade, o desempenho escolar das crianças, a gravidez na adolescência, homicídios, taxas de ocupação das prisões e mobilidade social; Todas as variáveis foram analisadas nos vinte países da OCDE, com dados provenientes do banco mundial, OCDE, ONU, etc. O triste lugar ocupado por Portugal, só é suplantado pelos EUA como o país onde há mais desigualdade.

Se bem que neste capítulo o tema fulcral seja a ocupação do território, o conceito de Bem-estar e a sua interdependência com o desenvolvimento são fundamentais para explicar a sua importância, daí este prelúdio. Pois, este conceito relaciona-se diretamente com a vida da sociedade e com o modelo de desenvolvimento que se busca. A forma como organizamos o espaço que ocupamos estará na base de uma nova sociedade, da qual adiante nos ocuparemos.

Seguindo sempre um paradigma holístico ao estudar a realidade, é natural que se tenham de abordar outros saberes, tais como a psicossociologia, que para uma melhor compreensão da felicidade humana, destaca o papel fulcral das motivações na satisfação do prazer, distinguindo as *motivações intrínsecas*, como aquelas que encontram o valor em si próprias, tal como trabalhar por prazer; são motivações internas como a amizade, as relações sociais, o sentido cívico e o gosto, que nos fazem agir sem esperar nada em troca; das *motivações extrínsecas*, que são as que usam um meio para alcançar um fim, trabalhar para ganhar dinheiro para poder comprar prazer; ou seja que são externas à atividade em si visam uma recompensa, como o dinheiro.

Existe um perigo real quando se substituem na sociedade as motivações extrínsecas pelas intrínsecas, pois estas acabam por se desvanecer e só muito dificilmente podem ser recuperadas, tais como: a subsidiodependência versus trabalho comunitário; os prémios versus redistribuição de lucros; avaliação abstrata dos funcionários públicos e reconhecimento real dos seus contributos; a estimulação da competição em detrimento da cooperação, a economia solidária pela economia do lucro, etc. Temos de ter justificações para os nossos atos, atribuindo-lhe um sentido, quando fazemos algo por cooperação em vez de por competição e, nos passam a pagar para fazermos o mesmo, uma vez cessado o pagamento já não o voltamos a fazer pela razão inicial voluntária. O materialismo consiste na atribuição de grande importância na vida às motivações extrínsecas e baixa prioridade às motivações intrínsecas. A economia de mercado coloca as pessoas em contacto mas por razões instrumentais, com interesses pessoais ou materiais, tudo o que gere lucro material. O termo de Bem-estar, tal como evoluiu até hoje enquanto Desenvolvimento Social, relaciona os conceitos de satisfação e de felicidade. A satisfação imediata de necessidades produz felicidade, enquanto a persistência de necessidades por satisfazer causa Infelicidade. Sendo que o grau de satisfação necessário para produzir felicidade depende da

integração social, das experiências do passado, das comparações com outros e dos valores pessoais.

Durante o Iluminismo, defendeu-se que o propósito da existência da Humanidade é a vida em si mesma, e não a vida devotada ao serviço do Rei ou de Deus. Com esta revolução nas mentalidades, o desenvolvimento pessoal e a felicidade tornaram-se valores centrais. A sociedade é vista, pela primeira vez, como um meio de proporcionar aos cidadãos a satisfação das suas necessidades para uma vida melhor. Nasceram os grandes valores do humanismo – *liberté, égalité, fraternité*.

Com a revolução industrial, como já referimos, o crescimento económico e o lucro tornam-se o cerne da sociedade e as questões humanistas passam para um segundo plano, contudo a industrialização põe em evidência as condições de vida dos operários e a preocupação com o seu Bem-estar, nascendo daqui o movimento que viria a dar forma à Sociologia.

Após a 2ª grande guerra mundial, com a globalização do crescimento industrial e perante as consequências provocadas, o novo tema de *limites para o crescimento económico* surge na agenda política e no final deste período verifica-se gradualmente uma mudança para os valores pós-materialistas, a que ainda hoje se assiste. O termo qualidade de vida é introduzido, procurando sublinhar que existe mais na condição humana do que o bem-estar material. Até mesmo a *Constituição da República Portuguesa* inclui, expressamente na alínea d), do art.º 9º a promoção do Bem-Estar do povo como um tarefa fundamental do estado, “Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais”. Já aqui se indica que o Bem-estar vem da igualdade e da qualidade de vida, incumbindo ao estado a sua garantia pela actualização das suas instituições.

O problema central que se relaciona diretamente com o desenvolvimento económico, para além do da degradação social, é o da degradação ambiental, o lucro e o poder que alguém ganha com a situação, que há sempre interesse em manter nesse estado. Pois tanto um como outro domínio, quanto mais degradados vão ficando, em melhores fontes de rendimento se constituem para a economia de Mercado, garantindo assim a sua própria perpetuação, na medida em que geram brechas de mercado e novas oportunidades de negócios. Vejamos a desagregação familiar e a quebra de relações inter-geracionais, a relação entre a falta de tempo para os outros e o crescimento proporcional de lares de 3ª idade, de creches e ATL's; ou as profissões e os produtos relacionados com a segurança, a sua relação com o medo e falta de confiança nos outros, nos EUA 1 em cada 4 trabalhadores têm a sua profissão relacionada com segurança (Bartolini, conferência, 2011); o crescimento das vendas de aparelhos de *home-entertainment*, para quebrar a solidão daqueles que trabalham demais e no processo perderam os amigos; o aumento da

obesidade pelo prazer e conforto imediato que sentimos com a comida, etc., as pessoas felizes não consomem em excesso!

Na conferência referida, Bartolini identificou como a primeira causa da infelicidade dos americanos, o aumento do rendimento dos vizinhos. Como segunda a diminuição dos bens relacionais, cujos indicadores apontam para o aumento da solidão, a falta de confiança, a instabilidade das famílias, o medo dos outros, o isolamento e quebras geracionais, o declínio do empenho cívico, da solidariedade e da honestidade. Como terceira causa, a falta de confiança nas instituições (governo, justiça, bancos, educação, saúde, religião...). Em conclusão, assistimos a que o país no mundo que mais desenvolvimento económico alcançou é também o país mais infeliz do mundo. Aquilo que sempre nos disseram, de que *o dinheiro não traz felicidade*, provou agora ser verdade, *que ajuda*, só a curto prazo! “A origem da crise assenta no consumo bulímico dos americanos e o último sobre a sua crescente pobreza relacional”⁶⁶ (Bartolini, 2010, p. 37).

A ausência de confiança uns nos outros é um flagelo que dilacera a nossa sociedade; a coesão do grupo é quebrada e o isolamento alimenta o medo, o aumento da criminalidade, que nasce da revolta contra a desigualdade, do sentimento de inferioridade e de ameaça permanente em que se vive. Na verdade a confiança é fulcral para o bem-estar dos animais gregários, o nosso cérebro primitivo ainda liberta endorfinas que nos fazem sentir bem, quando cooperamos com outras pessoas, mesmo com estranhos. A felicidade é alimentada pelas relações sociais!

O estado de alerta permanente que provoca a falta de confiança, o *stress* crónico alimentado pelo medo, degenera as defesas e induz a comportamentos de risco e, a doenças de desgaste, *burnout*, como se o organismo estivesse sob permanente ameaça. O nível de infelicidade que sentimos enquanto indivíduos, a insatisfação com o mundo que criámos, a falta de esperança e de fé, estão a levar-nos ao limiar das nossas capacidades de adaptação. Não somos nós que estamos doentes, são sim o sistema e a sociedade.

A indústria publicitária encontra aqui um maná, pois quanto mais infelizes formos, tanto mais tendemos a compensar com o consumo. Por seu turno, ao consumirmos asseguramos o prolongamento do sistema. Com a desvalorização do trabalho, o desemprego alcança valores inéditos, a quem interessa a perpetuação deste sistema? Não à sociedade, certamente, “O que temos diante de nós, é a perspectiva de uma sociedade de trabalhadores

⁶⁶ “The origin of the crisis lies in the consumption bulimia of Americans and the latter lies in their growing relational poverty”

sem trabalho, quer dizer privados da única atividade que lhes resta. Nada podemos imaginar de pior ” (Arendt H. , 1961, p. 38) ⁶⁷ .

Neste jogo subliminar de manipulação, as crianças são um alvo muito fácil e também elas são cada vez mais infelizes, a pressão para o consumo a que são sujeitas, também as aliena do seu Bem-estar, “O problema é que transformámos as crianças em pequenos adultos e tornámos a sua vida semelhante à nossa, especialmente naqueles aspetos que nos tornam infelizes”⁶⁸ (Bartolini, 2010, p. 28). O *sentido de possibilidade* é uma capacidade exclusiva da espécie humana, determinante para a sua evolução e sobrevivência. Nas crianças e jovens é particularmente ativo, no entanto é oprimido pelo aparelho educativo, família e media que o inibem e transferem as suas capacidades para a esfera da posse. Determinante para o prazer na produção, participação e colaboração, confinam esta capacidade extraordinária à aquisição, ao lucro e à competição, gerando a alienação dos indivíduos e à ausência de identidade para com a sociedade que os envolve, criando mesmo a anomia social e a ausência de sentido de responsabilidade. Todas as ações deste sistema têm resultado na castração a que foi sujeita esta capacidade humana extraordinária, de possibilidade ou livre imaginação que tem sido ao longo da História o motor da evolução da espécie humana, o aparelho social preserva-se pela repressão a que a sujeita. Refira-se ainda que também o sistema de ensino fragmenta o saber, sem o voltar a interligar,

“A calcificação escolar das disciplinas é uma calamidade cultural, (...) a nossa visão da ciência valoriza a constituição de um discurso de verdade, de um saber validado pelos pares segundo uma fragmentação disciplinar em pequenas comunidades. Esta prioridade dada à constituição de um discurso de mestres, este paradigma escolar da ciência é inadapado para compreender e mais ainda para fazer evoluir a realidade da tecnociência contemporânea” (Puech, 2010, p. 130)⁶⁹ .

A sensação de catástrofe social é inevitável na sociedade ocidental e deixa-nos prostrados e deprimidos perante a ingovernabilidade do caos em que caímos, o que nos leva a sentirmo-nos mais infelizes e para nosso consolo “comemos”, desesperados, consumimos como se não houvesse amanhã, porque pelo menos ai o conforto é imediato e, assim nos vamos iludindo e destruindo o planeta. Nesta sociedade global em que o poder dominante é o económico-financeiro e em que a prioridade política são os sistemas financeiros, com os

⁶⁷ « Ce que nous avons devant nous, c’est la perspective d’une société de travailleurs sans travail, c’est-à-dire privés de la seule activité qui leur reste. On ne peut rien imaginer de pire ».

⁶⁸ “The problem is that we have transformed children into small adults and made their lives similar to ours, especially in those aspects that make us unhappy”

⁶⁹ “notre vision de la science valorise la constitution d’un discours de verité, d’un savoir validé par les pairs selon un morcellement disciplinaire en petites communautés. Cette priorité donnée à la constitution d’un discours de maîtres, ce paradigme scolaire de la science est inadapté pour comprendre et plus encore pour faire évoluer la réalité de la technoscience comtemporaine »

seus *ratings* e austeridade, as pessoas e o seu bem-estar são desprezados. Stiglitz, antigo dirigente do banco mundial e prémio Nobel da economia, afirma que “as autoridades económicas internacionais, que reclamam a transparência aos outros, são ainda menos transparentes e essa obscuridade protege decisões ideológicas ineficazes tomadas ao serviço de interesses privados. Os países que lhe confiam a sua gestão vêem-se afundados, enquanto os outros que a recusam prosperam” (Sachs, 1994).

3.3 O poder para mudar

Se bem que as organizações internacionais estejam vocacionadas para promover o bem-estar dos povos, na verdade são desprovidas de poder real, pois são os governos que decidem e não os tecnocratas que as compõem, o cenário enegrece quando nos apercebemos que nem são os governos que mandam, mas sim os poderes financeiros ocultos.

Os processos de governança, embora inatos à natureza humana, pois desde há éones que se reúne o conselho da tribo, foram sendo eliminados na era moderna industrial e o espírito da democracia foi distorcido quando começámos a pagar a alguém para nos representar nos órgãos de discussão e decisão coletiva, também aqui ocorreu a substituição das motivações intrínsecas pelas extrínsecas nos nossos políticos, como dizia Max Weber “ Ou se vive para a política, ou se vive da política”.

Dos factos apresentados conclui-se que o crescimento económico de uma nação não contribui para a felicidade da sua população, os esforços deveriam ser reorientados para a melhoria do seu Bem-estar através da promoção do capital social. O que por sua vez estando assegurado iria promover um crescimento mais sustentável, efetivo e até com mais atividade económica. Bartolini refere que as políticas públicas deveriam promover o desenvolvimento sustentável, indicando, mesmo, os domínios em que se deveria trabalhar, sendo que o primeiro seria o urbano e territorial, depois o educacional, o laboral, o sistema de saúde e os meios de comunicação. Mais uma vez se confirma que o melhor modo de aplicar os processos participativos deveria partir das questões de território.

O trabalho de um sociólogo é, como dizia Giddens, o de afirmar o óbvio, com a novidade de que desenvolve bases científicas e provas para as suas afirmações, deixando estas de ser uma opinião, que todos temos, mas nem todos somos sociólogos, pois este distingue-se por ser aquele que emite o óbvio fundamentando-o. Neste contexto, o contributo que pode dar enquanto cientista, para além de comunicar e difundir os resultados para que a sociedade tome consciência de si mesma; é ainda mais pertinente aquele, o de indicar caminhos para a resolução dos problemas que coletivamente nos atormentam, munido do conhecimento profundo da realidade e não somente de teorias, tal como sonharam todos os pais fundadores da sociologia, talvez já nos encontremos finalmente aptos para operacionalizar o

conhecimento da sociedade que vimos coligindo há 200 anos e virmos a tornarmo-nos finalmente úteis ao ajudar a reconstruí-la.

É preponderante para o sucesso da sociedade que as políticas públicas, ou até mesmo as alterações a introduzir numa comunidade local, sejam consensuais, sejam discutidas e sobretudo sejam interiorizadas pela população, num processo participativo que é ele próprio pedagógico, promotor da discussão esclarecida, do desenvolvimento da consciência coletiva e para uma ação coletiva mais justa. Desta forma está-se a contribuir para o fortalecimento da autoestima individual, para a libertação do sentido de possibilidade e para a prática da cooperação intrínseca, desenvolvendo coletivamente as capacidades da população e criando melhores cidadãos pelo seu *empowerment*. Estes processos de ação coletiva são uma das condições para que o desenvolvimento sustentável seja efetivo, só possível através da governança.

A crise económica e financeira que atravessamos está a destruir o tecido social, este sistema já não nos serve! Manifestação deste desagrado é a ação coletiva que diariamente sai à rua a contestar a austeridade, demonstrada em todas as cidades do mundo, com pessoas a insurgirem-se, oriundas de todos os estratos sociais e espectros de cor política, de todas as idades contra a política atual, como quem grita *contra os partidos, todos unidos*. Nunca na história humana conhecida houve tanta indignação e consenso sobre o que não queremos. Estamos a viver o provável colapso da civilização capitalista, está trilhado o caminho para que o poder seja devolvido às pessoas. É o germinar de uma consciência coletiva esclarecida, como nunca houve noutra momento conhecido na História. A produção de conhecimentos científicos e tecnológicos sobre todas as áreas da vida e da humanidade, projetou o nosso discernimento coletivo para um outro nível. As *redes virtuais* puseram-nos a falar todos uns com os outros. Todos estamos de acordo naquilo que queremos – Bem-estar – (um abrigo, agasalho, alimento) e acesso ao desenvolvimento de todas as capacidades que temos enquanto seres humanos. Um pouco por todo o lado surgem localmente sinais de adaptação à nova sociedade emergente e de regresso ao mundo rural onde se pratica uma agricultura ecológica familiar, recuperando técnicas desenvolvidas ao longo de milénios para garantir boas colheitas como forma de combater a revolução verde, que ao contrário do que o nome indica introduziu massivamente os pesticidas excedentes das 2 guerras mundiais, dando origem às explorações intensivas, tal como hoje as conhecemos. Um pouco por todo o lado surgem novas formas de ação social, que começam a esboçar o desenho de uma provável sociedade futura.

A disseminação de exemplos desta economia democrática, para além do observado diretamente e praticado pessoalmente, é bem explicada pelo professor Roque Amaro, mediante o conceito de Economia Solidária, como alternativa ao sistema financeiro; no entanto, há que ter em conta que o funcionamento deste é indissociável do sistema social.

Para uma melhor compreensão cabal relembramos alguns conceitos alusivos e que reafirmam o que aqui defendo.

O trabalho é a capacidade económica de cada um, é a nossa moeda de troca para o que, sozinhos não conseguimos obter. A remuneração dos fatores produtivos pode ser sob a forma, de lucro (remuneração do capital), salário (remuneração do trabalho) ou juros (uma atividade do capital de investimento). A economia de mercado rege-se pelo valor de troca e inflaciona o valor de uso, para gerar lucros que depois reinveste ou empresta com juros. A desigualdade entre o valor original do produto e o lucro desvaloriza a remuneração do trabalho e torna a redistribuição dos recursos injusta. Logo, como Marx dizia, esta é a fonte dos conflitos sociais. Na dimensão do período capitalista e da crítica que aqui enunciamos, importa acrescentar ao mal-estar generalizado, a explicação do “roubo” da mais-valia aos trabalhadores, não obstante todos os sistemas de apoio social que foram criados, a ideia aqui presente continua a ser pertinente nos dias de hoje. A esta economia capitalista, começa a ressurgir uma outra versão de economia mais justa socialmente e mais sustentável para o planeta, a economia solidária é uma alternativa viável a que muitas empresas e comunidades já se dedicam.

Na perspetiva da economia solidária há a primazia das pessoas sobre o capital, as decisões são coletivas e a redistribuição de recursos é equalitária, os excedentes são reinvestidos na comunidade, numa forma de solidariedade sistémica e multidimensional, sendo compatível com a vida em todas as suas dimensões.

Um bom exemplo do funcionamento desta economia, nascida no Vermont, são as *Community Land Trust* que ganhou em 2008 o prémio das Nações Unidas para o *World Habitat* e que também se encontra em expansão por territórios dispersos: Os terrenos são propriedade coletiva, gerida pelo conselho da CLT, as casas e lojas podem ser arrendados ou comprados a um custo controlado, a margem de lucro pertence à própria comunidade e não já ao mercado imobiliário, o lucro é reinvestido em serviços e manutenção dos espaços coletivos. Esta inovação promove pequenas iniciativas de negócios e o emprego e, sobretudo o território é gerido pelas próprias pessoas, as municipalidades apenas têm assento consultivo no conselho e prestam apoio técnico, mas não têm poder de decisão, o qual compete à comunidade (no capítulo da metodologia irá ser mais desenvolvido).

Outro exemplo que me foi dado observar são, os já referidos, mercados de rua, em França (bem como noutros países: Holanda, Barcelona, Alemanha, Bélgica, Suíça, Inglaterra, etc.) todas as povoações tem mercado de produtores, na rua ou nos largos, no fim-de-semana, cada um monta uma banca e vende aquilo que produz livremente. Também tive esta experiência pessoalmente, com os excedentes da minha produção agrícola, ovos e a transformação de alguns desses produtos (quiches e compotas) instalei uma banca no mercado de rua do largo de Odeceixe, aos domingos de manhã, não ganhava muito, mas

cobria as despesas e ainda sobrava o necessário para as despesas do dia-a-dia. Este mercado era organizado pela Junta de freguesia, que dispunha as bancas e fornecia a eletricidade. O senão que bloqueou a iniciativa noutros concelhos foi a questão da declaração de rendimentos com as finanças; aqui ultrapassou-se essa questão cabendo a cada um a assinatura de uma declaração em que ilibava a Junta de quaisquer responsabilidades e o próprio assumia as eventuais consequências da sua prática. Foi uma excelente experiência que tive de abandonar por indisponibilidade devido a questões diversas, mas a qual gostaria de retomar um dia. Esta é de facto uma boa prática económica, claro que não fará a riqueza de um país, mas pelo menos diminui a pobreza em que os seus cidadãos se encontram, ou complementa os poucos rendimentos e simultaneamente garante uma produção sustentada. O desenvolvimento sustentável também passa pelas boas práticas com que pudemos contribuir, enquanto indivíduos ao fazer a diferença, pois contribuimos para o avolumar e disseminar os exemplos. É nos pequenos atos que se faz a diferença, não nas revoluções.

No entanto a nível global a preocupação com o desenvolvimento sustentável torna-se cada vez mais desesperada, face à irreversibilidade das alterações climáticas, foram organizadas por todo o mundo debates públicos sobre a proposta da ONU, “A agenda global 2030, aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em Setembro último, não se destina apenas aos países em desenvolvimento, como os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, que estiveram em vigor entre 2000 e 2015. Cada país terá de cumprir objetivos à sua escala, tendo em conta as suas características, o seu estágio de desenvolvimento. Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que se desdobram em 169 metas – rumo a um mundo sem fome, sem pobreza, com saúde e educação de qualidade, igualdade de género, acesso a água potável, saneamento, energias renováveis, trabalho digno e crescimento económico; indústria, inovação, infraestrutura; redução de desigualdades; comunidades, cidades, consumo e produção sustentáveis; ação climática, proteção da vida marinha e da vida terrestre, paz, justiça e parceria.” (Pereira A. C., 2016). Mais uma vez o consenso é global, mas a prática não é viável, os *lobbies* capitalistas têm ainda muito poder, veja-se a situação das emissões de carbono com valores falsificados da indústria automóvel, é um escândalo, mas a UE em vez de os sancionar, mais do que duplicou a taxa dessas emissões, decidindo também por unanimidade na cimeira de Paris (2015) reduzi-la e revogando o que tinha sido acordado e dando assim autorização para que se possa poluir mais. Novamente o discurso é perfeito, a prática insustentável.

3.4 A ocupação do território e o Bem-estar

Neste capítulo cumpre-nos, também, procurar demonstrar o contributo que um sociólogo pode prestar nos serviços de ordenamento do território, bem como em processos de urbanização, de facto este capítulo foi escrito a pensar nos colegas de departamento e no executivo municipal. O sociólogo pode dar um parecer sobre se a organização do espaço num projeto é adequada às necessidades das pessoas que o ocupam, no sentido de promover o seu bem-estar e evitar danos colaterais, que por vezes a visão exclusivista da arquitetura, não contempla, nem lhe compete, pois a riqueza de um trabalho vem da equipa que o faz, ninguém planeia sozinho. E uma vez que o espaço determina as nossas vivências, este é o trabalho base na organização espacial social. Os grandes instrumentos de distribuição das atividades humanas no território, tais como o Plano Diretor Municipal, requerem legalmente uma participação da população, tarefa que também incube ao sociólogo promover; compete-lhe também providenciar uma caracterização socioeconómica que facilite o diagnóstico desse território, para que todos estejam munidos da informação para melhor decidir.

Deste modo, o papel de um sociólogo numa equipe de planeamento territorial é, num âmbito mais lato, o de organizar e promover eventos de participação pública, sistematizando a informação socioeconómica em diagnósticos, devolvendo-a à população e servindo de mediador entre esta e a restante equipa que se procura envolver ao longo de todo o processo, incluindo os órgãos decisórios. Sem nós, a lei que obriga à participação pública nos projetos é cumprida, mas esvaziada do seu espírito, como mais um procedimento burocrático exigido pelos planos diretores municipais e planos de urbanização. Se a própria lei é tão perfeita que a prevê e perante alguns cenários desoladores das decisões urbanísticas, parece-nos pertinente uma visão mais ampla focada nas pessoas, apoiada na interligação entre os diferentes intervenientes, técnicos e políticos.

No território específico de Odemira, onde trabalho, o maior do país em extensão geográfica, com 1720km² e 55km de costa “preservada”, o desenvolvimento industrial nunca teve aqui grande impacto; o que lhe permitiu manter a sua ruralidade até ao presente e à preservação do meio. Este imenso território remoto, desde sempre foi terra de pouca gente, contando agora com 26100 habitantes. A sua população é bastante envelhecida (26%) e ainda vive isolada em montes, não obstante o elevado número de apoios criados e da luta contra o suicídio, flagelo deste concelho assimétrico. Continua com as suas taxas demográficas a diminuir, não obstante o aumento da imigração, sobretudo no interior, há muitos alemães que aqui se fixaram na década de 80, (pacifistas da crítica ecologista do movimento Baden Menhof) vivem dos subsídios em virtude das numerosas crianças que têm e da agricultura de subsistência que aprenderam com os idosos locais, devido ao seu elevado número chegaram a reabrir-se escolas (os alemãotejanitos). No litoral, onde a agricultura intensiva

se desenvolveu desde a década de 90, atraiu pela elevada necessidade de mão-de-obra, muitos imigrantes de Leste (cerca de 3000 pessoas e 45% do contingente do distrito de Beja)⁷⁰, inúmeros Tailandeses (que também nos mostram como viver dos recursos de modo sustentável), Índia, Paquistão, Bangladesh, etc.; Ainda em Odemira devido ao ensino profissional e protocolos com os países dos Palop's, vêm alguns jovens africanos fazer aqui a sua formação, muitos dos quais acabam por constituir família e aqui ficam a residir. Pela primeira vez em 60 anos, este concelho do litoral alentejano não perdeu população significativa, a média decenal até 2001 era de -16%. Em 2011, só perdemos -1%, graças a esta mistura cosmopolita, mas num concelho com uma taxa de natalidade de 8/mil, só a faixa de ativos têm aumentado, por enquanto.

Terra montanhosa e de difíceis acessos, sempre foi muito isolada e remota, foi outrora terra de homiziados, no séc. XIV eram perdoados os crimes leves a quem se dispusesse a habitá-la. O litoral flagelado pelos piratas, obrigava à ocupação do interior e ao desenvolvimento da agricultura que teve um período de ouro com a ferrovia, com as cortiças, o azeite e os cereais, atualmente com estes meios de produção abandonados, optou-se pelos rebanhos. Nos tempos das rotas comerciais Fenícias já era esta, uma terra de riqueza e que permitiu desenvolver-se no SW Ibérico a 1ª civilização Ibérica com escrita – a Tartéssia -, desde então e até à baixa idade média era um território próspero e de comércio, pela acessibilidade do Rio Mira à navegação.

Este concelho apresentava, nos anos 80, na faixa de toda a linha costeira europeia, a sua única mancha branca, que representava os mais baixos índices de desenvolvimento humano. Foi outrora assim, sem dúvida, mas nos últimos anos houve melhorias significativas a todos os níveis, a justificação da sua necessidade era “gritante”. Os processos participativos da Rede Social (programa nacional) e antes, as parcerias dos projetos, possibilitaram o investimento racionalizado no desenvolvimento socioeconómico. De facto localmente, neste território cosmopolita e *sui generis*, vive-se razoavelmente bem. No entanto também aqui as vilas e aldeias foram vítimas da pressa dos tempos modernos, também aqui se perderam os espaços de convívio, de discussão e de comércio, abandonaram-se os edifícios dos centros e construiu-se na periferia.

Até há cerca de 50 anos as cidades e vilas foram, desde tempos imemoriais, locais de encontro e de socialização. Com o crescimento da especulação imobiliária e o aumento do trânsito, eliminaram-se os espaços públicos, tão queridos sobretudo às crianças e aos idosos. O que veio reduzir a possibilidade das relações sociais que estes espaços propiciavam, aumentando o isolamento e a solidão dos cidadãos em geral, mas sobretudo destas faixas etárias. Importa pois, no domínio do território recuperar e devolver os espaços

⁷⁰ Trabalho sobre os imigrantes no concelho de Odemira, 2010, GISE

públicos às pessoas, para a promoção do crescimento do capital social e do Bem-estar coletivo e, para que também as trocas comerciais tomem a primazia em relação ao crescimento económico.

Outrora as cidades cresciam em volta de uma praça pública, mesmo na sua expansão ia criando novas praças, mantendo-se uma proporção equilibrada entre os espaços públicos e os privados. Com a revolução industrial desenvolveram-se os subúrbios, sem identidade urbana e sacrificando o espaço público para a máxima rentabilização dos terrenos. O outro fator que afetou a qualidade de vida urbana e destruiu o tecido social foram os carros e, os carros são perigosos sobretudo para as crianças e idosos, pois impede-lhes a livre circulação no espaço público, onde antes andavam com segurança; tal como o estacionamento se vai apropriando dos espaços devolutos ao ar livre. Os custos com os cuidados a estas faixas etárias sofreram um incremento, pois gerou-se uma maior necessidade de supervisão permanente e de maiores cuidados para compensar o isolamento e a solidão das crianças e dos idosos. Até a evasão para locais com ar puro e sossego, tornou-se uma necessidade imperiosa nas férias, aumentando os encargos das famílias citadinas. As desigualdades fazem-se sentir mais nas cidades, porque tudo o que sustentava o bem-estar de forma gratuita, agora tem de ser comprado. As típicas cidades suburbanas americanas dos últimos 20 anos são o paradigma da exclusão social urbana, feitas para se circular de carro, sem espaços comuns a não ser o 'mall' onde só vai quem tem dinheiro para comprar. Todos os outros não têm para onde ir, não podem sair de casa, não convivem, desconfiam dos vizinhos, vivem isolados de tudo e de todos.

Contrariando esta tendência de desumanização das cidades, um pouco por todo o mundo tem surgido iniciativas para devolver a dignidade às cidades, procurando-se conscientemente transformá-las em lugares aprazíveis, que devolvam aos seus habitantes o bem-estar original, que, como defendemos, antes de mais é proporcionado pela forma como ocupamos o espaço e a forma como nele nos movemos e organizamos.

Em Bogotá o presidente da Câmara Peñalosa, iniciou o movimento das cidades felizes, transformando ruas em parques e em autoestradas para ciclistas “Os espaços públicos não são uma frivolidade. Eles são tão importantes como os hospitais e as escolas. Eles criam um sentimento de pertença. Isto cria um tipo diferente de sociedade – uma sociedade onde pessoas de todos os níveis de rendimentos se encontram nos espaços públicos, é uma sociedade mais integrada e socialmente mais saudável”⁷¹ (Peñalosa 2010, interviewed by Jay Walljasper). Esta iniciativa denominada “Happy cities” procura transformar as ruas e a alma dos espaços urbanos, na crença de que as cidades se podem transformar em motores,

⁷¹ "Public spaces are not a frivolity. They are just as important as hospitals and schools. They create a sense of belonging. This creates a different type of society - a society where people of all income levels meet in public space is a more integrated, socially healthier one."

não só de crescimento económico sustentável, mas de felicidade. Este movimento tornou-se global revolucionando os espaços urbanos com o único propósito de aumentar o Bem-estar, verdadeiras máquinas para produzir felicidade. Peñalosa justificou da seguinte forma a criação de *Happy cities*: “Precisamos de andar, tal como os pássaros precisam de voar. Precisamos de estar perto de outras pessoas. Precisamos de beleza. Precisamos de contacto com a natureza. E, acima de tudo, precisamos de não ser excluídos. Precisamos de sentir alguma forma de igualdade”⁷². De facto estas inovações em Bogotá reduziram em um terço os acidentes, o trânsito tornou-se mais eficaz; estudos psicológicos revelaram que o otimismo disparou e a taxa de criminalidade desceu cerca de 40%. Deste exemplo ficamos cientes de que realmente a felicidade e bem-estar se relaciona diretamente com a forma como usamos o espaço, felizmente este não é o único exemplo.

Os Parisienses transformaram a avenida Pompidou, desde o Louvre até à Pont de Sully, numa imensa praia durante o verão, banindo o trânsito e transformando-a num espaço de lazer, a *Paris plage*. Na cidade do México, o presidente da Câmara investiu, também, em praias urbanas e ciclovias; em Seoul numa autoestrada que atravessava o centro da cidade integraram-se parques e fontes de água. Também em Lisboa, a Avenida da Liberdade deu, temporariamente, lugar a hortas e o mesmo aconteceu no Terreiro do Paço. Em muitas cidades as bicicletas são de utilização livre e a circulação do trânsito é restringida e condicionada. As pessoas querem de facto ter pretextos para sair de casa e conviver de forma gratuita, que não tenha de implicar a frequência de espaços comerciais de entretenimento. De todos os exemplos, aquele que me foi proporcionado observar diretamente e que me deslumbrou foi o de Montpellier.

Um dos precursores desta política urbana, foi o corajoso e polémico presidente da Câmara de Montpellier, George Fraïche, que contra todos os *lobbies* e interesses imobiliários decidiu, na década de 70, arrasar grande parte da cidade degradada e reconstruiu bairros inteiros (segundo um plano baseado nas proporções do número de ouro - arredondado a 1,618), criou uma nova cidade com proporções neoclássicas feita para as pessoas, para a promoção do seu bem-estar, com largas vias para os peões, acessibilidades plenas para as pessoas que se deslocam com mobilidade condicionada, imensas praças públicas com fontanários, bancos e sombras, muitas esplanadas e comércio em redor, por todo o lado proliferam os pequenos mercados de rua. Uma infinidade de detalhes urbanísticos e de arquitetura fizeram desta cidade um lugar feliz com um permanente fervilhar de gente nas ruas.

⁷² “We need to walk, just as birds need to fly. We need to be around other people. We need beauty. We need contact with nature. And, most of all, we need not to be excluded. We need to feel some sort of equality. »

Figura 3.1 - Fotos de Montpellier



Piscina olímpica e mediateca, na longa avenida que vai do *Antigone* até ao *Millenium*



Place du numéro d'or (os cães têm quase estatuto de cidadãos, podem circular nos transportes públicos e existem inúmeros espaços para a sua higiene)



Place du numéro d'or



Artéria principal da zona comercial



Place de la comédie

Nesta cidade, investiu-se na organização do espaço para a promoção do capital social, o que de facto funcionou. As pessoas parecem mais felizes, interpelam-se confiantemente nas ruas e até o peso das divergências e fundamentalismos religiosos (manifestos no sul de França) são aqui suavizados, ao contrário do observado em Lyon, onde descobrir uma árvore ou um banco para sentar é uma odisséia e as rixas frequentes em público entre elementos de diferentes grupos religiosos, fizeram com que esta cidade e arredores suscitem medo aos seus habitantes; muito ao contrário do ambiente fraternal que se vive em Montpellier.

Assim, aquando da elaboração dos projetos de urbanização há que precaver as necessidades das pessoas, dos requisitos para o seu bem-estar e até mesmo para o fomentar e não somente a das componentes viárias e de arquitetura. O espaço tem de facto de ser organizado, para que as pessoas se sintam bem, onde possam circular mais livremente, onde os mais idosos se possam sentar a descansar sob uma sombra, onde as crianças possam brincar sem perigos e a que todos, mesmo as pessoas de mobilidade reduzida, possam andar sem obstáculos; potenciar o comércio local e o desenvolvimento de pequenos negócios, devolvendo essas ruas aos peões e tornando-as atrativas para os turistas, com elementos estéticos (arte) que suscitem curiosidade, com boa sinalética a indicar o *centro* (histórico); preservar o tradicional integrando a inovação, etc; Também é

importante, no estádio em que nos encontramos, criar condições para as pequenas iniciativas económicas, tal como os já referidos mercados de produtores locais, que para acontecerem precisam também de espaço central, de largos! E não remetidos para a periferia das localidades, causa primeira da decadência das tradicionais feiras no nosso país. Aquando da elaboração dos projetos públicos, pode-se ir mais além, pela introdução de elementos que condicionem o comportamento das pessoas para o cumprimento das funções específicas dos espaços, para tal é necessário um conhecimento mais aprofundado das dinâmicas sociais e psicossociológicas, a presença de um sociólogo no sector do ordenamento deveria ser obrigatória.

Por exemplo, com a implementação do metro de superfície ou um sistema de faixas rápidas e exclusivas para os autocarros, como se fez em Bogotá, tornou-se desnecessário circular de carro, estes ficam estacionados em silos na periferia das cidades (como assim Veneza o obriga). Com estas ações não só se combate o aquecimento global, como com a reconfiguração do espaço urbano se altera a forma como nos movemos, como nos tratamos uns aos outros e como nos sentimos. Podemos ajudar a devolver a Ágora à população e promover nela a espontânea discussão e ação coletiva concertada.

É um facto aqui empiricamente demonstrado, que a forma como interagimos com o território que ocupamos é determinante para o nosso bem-estar. Cientes desta necessidade e partindo da componente psicológica sobre a qual se constrói a confiança, enraizada na etologia da raça humana, as atividades coletivas que asseguravam a sobrevivência nos primórdios da humanidade, só eram possíveis pela coesão do grupo e garantiam as relações de confiança. A nossa natureza é gregária e quando a confiança desce a níveis inaceitáveis, a anomia social cresce e, a sociedade entra em colapso. Como já vimos anteriormente, as relações de confiança estão em crise no nosso mundo, numa crise profunda e transversal a toda a sociedade, ainda mais flagrante onde as desigualdades são maiores. As condicionantes humanas ancestrais, não sofreram alteração com a nossa evolução, cooperar com os outros ainda nos faz felizes, mas tal não é possível se não se fomentar a confiança. O contacto visual que se estabelece quando nos cruzamos permite-nos avaliar instantaneamente a segurança ou confiança que o outro nos inspira. Assim, quanto maior for a frequência da interação positiva, mais simpáticos e gentis tenderemos a ser. Um estudo de Helliwell sobre cidades canadianas revelou que os bairros mais felizes eram os que revelavam níveis elevados de confiança e que pessoas confiantes e felizes mais provavelmente se oferecem como voluntários, votarão e devolverão carteiras a estranhos, ou seja serão melhores cidadãos. A promoção da possibilidade, de andarmos mais devagar e de estabelecermos contacto visual, de percebermos os movimentos corporais dos outros transeuntes criam um laço infinitesimal que nos apazigua; quanto menos nos deslocarmos de carro e mais de forma a nos cruzarmos fisicamente, tanto mais

a confiança será reforçada e por esta ordem de ideias, mais coesa será a sociedade. Michel Bonetti (Bonetti & Simon, 1986) concordam também que as formas urbanas têm o poder de estruturar as relações sociais, no que se refere à organização do espaço habitado e especificamente nos *bainlieues* do espaço urbano, para as quais também influem a composição social e cultural da população e os modos de intervenção dos gestores urbanos e políticos.

O ordenamento do território implanta o quadro de vida e de atividade das gerações vindouras, não se pode focar sobre as dificuldades do presente, deve ser uma reflexão a longo prazo. O plano é a curto prazo, daí se diferenciar do ordenamento onde se integra, como peça. Também nesta mesma linha temporal do longo prazo, assenta a perspetiva do Desenvolvimento Sustentável.

3.5 Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável foi primeiro definido em 1987 no relatório Brundtland, publicado pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, assim batizado devido à presidente norueguesa Gro Harlem Brundtland, este documento intitulava-se “Our common future”. A definição mais completa e universalmente aceite é a que nele consta: “O desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas”.

No atual cenário de sofisticação e desenvolvimento tecnológico e científico, como é possível que a sociedade atual não consiga resolver os problemas que a dilaceram. Talvez porque as suas antigas instituições já não estão adaptadas à natureza dos novos problemas! Alain Touraine já não acredita na sociedade “ Afirmo que já não há sociedade. O que é que constitui a sociedade? As instituições. São elas que formam o seu molde. Ouro que transformaram a democracia, a escola, a localidade, a justiça? Desmanteladas. O que tece o domínio do social está definitivamente perdido”⁷³ (Lafay, 2011). Apesar das grandes ideias para o desenvolvimento sustentável, dos anúncios urgentes dos cientistas, da agonia do planeta, da economia, do sistema político e da sociedade, dos consensos mundiais, como já referimos não há mudança de rumo! A inércia venceu.

É necessário um novo nível de consciência mais desperta e evoluída, a mobilização pelo medo é infrutífera porque se torna banal de tanto que somos bombardeados pelos média. É urgente sim, que raciocinemos para além da manipulação pelo medo e pela culpa, como diz Max Dublin “a nossa época é certamente uma época em que temos muito medo, mas o que

⁷³ “ J'affirme qu'il n'y a plus de société. Qu'est-ce qui constitue la société? Les institutions. Ce sont elles qui forment son terrain. Or que sont devenues la démocratie, l'école, la ville, la justice? Desmantelées. Ce qui maille le domaine du social est définitivement perdu”

é extraordinário é que ela parece ser a primeira época onde o medo é realmente celebrado como uma virtude”⁷⁴ (Puech, 2010, p. 28). Assim, resguardados no medo que temos do apocalipse eminente, conformados e adormecidos vamos delegando nas instituições, a quem compete o papel que desde sempre lhes atribuímos, de resolver os nossos problemas comuns.

Contudo as instituições são limitadas na forma como estão organizadas e atualmente com a evolução exponencial e sistémica, não sabem para onde dirigir a sua energia, perderam o controlo. A termo terão de ser reinventadas, reconstruídas a partir da sua base, a partir da ação das pessoas humanas. Entretanto fazem-nos crer que são elas o motor da ação coletiva “O contrassenso inicial foi o de confiar àqueles que nos conduziram à situação da qual queremos sair, a tarefa de nos fazer sair dela. E não só eles não se recusaram esta tarefa, como se atribuem mesmo a exclusividade de a realizar”⁷⁵ (Puech, 2010, p. 98). O que Michel Puech propõe não é a destruição das instituições democráticas, simplesmente desinvestir delas os enquadramentos da ação coletiva. Retirar delas o investimento das nossas energias e das nossas esperanças para alterar a situação e atribuir-lhes papéis noutras tarefas, que não aquelas que se relacionam com o desenvolvimento sustentável, pois não é através da sua ação que o iremos alcançar e realizar. Bem pelo contrário transformaram “o verde em cinzento”, ao afundar em burocracia todas as iniciativas verdes, são sim os obstáculos institucionais o verdadeiro problema do desenvolvimento sustentável. Assim é com o poder e, não com a natureza, que a modernidade tem um problema.

Ignacy Sachs ao comentar a cimeira do Rio de 1992, afirmou “ mais uma vez, um pouco por todo o mundo, os políticos apropriaram-se da fraseologia do desenvolvimento sustentável, mas esvaziando-o do seu conteúdo. Como se os computadores dos ministérios tivessem sido reprogramados de modo a substituir automaticamente todas as referências ao crescimento económico pelo termo desenvolvimento durável” (Sachs, 1994, p. 35). Passados 20 anos e de retorno ao Rio de Janeiro para mais uma cimeira da Terra, os avanços para salvarmos o nosso planeta resultaram incipientes ; a preocupação dos governantes é salvar o sistema financeiro, o qual continua a ser o sector determinante nas decisões enquanto o desenvolvimento sustentável continua a ser ainda uma utopia, “Os esforços dos governos estão concentrados não em defender a Terra viva da destruição, mas

⁷⁴ « Notre époque est certes une époque où nous avons très peur, mais ce qui est extraordinaire c’est qu’elle semble être la première époque où la peur est réellement célébrée comme une vertu »

⁷⁵ “ Le contresens initial fut de confier à ceux qui nous ont conduits dans la situation dont nous voulons sortir...la tâche de nous en sortir. Et non seulement ils ne refusent pas cette tâche, mais ils s’en attribuent même l’exclusivité »

a defender a máquina que a está a destruir⁷⁶ (Monbiot, *The Guardian*, 25/6/2012). Ainda, como nos diz Puech, “O desenvolvimento sustentável não é o nome de uma solução, é o nome de um problema” (Puech, 2010, p. 28)⁷⁷, quanto ao rumo que parecemos não encontrar, acrescenta ainda o autor que: “O desafio do desenvolvimento *durável*, ou da *sustentabilidade* é de conduzir a coevolução entre os humanos, a natureza e os artefactos, de maneira a que o humano possa ser humano segundo o melhor das suas possibilidades, num mundo onde a natureza conserve o seu lugar e o seu valor, e onde os artefactos não desumanizem o seu criador»⁷⁸ (p.8). Ou alcançamos um novo estágio de consciência coletiva ou estamos condenados a perecer.

A história e os ricos conhecimentos arqueológicos atuais revelam-nos que a razão da queda das civilizações teve na sua origem os erros humanos, Joseph A. Tainter (1988) reafirma esta tese quando diz que, “A razão da queda das civilizações teve sempre a ver com o seu comportamento, sobretudo em relação ao seu habitat e pela sua destruição colapsaram, a montante dos acontecimentos esteve sempre o poder político, as decisões tomadas, a imbecilidade dos chefes, o afundamento das elites e uma perda do sentido de bem comum que deveriam administrar” (apud Puech, 2010, p. 110). A tendência dos governos para a resolução destes problemas de *effondrement*, de colapso é o de desenvolverem mecanismos mais complexos e mais pesados, que em vez de resolverem, diminuem os recursos acelerando deste modo o seu próprio colapso, Tainter chama-lhe o *fenómeno da rentabilidade decrescente da complexidade*. Parece-nos familiar este enredo com perda de perspectiva?! “A catástrofe não é de facto verde, pois as civilizações não se extinguem sob o efeito dos problemas que se lhes deparam do exterior, nem dos problemas que elas próprias criam pela sua ação no mundo, elas colapsam de facto sobre o efeito das respostas inadequadas com que procuram responder a esses problemas “ (apud Puech, 2010, p. 103). Ou seja o modo como gerimos o mundo que habitamos, a delegação das responsabilidades coletivas em homens limitados como nós, a ganância voraz de quem quer mais do que aquilo que “consegue comer”, a atitude de complicar em vez de simplificar, são a razão do declínio dos “macacos nus” que ainda somos.

Para rompermos o vórtice em que caímos, não precisamos de conhecimentos superiores e abstratos que reforcem ainda mais os poderes instituídos. Temos sim que restabelecer os mecanismos da ação coletiva informada, em que o conhecimento é partilhado, globalizado e

⁷⁶ « The efforts of governments are concentrated not on defending the living Earth from destruction, but on defending the machine that is destroying it”

⁷⁷ « Développement durable n’est pas le nom d’une solution, c’est le nom d’un problème »

⁷⁸ “le défi du développement durable ou de la « soutenabilité » est de conduire la coévolution entre les humains, la nature et les artefacts, de manière à ce que l’humain puisse être humain selon le meilleur de ses possibles, dans un monde où la nature conserve sa place et sa valeur, et où les artefacts ne déshumanisent pas leur créateur «

não já o domínio exclusivo de *experts*. Necessariamente implica uma mudança de mentalidades, de práticas e de modelo civilizacional, aliás estes gérmes de mudança já existem um pouco por todo o lado, como vimos anteriormente, pode ser que se espalhem e prosperem, ou pode ser um modelo a seguir após o “amanhã”. Estamos a alcançar a idade do Desenvolvimento participativo referida por John Friedemann (Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo, 1996), sem delegações de poder em que a eficácia da ação coletiva é legitimada pela participação equalitária dos cidadãos no poder, sem a qual a democracia não poderá vingar. É de facto chegada a hora de sermos úteis à sociedade que estudamos, caso contrário o esforço terá sido todo em vão, não terão valido a pena todas as labutas da Sociologia.

Estamos agora a atravessar a 3ª revolução da humanidade, uma vez que a 1ª foi a do neolítico (idade da pedra polida), que nos permitiu criar uma cultura material e simbólica, distanciando-nos das outras espécies e criar civilizações, o segundo momento foi a Era industrial, que nos permitiu ter poder sobre a natureza. A presente e, 3ª revolução, seria a da sociedade da informação, que para a maioria da população acabou em entretenimento, novelas e futebol. Assim esta revolução atual será à escala do indivíduo, na sua luta contra o Ego, dele tomar consciência e libertar-se das suas exigências fúteis, para que a própria pessoa possa ser sustentável. Como, também já referimos a revolução não é exterior, não é nas ruas, nem com violência; é interior, em cada um de nós, a mudança de hábitos e de atitudes para com o mundo que nos rodeia e para com os nossos congéneres, celebrando a nossa igualdade e não lutando pelas diferenças. Cultivar o amor, não o dos romances e das relações íntimas, mas o Amor por tudo e por todos, o Amor de Cristo, a Epifânia da Ágape que chegará a todos e a cada um de nós.

Jacques Attali, eminente sociólogo da República Francesa, também acredita que o nosso futuro é a fraternidade, o último projeto do mote humanista – *liberté, égalité, fraternité* -, ainda por concretizar (Attali, *Demain qui gouvernera le monde?*, 2011). O que atravessamos agora não é a eminente destruição, nem a concretização do apocalipse descrito por São João, é sim um salto civilizacional e estas são as dores de crescimento da Humanidade.

“Porque se é verdade que enquanto os romanos deliberam Sagunto perece, também é por outro lado verdade que, se forem poucos a decidir tudo de acordo com o seu afeto, perece a liberdade e o bem comum. Os engenhos humanos são, com efeito demasiado obtusos para que possam compreender tudo de imediato; mas consultando, ouvindo e discutindo, eles aguçam-se e, desde que tentem todos os meios, acabam por encontrar o que querem, o que todos aprovam e em que ninguém havia pensado antes.”

(Espinosa, 1677 (2012):197)

Capítulo 4 - DA GOVERNANÇA

4.1 Da sua História

Embora nos pareça um termo estranho, esta palavra teria nascido na França do séc. XII para referir tecnicamente *la direction des bailliages* (A rede de administração baseado nas antigas divisões fiscais medievais). Os historiadores ingleses da idade média referem-se à governança para caracterizar o modo de organização do poder feudal (Defarges, 2011, p. 121). Em Portugal, Bandarra refere a palavra, em 1524, nas suas trovas, na estrofe CXLI:

“Não deve a terra tremer

Mas fundir se sem tardança,

Pois os que têm a governança

Os não querem defender.” (Bandarra, 1644 (1809))

O conceito de governança encontra as suas raízes na grande rutura da modernidade que emergiu no fim da idade média, ao procurar libertar o mundo do sagrado e de o secularizar, libertando o poder da esfera religiosa e procurando melhorar a condição humana (Defarges, 2011). O termo só ressurgiria, na língua inglesa, já no final do séc. XX, o conceito de Governança começou por surgir associado à gestão dos bens comuns, face à *Tragedy of the Commons*, com o trabalho de Elinor Ostrom (1990) que contribuiu para o aumento da consciência coletiva para assuntos como as pescas, a água, a vida selvagem e de que estes *common pool resources* não poderiam ser geridos nem por privados, nem por estados, mas sim por comités internacionais de *especialistas*. A autora americana (1933-2012) viria a receber o prémio Nobel de Ciências Económicas juntamente com Oliver Williamson, pela análise da governança económica, especialmente dos bens comuns, foi uma politóloga e economista política.

Em 1991 o termo aparece pela 1ª vez nas instituições internacionais pela mão de Willy Brandt na criação de “Comission on global governance”, sob a égide das Nações Unidas (Attali, 2007), no qual as ONG's e outras organizações supranacionais têm tido um papel preponderante. Foi assim que a gestão dos recursos coletivos se tornou preocupação de

todos e, objeto de governança por parte de diferentes atores, especialistas e de decisores políticos a nível global.

Julgo importante explicitar conceitos, sobretudo quando a sua utilização pode não ser unanime, para tal tenho mesmo de me referenciar ao modo como os eméritos autores os definem. Pessoalmente, a primeira vez que fui confrontada com o termo *The Gouvernance* fiquei deveras confusa, pois não era governação, nem governo, pensei até que não tinha tradução para o português, “As palavras não aparecem por acaso. Por trás de palavras novas exprime-se a necessidade de formular qualquer coisa inédita. A governança inscreve-se na constelação de ideias produzidas pela mundialização”⁷⁹. (Defarges, 2011).

Ao longo destas duas últimas décadas, a noção de governança tem-se imposto progressivamente na apreensão de numerosos mecanismos do mundo contemporâneo. No âmbito da globalização, os fenómenos difundiram-se saindo debaixo da alçada do estado, dando origem a novas formas de ação coletiva com autoridade internacional, assim foi no princípio⁸⁰.

4.2 Da ideia de Governança

A definição, mais simples do termo governança, encontra-se na sua etimologia grega como a arte de governar.

Ostrom deixou-nos a sua definição como a gestão coletiva de bens comuns, a mais simples e mais completa, julgo eu.

A União Europeia entende-a como a forma de governar baseada no equilíbrio entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, ao nível local, nacional e internacional (livro branco). Atualmente, o termo é alvo de grande interesse e frequentemente referido, Kooiman (1995, p. 13) explica este foco de atenção como uma necessidade política e social de novas formas de resolver os problemas sociais e também de criação de novas oportunidades através da interação do estado, do mercado e da sociedade civil. O termo parece complexo e existem múltiplas definições, pois pode tomar diferentes aceções de acordo com o objeto governado. Em torno deste conceito sobressaem palavras como: regras, qualidade dos sistemas, cooperação, legitimidade, regimes, novos processos e métodos. Basicamente são “sistemas de regras que funcionam a todos os níveis da atividade humana, desde a família até às

⁷⁹ « Les mots n'apparaissent jamais par hasard. Derrière des mots nouveaux s'exprime le besoin de formuler quelque chose d'inédit. La gouvernance s'inscrit dans la constellation d'idées produites par la mondialisation »

⁸⁰ É muito curioso como todas as ideias defendidas existiram num passado, foram esquecidas e recentemente retomadas, será mais uma vez a espiral de Hegel?!

organizações internacionais, nas quais a perseguição de objetivos pelo exercício de controlo tem repercussões transnacionais”⁸¹ (Kooiman, 1995, p. 13)

Defarges diz que,

“É justamente o processo de organização e administração das sociedades humanas, no respeito pelas diversidades (...) A Governança inscreve-se na busca permanente de melhores sistemas de gestão dos Homens e dos recursos, pela qual a decisão, em vez de ser a propriedade e o poder de alguém, deve resultar de uma negociação permanente entre os atores sociais, constituídos em parcerias de um vasto jogo”⁸² (Defarges, 2011).

Dito em modo de conclusão, muitas cabeças informadas pensam melhor do que uma. Os processos participativos, nos quais a governança se materializa são uma forma sofisticada de “consultar a tribo”.

Elinor Ostrom, nos seus estudos sobre a gestão de bens comuns pelas comunidades locais, revela as formas que pode assumir a governança, de modo não dirigista e não tecnocrático, deixando de fora a autoridade do estado no processo. Este é um princípio das democracias fortes, com base em exemplos de base locais, direta, colaborativa e com monitorização das partes interessadas, parte da base, do simples do local, do concreto. A ação é determinada pela reunião de um grupo local de indivíduos em torno de um problema concreto, assim procura-se coletivamente uma solução, eventualmente poder-se-á recorrer a instâncias superiores que ajudem a concretizar essa solução. Neste âmbito, e pelo trabalho da autora, o conceito de governança foi adotado por instituições internacionais, como o Banco Mundial na década de 80, que devido a investimentos desenhados *up-bottom* falhados, nos países em vias de desenvolvimento, adotaram esta outra estratégia de intervenção, promoveram-se as parcerias e a partir daí este foi difundido como o processo para alcançar o consenso em torno da gestão dos bens coletivos.

“É preponderante para o sucesso da sociedade que as políticas públicas ou até mesmo as alterações a introduzir numa comunidade local, sejam concertadas, sejam discutidas e sobretudo sejam interiorizadas pela população, num processo participativo que é ele próprio pedagógico, promotor da discussão esclarecida, do desenvolvimento da consciência coletiva e para uma ação coletiva mais justa. A participação permite aos indivíduos passarem de agentes a atores, o princípio do “participante ganhador”. É também nesta medida que faz

⁸¹ “Systems of rule at all levels of human activity from the family to the international organization in which the pursuit of goals through the exercise of control has transnational repercussions”.

⁸² La gouvernance, ce serait justement ce processus d’organisation et d’administration des sociétés humaines, dans le respect et l’épanouissement des diversités (...) La gouvernance s’inscrit dans cette quête permanente de meilleurs systèmes de gestion des hommes et des ressources. Pour la gouvernance, la décision, au lieu d’être la propriété et le pouvoir de quelqu’un (individu ou groupe), doit résulter d’une négociation permanente entre les acteurs sociaux, constitués en partenaires d’un vaste jeu »

sentido uma noção pragmática da governança, no sentido em que a participação e implicação dos cidadãos e gentes locais devem pressupor a ideia de negociação e o carácter contratual presentes no planeamento estratégico. A coresponsabilização, a implicação e a consciência de que ninguém ganha tudo mas todos ganham algo, com o exercício da governança” (Rodrigues W. , 2005, p. 32).

A Governança implica o estabelecimento de laços de confiança, entre aqueles que nela se vêm envolvidos. Estes laços por seu turno são explicados pela teoria dos jogos e pelo dilema do prisioneiro, a confiança situa-se numa escala entre a cooperação e a competição, quanto mais cooperarmos, mais confiamos uns nos outros, enquanto a competição provém do individualismo gerando desconfiança em relação a todos. Ou seja, se eu ajudar o meu vizinho nas suas colheitas, nada me garante que ele depois me virá ajudar a mim, é um risco que assumo, se falhar perderei parte das minhas colheitas porque perdi tempo a ajudá-lo e sozinho não as consigo terminar, se ele me ajudar ganhamos os dois. A questão da confiança prende-se diretamente com os sistemas de economia solidária e no mesmo contexto, com o início da implementação local da Governança.

Na manutenção de um sistema de governança, os fatores chave de poder, conhecimento e conflito que o definem, possibilitam o único caminho possível para estabelecer e redefinir esses mesmos sistemas de governança. Segundo Burns (Seminário de Doutoramento, 2010-2011), mas também Nykoloyuk e De Man (2010), a governança partilhada tem-se revelado bastante eficiente no desenvolvimento sustentável, alcançando níveis de legitimidade muito mais avançados quando comparados com os sistemas normais de governo. Revelando-se assim como o melhor caminho a seguir, não só ao nível económico, mas aplicável a todos as dimensões da vida humana coletiva.

A referência à governança interliga-se com o desenvolvimento sustentável, pois a primeira é alicerce para que este se concretize, apresentando-se transversal a todas as atividades humanas, seja na produção de bens, nas cadeias de distribuição e consumo, mas sobretudo no planeamento dos territórios. Por outro lado, à escala local, nas pequenas comunidades desenvolvem-se as iniciativas emancipatórias das estruturas de poder mais complexas, abrindo novos espaços de ação política e mesmo económica em relação à hegemonia do capitalismo global (Moulaert, Martinelli, Swyngedouw, & Gonzáles, 2005). Com as iniciativas locais de participação coletiva fertilizou-se o terreno para o crescimento e disseminação da palavra e do conceito de Governança, sendo uma manifestação dos movimentos de transição.

Toma forma um novo paradigma em que ao envolver-se diferentes atores sociais numa cooperação regulada, “não é só um projeto, mas também um processo de ação coletiva, esta frase mostra as potencialidades desta forma de governança, justamente quando estamos tão necessitados de outro sistema para governar. Refira-se também que o caminho

para o desenvolvimento sustentado não deve ser tomado por iniciativa das instituições governamentais, mas pelas pessoas, elas próprias” (Glabsbergen, 2007, p. 4)⁸³.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável implica a participação daqueles a quem se dirigem os projetos de intervenção, na medida em que devem ser as próprias populações a definir os termos em que este irá ocorrer. Se bem que o paradigma, definido em 1987 no relatório Brundtland, implicasse objetivos de desenvolvimento ecológico e social a longo prazo a nível global, ele deve partir também de iniciativas locais e mesmo individuais, sobretudo no que diz respeito ao consumo: *produzir local, consumir local*, pois como já referimos, é de maior importância que o conceito seja aplicado a todos os níveis da ação humana, sobretudo no consumo, também como forma de contrariar as instabilidades sociopolíticas e deterioração ambiental provocadas pelo capitalismo.

A propósito das críticas quanto à incapacidade de organização coletiva para o exercício da governança, Tom Burns prelecionou que as alterações nos sistemas de governança institucionais são realizadas pelos atores sociais, sendo que o estabelecimento de regras nas relações de poder deve ser uma ação coletiva, caso contrário na sua ausência assistiremos a motins e ações irracionais pelas massas. Maquiavel afirma, a este propósito que “A crueldade da multidão é contra aqueles que ela teme que se apropriem do bem comum; a do príncipe é contra quem ele teme que se aproprie do seu próprio bem” (Maquiavel, 1513 (1970)).

Os sistemas de governança contemporâneos em todas as suas dimensões política, económico-social e ambiental são fragmentados pelas políticas nacionais, as quais já não têm a legitimidade e confiança das populações, comprometendo o futuro da humanidade. A governança aponta para um mundo mais justo, pacífico e saudável.

“Os governos democráticos estão neste novo milénio a atravessar uma crise severa, como o sistema político já não satisfaz as necessidades das sociedades que evoluíram para um grau de globalização, sofisticação e informação, em que tudo é questionável. As pessoas já não se revêm nos seus políticos e suas decisões, e a legitimidade é um assunto atual. Isto acontece não só em relação às decisões políticas, mas em todas as dimensões da vida pública que carecem de sistemas de governança” (Zadek, 2008)⁸⁴,

⁸³ This sentence shows the potentialities of this form of governance, just when we are so needed of another system to govern. It is also referred that the way to sustainable development should not be taken by initiative of government institutions, but by the people themselves.

⁸⁴ “Democratic governments are in this new millennium crossing a severe crisis as the political system no longer satisfies the needs of societies who evolved to a degree of globalization, sophistication and information, that everything is questionable. People no longer review themselves in their politicians and their decisions, and the legitimacy is an update issue. This happens not only towards political decisions, but all of the dimensions of public life that need governance systems.”

Para este autor não há outra alternativa que a governança global colaborativa, consideramos tal como Ostrom que deve partir do local para o global, apesar da sua urgência mundial ter sido efetiva em alguns campos de proteção de recursos. Em relação à componente política da Governança, partindo do local, devidamente organizada e estimulada (com o apoio da Engenharia Social) pode-se apresentar como uma alternativa viável mesmo no governo das instituições, substituindo-se aos partidos políticos e num futuro próximo alcançar mesmo a gestão coletiva global do planeta, ultrapassando os pruridos nacionais. Pois é certo que todos estamos de acordo, só discordamos é nos meios para alcançar os fins.

Para esta situação Martinelli (2007) acrescenta que, tendo em conta a fragmentação política, a heterogeneidade cultural e religiosa e a desigualdade social, determinam a necessidade de redes de interdependência global para a Governança do Planeta, segundo o autor utilizando um modelo poliárquico, “Este modelo de governança global articula-se num conjunto de normas e instituições designadas para a integração e regulação da vida social e económica a nível mundial, focado na responsabilidade democrática, no empowerment das comunidades e dos indivíduos, identidades múltiplas, universalmente contextualizado em instituições supranacionais”⁸⁵

A propósito da questão levantada sobre o modelo global a seguir, também outros autores (Held, Kaldor, & Quah) no texto *the Hydra-headed Crisis*, argumentam que o problema civilizacional presente vai muito além das crises, pois estas estão todas interconectadas e todas expressam algo muito mais fundamental: o falhanço das nossas instituições na adaptação às transformações. É fundamentalmente necessária uma estratégia global, que não será atingida enquanto o poder continuar a ser organizado numa base nacional. Daqui ser necessário criar um Estado que unisse as nações de forma federada, com formas híbridas e transnacionais de natureza cosmopolita.

Para que se possa efetivamente aplicar a governança a nível mundial, todos os autores estudados no seminário, bem como outros consultados, são unânimes na necessidade de se criar um meta-poder que estruture o mundo, uma federação mundial, uma vez que os poderes nacionais já não se aplicam à nova ordem global. E mesmo unidos sob a égide das organizações supranacionais, o poder continua fraccionado em governos cujas populações se encontram ainda reféns de interesses que não são os coletivos e, como tal continuam a ser flageladas impunemente. Os líderes, também eles são alvo de desconfiança, os democráticos debatem-se numa luta entre e intra partidos que lhes minam as iniciativas, vivemos um impasse; o que vemos é os povos da Terra, manifestando-se nas ruas de

⁸⁵ “This model of global governance articulates into a set of norms and institutions designed for the integration and regulation of social and economic life at world level, focusing on democratic accountability, individual and community empowerment, multiple identities, contextual universalism, and supranational institutions.”

descontentamento (mesmo isso cada vez vemos menos por medo dos terroristas). Este impasse político, a vertigem de acontecimentos, a penumbra do terrorismo, o precipício do clima, o desemprego a crescer e frustrante inatividade, a alienação e futuro indeterminado⁸⁶, o olvidar dos valores clássicos, nada de bom auguram para o futuro da humanidade, “A crescente consciencialização de que os governos não são os atores pertinentes, nem exclusivos para a resolução dos problemas globais, trouxe para a esfera pública a necessidade de cooperação e concertação social.” (Burns T. , 2010-2011). Contudo, se bem que esta concertação ainda se depara com inúmeros obstáculos, tal como os referidos, vemos florescer as iniciativas locais, sem o envolvimento dos políticos.

O território de Odemira, devido às suas características de extensão geográficas, de morfologia e o isolamento que proporciona, já anteriormente descritos; são inúmeras as comunidades que ai encontram as condições ótimas para se fixarem e frequentemente levar a cabo experimentações sociais, até, um pouco mais extremas (Tamera, *Sioux*, *Hobbits*, *Muji...*). As denominadas comunidades de transição, também existentes no território, são menos rígidas nas regras (São Luis, Aldeia das Amoreiras, etc.) e mais tolerantes, do que os primeiros mais exóticos e rigorosos, pois interagem com a população envolvendo-a na preparação e participação das diferentes atividades, até de modo informal criam as condições para o *empowerment* destas, demonstrando e colocando em prática alguns dos princípios e conceitos aqui explanados, mas sobretudo porque a relação é aberta e existe um imenso respeito e simpatia por todos, sem imposições de valores. Não irei aqui alongar mais o tema das comunidades, pois só por si daria uma outra tese, para além de que desde tempos imemoriais que existem comunidades sectárias ao sistema vigente.

Na realidade não há muitas décadas a vida ainda era vivida segundo os preceitos ancestrais, conhecimentos com milhares de anos de experiência, correção, acumulação e transmissão à geração seguinte, a ciência desprezou-os e pretendeu ser ela a única detentora do conhecimento válido. Assim munidos da sua prepotência, ignorância e por vezes servindo a ganância de outros, interromperam e desprezaram os saberes locais. Como exemplo local, aquando da realização de planos para a proteção da natureza, feitos em gabinetes, sem a ninguém consultar, pois se não eram especialistas, eram só gente do povo, na sua maioria analfabetos, não se justificava a sua consulta; bem antes pelo contrário havia que ensinar-lhes as novas técnicas que a ciência fornecia para proteger?

⁸⁶ “Ce que je propose est donc très simple: rien de plus que de penser ce que nous faisons. (...) je m’en tiens d’une part à l’analyse des facultés humaines générales qui naissent de la condition humaine ne change pas elle-même. L’analyse historique, d’autre part, a pour but de rechercher l’origine de l’aliénation du monde moderne, de sa double retraite fuyant la Terre pour l’univers et le monde pour le Moi, afin d’arriver à comprendre la nature de la société telle qu’elle avait évolué et se présentait au moment de succomber à l’avènement d’une époque nouvelle et encore inconnue.”

Aqui os homens (talvez por serem tão poucos) viviam em comunhão com o meio envolvente preservando-o de modo muito natural, sem os artifícios modernos. Não havia grandes riquezas, mas também não havia miséria, a natureza e a agricultura providenciavam o necessário, a pobreza residia no isolamento e nas longas distâncias e parcas acessibilidades.

Quanto a esta questão deixo o meu testemunho: antes de existir o Parque Natural, foi criada a Área de paisagem protegida em 1990 com 75 mil hectares, para a sua implementação foi criada uma comissão instaladora, mediante a criação de uma associação que abrangia todo o espaço entre Santo André e o Burgau, chamava-se SOS Sudoeste e dela fui sócia fundadora, incluía todos os que nela tivessem interesse, cidadãos locais, especialistas e autarcas. Trabalhou-se bastante na identificação de espécies, de património e de problemas ambientais, tudo ia muito bem e a interação entre os atores e agentes era positiva e profícua. No entanto a mega empresa Odefruta (de Thierry Russel) que poucos anos antes se havia instalado com agricultura intensiva na faixa costeira entre o Brejão e Odeceixe (500ha), o que também suscitou a necessidade de proteção da costa e com razão, pois vimos a descobrir e a provar a utilização de dioxinas por parte da empresa; aquando da visita do então primeiro-ministro (Cavaco Silva) à empresa, o qual tinha permitido a injeção de 1.6 milhões de fundos comunitários e nacionais, no que se viria a revelar um mega “elefante branco”, foram-lhe apresentados os resultados da utilização dos químicos proibidos, no que resultou o afastamento do então diretor da área de paisagem protegida (membro também da direção da associação) e a dissolução lenta do SOS Sudoeste supostamente suportado pelo programa Leader (que no Algarve tinha mais despesas de gestão, do que de verbas para financiamento de projetos). Nunca mais os então empossados diretores e novos técnicos do Parque quiseram saber da opinião dos locais. Este existe mas é como algo externo, que só prejudica e é odiado pela população (atualmente a sede local está meio abandonada, sem verbas para gestão e sem trabalho para os técnicos).

Encontrei-me com a Professora Doutora Isabel Guerra, no dia 12/05/2011, que mais uma vez tinha acedido em me receber, embora não pudesse ser minha orientadora. Como sempre deu-me bons conselhos e orientação para o trabalho, desta vez explicou-me qual a empírea da participação; que passaria por 3 momentos: a análise dos atores sociais, quem, como e onde; os modos e dimensões em que ela ocorre e finalmente os impactos resultantes dessa participação. No sábado seguinte (14/05/2011) iria aplicar esta metodologia na observação direta, mas não participante, na única manifestação local de que tenho memória, organizada pelas gentes residentes no PNSACV a ter lugar em Vila Nova de Milfontes.

Mais uma vez havia problemas quanto à atualização do regime de proteção do Parque Natural. Insurgidos com as restrições da prática marisqueira e da pesca artesanal, exercidas pelas famílias dos pescadores desde tempos imemoriais e como tal cumprindo os requisitos de preservação e respeito pelas espécies e meio ambiente. A manifestação foi organizada por um grupo de pescadores e dinamizada por um deles. Houve muita celeuma e muito apoio local, para além dos pescadores, mariscadores, donos de restaurantes, e de outros participantes, também vieram os autarcas dos 5 concelhos e representantes partidários (inclusive o falecido Miguel Portas, a quem fui apresentada), foram fretados autocarros e transportes municipais. Sentei-me com alguns dos mariscadores meus conhecidos e inquiri tudo o que me poderiam responder (numa conversa informal de conhecidos, sem o artifício do gravador ou do bloco de notas, estas seriam posteriormente anotadas em privado). Os manifestantes de todas as idades, géneros e proveniências organizaram-se e protestaram. Era limitada a recolha no mar a quantidades somente para consumo próprio e só em determinados dias da semana. Ora esta atividade permitia um complemento para a sobrevivência dos coletores e para os consumidores e era um garante de frescura dos produtos; foi-lhes retirado este direito por ser considerado lesivo! Uma falsa questão, pois nunca se consegue carregar de arribas tão ingremes uma tal quantidade de peixe ou marisco assim tão lesiva; para além de as técnicas transmitidas por gerações, são elas próprias protetoras dos juvenis, maiores até do que é permitido por estas novas regras; O “defeso” (época da desova) sempre foi respeitado, entendo-se agora que não coincide com a época que os pescadores utilizam, mais um erro de ignorância por parte dos legisladores e razão de desprezo pelos autóctones. Uma outra mais-valia em manter a situação como sempre esteve relaciona-se com o tráfico de drogas, aqui muito comum, os pescadores e mariscadores colaboravam com as autoridades, pois tudo conheciam e de tudo estavam alertas, agora já sem estes meios humanos investem-se milhões na supervisão das arribas abandonadas. Não obstante algumas “luvas” que houvesse, passam agora mais drogas do que aquelas que são apreendidas. Muitos deles adquiriram a prática de recolher o lixo em locais onde mais ninguém chegaria, o que o mar traz e o que outros deixam, agora quem o recolhe?

Quem e como explicam a estas pessoas que o controle sobre eles seja tão apertado e as multas tão elevadas, quando ao largo da costa os navios praticam a “pesca de arrasto”, sem qualquer respeito pelo defeso, sobretudo os espanhóis que vendem as crias como tapas. Havia palavras de ordem em cartazes engraçadas e pertinentes: “parque natural, parque prisional”, “somos pescadores, não somos criminosos”, “ quem quer peixe e mexilhão, junte-se à manifestação”.

É certo que houve uma oportunidade de discussão pública, discreta, no entanto nada mudou no projeto já pré-definido de acordo com os interesses económicos e que nada têm a ver com a preservação. Nada foi perguntado a ninguém e a manifestação em nada resultou.

A intensão de transformar a zona do parque natural na “horta da europa”, devido ao clima e 9 mil hectares de regadio, está bem patente no documento proposto. Infelizmente a agricultura intensiva, por muito verde que seja, deixa muitas mazelas: A Odefruta quando acabou partiu, deixou centenas de hectares repletos de plásticos e solos envenenados durante anos, mais tarde os terrenos foram limpos e repartidos por outras empresas. Os pescadores da Azenha complementavam a sua atividade com a apanha de algas, agora já não as há! Muito raramente se encontram os nossos famosos percebes e mexilhões, não só pela interdição, mas também por ter passado a haver zonas em que nada vive e que coincidem com algumas explorações agrícolas, por vezes é mais fácil encontra-los na peixaria dos hipermercados, do que nos restaurantes da costa (para mim apanho-os eu, também sou da mesma linhagem ancestral dos concheiros do Ceixe). Como muito bem têm dito todos os presidentes deste Município, mas que pouco poder têm no governo das coisas, “Se esta região é selvagem é porque quem cá está é que a preservou.”

Esta foi uma manifestação inédita no nosso território tão pacato e humilde. Esta foi uma demonstração clara de ação coletiva, da qual resultaria um movimento para a governança, mas aqui como em todos os outros lugares estes esforços populares redundam em nada, pois as forças capitalistas e/ou insuspeitas tudo tolgem, nada é deixado passar que não esteja de acordo com os seus planos. Se existisse um engenheiro social a luta teria continuado.

Numa outra situação semelhante que me foi dado observar, mas sem participar, apliquei a mesma metodologia de análise de ação coletiva e participação. Também uma manifestação, mas na região de Buguey (França) a 15/11/2011, esta era especificamente contra o depósito de resíduos de outras centrais nucleares junto à já velha Central Nuclear do Buguey. Participaram cerca de 3 mil pessoas de todos os espectros etários, com o predomínio de pessoas mais velhas (Maio de 68) e a presença vincada dos partidos de esquerda (muita apropriação política) pelas muitas bandeiras e demais propaganda, até uma bandeira do Bloco de Esquerda lá estava. Claro que a central estava rodeada de ingremes vedações, tudo fechado e segurança reforçada (muito, mas muito mais barulho do que na de Milfontes). Houve no entanto uma iniciativa que me surpreendeu, foram largados balões a cujo fio estava preso um postal com selo pago, para que quem o encontrasse o devolver a apoiar aquela causa. Neste mesmo dia, no mundo inteiro houve manifestações dos indignados, inclusive a de Lisboa que foi muito grande.

As manifestações são momentos em que a energia gerada é muito elevada e que de facto poderia dar nalgum resultado, como foi o caso de Espanha, a questão é que, infelizmente,

não se fundam movimentos de Governança, antes se criam mais partidos políticos que acabam por ficar reféns dos poderes económico-financeiros.

Hoje em 2016, um pouco por todo o lado, por todo o planeta existem milhões de indivíduos que após as chamadas dos protestos antissistema neoliberal, criaram experiências fundadoras e outros que também ergueram novos modos de organização económica ou de vida comunal (Pachamama na América do Sul, Auroville na Índia, etc.), ou ainda formas mais simples como as cooperativas de produção e de consumo, hortas coletivas ou inúmeros mercados de produtores, como os que conheci na zona de Burgue-en-Bresse e especificamente nas aldeias de Jujurieux e Rignat. São inúmeras as experiências com novas formas de estar e de viver mais respeitadoras da integridade da natureza humana e do meio envolvente, alternativas ao mundo dominado pela sociedade de consumo e governando exclusivamente por políticos e capitalistas, sem o envolvimento dos cidadãos. As situações alternativas observadas não surgem espontaneamente, mas também não requerem uma intervenção científica, são práticas que se disseminam a quem para elas já está desperto.

Contudo quando a intervenção cientificamente informada se justifica, em problemas prementes ou de organização do território, os novos métodos de processos de mediação e organização da ação coletiva visam ser totalmente inclusivos, daí que seja necessário a utilização de conhecimentos complexos de indução às dinâmicas de mudança social e *empowerment* de atores, utilizando o diagnóstico e aplicação dos resultados das sessões participativas, quando focados no planeamento e desenvolvimento territorial, alcança-se melhores resultados em termos de governança. Idealmente numa perspetiva de rentabilização sinérgica dos recursos disponíveis e seguindo o paradigma da permacultura, visando a integração holística, plena e harmoniosa das atividades humanas no território. E englobando ainda novos conceitos na organização dos espaços: o *rurbano*⁸⁷ e o da periurbanização⁸⁸, que se afirmam por oposição aos modelos em voga da delimitação

⁸⁷ Gilberto Freyre, na sua obra "A Presença do Açúcar na Formação Brasileira" (1975), introduz o conceito de *Rurbano*, uma mistura das palavras Rural e Urbano. O Sociólogo define assim a integração total e de complementaridade entre os dois mundos; para que tal possa acontecer, seria necessária uma reconceituação do espaço rural, tendo como objetivos norteadores de desenvolvimento a ecologia e a destruição dos grandes latifúndios. Assim como que a cidade, para que se torne o complemento perfeito do mundo rural, seria necessária a destruição da dependência das rotinas em relação ao consumo desenfreado, o que acaba por dar lastro ao uso ostensivo de algumas culturas, como a canaveira. <http://luizcotias.blogspot.pt/2013/01/o-conceito-do-rurbano-de-gilberto-freyre.html>

⁸⁸ É um novo modelo de urbanidade, viver no campo e trabalhar na cidade, passa pelo renascimento rural, por uma agricultura de proximidade e cidades mais sustentáveis, ou até mesmo uma rede de localidades que entre si, eliminam a necessidade destas. É algo semelhante ao neoruralismo. (Coloque de Christoph Soulard, le periurban et ces agricultures, UMontpellier 3, 27/1/2012)

rígida do espaço urbano e rural; a forma como ocupamos o espaço e a defesa do território, bem como a satisfação das restantes necessidades referidas na pirâmide de Maslow⁸⁹, é incontornável ao comportamento animal enraizado na nossa natureza. Atualmente, como já vimos, fruto de uma maior consciencialização ambiental, a procura de soluções para a satisfação dessas necessidades é cada vez mais multidimensional e abrangente, procurando a harmonia quer dos seres humanos, quer de tudo o que os envolve. Assim, a busca de soluções de ocupação do espaço de forma homeostática e potencializadora do desenvolvimento integrado só pode ser alcançada numa estratégia multidimensional e interdisciplinar de apoio às populações.

As práticas institucionalizadas de planeamento e ordenamento do território ao se cruzarem com a miríade de projetos de desenvolvimento local e rural e ao serem confrontadas com este paradigma emergente de ocupação do território, terão forçosamente de reavaliar toda a sua filosofia, bem como o modo como são construídos e implementados. O que terá impereptivelmente de passar por um maior grau de participação e, que esta seja de facto efetiva e não as recatadas consultas públicas ou pseudo-processos participativos, “que não passam de meros exercícios democráticos sem resultados práticos e que mais não servem do que instrumentos de propaganda política” (Berry-Chikhaoui & Haouès-Jouve), como referem as investigadoras a propósito da implementação da agenda XXI em Toulouse e Berlim (experiência a desenvolver no capítulos das metodologias e técnicas).

No planeamento e gestão do território, ao convocar-se a participação dos parceiros institucionais, das organizações cívicas, de especialistas e da população em geral, é possível alcançar um desenvolvimento sustentável e integrado do território, pela visão mais abrangente e consenso que esta estratégia permite alcançar. O isolamento a que se votaram os cientistas sociais não se compadece da sua presença urgente na resolução destes problemas e na constituição de equipas multidisciplinares de planeamento, gestão e intervenção territorial, um terreno onde podemos efetivamente demonstrar a pertinência dos conhecimentos sociológicos e ultrapassarmos profissionalmente a barreira preconceituosa em relação à Ação Social, que ainda persiste.

As vantagens de inclusão de um sociólogo na equipa do sector do ordenamento do território enriquece a abordagem multidimensional das questões territoriais, indissociável das questões populacionais, tal como das ambientais. Nos Planos Diretores Municipais de 2ª geração há um despontar de uma consciencialização para uma ecologia urbana mais sustentável, ao qual se adiciona uma outra variável determinante e nova neste contexto: a das alterações climáticas, para cujas consequências é necessário informar as populações e que representa, também, uma oportunidade de melhorar os processos de planeamento e

⁸⁹ Necessidades fisiológicas básicas, de segurança, sociais, auto-estima, auto-realização.

gestão do território, bem como organizar a capacidade de resposta das comunidades locais e salvaguarda dos espaços construídos.

Importa representar o território para agir sobre e para ele, coletivamente. Sob pena de continuarem a ser cometidas as atrocidades a que infelizmente já nos acomodámos⁹⁰, frutos de uma política territorial catatónica e sem uma estratégia perceptível. Urge a subsidiariedade das políticas nacionais e a descentralização dos domínios de ação municipal, que no dizer de Gaudin, “obrigam a uma maior interação entre o urbanismo, as políticas sociais e ambientais, estimulando a produção de *dossiers* conjuntos (...) Em oposição da fragmentação dos sectores municipais, estes podem ser unidos pela ideia de governança para melhorar a eficácia da ação” (Godard, 1997, p. 24). A burocracia e os “condados” dos diferentes serviços inviabilizam, por vezes, esta demanda para a Governança municipal, a organização do trabalho em matriz ainda está longe de ser uma realidade, pois a troca de contributos não é o mesmo que trabalhar em equipa.

A Governança territorial é um processo de coordenação de interesses dos atores que coexistem num mesmo território (organizações públicas, empresas privadas, associações da sociedade civil, etc.) e através do qual as autoridades políticas se apoiam para resolver os problemas de administração e desenvolvimento desse território (livro branco da comissão europeia sobre a boa governança, 2001, p.29)

Não obstante os grilhões que impedem o desenvolvimento da democracia, o caminho da governança afigurasse como aquele que será mais justo e proficiente, fazendo dele algo porque vale a pena trabalhar, pois é antes de mais um processo de aprendizagem para todos, cuja participação é indispensavelmente necessária para a concretização da gestão coletiva dos bens comuns. Chegámos à idade da governança, a qual apareceu justamente para melhorar a legitimidade e a eficácia da ação coletiva, pelo desenvolvimento da consciência e das capacidades dos cidadãos.

A questão que então se coloca é a de como organizar os meios para alcançar uma situação de governança. Então se a participação dos atores é o pilar do próprio conceito, será nesta que teremos que investir os esforços. Pois por razões já referenciadas e a ser exploradas em capítulo próprio, o principal problema é o de cativar as pessoas a participar e aos políticos a convidá-las. Atualmente, em alguns países, onde se pratica, a democracia direta

⁹⁰ A intervenção do programa Polis na requalificação da orla costeira no sudoeste Alentejano, destruição de sistemas dunares já de si frágeis na praia de Odeceixe, destruição da falésia que suporta parte da aldeia da Zambujeira, supressão de espécies que consolidam terrenos e impedem a erosão, interdição de algumas praias durante a época estival, a destruição de habitats endógenos de flora e fauna para construção de passadiços de madeira, movimentação de máquinas pesadas... Muito dinheiro investido no embelezamento da orla costeira (já de si bela), sujeita cada vez mais a grandes tempestades que tudo arrasam e que depois cujas obras é preciso recuperar – mais um exemplo do desprezo e não envolvimento dos locais no processo.

tornou-se viável pelos processos participativos, que são muito mais do que uma auscultação à população. Pois para participar os cidadãos têm, antes de mais de acreditar no objetivo do processo, mas acima de tudo tem de acreditar que têm as capacidades para discutir os problemas que os afetam e de apontarem possíveis soluções. Todos somos capazes de o fazer e não somente os especialistas ou os políticos.

Como procuramos demonstrar no decorrer deste trabalho compete à esfera da Sociologia, onde existe este défice, contribuir para o aumento da autoestima e desenvolvimento das capacidades reflexivas da população, criando espaços onde circule a informação e ocorram as sessões participativas.

A oportunidade oferecida pelas políticas de Ordenamento do território, sobretudo pela elaboração dos Planos Diretores Municipais, obriga legalmente à criação destes dispositivos de participação, como algo mais do que a auscultação pública trivial. “O *ordenamento do território* visa assegurar a adequada localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento social e económico e a valorização da paisagem (...) A ação planeada deve implicar uma visão sistémica e integrada do contexto territorial em causa, integrando de forma harmoniosa as dimensões económicas, sociais, ambientais e urbanísticas” (Rodrigues W. , 2005, p. 32). “É uma responsabilidade essencial do Estado, a ser realizado com a participação dos cidadãos, num quadro de desenvolvimento sustentável” (Constituição Portuguesa, art.º 66), apesar de a lei ser adequada, lucida e justa; ainda não existem as condições políticas e culturais para que se aplique esta participação pública, não obstante as dinâmicas coletivas manifestas nos nossos tempos, “o país confronta-se, ainda, com um défice de enraizamento de uma cultura de democraticidade e um défice de modernidade na gestão e administração (pública e privada), que constituem sérios obstáculos à adoção de princípios de governança e que não são ultrapassáveis em tempo curto.” (Rodrigues W. , 2005, p. 27). Contudo esta “veio para ficar”, ainda não tem a força suficiente para se impor aos outros poderes, mas perante a indiscutível ineficiência dos serviços, fartos que estamos de tanta austeridade e às atrocidades cometidas, os cidadãos irão gradualmente exigir para si o poder de planejar, decidir e gerir aquilo que é de todos.

Não há boa governança sem desenvolvimento sustentável, nem desenvolvimento sustentável sem boa governança
--

4.3 Os políticos e a Governança

Como temos vindo a referir, o tema da governança tornou-se recorrente no contexto atual de crise democrática em que se questiona e coloca em causa a legitimidade das decisões políticas para governar as populações no sentido da promoção do seu bem-estar. A Era de transição que atravessamos a nível global, demarcada pela insatisfação crescente e notória

com o atual sistema político está a conduzir a nossa civilização para um outro patamar de ação coletiva consciente.

Com o aumento do nível de escolaridade da população mundial e conseqüente aumento da sua capacidade crítica; com a globalização da informação e conseqüente reflexividade nas sociedades; e com os novos meios de comunicação, nomeadamente as redes sociais, e conseqüentemente a exponencialização das interações imediatas entre os indivíduos, projetaram a capacidade participativa dos cidadãos para níveis inéditos na história, ainda não organizada e só visível nas manifestações, os modelos de organização política de decisão atuais, não comportam uma tal inovação, nem sustêm tal energia libertada (Puech, 2010), tornam-se obsoletos.

Estrangulados entre os compromissos com os *lobbies*, de um modelo de desenvolvimento económico decrépito, as mordomias do estado; ou até mesmo ao nível local, o clientelismo eleitoral, os caciquismos e as lógicas partidárias, são de todo incompatíveis com as demandas da população. Tornaram os nossos políticos anacrónicos, senão mesmo lesivos ao desenvolvimento sustentável dos territórios e à correta realização dos processos participativos no diagnóstico e gestão locais. Serão eles a entropia no sistema?

Não o deveriam ser. Pois, caso compreendessem que ao partilhar o poder com os cidadãos, os políticos ficam também com menos responsabilidades, ao participarem na discussão e tomada de decisões, alarga-lhes a perspectiva das necessidades reais, das quais frequentemente se afastam por se colocarem numa redoma, só teriam a ganhar. As pessoas ao participarem na discussão e tomadas de decisão, asseguram, elas próprias a realização e/ou manutenção daquilo que foi decidido coletivamente. Precisamos da classe política para executar e negociar a outros níveis e também, é certo, de participar. Ser político é uma arte e não uma profissão, pois compete-lhes negociar com os outros poderes e arranjar meios de concretizar as decisões coletivas, sempre no interesse da população e não no interesse do seu partido. O sistema partidário transformou o poder numa luta entre castelos, onde só entra quem for do partido, dentro do qual as lutas pelo poder são ignominiosas, todos os que estão fora dos castelos são insignificantes e todos os dos outros castelos, inimigos a abater. Dai o mote *contra os partidos todos unidos*. Este sistema partidário não serve os interesses de ninguém que não o dos próprios, dos seus amigos e família e das cortes que lhes prestam vassalagem. No entanto, também eles precisam de ser esclarecidos e perder o receio dos conhecimentos que não dominam, bem como a consciencialização da necessidade de discussão e concertação, fundamentais para o consenso e aceitação das políticas tomadas.

Invocar à participação à veiculação da informação, a transmissão de conhecimentos acerca da própria sociedade, ou problema de que se trata no processo e, o seu devido enquadramento; a divulgação de uma forma simples e atrativa é indispensável para o

envolvimento dos cidadãos. Sem informação não se podem tomar decisões, tem sempre de haver a montante um diagnóstico e discussão dos problemas coletivos, quanto mais amplo este for, melhor o suporte e apropriação das decisões. Ao dar importância às opiniões dos cidadãos, estes irão sentir que fazem parte das decisões de algo que lhes diz respeito, a responsabilidade passa a ser partilhada por todos e o empenho na colocação em prática das decisões e salvaguarda dos resultados será outro, do que aquele dos processos tradicionais de planeamento e consultas públicas tão em voga, sob o pseudónimo de processos participativos, mas que na realidade nada tem a ver com esta metodologia.

“Um tipo de planeamento que não discute estratégias, não desenha desafios e objetivos, não define parcerias privilegiadas para a prossecução dos objetivos, em função da maior ou menor mobilização dos atores face a cada um desses objetivos. Daí que, com frequência, os autarcas receiem o diagnóstico participado e estratégico, a sua natureza “excessivamente ambiciosa” quanto a metas e objetivos a atingir, que esperem que o diagnóstico lhes diga o que devem construir, e onde, e que, quando não vejam nos resultados obtidos a legitimação das suas práticas e estratégias, procurem questionar o carácter científico das metodologias de trabalho adotadas” (Rodrigues W. , 2005, p. 29)

Vivemos ainda num contexto autárquico de 2ª geração, na sua maioria, seguindo uma lógica de *arranjos florais*, e construção massiva de equipamentos sociais, desinvestindo no papel protetor da família e da comunidade, isolando as crianças dos idosos, cortando-se os laços inter-geracionais e a possibilidade da transmissão de valores e saberes; satisfaz-se uma necessidade imediata, da forma mais fácil, sem pensar no seu alcance, dever-se-ia investir noutras formas de apoio inovador que lhes poderia ser prestado sem recorrer à lógica do betão, que mais parecem fábricas de *Soylent Green*⁹¹; tal como se aumentaram os problemas com os cidadãos marginalizados colocados em guetos sociais de habitação desintegradora; A solidariedade social deveria ser reforçada, mas tal passa pelo reforço na educação cívica e recuperação dos valores sociais das sociedades tradicionais, nomeadamente a solidariedade, honestidade e honra. Infelizmente ainda domina também a preocupação com as infraestruturas, típica da 1ª geração de autarcas, este é de facto um problema que retornou de modo premente, pois em vez de estas serem adaptadas ao contexto ambiental e social, privilegiando os sistemas autónomos, tal como numa lógica autista continua a gastar-se recursos financeiros, cada vez mais escassos, em reparações cada vez mais frequentes. A 3ª geração de autarcas é deveras escassa, pois esta é a que se preocupa com a sustentabilidade, governança, com os conteúdos, com a transparência real, mas sobretudo com o desenvolvimento e aplicação da massa cinzenta, quer nos próprios serviços municipais quer na população em geral. Não existe uma estratégia, nem planeamento e muito menos participação.

⁹¹ Filme de ficção científica de [Richard Fleischer](https://www.youtube.com/watch?v=LozJSTjrvck), de 1973 (<https://www.youtube.com/watch?v=LozJSTjrvck>)

Mais uma vez, como dizia Max Weber, “ou se vive para a política, ou se vive da política” (O Politico e o Cientista, 1919 [1979], p. 20). Estes nossos tempos são flagelados por profissionais da política, que querem assegurar a sua fonte de rendimento e perpetuar o decrépito sistema de representatividade. “Para que alguém possa viver para a política (...) em condições normais, quem assim viva deve ser economicamente independente das receitas que a política lhe possa proporcionar (...) na economia quotidiana só o património privado possibilita a independência” (Weber, O Politico e o Cientista, 1919 [1979], p. 21). O exercício da política também passa pelo dever cívico, obviamente não remunerado, como o de tantos ativistas no pós-25 de Abril⁹², que reorganizaram o nosso país, contiveram os excessos revolucionários e o dotaram de uma Constituição humana e fraternal. Pese embora a generalização e insatisfação global com o atual sistema democrático, gostaríamos de acreditar que ainda existem personagens altruístas nos meandros das instituições de poder, imbuídos do sentido de dever.

A sensação de que aqueles que nos governam se encontram distantes da realidade, é muito mais do que isso. As grandes hostes de assessores que invadiram o governo e as autarquias locais e que se procuram substituir aos técnicos e administrativos que detêm, de facto, a formação e experiência, pervertem o correto funcionamento dos serviços públicos, em permanente estado de caos. “Os conhecimentos e capacidades daqueles que para esse fim são contratados, são remetidos para o armário. Economistas, Juristas e, Arquitetos são usados em período eleitoral, os restantes técnicos, de que se muniram os órgãos de governação portugueses nos últimos 20 anos são ignorados e cerceada a sua ação de serviço publico” (Pinto A. J., 2011).

Esta entropia no sistema administrativo do Estado e das autarquias, não valoriza os saberes e competências dos seus funcionários; estas pessoas, ónus dos contribuintes, estão desmotivadas, são escamoteadas e ignoradas e não têm poder sequer para participar no planeamento ou estratégias, dos próprios serviços onde se inserem. A alienação é tal que a ação política comete crimes de lesa-pátria, para além do desrespeito referido, também pela sua inércia ou descontextualização das decisões tomadas. “Ora, enquanto a atual geração de autarcas não for reciclada, só excepcionalmente as expectativas em relação à prestação da Sociologia, em contextos de *governança* e planeamento estratégico, poderão ser outras que não aquelas que depositaram no trabalho do “planeamento físico” (Rodrigues W. , 2005, p. 29). Assim, o conceito que está subjacente aos processos participativos de empowerment para alcançar a governança, no sentido em que as metodologias utilizadas promovem a participação comunitária ao compreender e saber lidar com os seus problemas,

⁹² Homenagem prestada ao tão amado e grandioso homem que foi o meu pai, admirado em todos os quadrantes políticos.

emancipando-as desta forma, torna-as mais capazes de resolver os problemas que as afligem, implicam o trabalho das ciências sociais, cujo contributo aqui é fulcral e exclusivo. A sua atuação é também dificultada pelo poder político para quem o sociólogo é invariavelmente *persona non grata*.

O caciquismo chegou a um extremo autista da elite que quer continuar a agradar aos eleitores e melifluamente utiliza o vocabulário popular, como palavras de ordem. O termo participação é apropriado pelo poder político como apanágio, mas esvaziado de conteúdo, senão muitas vezes incongruente numa estratégia territorial inexistente ou letárgica. Importa, mais uma vez disseminar conhecimento que ajude a desmistificar as roupagens do neoliberalismo ao apropriar-se e utilizar os conceitos de governança, empowerment, capital social e participação comunitária. Originalmente são conceitos progressistas, mas a sua utilização à luz de uma ideologia de poder dominante visa objetivos de manutenção do *status quo*, pervertendo o sentido atribuído aos conceitos que utilizam. Tal como há o neoliberalismo mascarado de ecológico, estes são o *verde/cinzentos* dos políticos. Também o neologismo governança pertence à língua politizada do desenvolvimento sustentável, que surgiram como novas vestimentas para a autoridade e para a tecnocracia respetivamente. A governança surge como uma forma de dar ao poder burocrático uma aparência de funcionamento colaborativo. A apropriação pelas instituições dos processos de governança pode conduzir a processos de *disempowerment* (Theys, 2003), Mirafteb também reforça esta ideia como máscara utilizada para disfarçar outros interesses do poder; contudo para assim ser, o poder será centralizado ou domínio de poucos, pois, de facto se não estiver ligado ao capital social, o poder em si nada significa, pelo menos segundo Foucault “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou então como algo que só funciona sob a forma de cadeia. Nunca está localizado aqui ou além (...) o poder é empregado e exercido através de uma organização tipo rede” (Foucault, 1980 apud Mirafteb, p.98). O processos participativos, tão em voga, pretendem enfatizar o capital social e o empowerment, mas como nos diz F. Mirafteb, este fenómeno é melhor compreendido à luz da liberalização económica e da reestruturação do sector público (Mirafteb, 2004, p. 240). Sobretudo no contexto atual das políticas de ajustes estruturais e de cortes orçamentais, as responsabilidades dos serviços públicos estão a ser colocadas em causa e a serem transferidas para o sector privado.

Ao serem subvertidos o conceito dos princípios referidos e utilizados como forma de manipulação das aspirações dos atores em causa, sem que eles disso se deem conta. Mascaram o poder e legitimam desta forma as necessidades do regime. (Moulaert, et al, 2005). Utilizam as baterias do marketing, as ideias e as imagens que induzem à ilusão, mas sem nenhuma intenção de promover o seu verdadeiro fim. As instituições tal como as conhecemos autorregeneram-se e perpetuam-se, através da sua capacidade de se

apropriarem dos ideais do ativismo. “Para identificar o significado político da governança neoliberal temos de prestar atenção não só ao que diz mas também àquilo que silencia” (Santos, 2004, p.3)

“A noção de *governança* pressupõe a necessidade e capacidade de transparência na assunção de estratégias e interesses, possibilidade de questionar as práticas do poder hierarquicamente estabelecido, assunção de divergências, debate e discussão crítica das opções, perspectivas e decisões e uma avaliação permanente e rigorosa do trabalho desenvolvido. Pressupõe, no fundo, uma cultura de parceria em regime horizontal e uma responsabilização partilhada da tomada de decisão, a sua submissão à discussão crítica e aberta e, à prestação de contas (*accountability*) por parte dos órgãos da governação, como daqueles que têm acento nas instâncias de governança, que encontra sérias resistências na prática. Por outro lado, a ideia de *governança* pressupõe, igualmente, a transparência da gestão de recursos e a sua utilização em prol do desenvolvimento sustentado, eficiente e equitativo do ponto de vista social. Entre outros fatores, o peso determinante do sector fundiário e imobiliário no país, constitui-se num obstáculo que exige, por maioria de razão, uma gestão transparente da relação com os recursos e com os agentes aí implicados.” (Rodrigues W. , 2005, p. 27)

Numa sociedade ideal, a sociedade civil deve estar envolvida em questões de governo do Estado, exercendo uma cidadania ativa em que existe a implicação e participação, A pedagogia exercida pelo Engenheiro Social no contexto da Governança (ou o ainda sociólogo) visa, antes de tudo o desenvolvimento da consciência coletiva, para que aquela seja informada e inteligente. “A governança nas sociedades democráticas depende da interação entre os níveis estruturais e de ação, ou seja entre os governantes e a sociedade civil, numa base de interação societal. Com a crescente consciencialização de que os governos não são os atores pertinentes para a abordagem de questões coletivas importantes, envolve-se a sociedade civil em tarefas de governação públicas” (Hollingsworth & Boyer, 1997). Se bem que por agora aspiremos ao seu desenvolvimento ao nível local em focos dispersos, para maior sustentabilidade e futura afirmação incontestável do *governo correto das coisas*. O exercício pela prática é o melhor processo de aprendizagem. É neste sentido que se pretende, também, promover os reais processos participativos, pois estes têm um sentido pedagógico, inclusive para o próprio Engenheiro Social ou facilitador.

A questão que se coloca é de facto a da rutura com o modelo de desenvolvimento económico, comandado pela economia de mercado que encara a população como meros produtores e consumidores, gerando desigualdades No contexto do sistema atual de gestão pelos acionistas e até mesmo na impiedosa modernização da gestão pública, as pessoas já não são consideradas como tal, só interessam em função do custo e dos resultados financeiros; numa sociedade de produtores-consumidores, os trabalhadores são reduzidos a meros objetos, Vincent de Gaulejac, na sua obra *La société malade de la gestion* alerta-nos

para a instrumentalização e desumanização das pessoas, doravante consideradas recursos humanos “perante o pragmatismo e eficácia, as considerações éticas e humanistas devem ser relegadas para segundo plano”⁹³ (2009, p. 23). O aumento das doenças no trabalho, físicas e mentais, já são atribuídos às condições de trabalho deshumanizantes e alienadoras do ser e do sentido da existência individual. Este sistema é indutor de muitas das maleitas na saúde, é contranatura, ou contra o “direito da natureza”.

Face aos problemas, atualmente encara-se a sua solução de uma forma global só exequível pelas instituições, que no sentido de os resolver aumentam os impostos, reduzindo o cidadão a um mero contribuinte obediente às leis. É necessária a emergência de um novo ator capaz de monitorizar a ação pública, capaz de se reapropriar do poder institucional, que o poder exercido deixe de ser autoritário descendente e passe a ser colaborativo ascendente (Guerra J. , 2009). A melhor maneira de resolver problemas complexos, não é a de recorrer exclusivamente a especialistas, mas sim de reunir em assembleia colaborativa a inteligência distribuída.

« Em oposição da fragmentação dos sectores municipais, estes podem ser unidos pela ideia de governança para melhorar a eficácia da ação” (Godard, 1997, p. 24)

Só com os poderes locais, mais perto das populações e conscientes dos seus problemas, podem ocorrer então, os verdadeiros processos participativos, sem receios de perda de controlo do poder político, que será sempre necessário. De facto a prática da governança e participação, já foi apresentada aos municípios portugueses, foi introduzida pelo trabalho em parceria nos projetos de desenvolvimento social - a Agenda XXI - houve algum sucesso inicial, sobretudo com o programa da Rede Social que veio criar as comissões sociais de freguesia, fóruns por excelência, ideais para concretizar as sessões participativas, entretanto politizados. Este sucesso foi na sua maioria de curta duração, umas vezes porque foram abandonados, outras (como já referido) porque perderam o carácter apolítico da igualdade dos atores e, assim se foram desfazendo as parcerias, “A vantagem da implementação destes programas, como a Agenda XXI e a Rede Social é o de criar mecanismos para a governança local. Ambos foram *balões de ensaio*, nalguns locais com sucesso, noutros nem por isso, mas valeu a aprendizagem e avanço no conhecimento científico, que daqui resultou.

“Uma parceria não é um grupo de amigos”, se bem que se possam vir a tornar pelo convívio intenso, sobretudo dos técnicos; uma parceria ou fórum de cidadãos é onde se discutem e concertam as estratégias e o planeamento de sinergias, para o alcance de objetivos partilhados.

⁹³ « devant le pragmatisme et l’efficacité, les considérations éthiques et humanistes doivent s’effacer »

Para trabalhar com parcerias há a necessidade de “consenso acerca do problema, compreensão das suas interdependências, aceitar a incerteza, partilha de responsabilidade e de liderança” (Hollingsworth & Boyer, 1997, p. 5). Para que a governança seja efetiva, eficiente, legítima e justa, um governo sociopolítico tem de refletir estes princípios, bem como ter um conhecimento profundo da realidade sobre a qual opera, “para ser capaz de governar, o governador precisa de ideias ou saber onde está o sistema a ser governado, onde precisa de estar e como a situação atual pode ser transformada na situação desejada” (Kooiman, 1995, p. 76)⁹⁴, pois o poder precisa de conhecimento para tomar melhores decisões, pelo que a cooperação com *experts* e a confrontação com diferentes pontos de vista é imprescindível para a negociação e o estabelecimento de regras, “Essa noção de governança implica um *forte investimento no enraizamento de uma cultura de planeamento e atuação estratégica* ao nível da ação coletiva e das políticas públicas locais para o desenvolvimento, apostadas na valorização das sinergias e racionalização dos recursos existentes. Implica, ainda, um forte investimento na *formação para uma cidadania ativa*, sem a qual a própria noção de governança fica comprometida. (Rodrigues W. , 2005, p. 32).” A experiência da Rede Social alcançou este patamar, antes de se desintegrar.

A crise generalizada que atravessamos, fruto de um capitalismo autofágico, coloca em causa o modelo de governação representativa, bem como os modelos de decisão política que lhe estão associados e que lhe prestam obediência. Neste contexto o tema da governança torna-se como o modelo político a seguir no futuro próximo. Mas será que é algo inusitado e novo na Democracia, também uma fase evolutiva desta, ou em sua oposição. Apesar de tanto ouvirmos falar da Democracia, é um exercício interessante, para esclarecer estas questões, revisitarmos algumas considerações que em seu torno foram realizadas, sobretudo por sociólogos.

4.4 Da Democracia

Quando a política não era um meio de vida, quando os cidadãos mais dedicados andavam na rua e falavam com os outros, sobretudo com os trabalhadores, aí, sim havia democracia, pelo menos a nível local. Nos nossos dias, a política tornou-se uma profissão e não já, o direito e dever de cada cidadão, a nós compete-nos apenas votar 1 vez a cada 4 anos. Considerando que,

“As eleições nunca foram um instrumento democrático especial. Textos filosóficos de Aristóteles e Montesquieu e uma ampla gama de testes de impacto histórico mostram que as eleições eram vistas como um procedimento aristocrático para a elite – por exemplo, uma

⁹⁴ “To be able to govern, the governor needs ideas or where the system to be governed is, where it needs to be and how the actual situation may be turned into the desired situation”

reunião fechada de cardeais que devia escolher um novo Papa. Os homens só usaram as eleições nos últimos 200 anos durante os passados 3.000 anos de experiências com democracia. Nesse contexto, as eleições são uma curiosidade. Todavia, acreditamos hoje que essa 'escolha' é sinónimo de 'democracia' e, no nosso fundamentalismo eleitoral quase não imaginamos uma forma diferente” (Reybrouck, 2015).

Este é um facto que muitos de nós ignoram, a democracia representativa é muito recente e também a sua emergência coincide com a da indústria e da ciência. Se bem que possa ser o melhor dos piores sistemas políticos, não é razão para que fiquemos por esta fase, também ela urge evoluir.

Historicamente, na Grécia clássica, a Democracia era exercida diretamente pelos *cidadãos* na *Ágora*, discutiam e votavam com pedras brancas ou pretas os problemas da *polis*. Não se faziam representar como na nossa democracia atual.

Para Tocqueville que em 1835 se debruçou sobre a Democracia na América (Tocqueville, 1835 (2007)), a democracia era a equalização das condições, entendendo que não existiam distinções de ordem ou de classe e que havia uma tendência para a uniformidade de modos e níveis de vida, para a sua manutenção era fulcral que a instrução cívica existisse de facto e que fosse pelos cidadãos procurada. Acresce ainda que “quase todas as revoluções que mudaram a face dos povos foram feitas para consagrar ou destruir a desigualdade”. Numa sociedade democrática em que “cada um tenha algo a guardar e pouco a tomar” então este é o caminho para a paz. Daqui retenhamos as ideias de igualdade de condições e a instrução cívica

Explica o sucesso da democracia na América, porque a grande vantagem dos americanos foi a de terem chegado à democracia sem terem de sofrer revoluções democráticas, e a de terem nascido iguais em vez de virem a sê-lo. Na origem da desigualdade coloca o individualismo, como o primevo mal da democracia, mas também como seu produto, é no entanto um mal necessário, pois,

“O individualismo é um sentimento ponderado em que só os mais próximos importam, em oposição ao egoísmo que brota do instinto cego. O estado democrático tende a reforçar o individualismo na medida em que a igualdade de condições amaina os ímpetos e grandes paixões e conduz a que se voltem para si próprios (...) Os americanos combateram com a liberdade o individualismo que a igualdade originava, e venceram-no” (Tocqueville, 2007, p.598).

Uma vez alcançada a igualdade deixa de haver razões para a revolução, em face da liberdade o único limite ao desenvolvimento pessoal e social é a liberdade dos outros. “Daí aos homens mais liberdade de mudar e menos interesse pela mudança” (p.265). Assim nasceu a social-democracia. “É encarregando os cidadãos da administração dos pequenos assuntos públicos, muito mais do que entregando-lhes a governação dos grandes assuntos, que se consegue que eles se interessem pelo bem público e que se lhes faz ver a

necessidade que a todo o momento têm uns dos outros para a sua obtenção” (Tocqueville, 1835 (2007), p. 599). Este autor considerava que o associativismo é o modo de combater o individualismo e de perseguir em conjunto os objetivos comuns. A descentralização política e administrativa deve começar no próprio governo local, a independência do sistema judiciário deve ser garantida, mas deve também envolver comités de cidadãos (o júri), a liberdade de imprensa deve ser garantida, pois dela também depende o poder do associativismo. Em súpula, diz-nos Tocqueville, “para o correto funcionamento da democracia, onde vemos no antigo regime um grande senhor, devemos substituí-lo por uma associação de cidadãos. “

“É fácil prever que chegará em breve o dia em que o homem terá cada vez menos condições para produzir sozinho as coisas mais comuns e necessárias à sua vida. O papel do poder social aumentará por isso progressivamente, tornando-se a cada dia mais vasto em resultado dos seus próprios esforços. Quanto mais ele ocupar o lugar das associações, mais os indivíduos, perdendo a ideia de se associarem, necessitarão de recorrer ao seu auxílio: trata-se de relações de causa e efeito que se produzem continuamente. Acabará a administração pública por dirigir todas as áreas às quais um cidadão isolado não basta? (...) Se o governo substituísse todas as associações em todas as áreas, a moral e a inteligência de um povo democrático correriam tanto perigo quanto os seus negócios e a sua indústria” (Tocqueville, 1835 (2007), p. 603).

Parece adequado este trecho como explicação do desaire socioeconómico e resvalamento político que vivemos atualmente. Refere ainda o autor, que para que um estado democrático possa assim sobreviver, deve ele ser suficientemente grande para dispor da força necessária à sua segurança, mas suficientemente pequeno para que as leis sejam adequadas à diversidade das circunstâncias e meios. Esta visão federalista defendida pelo autor e na qual a América se constituiu, remete-nos para o que a Europa poderia ser e cada vez parece mais distante. No entanto as teorias andam sempre à frente do seu tempo e na perspetiva Hegeliana da história talvez se venha a efetivar esta visão.

Apesar de toda a democracia que supostamente alcançámos, a sensação vivenciada no presente é maravilhosamente ilustrada por esta passagem:

“O despotismo, que é, por natureza, um regime receoso, vê no isolamento dos homens o melhor aval para se perpetuar e emprega geralmente todos os esforços possíveis no sentido de os isolar. Não há vício do coração humano que lhe agrade mais que o egoísmo; um déspota perdoa facilmente àqueles que ele governa o facto de não o amarem, desde que eles não se amem entre si. Não lhes pede que o ajudem a governar; basta-lhes que não pretendam ser eles próprios a fazê-lo. Ele rotula de espíritos turbulentos e inquietos aqueles que pretendem unir os seus esforços para criar a prosperidade comum e, alterando o sentido natural das palavras, chama bons cidadãos aos que se fecham estreitamente em si mesmos.” (p.597)

Nestes dias atribulados todos sentimos o desgoverno do bem público e o pior é que intuitivamente todos sabem como governar. Melhor do que qualquer chefe político, os funcionários públicos estão imbuídos da realidade do estado, das necessidades do povo e da forma mais eficiente de a elas responder. Mas neste estado de coisas não só somos desprezados e humilhados pela classe política, como também somos vilipendiados por aqueles a quem servimos, como bodes expiatórios pela incompetência dos dirigentes. Nenhum dos governantes se interessa pela nossa opinião acerca dos assuntos públicos em que trabalhamos independentemente de quem nos governa, pois eles mudam e nós continuamos a trabalhar para o bem público.

“Quando é o público a governar, não há homem que não sinta o apreço da benevolência pública e que não procure cativá-la, atraindo a estima e o afeto daqueles que o rodeiam. Nessa ocasião, muitas das paixões que gelam os corações e os dividem são forçadas a abrigar-se no fundo das almas, onde se escondem. O orgulho dissimula-se; o desprezo não ousa revelar-se às claras. O egoísmo tem medo de si próprio.” (p. 598)

Com Durkheim, nasceu a teoria do Socialismo, que na sua aceção original é “a organização do Estado regido pelo conhecimento das leis sociais e científicas”. A gestão do Estado é feita pelo conhecimento, o que em última instância incentiva a uma moral teleológica coletiva, “O socialismo não é uma ciência, uma sociologia em miniatura, é um grito de dor e, por vezes, de cólera, soltado pelos homens que sentem mais vivamente a nossa maleita coletiva”⁹⁵ (Durkheim, *Le socialisme*, 1928 [1992], p. 40).

Considerava este autor em relação à individualidade que esta não era forte nas sociedades tradicionais, pois não havia grande diferenciação entre as pessoas e as suas tarefas, nestas sociedades a solidariedade mecânica era o mote das relações sociais. Com a emergência das sociedades modernas este mote foi substituído pela solidariedade orgânica, nelas a diferenciação individual é elevada sobretudo pela divisão do trabalho, no entanto a coletividade mantém-se coesa através do consenso. Acresce que, a estrutura segmentar nas sociedades tradicionais está interligada à consciência coletiva, por oposição à crescente individualização provocada pela diferenciação das tarefas e complexificação das sociedades modernas em que o indivíduo contratualiza as suas relações sociais. O volume e a densidade populacional explicam, para o autor, o desenvolvimento da divisão do trabalho e surgimento das sociedades modernas, sendo que a densidade moral é o interruptor deste despoletar, entendendo com isto, a intensidade das trocas e das comunicações entre os indivíduos. Da conjugação destes fenómenos resulta a diferenciação social, evitando-se desta forma a competição que eliminaria grande parte dos indivíduos, assim todos se

⁹⁵ «Le socialisme n'est pas une science, une sociologie en miniature, c'est un cri de douleur et, parfois, de colère, poussé par les hommes qui sentent le plus vivement notre malaise collectif ».

tornam úteis para a sociedade em que vivem. Ela é também a condição criadora da liberdade individual.

O enfraquecimento da moral e ausência de um sistema de valores coeso da consciência coletiva nas sociedades modernas gera a anomia social, na qual o individualismo é exacerbado corrompendo os laços sociais e eliminando a identificação identitária, no extremo surge o suicídio. O papel do Estado é o de, através da burocracia, controlar e regular a vida dos indivíduos, neste sentido é limitador das liberdades individuais. A consciência coletiva não se pode desagregar com as relações orgânicas dos indivíduos, há que mantê-la, pois a existência da coletividade dela depende, para tal há que regular a autonomia da vontade e a margem de decisão individual. O imperativo categórico da consciência coletiva limita o infinito dos desejos humanos.

“O problema social não é de início um problema económico, é sobretudo um problema de consenso, quer dizer, de sentimentos comuns aos indivíduos e graças aos quais os conflitos se atenuam, os egoísmos são contidos e mantida a paz. O problema social é um problema de socialização. Trata-se de fazer do indivíduo um membro da coletividade, de lhe inculcar o respeito pelos imperativos, pelos interditos e pelas obrigações, respeito à falta do qual seria impossível a vida coletiva” (Aron, 1991, p. 362).

A importância que Durkheim revela da coletividade e das condições para a sua existência podem ser asseguradas pela via científica através dos conhecimentos produzidos pela sociologia. Aos seus olhos a relação entre o individualismo e o socialismo é garantido pela solidariedade orgânica na medida em que a moral que lhe está intrínseca ordena a cada um que se realize a si próprio em função de uma necessidade coletiva.

Explica que “O socialismo é uma organização melhor, quer dizer, mais consciente, da vida coletiva, que teria por alvo e consequência integrar os indivíduos em quadros sociais ou em comunidades dotadas de autoridade moral e por isso capazes de preencherem uma função educativa” (em Aron, 1991, p. 364), embora pareça aqui muito prosaico o socialismo defendido por Durkheim, na verdade ele não consegue escapar à vertente económica da sociedade, pois é a partir do caos económico pós-revolução francesa que surgem as primeiras teorias socialistas de que a partir da reorganização consciente da vida económica para alcançar o desenvolvimento social. O que ele também perfilha em oposição ao imperativo Marxista da propriedade coletiva dos bens e do primado do igualitarismo. As funções económicas da sociedade devem ser submetidas a um poder político e moral que as regularize e que deve assentar nos grupos profissionais, reconstituindo-os nas antigas corporações. Não compete ao estado exercer estas funções por se encontrar demasiado afastado dos indivíduos, nem à família cuja importância económica ficou nas sociedades mecanicistas. Compete sim às corporações profissionais. A existência de grupos mediadores entre os indivíduos e o estado é fulcral, na medida em que ao exercerem

autoridade sobre os indivíduos geram solidariedade orgânica diminuindo a possibilidade de anomia. Esta é a solução encontrada por Durkheim para o governo, porque serão as corporações, dotadas da autoridade social e moral necessária para o restabelecimento da disciplina e evitar que os indivíduos se deixem arrastar pela tirania dos seus desejos infinitos.

“O que é necessário para que reine a ordem social é que a generalidade dos homens se contente com a sua sorte. Mas o que é necessário para que os homens se contentem com ela não é terem mais ou menos, é estarem convencidos de que não têm direito de ter mais. E para isso, é indispensável que haja uma autoridade cuja superioridade os homens reconheçam, e que diga o direito. Porque nunca o indivíduo abandonado apenas à pressão das suas exigências admitirá ter chegado ao limite extremo dos seus direitos” (Durkheim, *Le socialisme*, 1928 [1992], p. 291)

Aqui, tal como Tocqueville, Durkheim considera fundamental a existência de um tecido associativo para o correto funcionamento da democracia, pela constituição de instituições mediadoras de tipo democrático entre o indivíduo e o Estado. A diferença entre os autores reside na diferenciação entre o associativismo e o corporativismo. Relativamente à liberdade, compete ao estado a imposição de regras que controlem os desejos dos indivíduos, pois o seu constrangimento garante a liberdade de todos, esta ideia é nitidamente uma reminiscência *espinosista* como iremos ver adiante.

Também a questão da religião nos dois autores é importante para o correto funcionamento das sociedades democráticas, não só pelo primado moral, mas também pela união do indivíduo à comunidade, como sentimento de pertença e de potenciação de algo superior, como nos refere Durkheim em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* e também, de acordo com Tocqueville, a liberdade religiosa contribui para manter vivo o espírito de liberdade indispensável à sobrevivência da democracia, bem como a disciplina moral que inscreve na consciência dos indivíduos, ou como vimos em Durkheim o primado da consciência coletiva. Ainda em relação à religião vêem-na como freio aos devaneios individuais. Ainda a propósito da moral dizia Montesquieu que “a virtude é o poder moral que cada indivíduo exerce sobre si próprio e que o impede de violar o direito dos outros”. (Montesquieu, 1748 (2011)).

Finalmente, o conceito de Democracia de Durkheim não passa nem pelos políticos, nem pelo sufrágio ou parlamentos, à semelhança de Comte considera-os superficiais e transitórios e não os inclui na sua definição de Democracia, o comando é uma questão secundária na sociedade, pois o que interessa é a soberania do povo. Mais uma vez encontramos uma aspiração à Governança,

“A verdadeira característica de um estado democrático é a maior extensão da consciência governamental, e comunicações mais estreitas entre essa consciência e a massa das consciências individuais. (...) Deste ponto de vista, a democracia surge-nos portanto como a

forma política através da qual a sociedade chega à mais pura consciência de si própria. Um povo é tanto mais democrático quanto mais considerável for o papel desempenhado pela deliberação, a reflexão e o espírito crítico na condução os assuntos públicos. É-o tanto menos quanto mais, pelo contrário, forem preponderantes a inconsciência, os hábitos inconfessados, os sentimentos obscuros, numa palavra, os preconceitos não examinados”. (Aron, 1991, p. 371)

Quanto à economia, alertava, ao seu tempo, que “numa sociedade quando são os economistas a liderar o Estado e, reclamam o liberalismo, defendendo que a concorrência seja liberta de todas as regras, eles não se apoiam, de facto, em leis cientificamente induzidas” (Durkheim, *Le socialisme*, 1928 [1992], p. 37). O Socialismo tal como o conhecemos, defende o oposto, a existência de regras, pois: “Chamamos socialista a toda a doutrina que reclama a concentração de todas as funções económicas, ou de algumas dentre elas que estão atualmente difusas, aos centros diretores e conscientes da sociedade” (p. 49)⁹⁶. Num Estado socialista, ou que é gerido de acordo com as leis que a sociedade segue, e que importam conhecer antes de mais; este tipo de Estado concentra a maioria das funções económicas em seu poder. Não obstante a necessidade vital de comércio ser cumprida pelos interesses privados, baluarte da civilização humana. O Estado é o instrumento essencial da consciência coletiva, a sua função é a de pensar e não a de executar, pelo que os interesses privados não se realizam nele, só os coletivos.

Karl Marx à ideia burguesa de Tocqueville de que numa sociedade em que todos possuem algo há o interesse generalizado em manter a ordem social e a paz, opõe a perspectiva de que tendencialmente a riqueza se cristaliza num grupo de indivíduos aumentando o fosso das desigualdades e bipolarizando o conflito. Só pela revolução e insurgimento das classes dominadas poderá haver igualdade e é aí que reside o motor da história. Quando o homem produz mais do que aquilo que ganha, como no trabalho em cadeia organizado, cria uma mais-valia pela qual é explorado, neste sentido o capitalismo é alienador do indivíduo. A coletivização dos meios de produção e abolição da propriedade privada são um meio para atingir o comunismo e não o seu fim, pois o derradeiro objetivo a alcançar é abolir a alienação do indivíduo, tornando-o completamente livre para que este possa desenvolver toda a sua criatividade, em prol do bem coletivo.

Este objetivo último é idêntico ao referido por Durkheim, o meio para o alcançar diverge. O socialismo de Durkheim distancia-se do comunismo de Marx na medida em que não crê que a violência da luta de classes seja fecunda, considera-a antes uma anomia; ainda na questão económica do estatuto da propriedade e da sua reorganização, contrapõe à propriedade coletiva dos meios de produção, antes a sua regulação comercial pelas

⁹⁶ « On appelle socialiste toute doctrine qui réclame le rattachement de toutes les fonctions économiques, ou de certaines d’entre elles qui sont actuellement diffuses, aux centres directeurs et conscients de la société »

corporações profissionais, pois a diferenciação social resulta da divisão do trabalho. Contudo Marx contesta a solução do corporativismo, pois este está também associado ao antagonismo entre os opressores e os oprimidos, incluindo as confrarias como está bem patente neste seu trecho do manifesto comunista “A história de todas as sociedades até aos nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de confraria e companheiro, numa palavra: opressores e oprimidos, sempre estiveram e em oposição constante” (Marx apud Aron, 1991, p.146).

No entanto aproxima-se da perspectiva do associativismo de Toqueville, quando diz que “no dia em que a classe operária tomar o poder e toda a produção estiver concentrada nas mãos de indivíduos associados, o poder público perderá o seu carácter político. (...) A antiga sociedade burguesa, com as suas classes e os seus conflitos de classe, dá lugar a uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um será a condição do livre desenvolvimento para todos” (Aron, 1991, p. 148). Afasta-se de Tocqueville relativamente à igualdade dos cidadãos, pois entende que nunca na história houve tanta capitalização dos meios de produção, criando proporcionalmente tanta desigualdade na propriedade e distribuição das mais-valias geradas pelo capitalismo e aumentando o número de proletários e a sua miséria, expropriados da sua força de trabalho. A industrialização nas mãos da burguesia irá aumentar a polarização das classes burguesa e proletária o que inevitavelmente iria conduzir à revolução comunista.

Ou seja a desigualdade é inevitável. Distancia-se da perspectiva social democrata de Tocqueville, que não era de todo apologista do conflito era, antes sim, pela uniformização das condições sociais através de um processo pacífico sem necessidade de revoluções. Marx é mais utópico que Tocqueville, pois este não considerou a igualdade um garante para a liberdade. O que de facto se verificou foi que a burocratização do estado pelo controle coletivo dos meios de produção aboliu a liberdade em prol da igualdade. Fala-nos do modo de produção socialista, no qual os produtores associados não comportarão a exploração do homem pelo homem, nem a subordinação dos trabalhadores manuais aos detentores dos meios de produção e do poder político (modo de produção asiático).

O indivíduo não é sujeito de grandes considerações por parte de Marx, pois “não é a consciência dos homens que determina a existência, pelo contrário é a sua existência social que determina a sua consciência”. As relações sociais são independentes da sua vontade individual, mas são-lhes determinadas pelas condições sociais da sua existência e das relações de produção que determinam, por seu turno o curso histórico. Para si só interessam enquanto membros de uma classe social. A exclusiva referência ao indivíduo prende-se com o conceito de alienação, segundo o qual a expropriação material do trabalho aliena o homem das suas faculdades humanas (imaginação, criatividade...). O trabalho rotineiro gera um processo *brutalizante*, o capitalismo é alienador do indivíduo. A posse

coletiva dos meios de produção seria o fim do capitalismo. “The Marxian theory of revolution also predicted severe capitalist crisis which would lead the working class to revolt against conditions of poverty where it had “nothing to lose but its chains” (Bronner, Kellner, & et.all, 1989, p. 8)

Marx não trabalhou sozinho na construção da sua teoria crítica social, Engels, o seu parceiro, fez verdadeiro trabalho de campo, etnografia urbana em Manchester com a sua obra *A Condição da Classe Trabalhadora* (1845) onde demonstrou a importância do proletariado e que os males do capitalismo eram um prelúdio necessário para a revolução comunista. Coube a *Marx* teorizar a forma como esta iria ocorrer. O seu objetivo revolucionário é o de se estabelecer uma sociedade cooperativa (não corporativa) onde as pessoas seriam livres de desenvolver o seu potencial humano.

Max Weber apresenta um modelo de conflito quase paralelo ao de Marx, mas ao contrário deste encarava a desigualdade como uma oportunidade para a emergência de líderes carismáticos, considerava também que o conflito surge quando a legitimidade dos padrões de domínio existentes é questionada pelos subordinados. Na sua definição de política afirma, “ Assim a política significará, para nós, a aspiração (Streben) a participar no poder ou a influir na distribuição do poder entre os diversos estados ou, dentro de um mesmo Estado, entre os diversos grupos de homens que o compõem” (Weber, *O Político e o Cientista*, 1919 [1979], p. 9). Só competia ao Estado o exercício da força sobre os outros homens e era aí que residia a legitimação do poder.

George Simmel acreditava que a diferenciação da estrutura, a elaboração dos mercados e o envolvimento desprendido dos indivíduos nas estruturas racionais burocráticas, dava-lhes opções, escolhas e oportunidades não disponíveis nas sociedades tradicionais. Não conceptualizava a sociedade moderna nos termos severos de Marx, que sublinhava a opressão e alienação, nem a de Durkheim, que se preocupava com a anomia e o egoísmo, ou a de Weber que avisava que o processo de racionalização aprisionava os indivíduos na jaula da burocracia. Defendia ele que os processos sociais nos quais os seres humanos se envolvem constituem estruturas estáveis e organizadas, que estes padrões de organização social afetam a ação de forma sistemática e, que as suas consequências podem ser observadas e previstas independentemente dos objetivos específicos dos atores envolvidos. Nas sociedades modernas quanto mais ligações a grupos secundários o indivíduo tiver mais este reforça a sua identidade individual e se distancia dos seus grupos tradicionais.

Ferdinand Tönnies definiu bem o social, ao distinguir comunidade autêntica de associação artificial, a visão nostálgica da perda da comunidade tradicional com a evolução das associações seculares, sua institucionalização e abandono das relações reais na comunidade (Turner B. S., 2000, p. 3) fomentaram o individualismo. Num Estado liderado

pelas forças do Mercado, o exacerbamento do individualismo, dos interesses privados sem regras, conduz à desordem social, ao desequilíbrio, à anomia.

Putnam no seu estudo sobre a forma como as instituições se desenvolvem e se adaptam ao seu ambiente social, explorou empiricamente questões fundamentais de democracia, desenvolvimento económico e vida cívica, na Itália moderna. Partindo dos pressupostos teóricos e metodológicos, concluiu que “As instituições moldam as políticas, as instituições são moldadas pela história e são instrumentos para se alcançar objetivos” (Putnam, 1993). As Instituições são fruto da própria sociedade e indispensáveis para o seu funcionamento e devem zelar pelo Bem-Estar coletivo. O sucesso de um governo democrático assenta na prossecução de fins comuns, legitimado pelo consentimento dos governados, para o que é necessária a estabilidade social. Durante este longo período de trabalho realizado por Putnam em Itália (cerca de 30 anos) durante o qual tinha como linha orientadora de pesquisa a razão de alguns governos democráticos falharem, concluiu que o exercício da cidadania ao participar ativamente na vida pública era determinante para o sucesso e desenvolvimento das instituições, provando empiricamente que o capital social é a razão do sucesso dos governos democráticos e, o desinvestimento neste resulta numa fraca democracia (Ramos, 2008). Assim foi verificado que o investimento no capital social é a razão da eficácia, do espírito de invenção e de inovação, à potencialidade de associativismo, de ganhar a confiança e a cooperação, fatores estes que facilitam a boa governança e a prosperidade económica. Assim, ao se envolver e responsabilizar a comunidade potencializa-se a capacidade de desenvolver fontes de rendimentos capitais, pois regiões em que há esta tradição coletiva destacam-se pelo seu bem-estar e riqueza (Putnam, 1993), o que nos remete, de facto, para as experiências com as repúblicas do passado de Itália e outras no mar Adriático. Com este seu trabalho o autor demonstrou que o capital social é mais importante do que a riqueza, pois este tem a capacidade de produzir riqueza, enquanto esta, por sua vez, não gera capital social.

Em resumo, num ponto estão todos de acordo: a soberania do povo deve ser salvaguardada por instituições democráticas que estabeleçam as leis. O povo tanto quanto possível se governe a si próprio e que o poder trave o poder, limitando os desejos dos indivíduos e que a nenhum caiba o domínio absoluto, na medida em que todos somos corruptíveis e limitados pelo nosso ego. A mais sucinta e comum a todas as ideias perfilhadas pelos autores apresentados é a ideia central de Montesquieu de que *a igualdade é a lei social e a democracia o carácter do estado*.

Na fleuma do séc. XIX produziu-se muita crítica social e muitos movimentos sociais nasceram destas ideias, como a república e a anarquia⁹⁷.

Retrocedendo mais um pouco encontramos Espinosa (1632-1677) que de tudo abdicou por amor à sua filosofia, debruçou-se sobre a arte da Governança no seu tratado político-teológico. A ideia de governo de Espinosa era bastante avançada para a época e como tal considerada utópica, no entanto revelou-se intemporal, dizia-nos ele que:

“O derradeiro objetivo do governo não é governar ou reprimir pelo medo, nem exigir a obediência, mas, pelo contrário libertar todos os homens do medo para que estes consigam viver na maior segurança possível, por outras palavras, reforçar o direito natural a existir e viver a sua vida sem se prejudicar a si e aos outros. O objetivo do governo não é o de transformar os homens de seres racionais em bestas ou em marionetas, mas sim permitir que desenvolvam as mentes e corpos em segurança, e que utilizem a razão sem restrições, sem mostrarem ódio, raiva ou desengano, nem serem observados com olhos de inveja ou injustiça. Com efeito, o verdadeiro objetivo do governo é a liberdade” (Espinosa, Tratado político, (2012), p. 20)

Ainda na mesma obra (apud introdução de Diogo Pires Aurélio em Espinosa, (2012), p. 34 e 35) é feita referência aos *Discorsi* de Maquiavel em que este defende a *virtú* popular como a *Vox populi Vox Dei* “Se pensarmos num príncipe obrigado às leis e num povo acorrentado a elas, ver-se-á mais virtude no povo do que no príncipe; se pensarmos num e noutro soltos, ver-se-á menos erros no povo do que no príncipe, e os erros daquele serão menores e terão maiores remédios”, Maquiavel considera que o governo do povo será melhor do que o de um só homem, na sua obra *O príncipe* foi muito mais cuidadoso.

No entanto há opiniões contrárias à *vox populi, vox dei*, considerando a sua autoridade e sabedorias definitivas, um mito, uma vez que lhe é atribuída, na democracia um valor isento de crítica, Popper afirma a este propósito que,

“O seu equivalente moderno é a crença na infalibilidade do senso comum dessa figura mítica que é o “homem da rua” – o eleitor, “o homem simples” e a sua opinião. Em ambos os casos, é típica a abolição do plural. Felizmente que o povo raras vezes *fala com uma só voz*, e os diferentes “homens simples” das diferentes ruas são tão diversos quanto os diversos liberais presentes num auditório. E ainda que possam ser ocasionalmente da mesma opinião, nem

⁹⁷ Le XXème siècle s’achève sur l’enterrement d’une grande utopie: le communisme marxiste, dont l’un des buts est l’abolition de l’État. Au XXI siècle, l’idée de gouvernance, elle aussi, a peut-être pour objectif ultime la disparition de l’État ou sa transformation en simple rouage technique. Mystère des morts et des renaissances, des infinies métamorphoses. La suppression de l’État n’est qu’une des expressions d’une aspiration très équivoque des hommes : l’anéantissement de toute autorité. L’homme veut être totalement libre, tout en étant totalement terrifié par une telle perspective. Dans cette perspective, la gouvernance évoque un tour de prestidigitation : elle escamote le pouvoir, tout en ne disant jamais qu’il n’existe plus. La gouvernance doit opérer comme une baguette magique, touchant toute l’humanité et la rendant d’un seul coup rationnelle, raisonnable et honnête. (Defarges, 2011, p. 121)

sempre o que decidem por unanimidade é sensato. Podem estar certos ou não. (...) Apesar de tudo, acredito que exista um grãozinho de verdade no mito do *vox populi*. Dito de outro modo: muito embora os factos importantes a maioria das vezes só cheguem ao seu conhecimento de forma restrita, o cidadão comum revela-se frequentemente mais sensato do que os governos, e se não mais sensato, é pelo menos guiado por intenções mais corretas e generosas.” (Popper, Em Busca de um Mundo Melhor, 1989, p. 138).

Estas referências são indispensáveis neste trabalho e sobretudo no capítulo da Governança, pois como referi no início deste trabalho visitar os autores antigos que se debruçaram sobre a matéria de interesse para a dissertação, é remontar à origem das ideias que hoje de tanto serem usadas, banalizaram-se e perderam o seu conteúdo original. Os conceitos são compreendidos, não como uma informação dada, mas sim com a sua pesquisa histórica. Neste caso específico da democracia, existiam outros conceitos paralelos e relacionados sobre os quais não nos embrenhámos demasiado, mas que tinham de ser referidos. Ao menos esta incursão deixou-me esclarecida quanto à natureza da democracia, muito mais próxima do conceito de Governança, do que da própria denominada democracia atual. Acresce ainda que também presenciámos ao brotar das orientações que se constituíram nos partidos políticos atuais, tão distante do discurso atual (salvo um que mantém o mesmo discurso).

Ainda na mesma linha de pensamento explorei alguns testemunhos de experiências democráticas atuais. Como a relatada por Weber (1919 [1979], p. 25) “Na Suíça, os partidos repartem pacificamente os cargos na proporção do despectivo número de votos”, como é que alguém não se lembrou de propor esta ideia para combater as hordas que invadem o aparelho administrativo do Estado a cada mudança de mandato.

Um autor Belga, David Van Reybrouck, publicou recentemente o livro “Contra as eleições”, ainda não traduzido para Português, mas do qual me foi enviada uma tradução do dinamarquês⁹⁸, de uma entrevista a K.Lund que ele deu ao jornal *Politiken*, onde afirma:

“O sistema de sorteio já começou a ser utilizado em vários países e regiões da Europa. Um dos exemplos mais fascinantes com que deparei é o da Irlanda, que é uma das democracias mais inovadoras na Europa. No ano passado, realizaram uma Convenção sobre a Constituição (conferência constitucional, Ed.), onde 66 cidadãos – encontrados por sorteio – e 33 políticos se reuniram para discutir quais as cláusulas na Constituição irlandesa que precisavam de ser atualizadas para o século XXI. Após minuciosas discussões e consultas, uma grande maioria da Assembleia, decidiu, entre outras coisas, alterar a lei básica de casamentos entre *gays* que foi legalizada na Irlanda. É totalmente inconcebível que os políticos na Irlanda Católica tivessem ousado tocar num assunto tão delicado que teria

⁹⁸ Agradeço ao meu bom amigo Francisco Pires o envio frequente de material que me interessa, traduzido por si do dinamarquês para português

terminado num verdadeiro caos. Mas a combinação dos 66 cidadãos conseguiu isso.”
(Reybrouck, 2015).

Há experiências e inovações, devagar chegaremos à Governança. Finalizado que está este capítulo sobre a governança, é fundamental, ainda, referir que a sua aplicação não pretende eliminar o Estado ou os políticos, nada tem a ver com aspirações anárquicas ou demiúrgicas. Muito pelo contrário pretende reformar as instituições a partir de experiências locais e não a sua destruição, antes aproveitar sinérgicamente os recursos já existentes, estabelecer uma rede a nível mundial, que se consolide e reforme o Estado, de modo a que *todos* nele participem. Assim, a Governança surge,

“Não apenas enquanto objeto de estudo, como também enquanto terreno de exercício de competências técnico-científicas em que ao especialista em planeamento compete desempenhar múltiplos papéis que passam pelo acompanhamento e mediação técnica e cientificamente informada das parcerias; pela avaliação da sua ação; pela formação dos parceiros, etc. (...) Trata-se, fundamentalmente, de um trabalho em que progressivamente uns ganham em conhecimento científico da realidade de múltiplas e heterogéneas experiências locais. Enquanto outros ganham em instrumentos operativos para, de forma crescentemente mais eficaz, eficiente e socialmente mais inclusiva, levarem a bom porto o processo de governança, como novo modo de regulação e instrumento para lidar com os riscos e desafios da *transição*” (Rodrigues W. , 2005, p. 32).

Como já explicitámos, este novo terreno prático para os sociólogos enquanto mediadores, organizadores e dinamizadores, promove a atuação política que envolve obrigatoriamente os cidadãos e implica que todos sejam responsáveis pelas decisões, que competem depois aos políticos negociar noutras instâncias; não sem antes de mais consciencializar todos do seu dever, da sua capacidade, reforçando a sua autoestima, normas e regras coletivamente construídas e necessitam de uma intervenção técnica e científica organizada, para que de facto não caia no caos; incrementando a circulação de informação pertinente e simplificada, para que finalmente a ação coletiva seja consciente e esclarecida. Para que tal seja possível há muito trabalho a fazer, um trabalho profissional, uma vocação dos Sociólogos que encontra as ferramentas e sua expressão na Engenharia Social.

“Un jour viendra où des nouveaux idéaux surgiront, dans des heures d’effervescence créatrice et d’intense présence collective, qui serviront de guides à l’humanité (...) De nouveaux foyers communales qui remplacent les religions d’antan, contradictoires à la science et à la raison, seraient le creuset d’une nouvelle religion – religion de l’humanité par l’amour de la personne humaine “⁹⁹

(Durkheim É. , La science sociale et l'action, 1897 (1987), p. 57)

Capítulo 5 - A ENGENHARIA SOCIAL: Contributo para uma Sociologia Aplicada

5.1 A Engenharia Social nas suas diferentes aceções

A Engenharia Social assume várias aceções. Embora a utilização deste vocábulo remonte ao séc. XIX, utilizado no contexto das preocupações sociais dos engenheiros com as condições de vida dos operários. Contribuiu para as metodologias e abordagem prática e sistematizada nas Ciências Sociais, desenvolveu-se e disseminou a sua função pelo globo; o trabalho desenvolvido pela Engenharia Social contribuiu para a criação de legislação, sistemas de proteção social e mutualidades. Contudo teve uma efémera vida. Uma vez que no mundo académico vingou a Sociologia abstrata, a qual nunca veio a aceitar a legitimidade da Engenharia Social, acabando esta por cair no esquecimento, ou vindo a ser adotada pelos movimentos caritativos cristãos e reduzindo-se à restrita visão do serviço social individualizado.

Na atualidade são-lhe associados significados distintos, consoante a área científica de quem as aplica, ou mesmo consoante o fim da sua utilização. Na sua vertente mais conhecida, o poder desta engenharia viria a tornar-se incomensurável, invisível e infame. Dai a associação imediata que lhe é atribuída ser perniciosa e negativa. Por esta razão, é por aí que iremos começar este capítulo, de modo a esclarecer o porquê da sua “má fama” e da crítica que lhe está inerente.

Na sua conotação mais recente, um dos termos que a Engenharia Social pode assumir é aquele que se prende com a Segurança da Informação, que é utilizada com o propósito de obter informações confidenciais ou manipular/danificar sistemas de informação (Thornburgh). Por esta razão existe um elevado cuidado com a sua segurança e vários níveis de acesso, apesar de serem frequentes as notícias de violação de redes informáticas

⁹⁹ “Virá um dia onde as novas ideias surgirão, nas horas de efervescência criativa e de intensa presença colectiva, que servirão de guias à Humanidade (...) novas *lareiras comunais* que substituam as religiões de outrora, contraditórias à ciência e à razão, serão o cadinho de uma nova religião – a religião da humanidade pelo amor da pessoa humana”

restrictas. A utilização deste termo foi adotada pelos profissionais de informática e profissionais de segurança de informação. A violação de um sistema informático para acessar a informação é comumente conhecido por *hacking*, ou seja pirataria informática.

No entanto, a perspectiva mais abrangente e conhecida da Engenharia Social, refere-se mesmo à da psicologia e ao desenvolvimento de técnicas de manipulação e controle dos indivíduos, de grupos sociais ou mesmo de populações, a partir de do desenvolvimento dos conhecimentos da Psicossociologia. Na escola de Palo Alto em meados do séc. XX (a Escola invisível por não ter sido reconhecida oficialmente) desenvolveu-se a Teoria da comunicação e o estudo dos fenômenos de autorregulação em qualquer forma de vida, teoricamente enquadrado na teoria geral dos sistemas, que explicaria o funcionamento básico de todas as formas de vida e também o das máquinas, esta investigação conduziria a uma melhor compreensão dos processos da psique humana. Assim, neste âmbito, a pesquisa e o estudo de parâmetros formais da comunicação entre os seres vivos, revestiu-se de grande importância e envolveu o trabalho conjunto de psiquiatras, sociólogos, antropólogos, linguistas e matemáticos (Mattelart & Mattelart, 1995), com grande influência do trabalho de Norbert Wiener.

Kurt Lewin, figura emblemática neste domínio, utilizava grupos experimentais a quem aplicava técnicas de dinâmicas psicossociais no sentido de alterar comportamentos, como no caso, em que durante a 2ª Guerra Mundial induziu as donas de casa americanas a preferirem o leite em pó ao leite fresco, a redução do consumo de carne e o consumo de produtos transformados em vez de frescos (Wansink, 2002). Na sua emblemática obra publicada postumamente (1951) *Field Theory in Social Sciences* considerou que todos os comportamentos eram determinados por um equilíbrio entre forças de encorajamento e de desencorajamento (Burnes, 2007, p. 91). Foi pioneiro na Investigação-Ação, mas numa perspectiva de experimentação sem envolver os pacientes, enquanto pessoas, mas como cobaias. Desenvolveu, também, um modelo para indução à mudança baseado em 3 passos: descongelar, mudar e recongelar; através de um processo em que a percepção de que a mudança é necessária esta é criada; depois é conduzido o comportamento até ao nível desejado de mudança e finalmente é solidificado esse comportamento como a norma.¹⁰⁰ Judeu alemão refugiado nos EUA, considerado um grande humanista, foi criticado por visar a adaptação acrítica dos sujeitos às regras do jogo social, consoante as necessidades institucionais. Centrou as suas investigações sobre processos de engenharia das percepções e construção da realidade, os mecanismos e processos de manipulação/controlar de grupos ou populações viriam a assumir neste contexto, a denominação de Engenharia Social.

¹⁰⁰ <http://education-portal.com/academy/lesson/lewins-3-stage-model-of-change-unfreezing-changing-refreezing.html>

De facto, os americanos foram prolíferos, desde os anos 20 (Edward Bernays, 1891-1995) e até à presente data a desenvolver tecnologias de propaganda e de controlo social. Inicialmente orientadas para a indução ao consumo, viriam posteriormente a ter aplicações políticas a nível global, invocando mesmo a necessidade futura de um governo invisível global. No entanto, estas tecnologias foram também transmitidas pelos cientistas alemães durante e após a II Guerra Mundial aos Americanos¹⁰¹, amplamente experimentadas e desenvolvidas sem restrições morais ou éticas durante o período Nazi. Os fundamentos teóricos desta nova ciência assentam essencialmente em 3 paradigmas:

A teoria da *Gestalt*, que irradiou a partir da escola de Berlim, também conhecida pela teoria das percepções, considerava a capacidade do nosso cérebro de gerar formas globais ou holísticas, particularmente no reconhecimento visual de conjuntos de figuras em vez de elementos isolados e não relacionados. A forma como se passou a compreender o funcionamento de como nos apercebemos da realidade que nos rodeia, assim também se aprendeu a utilizar esses mecanismos para controlar essa mesma percepção.

Também na *Cibernética*, que foi definida em 1948 por Norbert Wiener como, "the scientific study of control and communication in the animal and the machine."¹⁰² (Wiener, 1948, p. 11). A partir de uma abordagem transdisciplinar, a comunicação pode ser interpretada, usando um modelo matemático, permitindo conhecer e explorar os sistemas regulados, as suas estruturas, estrangulamentos e possibilidades, cujos resultados são aplicáveis a toda a espécie de sistemas quer mecânicos, biológicos ou mesmo sociais; uma ação do organismo tem uma consequência no meio envolvente, criará um *feedback* processável pelo sistema, que assim criará sinergias intensificando o seu desenvolvimento e *output* ao meio ambiente; ou então cairá na entropia pela desorganização ou ignorância no processamento dos *inputs*, levando à sua degradação e conseqüente colapso. A partir da qual se iria desenvolver a Teoria Geral dos Sistemas.

O contributo da *Teoria dos Jogos*, que explica que o objetivo de qualquer investimento, ou decisão, visa o máximo de lucro ou de possibilidades de sobrevivência, também constituiu o corpo teórico desta Engenharia Social. No dizer do laureado nobel Roger Myerson "A Teoria dos Jogos pode ser definida como o estudo dos modelos matemáticos do conflito e da cooperação entre decisores inteligentes e racionais. A Teoria dos Jogos fornece técnicas matemáticas gerais para analisar situações nas quais dois ou mais indivíduos tomam

¹⁰¹ Operação *paper clip*

¹⁰² "O estudo científico do controle e comunicação no animal e na máquina"

decisões que irão influenciar o bem-estar de cada um”¹⁰³ (Myerson, 1991, p. 1). A teoria dos jogos, bem como o dilema do prisioneiro assentam no pressuposto que as decisões individuais influenciam as decisões dos outros, é um jogo que assenta na confiança que depositamos uns nos outros e que varia entre a cooperação e a competição, e entre o egoísmo e o altruísmo.

Partindo dos pressupostos destas teorias e aliando os resultados das experiências realizadas com grupos. Tornou-se possível alterar, controlar e manipular o comportamento dos indivíduos, grupos e populações. A realidade deixa de ter importância, o que conta de facto é a percepção que temos dela, a qual pode ser alvo de reconstrução. Podendo ser utilizada como a arte de induzir os outros em erro e de exercer poder sobre eles, jogando com as fraquezas e os ângulos mortos do seu sistema de percepção e de defesa, e finalmente reconfigurando a realidade por eles apercebida.

A Engenharia Social pode ser usada para alcançar uma variedade de resultados diferentes, as campanhas eleitorais e as campanhas promocionais são dela exemplo perceptível. O advento da televisão tornou-a no veículo predileto de todo o tipo de campanhas, utilizando conteúdos e técnicas subliminares para controle de mentalidades ou indução de comportamentos, mas sobretudo para divulgar uma realidade virtual, à qual não cessamos de nos tentar, cruelmente, adaptar (modelos magras, casas luxuosas, etc.). A Engenharia Social pode ser levada a cabo por uma organização qualquer, seja pequena ou grande, pública ou privada. As mais abrangentes e também as mais eficientes campanhas de Engenharia Social foram as iniciadas pelos poderosos governos totalitaristas do séc. XX.

Assim, foi no derradeiro campo da Ciência Política que ela encontrou a sua expressão mais poderosa e também a mais perigosa, pois visa à modificação em grande escala de alguns comportamentos de vastos grupos sociais. Ou seja é apresentado um modelo de sociedade utópico, que se procura implementar através de técnicas de propaganda, de Engenharia Social avançada, ou mesmo recorrendo à violência e ao medo.

Estas campanhas de Engenharia Social (utópica) extremamente exaustivas ocorreram em países com governos autoritários. Como no caso da União Soviética, em que se tentou substituir radicalmente a estrutura da Rússia dos Czares, por uma estrutura soviética condensada, onde até as relações privadas estavam sujeitas a um modelo pré-definido; cujo exemplo foi seguido pela China, com a sua radical revolução cultural e que ainda hoje é evidente na Coreia do Norte. O caso mais elaborado e traumático na história humana foi o do regime Nazi. Tal como nos casos anteriores controlavam as atitudes políticas, redefiniam as relações pessoais, utilizavam também a arquitetura para manipular a prossecução

¹⁰³ “Game theory can be defined as the study of mathematical models of conflict and cooperation between intelligent rational decision-makers. Game theory provides general mathematical techniques for analyzing situations in which two or more individuals make decisions that will influence one another’s welfare”.

coletiva de um projeto de sociedade. A máquina de propaganda e contrainformação dirigida por Joseph Goebbels foi uma ferramenta sofisticada, sincronizada e eficiente para controlar a opinião pública e justificar as ações desumanas deste regime.

Com as técnicas desenvolvidas pelas ciências do comportamento, a figura de *conselheiro do príncipe*, pela primeira vez na história da humanidade, deixou de ser o de debater as ideias numa tribuna ou de as estudar nos livros e passa a ser o da sua experimentação ao serviço de políticos, visando um maior controle social das massas populares por parte destes.

De facto, se bem que a imposição destas utopias singrasse por algum tempo, na verdade acabariam por ser vencidas pela resistência e vontade suprema das populações. Não será assim tão fácil persistir para sempre numa ilusão, os homens não são nem máquinas, nem tábuas rasas que tudo aceitam sem questionar. Sempre chega o momento em que os mitos são desfeitos, e a invisibilidade se descortina, revelando o que não víamos até então, resistindo assim ao poder que se auto julgava onipotente. A Humanidade e o elo que liga os seres entre si, não é destrutível, houve sempre um reduto onde a resistência cresce, fortalece e se revolta, gerando uma sociedade cada vez mais justa.

A questão atual é que o poder dos políticos foi relativamente enfraquecido pelo das grandes corporações e dos poderes financeiros, que por sua vez também os controlam e manipulam como “testas de ferro”. Temos tantos exemplos de fugas de informação, que todos os dias surgem nos media, para desaparecerem no dia seguinte; processos judiciais que se arrastam e se vão eliminando da memória coletiva de curto prazo, como se nada tivesse acontecido (caso Junkers e luxleaks a 7/11/14, etc.). Em que o fundamental é desviar-nos a atenção para futilidades e choques traumáticos induzidos, para que não pensemos ou nos insurjamos contra os escândalos de corrupção, promiscuidades políticas e injustiças; para que não vejamos o verdadeiro jogo. Não obstante a nossa capacidade de aprendizagem, de evolução e também, pelo facto de desenvolvermos defesas e alertas contra as ameaças externas, apesar de todas as armas que temos para nos defendermos, a impunidade e controle mental não tem limites éticos, exceto na nossa própria humanidade e no despertar desta letargia induzida.

Se bem que este subcapítulo possa ser considerado inadequado por se basear num manifesto, o facto é que esta fonte está muito bem fundamentada cientificamente e as suas referências foram verificadas, tornando-o assim num documento incontornável para o presente trabalho e, para além de que consideramos que todas as perspectivas da Engenharia Social terão de ser referidas. A sua difusão tem sido crescente e mesmo o *Le*

*Monde*¹⁰⁴ e *Le Nouvelle observateur*¹⁰⁵ o divulgaram e creditaram como um apelo, não à guerrilha e violência, mas sim à insurreição pacífica.

5.1.1 *L'Ingénierie Sociale et Mondialisation*

Descrita pelo *Comité Invisible*, explana os processos e técnicas utilizadas no controlo populacional. O *the Guardian*¹⁰⁶ e o *The New York Times*¹⁰⁷, mas sobretudo a *Fox News* consideram que o documento posterior a este é o manual que os anarquistas necessitam para as suas batalhas contra o neoliberalismo: *The coming insurrection*, supostamente dos mesmos autores (julgados em tribunal por esta obra). No entanto não nos iremos aqui sobre ele debruçar, a militância não nos interessa, nem o seu conteúdo é pertinente para o tema em estudo, para além de que, o que se pretende com este trabalho é o de ajudar a construir em conjunto, aplicando técnicas para estimular a participação coletiva nas decisões locais; e não o de destruir instituições e muito menos o de instalar o caos anárquico. Interessa-nos sim ilustrar com alguns exemplos as técnicas utilizadas a este nível.

Este manifesto começa por referir que através de uma vigilância global de tudo e todos é possível conhecer os padrões dos comportamentos, reduzindo a incerteza a zero, ou seja tudo é expectável e passível de intervenção imediata, a este propósito relembremos que “O único poder que temos de evitar que nos tratem como coisas é o de nos mantermos imprevisíveis” (Crozier & Friedberg, 1977).

Com os meios tecnológicos atualmente disponíveis, esta tarefa de vigilância permite criar um perfil do individuo ou grupo e estimar o grau de perigosidade que pode representar para o sistema. De facto na luta contra o terrorismo este sistema tem vindo a revelar-se de extrema utilidade, no entanto esta é a perspetiva que legitima a sua utilização, o verso é que também perdemos a nossa privacidade, estamos sempre sobre observação, enriquecendo a base de dados individual, que em última instância irá interessar às seguradoras, que segundo Jacques Attali irão, em determinada fase de evolução, munidos dos nosso dados, governar o mundo (Attali, Breve história do futuro, 2007).

Esta teoria da conspiração, assim inicialmente considerada, defende que a globalização favoriza a homogeneidade das diferentes populações, facilitando assim o seu controle e manipulação num único sistema de informação, com uma administração e gestão de segurança centralizada, também ela invisível.

¹⁰⁴

http://www.lemonde.fr/societe/article/2014/10/18/1-insurrection-qui-revient_4508538_3224.html?xtmc=le_comite_invisible&xtcr=3

¹⁰⁵ <http://recherche.nouvelobs.com/?q=comit%C3%A9+invisible&referer=nouvelobs>

¹⁰⁶ <http://www.theguardian.com/books/2010/feb/19/glenn-beck-evil-anarchist-manual-sales>

¹⁰⁷ http://www.nytimes.com/2009/06/16/books/16situation.html?_r=0

Marcuse também ele previu na sua teoria crítica, a sociedade unidimensional, que através do controle social possibilitado pelo desenvolvimento de tecnologias que reduzem a capacidade crítica dos homens e a sua capacidade de buscar alternativas à ordem existente “Na sua agora análise clássica, as sociedades industriais avançadas integram e absorvem todas as forças de oposição para que as condições subjetivas de conflito entre classes, bem como entre os indivíduos e a sociedade, se desvanecem no momento exato em que a realidade objetiva de exploração e injustiça se intensifica” (Bronner, Kellner, & et.all, 1989, p. 9)¹⁰⁸. Suspeita-se que a atual crise global que vivemos é fruto desta Engenharia Social, induzindo realidades construídas para que a população mundial fique à mercê dos poderosos e ricos. Apresentam-se algumas das técnicas utilizadas para o controle e manipulação das populações, descritas no manifesto referido:

A estratégia de choque - a produção intencional de tragédias e utilização do pânico para centralizar o poder como, a crise econômica e destruição da economia de pequena escala, ou ainda ataques terroristas e epidemias, mediatização da violência, destruição da classe média e criação de uma outra, o *precarizado*; tudo o que nos deixe fragilizados, amedrontados e sobretudo submissos, e nos faça aceitar como benevolência uma “migalha” dos poderosos, uma promessa que nunca virá a ser concretizada. Em nome da mudança as estruturas e instituições como as conhecemos deixam de existir. Como diria Jean Monnet, “os Homens não aceitam a mudança, salvo numa necessidade e eles não veem a necessidade a não ser numa crise,” então para haver mudança as crises tem de ser criadas. *Social Learning* - a partir do momento em que os indivíduos são reduzidos a “tábuas rasas” indefesas e amedrontadas, é possível formatar as suas mentes, modificar modos de vida, tradições e costumes para fabricar um consentimento e aceitação da mudança induzida, como se “não houvesse outra alternativa” (M. Thatcher). Para servir a determinados fins, como o caso da sociedade do pós-guerra, em que se implementou gradualmente a sociedade dos produtores/consumidores; a crise atual e a nossa (ausência) de reação, o fatalismo, a resignação, a submissão e passividade a que somos conduzidos como cordeiros mansos. A nossa atenção é concentrada noutras questões fúteis e inofensivas para o poder, pela criação de novas necessidades, para aumentar o consumo, e em acontecimentos banais dramatizados até à exaustão. “No espaço de alguns decênios, os países desenvolvidos passaram de um controle social assente na linguagem, na interlocução, na convocação linguística do humano e a ativação das suas funções de simbolização, a um controle social baseado sobre a programação comportamental de

¹⁰⁸ “In his now-classic analysis, advanced industrial society integrates and absorbs all forces of opposition so that the subjective conditions for conflict between classes, as well as between the individual and society, vanish at the very time that the objective reality of exploitation and injustice intensifies”

massas através da manipulação das emoções e da restrição física”¹⁰⁹ (Rodrigues W. , 2005, p. 2). Atacando as emoções e os impulsos primários, tais como a agressividade, a sexualidade e a busca da normalidade e da segurança (vejamos a programação da televisão global: fox, hbo, axn,etc.); levam-nos a crer que as escolhas são nossas; tal como na democracia atual, os candidatos são-nos apresentados, mas são primeiro escolhidos antes de neles votarmos, não há soberania popular, somente a sua ilusão, “Trabalham sobre uma regressão cultural, invocando o fantasma primordial que nos remete ao desejo de regresso ao útero materno, tornando-nos passivos e sem resistências. A construção da servidão voluntária” (p.5). A liberdade é também uma ilusão e restringe-se cada vez mais ao mundo do consumo.

A Infantilização da população – algo tem de ser retribuído como compensação, o *tittytainment*, conceito criado pelo conselheiro de múltiplos presidentes americanos, Zbigniew Brzezinski e que é uma combinação das palavras *tits* e *entertainment*, “Um cocktail de divertimento embrutecedor e de alimentação suficiente permite, segundo o autor referido, manter de bom humor a população frustrada do planeta”¹¹⁰ (p.13). É uma forma de manter apaziguados os excluídos. Pois paralelamente implementa-se a sociedade dos 20-80, ou seja 20% de trabalhadores e 80% de desempregados, *amamentados* pelo consumo e pelo entretenimento, alienados, mas satisfeitos no útero artificial, do sofá. Esta regressão coletiva incentiva às doenças mentais, desvios e banalização da perversão em que uma nova civilização de capitalismo totalitário tomou o controlo do mundo.

Pé na porta - Outra técnica aplicada, na sequência das anteriores e que consiste nas reformas ou mudanças no sistema, que aparentemente são escolhidas para melhorarem o seu funcionamento, mas que conduzem à degradação e mesmo à aniquilação dos serviços públicos. Através desta técnica consegue-se obter o consentimento não problemático à degradação. O problema é criado através de cortes no orçamento das instituições ou no aumento de taxas de acesso aos serviços, em nome de políticas de contenção de despesa, ao mesmo tempo criam-se soluções que só vão piorar o problema, apresentadas *como a única alternativa*. O conceito de mudança implica na mente coletiva que será sempre para melhor e assim se vai inibindo as populações à reação.

O *Mind Control* - ou controle direto do cérebro e reprogramação mental, resultou das experiências realizadas em militares, para criar o *super soldado*; aplicado às populações

¹⁰⁹ “En l’espace de quelques décennies, le pays développés sont donc passés d’un contrôle social fondé sur le langage, l’interlocution, la convocation linguistique de l’humain et l’activation de ses fonctions de symbolisation, à un contrôle social reposant sur la programmation comportementale des masses au moyen de la manipulation des émotions et de la contrainte physique »

¹¹⁰ “Un cocktail de divertissement abrutissant et d’alimentation suffisante permettrait selon lui de maintenir de bonne humeur la population frustrée de la planète ».

transforma os indivíduos em máquinas, atrofiando o campo psíquico e tornando-os em material moldável, também conhecido como a *geleificação* da mente. Alternando medo e prazer imediato, a mente torna-se como um gel fluido facilmente dirigível, por quem a controla.

A virtualização - pretende substituir a realidade, por uma outra que é aquela desejada pela sede de controlo ou pelo tal governo global invisível? A guerra contra a insurreição elimina todas as iniciativas de revolta ainda no gérmen, pois devido à super-vigilância é possível detetar as ameaças e controlar os potenciais elementos perigosos. Desacreditar o inimigo com falsa propaganda, ataques atribuídos a dissidentes e mesmo promoção de guerras religiosas. A criação de todo um falso cenário para nos iludir e ganhar o nosso consentimento; como no filme *Brazil: o outro lado do sonho* (1985) de Terry Gilliam; ou o *Soylent Green* (já referido), *Blade Runner* ou mesmo um outro qualquer pesadelo Kafkiano. Ou (perdoem-me a ousadia) ainda tão genuinamente descrito na letra desta música dos New Model Army de 1984, *Grandmother's Footsteps*¹¹¹:

“Come with me my little innocents, there's a game that we can play
See how much we can change your world while you look the other way
Turn around as if to see if you can catch us cheat
And all you'll find are shining presents laid down at your feet
Take the bait, take the bait
Television is flash and Coke is nice and you can have the rest
Dream those dreams you've always had of wealth and power and sex
We'll run your mines, your factories and we'll take our little toll
And you can have these missiles too while we maintain control
Chorus:
Creeping, creeping footsteps around the world
While they promise us everything we've ever wanted
Hush now, don't you cry, don't you realise your crime?
Like lambs go to the slaughterhouse, we know our rights from wrongs
But we go down to the shopping mall with 30 silver coins
And somewhere out in South America, where the forests lie in ruin
They shout - we'd better get these natives some clothes
Because their videos are coming in soon
Chorus:
Creeping, creeping footsteps around the world
While they promise us everything we've ever wanted”

¹¹¹ www.youtube.com/watch?v=m_8bEki7zF0

Se de facto estamos a soçobrar ao jugo de todo este processo supostamente invisível, também é cada vez mais claro que a destruição sistemática do estado providência, de todas as instituições suporte da sociedade (saúde, justiça, educação...) e que sustentam a nossa civilização; que a manipulação dos mercados financeiros e crises de dívida soberana; que toda esta invocação de medo e de insegurança obedece a um desígnio que não é o popular e a quem muito menos se devem as causas, como nos querem fazer crer, jogando com o nosso sentimento de culpa. Nada disto parece real, mas parece verosímil a sua fabricação por um poder total global. De facto faz algum sentido, pois com o decorrer dos anos, vão sendo confirmadas o que antes eram desconfianças ou consideradas teorias da conspiração, e outras mudanças que se vão fazendo, desfazendo e refazendo ante o passar do tempo. Dai ter tomado o risco de aqui referir o quanto a Engenharia Social pode ser “má”.

5.2 Precauções

Mesmo relativamente à Engenharia do empowerment populacional, da qual aqui iremos tratar, ainda há quem considere que mesmo esta é uma prática que se degenera e instrumentaliza, desde a pureza das ciências sociais até ao serviço dos poderes instituídos, como considera Pierre Bourdieu

“Uma boa parte daqueles que se designam como sociólogos ou economistas são engenheiros sociais que tem por função fornecer receitas aos dirigentes das empresas privadas e administrações. Eles oferecem uma racionalização do conhecimento prático ou meio-sábio que os membros das classes dominantes têm do mundo social. Os governantes têm hoje necessidade de uma ciência capaz de racionalizar, no duplo sentido, a dominação, capaz por sua vez de reforçar os mecanismos que a asseguram e a legitimam. Evidentemente que esta ciência encontra os seus limites nas suas funções práticas; tanto mais nos engenheiros sociais do que nos dirigentes da economia, ela nunca pode operar sobre questões radicais” (apud Penven, 2013, p. 28) ¹¹².

Pese embora que tal como com todos os meios tecnológicos, a sua utilização é ambivalente, podem ser usados para o “bem” ou para o “mal”, conforme o carácter e os propósitos de quem os manuseia. Assim também o é com esta Engenharia. Por tal razão considere também importante começar pelos seus aspetos negativos. Nunca se poderá garantir a total

¹¹² « Une bonne partie de ceux qui se désignent comme sociologues ou économistes sont des ingénieurs sociaux qui ont pour fonction de fournir des recettes aux dirigeants des entreprises privées et des administrations. Ils offrent une rationalisation de la connaissance pratique ou demi-savante que les membres de la classe dominante ont du monde social. Les gouvernants ont aujourd’hui besoin d’une science capable de rationaliser, au double sens, la domination, capable à la fois de renforcer les mécanismes qui l’assurent et de la légitimer. Il va de soi que cette science trouve ses limites dans ses fonctions pratiques ; aussi bien chez les ingénieurs sociaux que chez les dirigeants de l’économie, elle ne peut jamais opérer de mise en question radicale »

isenção e boa intenção do Engenheiro Social na sua prática profissional, no entanto daquele que nesta tese se trata é efetivamente aquele que se ocupa da fomentação da consciência, desenvolvendo a capacidade de ação coletiva organizada, visando o bem-estar geral. O único garante da sua correta atuação, não vem de leis, mas tão somente do reforço pedagógico e da consciência moral. Para o profissionalismo e atitude isenta, importa prevenir e investir na importância destacada da Epistemologia, da Ética e da Deontologia na formação e prática Humanista destes profissionais, tal como todos os cientistas terão de refletir sobre a utilização do seu trabalho e manter o controlo da sua autonomia face aos *donos da encomenda*.

Podem surgir situações em que nos pedem algo que vai contra os princípios que nos formatam e que defendemos; então teremos de estar preparados para as consequências e/ou represálias e dizer NÃO! Basta dizer não a determinadas práticas e ter a ombriedade para suportar as consequências derivadas da nossa decisão. Uma moral teleológica ajuda ao estoicismo necessário para trabalhar (sobretudo com políticos) a consciência individual deve também ela estar bastante madura, forte e imbuída de Amor pelo próximo, pois não é para si, mas para os cidadãos que trabalha o Engenheiro Social. Tal como o funcionário público trabalha para o bem-estar da população e é esta em última instância quem lhe paga e não o político, até porque estes estão sujeitos à perenidade das suas funções circunscrita ao período para o qual foram eleitos; os funcionários permanecem, resta aguardar por oportunidades de se revelarem úteis e necessários ou, então, aperfeiçoar os seus conhecimentos para o momento oportuno de reconstrução das instituições e para melhor servir aos contribuintes.

A Engenharia Social é intemporal, exemplo claro são as leis e a governança, que desde sempre visaram o desencorajamento de alguns comportamentos criminosos ou mesmo premiar outros mais altruístas, regulando as instituições e mesmo a sociedade, de facto a Engenharia Social é tão antiga quanto o Homem. Pois das suas práticas resulta a regulação da sociedade e até mesmo dos grupos, só não utilizávamos esta denominação. Remontando a Platão é possível encontrar em perspectiva o trabalho do Engenheiro Social, uma vez que este tinha a convicção da possibilidade do Homem influenciar o destino e opunha-se a uma perspectiva historicista do desenvolvimento humano (Popper, *A sociedade aberta e os seus inimigos I*, 1943(1993), p. 38).

Karl Popper distingue ainda em Platão, aquilo que considera Engenharia Social parcelar, oposta à Engenharia Social utópica. No que se refere ao perigo latente da utilização da engenharia social, diferencia a Engenharia Social parcelar da utópica, referindo-se à primeira como a que procura resolver problemas institucionais e à segunda como a da

megalomania da criação de uma nova sociedade, que acabará sempre por cair no totalitarismo, pois luta por um ideal intelectual. Contudo a sociedade em que vivemos, nascida sob o mote da liberdade sanciona a liberdade crítica do homem, permanecendo espaço para o totalitarismo característico das mais antigas, colocando em risco o exercício da democracia, quer pelo domínio dos interesses privados, financeiro-económicos, ou ainda no caso da sua defesa extremada através da planificação coletivista, também aí poderá incorrer.

“ O Engenheiro Social não se interroga sobre as tendências históricas ou sobre o futuro do homem, pois crê que este é o senhor do seu destino e que, do mesmo modo que conseguiu transformar a face da Terra, também pode influenciar ou alterar a história de acordo com os seus objetivos. (...) Ao contrário do pensador historicista, convicto de que uma ação política inteligente só é concretizável se o curso da história o determinar previamente, a engenharia social acredita que é possível construir ou transformar as instituições sociais, de acordo com os nossos desejos ou objetivos, através de um conhecimento científico que forneça à ação política a informação factual necessária, instruindo-a, por exemplo, sobre os passos a seguir para evitar a ocorrência de períodos de recessão, ou pelo contrário originar a recessão; para garantir uma distribuição de riquezas, mais ou menos, uniforme. Por outras palavras, o engenheiro social concebe como base científica da atividade política qualquer coisa como uma tecnologia social (para Platão comparável à medicina), por oposição ao historicismo, que a encara como a ciência das tendências imutáveis da história”. (p.39)

A questão pertinente é a de definição de objetivos, definição racional ou política, mas que se inscreva no projeto de sociedade pretendida. É aqui que assenta o perigo da utópica, convincente e sedutora rompe radicalmente com o historicismo e propõe um novo modelo de sociedade, rompendo também com a natureza humana, pois ao implementar um Estado ideal é notório que a perfeição não existe e todas as gerações humanas têm as suas reivindicações, a felicidade não é alcançável pelas vias institucionais, o que é de facto possível é o de evitar algumas infelicidades. “A vida social consiste numa engrenagem tão complicada que poucos ou nenhuns, estarão aptos a avaliar um projeto de engenharia social a grande escala, quer no que respeita à sua viabilidade, à possibilidade de melhorias reais ou, ainda ao tipo de sofrimento que pode acarretar e aos meios de concretização.” (p.69). Esta engenharia social utópica serviu de base a estados ideais que acabariam por se tornar totalitaristas, mesmo quando operável ao nível de grupos, como comunidades, o efeito termina por ser o mesmo: sacrifica-se o individuo em prol de um plano que deixa de fora tantas facetas e necessidades humanas, que acaba por lhe cercear a liberdade e torná-lo ainda mais infeliz. “A tentativa do engenheiro social utópico de realizar o Estado ideal, recorrendo a um projeto global da sociedade, implica a centralização do poder nas mãos de uma minoria, passível de conduzir a uma ditadura” (p. 169). Esta minoria, ou ditador será confrontada com a sucessão, caso a próxima geração no poder não acalentar os mesmos ideais, isso significará que todo o sofrimento de um povo terá sido em vão, para tal também

concorrerá a influência do tempo, que pode tornar imprestável um determinado ideal, que deixa de fazer sentido e cuja continuidade só perdurará pelo uso da violência.

Contudo o conceito de Engenharia social não se esgota aqui, há sim uma outra que o autor designa por Parcelar e que pretende corrigir/melhorar situações que de facto tornam as pessoas infelizes, os males sociais e que provocam sofrimento. Diz-nos que “Em prol deste método, o engenheiro social pode alegar que uma luta sistemática contra o sofrimento, a injustiça e a guerra é passível de suscitar um maior consenso e aprovação por parte das pessoas do que a porfia de um ideal” (p. 168). Assim a Engenharia Social parcelar seguirá uma metodologia que possibilite conhecer cientificamente os males que afligem a sociedade, ou um grupo, em vez de procurar estabelecer um ideal supremo. Ao trabalhar com as instituições e a população afetada torna-se possível uma intervenção que permita a melhoria das condições de vida por meios democráticos. Levar a cabo experiências sociais pontuais, é mais consonante com a realidade, uma vez que é aplicável em pequena escala. Na Engenharia utópica é necessário romper com o passado e remodelar toda a estrutura social. A perspetiva de K. Popper corrobora a nossas intenções, que se encontram explicitas na engenharia social parcelar e, que é a que iremos aqui desenvolver, aquela que luta por pequenas mudanças, pequenos passos para melhorar o bem-estar das pessoas.

Define a engenharia social como “qualquer ação racional deve visar um determinado objetivo e é racional no sentido em que, justamente, concorre para ele de um modo consciente e consistente, e na medida em que os seus meios são definidos em função desse objetivo”. (p.167)

5.3 A Engenharia Social e as Ciências Sociais

Em França a Engenharia Social teve o seu berço e foi amplamente desenvolvida, enquanto processo de ‘empowerment’ das populações/grupos, através de processos participativos e coletivos de conceção e organização da ação para o desenvolvimento social. Tendo mesmo vindo recentemente a ser decretada como curso pós-graduado.

A partir da regulamentação da formação de Engenheiros Sociais, os profissionais supostamente viriam a disseminar-se, desenvolver e especializar-se em sectores específicos, como os da saúde, do ensino, direito, agronomia, etc. Aplicando o seu *savoir faire* a problemas organizacionais e conflitos, onde eles surgem e não só no campo da ação social direta (serviço social). Neste âmbito do ensino e da profissão moderna, surge definida como, “A Engenharia Social repousa sobre a mestria de saberes disciplinares e metodológicos (a partir das ciências sociais), e propõe-se mobilizar essas ferramentas de conhecimento para conceber, conduzir e avaliar os efeitos dos dispositivos e das ações realizadas no quadro das políticas sociais. Ela visa alimentar uma abordagem racional dos

problemas sociais com vista a ajudar aos seus modos de resolução promovendo e tendo em conta a complexidade dos mesmos, numa abordagem transversal e territorial. Apoia-se nas ciências sociais (sociologia, ciências políticas, gestão, etc.), mas também na estatística e mobiliza as metodologias facilitando a participação daqueles que são diretamente interessados ou que são os destinatários de uma intervenção social”¹¹³ⁱⁱ (Dubéchet & Rivard, 2010, p. 14). Repare-se aqui na importância atribuída à ligação às ciências sociais e às suas metodologias, esta nova prática é uma derivação, uma evolução da Sociologia, pois adota os seus conhecimentos e ferramentas, complementando-os com os das outras ciências.

Segundo Michel Bonett (*Engenharia Social e território*, 2012) o termo *Engenharia Social* é pouco utilizado devido à sua conotação funcionalista-racionalista. Na prática tem-se vindo a optar antes por denominar estes profissionais como agentes de desenvolvimento, num sentido de condução de mudança muito restrito e não tão abrangente como o do primeiro, embora aqui não haja distinção com os animadores sociais e outras tarefas com uma índole muito menos científica do que aquela que se pretende para esta profissão. Pois, para além de ter uma função prática na intervenção social, onde ajuda a encontrar as soluções para a resolução de problemas sociais, procura e ajuda a reorganizar as ferramentas, não só da Sociologia mas mesmo de origens diferentes, contribuindo mediante o envolvimento de diferentes organizações, parceiros sociais e cidadãos proceder ao diagnóstico, planeamento e execução das soluções coletivamente concertadas. Esta é assim uma arte que joga com a interdisciplinaridade, pois mobiliza diferentes conhecimentos (académicos, conhecimento de políticas e de dispositivos, conhecimento do terreno e dos atores), mas também de diplomata, pois deve reunir num mesmo espaço de discussão e trabalho diferentes entidades e atores. Tal como um engenheiro técnico deve combinar com mestria as ferramentas para alcançar um determinado resultado. Por esta razão, ultrapassemos os pruridos na utilização do termo e assumamos, para esta prática, a designação de Engenharia Social, em vez da metodologia mais circunscrita da investigação-ação, chamemo-la pelo nome “enquanto uma prática de ação social com o objetivo de contribuir para a evolução das formas de ação individuais e coletivas, numa perspetiva cooperativa, democrática e participativa” (Guerra I. , 2006). Se bem que fora do contexto a que a autora

¹¹³ « L’ingénierie sociale repose sur la maîtrise de savoirs disciplinaires et méthodologiques (issus de sciences sociales), et se propose de mobiliser ces outils de connaissance pour concevoir, conduire et évaluer les effets des dispositifs et des actions réalisés dans le cadre des politiques sociales. Elle vise à alimenter une approche rationnelle des problèmes sociaux en vue d’aider à leurs modes de résolution en favorisant, compte tenu de la complexité de ceux-ci, une approche transversale et territoriale. Elle prend appui sur les sciences sociales (sociologie, sciences politiques...) mais aussi statistiques et mobilisent les méthodologies facilitant la participation de ceux qui sont directement concernés ou qui sont destinataires d’une action sociale »

se referia (investigação-ação), do que peço perdão à autora, esta é a definição mais simples e mais completa para a Engenharia Social.

Na aplicação da sua função de engenheiro social, as suas tarefas passam por: a realização de um diagnóstico, análise dos problemas levantados, definição dos objetivos prioritários, programação das ações, aplicação e avaliação de resultados. Deve ter a competência de mobilizar recursos intelectuais e humanos de diversas origens, reunidos por um objetivo comum; transmitindo-lhes as informações por si produzidas e processando os feedbacks dos atores. Sempre apoiado no conhecimento profundo do território e dos contextos, trabalha sempre em conjunto com os parceiros sociais, “segundo Philippe Estèbe, *a figura solitária do engenheiro social não existe!*” (Dubéchet & Rivard, 2010, p. 49) .

Por outro lado, os requisitos para o sucesso do seu trabalho também se prendem com as condições institucionais. Haverá situações em que há que romper com as práticas dominantes, pois a lógica de trabalho orientada para o interesse geral não se coaduna com o domínio de pequenos poderes menos legítimos. A transversalidade, globalidade, complexidade e interdependência das ações necessárias não pode contemporizar com interesses particulares, pelo que também aqui o engenheiro social deve ter a diplomacia de não ganhar inimigos, mantendo a neutralidade, mas realçando a legitimidade do interesse geral. Pois a profissão de engenheiro social pode ser exercida em domínios variados onde o poder e as ações são partilhados e onde há a necessidade de cooperação para construir projetos comuns. Enquanto profissão, o Engenheiro Social exerce funções de especialista, de aconselhamento, de conceção, de desenvolvimento e avaliação aplicadas aos domínios das políticas sociais e da intervenção social. O engenheiro social elucida acerca das condições da sua ação, das teorias que o orientam e a análise das implicações do seu trabalho, o trabalho epistemológico é indispensável, “O desenvolvimento da Engenharia Social constitui uma tentativa de racionalização da ação social e de reforço da eficácia dos meios consagrados à resolução dos problemas sociais”¹¹⁴ (Gaulejac, Boneti, & al, 1995, p. 15).

Com o avolumar e diversificação dos problemas sociais tornam-se necessárias novas abordagens, criando campo para a experimentação e inovação nas respostas sociais. A própria UE fomenta este tipo de intervenções, criando financiamentos para a sua implementação. Possibilitando a criação de novas técnicas e alargando o campo metodológico da lógica de projeto. A profissão do Engenheiro Social encontra toda a pertinência no contexto atual, face aos novos problemas sociais e à entropia em que as políticas públicas e os próprios Estados caíram. Mais do que nunca fazem sentido as suas

¹¹⁴ « Le développement de l'ingénierie social constitue une tentative de rationalisation de l'action sociale et de renforcement de l'efficacité des moyens consacrés à la résolution des problèmes sociaux. »

competências de análise social e de concepção de ações, tendo em conta todos os obstáculos ou possibilidades, tendo por objetivo principal a promoção da participação cívica, utilizando os instrumentos e técnicas de modo engenhoso para o sucesso da intervenção, passando do plano à sua concretização, sempre no interesse das populações e não de outros poderes mais obscuros. Enquanto profissão, o engenheiro social também exerce funções de especialista, de aconselhamento, de concepção, de desenvolvimento e avaliação aplicadas aos domínios das políticas sociais e da intervenção social. O engenheiro social elucida acerca das condições da sua ação, das teorias que o orientam e a análise das implicações do seu trabalho, para o qual a reflexão epistemológica é indispensável.

5.4 A legitimidade para utilizar o termo Engenharia nas ciências sociais

A questão mais polémica a que urge responder é a da razão de se utilizar o conceito de engenharia no domínio das ciências sociais.

Vejam, “a Engenharia é o estudo e a aplicação dos vários ramos da tecnologia. O profissional neste âmbito recebe a designação de engenheiro. As funções do engenheiro consistem na materialização de uma ideia na realidade. Noutros termos, através de técnicas, desenhos e modelos, e com o conhecimento proveniente das ciências, a Engenharia pode resolver problemas e satisfazer necessidades humanas. A Engenharia também supõe a aplicação da inventividade e do engenho para desenvolver uma determinada atividade. Entre as várias tarefas que pode levar a cabo um engenheiro, destacaremos a investigação (em busca de novas técnicas), a projeção, o desenvolvimento, a produção, a sua construção e operacionalização”.¹¹⁵

A Engenharia é uma ciência porque requer conhecimentos matemáticos, técnicos e é altamente especializada, mas também é uma arte no modo como os articula e aplica na inventividade, aperfeiçoamento e criação de soluções, sob a forma de utilidades, aparelhos, materiais, estruturas e mesmo processos, cuja função realize os objetivos pretendidos. A Engenharia Social, também ela utiliza uma panóplia de técnicas e metodologia científica, para corrigir e melhorar sistemas sociais ou em problemas localizados, implementando novas práticas que os eliminem. A Engenharia surgiu como a arte de conceber e pôr em prática novas técnicas ao serviço da eficácia, o engenheiro é um estratega, um coordenador que se encontra no centro da ação.

A conotação que a legitima é a da perspetiva tecnológica e inovação que assume na atualidade. “Apesar das conotações tecnocráticas relacionadas com a noção de Engenharia,

¹¹⁵ <http://conceito.de/engenharia#ixzz3Fe0W6K95>

parece-nos que a deveríamos aceitar plenamente por diferentes razões: de uma parte, a Engenharia Social constitui uma tentativa inovadora para colmatar o fosso, ao desenvolver métodos de diagnóstico e de intervenção, cuja pertinência muitas vezes nada tem a invejar às abordagens experimentadas no domínio tecnológico, porque os problemas com que lidam são de facto infinitamente mais complexos e os seus meios são bastante mais limitados. Por outro lado, ela designa melhor as formas de ação às quais fazemos referência. Como na nossa sociedade tudo o que diga respeito ao tratamento dos problemas sociais, se veja atribuído o mesmo estatuto daquele das populações que beneficiam desse género de intervenção, e se encontre de facto desvalorizado, inválido, é efetivamente o único meio para conferir uma certa legitimidade aos atores que põem em ação essas metodologias e o saber que as sustentam.”¹¹⁶ (Gaulejac, Boneti, & al, 1995, p. 17). É mais do que Sociologia aplicada, ou mesmo investigação-ação, porque os conhecimentos especializados e o leque de técnicas disponíveis, ultrapassam as fronteiras da Sociologia reunindo conhecimentos de outras áreas, tais como a psicossociologia, o marketing, a gestão de recursos humanos, etologia, neurociências, promoção e gestão de eventos, eventualmente física quântica, etc. Todo um reunir de técnicas de diferentes fontes para alcançar um objetivo coletivo. A sistematização e diagnóstico, a mestria ou engenho ao escolher as técnicas adequadas para o problema em questão, de modo a cativar e manter a participação e interesse coletivos. Por todas estas razões tomámos a ousadia de afirmar a diferença e demonstrar a existência e a necessidade da Engenharia Social, para que ao desenvolvimento da sociedade estejam subjacentes os conhecimentos científicos (tal como sonhavam Saint Simon e Durkheim).

A ideia de Engenharia é tão antiga quanto o Homem, pois foi o seu engenho que possibilitou a sobrevivência e propagação da espécie, a utilização de materiais para resolver problemas e que lhe permitiu desenvolver invenções fundamentais tais como a roda ou a alavanca.

No ocidente a origem desta designação, remonta à alta idade média em contexto de guerra, ao serem desenvolvidos mecanismos de defesa e de ataque, sobretudo na arte da fortificação. Em França o mais famoso neste mester foi Vauban que recebeu o título de

¹¹⁶ “Malgré les connotations technocratiques attachées à la notion d’ingénierie, il nous semble qu’il faille l’accepter pleinement pour différentes raisons : d’une part, l’ingénierie sociale constitue une tentative novatrice pour combler le fossé, en développant des méthodes de diagnostic et d’intervention dont la pertinence n’a bien souvent rien à envier aux démarches expérimentées dans le domaine technologique, car les problèmes qu’elles traitent sont en fait infiniment plus complexes et leurs moyens sont beaucoup plus limités. D’autre part, elle désigne le mieux les formes d’action auxquelles nous faisons référence. Comme dans notre société tout ce qui concerne le traitement des problèmes sociaux se voit attribué le même statut que celui des populations qui bénéficient de ce genre d’interventions, et se trouve de ce fait dévalorisé, voire invalidé, c’est effectivement le seul moyen pour conférer une certaine légitimité aux acteurs qui mettent en œuvre ces démarches et aux savoir-faire qui les sous-tendent »

“l'ingénieur ordinaire du Roy” no séc. XVII; Entre 1650 e 1658, Vauban participou em 14 cercos e realizou 6 trabalhos de fortificação de praças-fortes, a que se sucederam 8 anos de paz, durante os quais compilou e aumentou os seus conhecimentos (Dubéchet & Rivard, 2010).

Era uma profissão de risco, pois os engenheiros acompanhavam os exércitos para resolver os problemas que iam surgindo nas batalhas e normalmente estavam na linha da frente junto aos trabalhadores durante os cercos, pelo que a sua taxa de mortalidade era bastante elevada. Os engenheiros eram recrutados entre os arquitetos ou mesmo no momento da batalha destacava-se um soldado do regimento de infantaria para este propósito, a quem também competia a gestão logística e financeira da batalha. Leonard Da Vinci também foi engenheiro militar, pois desempenhava, ao serviço dos Médici, Sforza e Bórgia, a tarefa de construir ou inventar máquinas de guerra, dentre as suas outras artes ao serviço destes mecenas.

O termo de engenheiro surgiu na língua portuguesa no início do século XVI e referia-se a alguém que construía ou operava um engenho. Nos séculos XV e XVI, a engenharia naval desenvolve-se em Portugal, pois a conquista dos mares obrigava a novas invenções e novos tipos de navios.

Historicamente a Engenharia desenvolveu-se no plano militar e naval, enquanto na construção ainda não se distinguia engenheiro de arquiteto, pois seria a partir da engenharia militar que se começou a desenvolver o ramo da engenharia civil. Posteriormente, à engenharia civil, viriam a surgir as restantes especialidades.

Desde o início da sua profissão o engenheiro esteve ao serviço de uma estratégia, pois a Engenharia é a colocação em prática dos dados racionais, ou seja de conceção da ação (Cadiere, 2011), ou ainda como diria Max Weber “a gestão racional dos meios com vista a um fim” (Weber, A ética protestante e o espírito do capitalismo, 1904 (1989)).

Assim, não será despropositada a aplicação do termo àqueles que desenvolvem capacidades específicas ao serviço da colocação em prática de processos e métodos que conduzam à invenção de soluções ou de objetos técnicos complexos. O engenheiro é também um organizador: prevê, organiza, comanda, coordena e controla, devendo ganhar a confiança e simpatia do pessoal com quem trabalha, quer para uma melhor aceitação da sua função, das suas ideias, quer para a mobilização da equipa.

Em França as primeiras escolas de engenharia são fundadas na segunda metade do séc. XVIII, para a produção de *génies* para a guerra, para a marinha e para as obras civis. O reconhecimento de competências específicas e da mestria de um saber altamente especializado valeu-lhes desde então uma distinção elevada de entre as restantes profissões. Os cursos de Engenharia também foram criados pelo Estado, o primeiro

relacionado com as artes militares em 1571 e o de engenheiros de minas em 1783¹¹⁷, onde se viria a destacar Frédéric Le Play com as primeiras cátedras relacionadas com a Engenharia Social. Atualmente o ensino e pesquisa em engenharia compete aos Institutos ou Escolas Nacionais, como o INSA (instituts nationaux des sciences appliquées)¹¹⁸. Em finais do séc. XVIII, no prelúdio da revolução industrial, a classe dos engenheiros surgiu como uma nova classe intermédia entre os patrões e os operários, ocupando um posto legitimado pelo seu *savoir faire*, formação e experiência. Este posto não dependia da classe social de origem, pois estava ao alcance de qualquer um, que com esforço poderia estudar e ascender à profissão. Uma vez que, estes trabalhavam com ambas as classes sociais e estavam no meio da ação laboral, funcionavam como mediadores naturais em situações de conflito, participando nas reuniões tanto sindicais como nas do patronato. Viriam a revelar-se como impulsionadores das medidas de proteção social, da habitação e da ação social, visando a melhoria das condições de vida e trabalho dos operários e das suas famílias. À semelhança do que aconteceu em Portugal nos finais do Estado Novo, e que viria a fazer emergir a Sociologia no nosso país (Nunes A. S., 1988) (ver capítulo: a função social da Sociologia). Também uma organização católica de engenheiros formalizada em França em 1892, passou a movimento de ação social cuja preocupação central eram as condições de vida dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos.

5.5 A Engenharia Social em França

A noção de Engenharia Social apareceu no final do séc. XIX, em França, como forma de tentar compreender e melhorar as condições de vida dos operários; para estudar a questão social numa sociedade que se industrializava e propor sistemas de organização das instituições, criação de legislação e implementação de políticas públicas de proteção social. O movimento humanista cristão (Rodrigues O. , 1841) criado por Saint Simon (1760-1825) inspirou muitos jovens na luta por uma sociedade melhor; mestre dos fundadores da Sociologia, que aspiravam a uma sociedade dirigida pelas leis sociais (Saint-Simon, 1825). Desta tomada de consciência emergiram movimentos diversos; mesmo comunidades de propriedade coletiva, onde através da experimentação e transformação se desenvolveram e

¹¹⁷ http://fr.wikipedia.org/wiki/%C3%89tudes_d%27ing%C3%A9nieurs_en_France

¹¹⁸ (onde em Lyon recebi orientações de Monsieur Toussaint (Toussaint, 2011), coordenador de investigação do centro EVS (environment, ville et société-UMR5600), na linha de pesquisa de ação/territorialização que se prende com a articulação dos dispositivos de ação colectiva e as dinâmicas territoriais; mas também coordenador no INSA Lyon de Engenharia Urbana, onde orienta projectos de investigação relacionados com o ordenamento do território e a democracia participativa, tema da tese de doutoramento de Elise Roche, com quem tive duas reuniões muito produtivas).

organizaram intervenções políticas e sociais; Os discípulos de Charles Fourier (1772-1837) reformista social, os *phalanstériens* eram chamados de engenheiros sociais, pois ambicionavam a uma sociedade socialista e experimentavam nas suas comunidades as formas de a alcançar. A título de experimentações foram criadas cooperativas de habitação, de consumo, seguros para acidentes de trabalho, mutualidades e os princípios da segurança social do estado.

Em 1840, face à pressão dos operários e ao advento da 2ª república, foi criada uma comissão para a instauração de um ministério do Trabalho, presidida por Louis Blanc (na qual Le Play participou) e “foi neste momento que nasceu, de facto, a Engenharia Social, na aceção moderna do termo, pois reunia teóricos, políticos, operários e patrões, um espaço de conciliação de diferentes protagonistas para criar um método de regulação social a aplicar no contexto de trabalho e de melhorias sociais a implementar à escala local, nas fábricas. Foi neste contexto que se reuniram as condições para se encontrar a fórmula que se viria a denominar Engenharia Social” (Savoye, 1994).

Os 5 princípios que definiam a Engenharia Social:

- A visão de melhoria social,
- A ação concreta a uma escala reduzida,
- A experimentação,
- O *expert*,
- A abordagem colaborativa.

5.5.1 Frédéric Le Play

Fundador da Engenharia social moderna, mas também considerado um dos fundadores da Sociologia (1806-1882), introduziu a metodologia comparativa e a monografia. Era formado em Engenharia de minas, enquanto jovem viajou a pé pela Europa (1829) e estudou as condições de vida dos mineiros, elaborando uma metodologia de observação para sistematizar a sua investigação científica: a *monografia*, que coligia dados estatísticos, entrevistas e informações sobre as famílias, orçamentos detalhados da vida familiar, mas mais ainda analisava a organização social à qual elas pertenciam e à existência de recursos sustentáveis para a sua permanência no local da mina.

Para poder comparar as diferentes monografias utiliza sempre o mesmo esquema de recolha e análise de informação, dotando estatuto científico aos seus estudos: estado do solo, da indústria e da família; estado civil da família, sua constituição; religião e hábitos morais; higiene e serviço de saúde; o escalão de rendimento; propriedade de imóveis, animais domésticos; subvenções da empresa; tarefas de cada membro; alimentação e

refeições; habitação, móveis e roupas; recreação, tabaco, bebida; história da família, fases principais da sua existência, ensino e outros serviços institucionais (Savoye, 1994).

Mais tarde (1848) enquanto inspetor de estudos da 2ª república, cria um curso de Economia Industrial e Social na Escola de Minas, onde se destaca a busca da compreensão da componente social, decorrente dos estudos sociais realizados, onde cada vez mais surgia a vontade de intervir, de apontar soluções para os problemas sociais detetados. No entanto há também quem considere que se tratava mais de dotar os engenheiros de minas com uma cultura em ciências sociais do que propriamente a de fundar uma nova profissão (Savoye, 1994).

Em 1855 publica os seus trabalhos monográficos sob o título *Les Ouvriers européens*; em 1856 é nomeado Conselheiro de Estado para os trabalhos públicos, da agricultura e do comércio; mais tarde, realiza um estudo comparado do fabrico do pão em Paris e Londres, promovendo a sua liberalização, “O olhar prático do engenheiro sobre os processos de fabrico da farinha e do pão é outra vantagem que Le Play soube por ao serviço de uma análise magistral onde o saber tecnológico, abordagem sociológica e etnológica, estudo económico combinam-se para dar um exemplo raro de uma ciência social capaz de integrar múltiplas dimensões da realidade”¹¹⁹ (Savoye, 1994, p. 216).

Em 1864 publica *La Réforme Sociale en France*, onde faz uma vasta síntese do estado da sociedade Francesa e desenvolve um programa liberal de reformas necessárias ao seu progresso e prosperidade (Savoye, 1994, p. 276). Viria a ser o organizador da exposição de 1867 e contribuiria com o seu trabalho e métodos para as exposições posteriores de 1889 e de 1900.

Lucien Fèvre, aluno de engenharia ao serviço da Sociedade de Economia Social, também criada por Le Play, (cuja publicação era a revista *La reforme Sociale*), utilizando a metodologia do mestre e, em resultado da sua monografia sobre a indústria na bacia do Ruhr, insistiria na criação de uma caixa de segurança contra os acidentes de trabalho, contra a doença e uma reforma para os idosos; para assegurar a paz nas relações sociais entre patrões e operários, em 1886 esta aspiração e objetivo do estudo viriam a ser concretizadas.

William Bertheault, outro discípulo, também viria a resolver uma greve que durava há 2 semanas, ao associar a responsabilidade e a pesquisa sociológica em ambiente de trabalho, estudando a situação e propondo as transformações necessárias, de acordo com ambas as partes, patronato e operários. Outros também como Maurice Bellom viriam a demonstrar a

¹¹⁹ “ Le regard exercé de l’ingénieur sur les procédés de fabrication de la farine et du pain est autre atout que Le Play sait mettre au service d’une analyse magistrale où savoir technologique, approche sociologique et ethnologique, étude économique se combinent pour donner un exemple rare d’une science sociale capable d’intégrer de multiples dimensions de la réalité”.

validade prática da utilização das monografias, como diagnóstico de suporte para as melhorias sociais, isentas pelo seu carácter científico e logo aceites por todas as partes como documento científico de suporte às mudanças necessárias.

Esta escola fundada por Le Play caracterizava-se por uma conceção científica e empírica na construção do conhecimento. Numa época em que a principal preocupação era a objetividade do conhecimento, utilizava inquéritos exaustivos; não com o objetivo de estabelecer uma teoria geral da sociedade, mas com a intenção mais urgente de recolher informação sobre o estado de uma determinada situação e ao elaborar monografias, tinha o objetivo de definir ações práticas com vista à sua melhoria.

Não se inscreve nas correntes políticas emergentes do comunismo ou do socialismo, antes se apresenta como uma 3ª via entre estes e os conservadores, donos das empresas. O reformismo social de Le Play é iluminado pela razão científica, aplicada na busca e implementação de soluções concretas. Como diz Savoye « A engenharia social Leplaysiana situa-se explicitamente como uma alternativa a projetos de transformação radical da sociedade. Se ela reconhece a necessidade de mudanças sociais (melhorias), ela recusa os sistemas revolucionários, especialmente o socialismo de Estado, opondo-lhe ações reguladoras e reformadoras»¹²⁰ (Savoye, 1994, p. 215).

A sua Engenharia Social encontra-se na fronteira entre as ciências e a ação social, mas sem pretensões a uma intervenção global na sociedade. Moderando o ímpeto inicial dos reformadores e instrumentalizando a sua eficácia em reformas sociais pontuais, compensadoras da desigualdade. O projeto de Engenharia Social de Le Play, embora ambicionando a reforma social, implicava os patrões como os seus principais impulsionadores, daqui a razão do seu sucesso não ter perdurado junto da classe trabalhadora. De facto, na sua filosofia social houve uma influência demarcante do catolicismo tradicional, contrário à ideologia propagada pela revolução francesa, Le Play acreditava que a obediência à autoridade era a base de uma organização saudável. Defendia a propriedade privada e não a comunitária. Entre os trabalhadores e os patrões defende uma cooperação, uma vez que era dever da classe mais alta a emancipação dos trabalhadores oprimidos (Le Play, 1871). Defendia o sistema Inglês de organização e deplorava o Francês assente no controle burocrático. Assim, no governo, Le Play advogava um tipo de sistema misto, com a democracia como sendo natural à comunidade local, aristocracia para a província, e monarquia com o suporte do parlamento para todo o Estado. Os líderes da igreja não deveriam exercer poder político, mas deveriam conduzir as pessoas

¹²⁰ « L'ingénierie social le playsienne se situe explicitement comme une alternative à des projets de transformation radicale de la société. Si elle reconnaît la nécessité de changements sociaux (l'amélioration), elle récuse les systèmes révolutionnaires, spécialement le socialisme d'État, lui opposant actions régulatrices et réformatrices »

de volta aos ideais Cristãos pela persuasão moral. Na reforma educacional defendia programas para prepararem os estudantes para os empregos futuros”¹²¹.

Embora Le Play fosse apologista de intervenções pontuais, também ele ousava sonhar, tal como Saint-Simon, Comte e Durkheim, com o dia em que o Estado seria governado pelos ditames e leis das ciências sociais e, para alguns destes autores até mesmo ascender a religião humanista.

Foi um dos pioneiros da Sociologia, mas de uma Sociologia à parte da dominante em que Durkheim se afirmava pela necessidade de maturação da ciência adiando a sua ambição para um futuro a vir, o que os separava era a pertinência do momento para a Sociologia intervir na sociedade. A perenidade da Engenharia Social deveu-se à recusa da Sociologia emergente e dominante em não a aceitar, mas também pela sua origem na Engenharia e às circunstâncias da época. Pois, se bem que no curso de Economia industrial e social se considerasse que a economia não podia ser estudada independentemente do social, após a 1ª guerra mundial a economia social cedeu, nas grandes escolas, lugar a uma economia fortemente marcada pela matemática, pela teoria monetária e a econometria. A ciência social dos engenheiros ia desaparecendo (Savoye, 1994). A Sociologia de Durkheim domina o ensino e faz olvidar o contributo de Le Play. A Universidade fecha-se aos saberes dos engenheiros e estes por seu turno vão abandonando o trabalho do mestre. Gradualmente no início do séc. XX, a ciência social Le Playana é banida dos saberes universitários e os engenheiros são remetidos às suas funções técnicas. O sonho de uma economia geral da sociedade, de uma ciência social total esfuma-se sobre as clivagens que já fragmentam uma Sociologia ainda tão recentemente instituída.

Maurice Bellom, professor na Escola Nacional Superior de Minas, na sua lição de abertura do curso em 1906, presta louvor à ciência do seu mestre “O engenheiro económico ou o engenheiro social é um técnico cuja aplicação se faz, não mais sobre os aparelhos da mecânica, os processos da química, as aplicações da eletricidade, a arte das minas, a metalurgia ou os caminhos-de-ferro; mas sobre as combinações económicas para o primeiro ou sobre as instituições sociais para o segundo: O engenheiro económico é um industrial ou um comerciante que possui todos os processos de que depende o futuro económico de uma empresa; O engenheiro social é um sociólogo praticante, que conhece a fundo os princípios

¹²¹ In government Le Play advocated a kind of mixed system, with democracy being natural for the local community, aristocracy for the province, and monarchy with the support of parliament for the entire state. Church leaders should not exercise political power but should lead the people back to Christian ideals through moral suasion. In educational reform he advocated practical programs to prepare students for later employment.”
<http://biography.yourdictionary.com/guillaume-frederic-le-play;>

e a colocação em prática de métodos suscetíveis de assegurar a paz nas relações entre patrões e operários e de melhorar a sorte dos trabalhadores”¹²² (Savoye, 1994, p. 317).

Nesta sua elocução recomenda ainda que, cabe aos engenheiros sociais o papel de condutor de homens, conhecê-los e com a expertise dotada pelos conhecimentos científicos e da sua experiência convencê-los do melhor rumo a tomar. Os homens não são máquinas que respondem automaticamente, há que dar o exemplo pelo trabalho e honestidade e afirmar a segurança que lhe dá o seu grau de engenheiro; ser simpático, assertivo e empático. Mas sobretudo é importante que seja o patrão a apresentar o engenheiro e explique as suas funções, dando-lhe assim legitimidade para as exercer junto dos empregados, deve haver proximidade com os operários, inquirir sobre a família, as suas tarefas, etc; com respeito e consideração ganhar a sua confiança; estar atento e ouvir as razões do seu descontentamento. Fazer por corrigir as situações junto do patronato. Tem também de educar o operário no sentido de que só o esforço conjunto de todos, inclusive dos patrões são necessários para o bem-estar da empresa, compete-lhe, ao operário, através dum contrato livremente aceite e por ele assinado, cumprir as regras e salvaguardar os meios de produção. Com esta compreensão e respeito mutuo e em condições de vida dignas, o trabalho e a prosperidade são possíveis em convívio fraternal.

Considera este discípulo, ainda, que a ação intelectual sobre os operários também deve ser um instrumento para o seu desenvolvimento pessoal e mesmo social. A organização de conferências sobre temas do seu interesse, apresentadas de modo muito visual e com linguagem simples, exercem uma função pedagógica atrativa para os operários, a busca de satisfação intelectual interessa a todos, não só às classes elevadas. Eis alguns exemplos uteis do trabalho de Le Play, que aponta: alcoolismo – perigos e remédios ; conhecimentos elementares de medicina e de higiene; associação dos trabalhos agrícolas aos trabalhos industriais; assistência e reinserção; mutualidades; cooperação; habitações operárias; exemplos históricos sobre a felicidade dos povos e das famílias honestas; harmonia necessária nas relações entre os operários e os patrões. “O desenvolvimento e apresentação destes temas tem o objetivo de combater os estragos do alcoolismo, salvar vidas humanas, parar o êxodo dos campos para as cidades, a assegurar o futuro do trabalhador e da sua família, a lutar contra as utopias do coletivismo e a selvajaria do

¹²² « L’ingénieur économique ou l’ingénieur social est un technicien dont l’application se porte, non plus sur les appareils de la mécanique, les procédés de la chimie, les applications de l’électricité, l’art de mines, la métallurgie ou les chemins de fer, mais sur les combinaisons économiques pour le premier ou sur les institutions sociales pour le second : l’ingénieur économique est un industriel ou un commerçant qui possède tous les procédés dont dépend l’avenir économique d’une entreprise ; l’ingénieur sociale est un sociologue pratiquant, qui connaît à fond les principes et la mise en œuvre des méthodes susceptibles d’assurer la paix dans les rapports entre patrons et ouvriers et de réaliser l’amélioration du sort des travailleurs »

anarquismo, a basear a felicidade do operário sobre o respeito da lei moral”¹²³ (Savoye, 1994, p. 325). Uma vez terminada a tarefa de educador moral e intelectual do operário, antes de sair de cena, deve o engenheiro assegurar-se que o sistema funcionará por si mesmo, ajudando a criar legislação que institucionalize os resultados alcançados.

Este discípulo de Le Play termina assim a sua lição de sapiência, de toda a relevância para o nosso trabalho, na medida em que considero exemplar do espírito e conteúdo da Engenharia Social, pela sua atualidade e pertinência, bem como a identificação em questões gnosiológicas. Mais uma vez, surpreendo-me com as voltas da história e a recuperação quase intacta de ideias tão antigas.

“Tal é, senhores, a obra à qual vos convido; ela precisa tanto de saber como de boa vontade; ela exige o auxílio da razão e do coração. A doutrina que a permite realizar não se limita aos desenvolvimentos teóricos: ela traz também conclusões práticas. Ela ensina a liberdade do trabalho, do comércio e do bem-estar, como a condição e o corolário da personalidade e da responsabilidade humanas; ela comanda o respeito mútuo do capital e do trabalho, do produtor e do consumidor; ela prega a fraternidade dos patrões e dos operários associados na obra comum da produção. Numa palavra, graças à feliz conciliação do interesse e do dever, ela assegura, pela moralidade dos indivíduos, a prosperidade da nação”¹²⁴ (Savoye, 1994, p. 329).

Visto da atualidade pode parecer-nos um pouco ingénuo, senão mesmo utópica esta harmonia entre os patrões e os operários, ou seja entre os trabalhadores e os capitalistas, não obstante os benefícios sociais alcançados, os conflitos alcançaram um outro nível, em que já não seria tão fácil a intervenção do engenheiro social. No entanto a descrição fundamental da função profissional corresponde no espírito da aliança da razão com o coração, como já no início da tese defendemos e até mesmo o espírito de concertação de interesses e coesão social. Resgarde-se a prática mais humana de muitas empresas e das suas práticas colaborativas, sobretudo no campo das ciências da informática.

¹²³ “Le développement de ces sujets est de nature à combattre les ravages de l’alcoolisme, à sauver des vies humaines, à conquérir des colons le jour où l’industrie locale se restreint et libère de bras, à arrêter l’exode des campagnes vers les villes, à assurer l’avenir du travailleur et de sa famille, à lutter contre les utopies du collectivisme et la sauvagerie de l’anarchisme, à fonder le bonheur de l’ouvrier sur le respect de la loi morale ».

¹²⁴ « Telle est, Messieurs, l’œuvre à laquelle je vous convie; elle demande autant de savoir que de bonne volonté ; elle exige le concours de la raison et du cœur. La doctrine qui permet de la réaliser ne se borne point aux développements théoriques : elle porte aussi ses conclusions pratiques. Elle enseigne la liberté du travail, du commerce et de la prévoyance, comme la condition et le corolaire de la personnalité et de la responsabilité humaines ; elle commande le respect mutuel du capital et du travail, du producteur et du consommateur ; elle prêche la fraternité des patrons et des ouvriers associés dans l’œuvre commune de la production. En un mot, grâce à l’heureuse conciliation de l’intérêt et du devoir, elle assure, par la moralité des individus, la prospérité de la nation. »

5.5.2 A Engenharia social noutros países

A doutrina de Le Play continuaria a ter repercussões na Bélgica, Alemanha, Áustria e Itália onde a Economia Social se confundiria ainda com Engenharia Social, mas viria a ter continuidade, tanto no ensino como na sua aplicação.

O termo *social engineers* foi adotado pelo industrial Holandês J.C. Van Marken, num ensaio que publicou em 1894. A ideia era a de que os padrões modernos precisavam da ajuda de especialistas para lidarem com os problemas humanos do planeta, tanto quanto precisavam de *experts* técnicos (engenheiros normais), para lidar com os problemas inorgânicos (materiais, máquinas, etc.) este trabalho foi amplamente divulgado, à época e contribuiu para a disseminação da ideia e da necessidade desta nova profissão.

Nos Estados Unidos a formação de engenheiro social é fundada em Nova Iorque, colocando à disposição do industrial um engenheiro que investiga no local as condições para o exercício da indústria, assinalando as medidas a tomar. Em 1899, foi criado um pequeno jornal *Social Engineering*, relacionado com a caridade e o serviço social, esta perspectiva viria a ser reforçada a partir de 1911 com a publicação do livro *The Social Engineer* de Edwin L. Earps (Earp, 1911), muito ligado à caridade, ao serviço social e imbuído de uma religiosidade cristã radical e dependente da igreja. Esta é uma nova perspectiva que também interessa aqui explorar, para a compreensão cabal deste fenómeno. É interessante e de referir a sua ideologia:

“Nunca houve um tempo como o presente em que a consciência de classe social estivesse tão altamente desenvolvida. Em toda a literatura corrente lemos os produtos desta consciência de classe em discussões de socialismo, capitalismo, sindicalismo, democracia social, conflitos de classe, antagonismo racial, classes sociais, trabalho de mulheres e de crianças, congestão de população, taxas de suicídio, divórcio, *jogadores contra o povo*, as decisões dos tribunais e o interesse de uma classe, legislação versus o povo (...). O problema dos desempregados está a tornar-se agudo na maioria das grandes cidades do mundo (...). O problema dos bairros das cidades congestionados em crescente miséria é desanimador para o mais otimista dos trabalhadores sociais neste campo, e eles começam a questionar-se se não há algo fundamentalmente errado com o nosso sistema económico que permite que estas condições existam”¹²⁵ (Earp, 1911, p. xi).

¹²⁵ “There never has been a time like the present when the social class-consciousness was so highly developed. In all current literature we read the products of this class-consciousness in discussions of socialism, capitalism, trades-unionism, social democracy, class conflict, race antagonism, social classes, woman and child labour, congestion of population, suicide rate, divorce, gamblers versus the people, the decisions of courts and the interest of a class, Legislatures versus the people (...). The problem of the unemployed is becoming acute in most of the great cities of the world (...). The problem of congested quarters of the cities with the attendant misery is disheartening to the most optimistic social workers in this field, and they begin to ask if there is not something fundamentally wrong with our economic system that permits these conditions to exist”

Esta longa citação é exemplar pela similitude dos problemas com que ainda nos deparamos nos dias de hoje e mesmo no que se refere à sua causa. Earp, em 1911 apresenta aqui uma longa lista dos problemas sociais de então, e parece-nos que pouco ou nada mudou em mais de um século. A função que atribuía ao Engenheiro Social era muito mais abrangente e espiritual, “O Engenheiro Social religioso é aquele que consegue ajudar o líder religioso a estabelecer uma força de trabalho desejável em qualquer campo de necessidade, e mantê-lo numa cooperação amigável com todas as outras forças, trabalhando para o estabelecimento do reino de Deus na terra em harmonia com o programa e liderança de Jesus”¹²⁶ (Earp, 1911, p. xviii)

Edwin Earp é um religioso fervoroso, que vê na tarefa do engenheiro social a missão de criar na terra o reino dos céus “As grandes denominações sociais e as suas organizações subordinadas dentro de si estão a tornar-se socialmente conscientes de como, pela ação federativa, podem em conjunto levar a cabo o programa social de Jesus e realizar a visão dos profetas e do ideal social do Apóstolo Paulo”¹²⁷ (Earp, 1911, p. xvii). Se bem que em relação à atitude científica seja pouco credível a sublevação da fé e do espírito missionário, face ao espírito científico, não poderia deixar de referir neste trabalho todas as envolvências da Engenharia Social, pois todos os legados importam. Não se compreende o presente, sem se conhecer o passado, nem projetar o futuro. Como já deixámos claro no capítulo da introdução, desafiamos a Sociologia moderna a considerar outros tipos de conhecimento, para uma compreensão cabal da esfera humana e a sua envolvência, que numa perspetiva unitária rompem com o positivismo e unem a fé e a ciência (atenção a fé e não a religião), já sem receios e pruridos de parte a parte. De facto, julga este autor termos alcançado à data, um estágio de desenvolvimento na metodologia científica da Engenharia Social que justificava a criação de um batalhão de profissionais, cuja orientação e motivação era religiosa. De facto tal até poderia suceder, mas não ao serviço de qualquer religião, ela própria segmentária, mas sim de uma nova religião Humanista, gnóstica e fraternal, de uma nova *religação* ao sagrado, sem intermediários, a que surgiria após o desenvolvimento da consciência coletiva e o despertar para uma nova dimensão da vida.

É de refletir, dada a história recente da engenharia social nos EUA, verificarmos a sua génese tão cristã e humanista, o facto de esta ter vindo a tornar-se num meio ao serviço do

¹²⁶ “The religious social engineer is one who can help the religious leader to establish a desired working force in any field of need, and kept it in sympathetic cooperation with all the other forces, working for the establishment of the kingdom of God on earth in harmony with the program and leadership of Jesus.”

¹²⁷ “The great religious denominations and their subordinate organizations within them are becoming socially conscious of how, by federative action, they may together carry out the social program of Jesus and realize the vision of the prophets and the social ideal of the apostle Paul.”

capitalismo para realizar tamanhas atrocidades na sociedade, como as descritas no início deste capítulo, relativas à engenharia social utópica.

Em Inglaterra a Engenharia Social, não adotando este nome, mas a sua prática acompanhou a evolução da revolução industrial, com a mesma função de melhorar as condições de vida dos trabalhadores. O trabalho de Engels *The condition of the working class in England*, publicado em 1844, baseou-se nas suas observações e pesquisa em Manchester e viria a servir de base à Teoria crítica de Marx.

Em Portugal no pós-25 de Abril a Sociologia de intervenção viria a expandir-se em práticas próprias da Engenharia Social, sobretudo de educação popular, vindo depois a perder a sua força no escrupuloso mundo académico. Se bem que existam ainda muitas iniciativas deste tipo, continuam a ser marginalizadas pelos defensores de uma Sociologia mais abstrata, até com algum “desdém”. Em 1990 seria criado, por uma Universidade privada, um curso superior de Investigação Social Aplicada com uma abordagem inovadora, um currículo peculiar que englobava cadeiras como etologia, psiquiatria social e outras (cujo programa se encontra em anexo) muito próximas das práticas da Engenharia Social. No entanto por condições políticas adversas e suspeitas de financiamentos ilícitos que levaram ao encerramento daquela instituição académica de índole maçónica, esta nova abordagem viria a durar pouco mais de uma década, permaneceu nos seus alunos, que entretanto tal como eu, viriam a tornar-se sociólogos (no quadro de pessoal de algumas autarquias ainda figura o Técnico Superior de Investigação Social Aplicada).

Assim, um pouco por todo o mundo as ideias ligadas à Engenharia Social propagaram-se, embora com uma existência intermitente, a sua função esteve sempre subjacente na Sociologia Aplicada, mas nunca assumida de facto. As atividades desenvolvidas por estes inovadores sociais contribuíram para a introdução de novas práticas, para a constituição progressiva de legislação do trabalho, de proteção social e de mecanismos de proteção dos trabalhadores e das suas famílias, conduzindo mesmo ao estado providência do séc. XX e à elaboração de políticas públicas. Impulsionado pela Comunidade Europeia, com o intuito de reforçar a coesão social foram elaborados programas de financiamento para projetos desenvolvidos localmente com a concertação de parecerias, que viriam a evoluir para a participação pública e mesmo até para mecanismos de governança, como se de um programa implícito se tratasse, destinado à evolução para uma sociedade fraternal.

5.6 O Regresso da Engenharia social

A condução de projetos de desenvolvimento social regressou nos anos 70, ligada aos problemas de alojamento e habitação social. Foi a partir daqui que se desenvolveu o trabalho de intervenção social e surgiu a Engenharia Social moderna.

“O agravamento da crise económica e social que resultou num aumento considerável do desemprego, na exclusão de frações cada vez mais importantes da população, no exacerbamento das tensões racistas, o desenvolvimento da delinquência e da insegurança provocaram um questionamento das formas tradicionais de ação social e suscitaram o desenvolvimento de novos modos de intervenção, especialmente em França no quadro da política da cidade”¹²⁸ (Bonetti, 1994, p. 13)

É interessante notar que é depois da crise económica de 1973, no fim dos “trinta gloriosos”, que a Engenharia Social encontra uma nova expressão em França (Dubéchet & Rivard, 2010). Na realidade é em épocas de crise que urge a intervenção social. Neste país, com um número elevado de imigrantes e problemas habitacionais, a solução encontrada foi a de construir torres de habitação social nos subúrbios, guetos que exigiriam a intervenção social e fonte de problemas contínuo. A engenharia social surge assim como uma tentativa de racionalização da ação social, utilizando os recursos de forma mais eficaz, visando o envolvimento das populações no combate aos problemas que as afligem. No decorrer desta década, com a visibilidade dos problemas sociais: imigração, insegurança, delinquência, desemprego e habitação social inadequada, foi suscitado um apelo aos especialistas e técnicos da intervenção social e o retorno do termo “Engenharia Social”. A lógica assistencialista e moralizadora dos trabalhadores sociais, não era a intervenção necessária nestas circunstâncias. Urge uma abordagem mais globalmente capacitada de intervenção nos problemas sociais.

Christian Bachman (1942-1997) sociólogo, professor na recém-criada Universidade de Paris13 em Villetaneuse, lugar de bairros sociais, inaugura aí um novo campo de investigação e de intervenção - As políticas públicas e o trabalho social. No bairro da Courneuve, foi preparado um apartamento como centro de investigação local, onde residia um investigador que integrado no meio envolvente percecionava a vida e os efeitos das políticas públicas diretamente nas pessoas que habitavam no bairro, podia assim em primeira mão vivenciar e conviver com os problemas, mudanças e soluções. Bachman considerava que o bairro social é um fabuloso laboratório social onde se forja a sociedade em gestação. Zonas muito turbulentas, onde muitos problemas sociais se manifestam, a necessidade torna imperioso agir em rede e localmente com as escolas, polícia, município, etc. e, de afetar meios suplementares para fazer face às soluções encontradas. Nos finais

¹²⁸ “L’aggravation de la crise économique et sociale qui entraîné une augmentation considérable du chômage, l’exclusion de fractions de plus en plus importantes de la population, l’exacerbation des tensions racistes, le développement de la délinquance et de l’insécurité ont provoqué une remise en cause des formes traditionnelles de l’action sociale et suscité le développement de nouveaux modes d’intervention, notamment en France dans le cadre de « la politique de la ville »

da década de 80, Christian Bachmann funda o CIS – Centre de Ingénierie Sociale, cuja finalidade era a de formar novas profissões sociais em meio urbano (Simonin).

Assim, é no contexto de trabalho sociológico nos *banlieues*, que ressurge a Engenharia Social ligada às questões habitacionais e urbanísticas que flagelam a sociedade Francesa. No entanto, segundo a perspectiva de Gaulejac e Bonetti, consideram também que houve a intenção de se ultrapassar o âmbito mais restrito de intervenção dos profissionais do serviço social, criando esta nova profissão ainda nesse domínio,

“ Numa altura em que o trabalho social teve problemas a impor a sua legitimidade na intervenção global, em particular face aos eleitos e às outras profissões (urbanistas gestores de equipamentos e serviços de habitação social, arquitetos...) Pensávamos necessário identificar um novo campo de profissionalização no domínio do desenvolvimento social”¹²⁹ (Gaulejac, Boneti, & al, 1995, p. 9).

Impunha-se uma nova postura perante a dimensão e globalidade dos problemas de exclusão social suscitados por uma política de urbanização ignorante dos aspetos sociais, assim para corrigir os efeitos nefastos era necessária “Uma aproximação mais global dos problemas aos quais são confrontados os grupos sociais mais desfavorecidos, a fim de encontrar respostas melhor adaptadas à tomada em conta dos problemas coletivos, em lugar de tratar somente as consequências individuais”¹³⁰ (Gaulejac, Boneti, & al, 1995, p. 23). O objetivo do trabalho de Bonetti e Gaulejac foi o de identificar um novo campo profissional no domínio do desenvolvimento social. Perante a complexidade e multidimensionalidade destas questões, esta figura é necessária enquanto especialista reconhecido por todas as partes envolvidas, com o fim de as colocar em sinergia e produzir uma cooperação conjunta. Assim, a engenharia social renasceu no contexto de desenvolvimento social urbano, mas iria expandir-se para o desenvolvimento social local. Esta engenharia social refundada pelos autores referidos defendia, antes de mais, a capacitação dos atores colocando-os em sinergia para a resolução dos seus próprios problemas, através de movimentos de educação popular. Mobilizando diferentes atores em torno de um projeto comum, transformando os modelos de gestão tradicional em gestão de ação coletiva, que é partilhada, envolvendo as populações sobre cujo problema se trabalha e integrando-o num contexto mais alargado da sociedade. No entanto, este é um trabalho difícil de realizar, pois com a desestruturação das relações sociais fruto dos problemas

¹²⁹ « À un moment où le travail social avait du mal à imposer sa légitimité d'intervention globale, en particulier face aux élus et à d'autres métiers (urbanistes gestionnaires d'équipements et d'office d'hlm, architectes...) nous pensions nécessaire d'identifier un nouveau champ de professionnalisation dans le domaine du développement social. »

¹³⁰ “Une approche plus globale des problèmes auxquels sont confrontés les groupes sociaux le plus défavorisés, afin de trouver des réponses mieux adaptées à la prise en compte des problèmes collectifs, au lieu de traiter seulement les conséquences individuelles »

sociais crescentes, as formas elementares de solidariedade concreta tendem a desaparecer e o individualismo a afirmar-se e as instituições procuram preencher esse vazio social com formas de solidariedade abstratas e burocratas, para problemas específicos e não os interligando na sua totalidade, reforçando ainda mais o processo de marginalização. Daqui a importância de a iniciativa não partir das instituições, mas do próprio terreno. Refiro a título de exemplo a prática do RMG ou agora, RSI, em cujo núcleo executivo representei o município durante 10 anos, se bem que a presença dos técnicos de diferentes instituições prever o tratamento global do indivíduo ou família em questão, nas suas diferentes dimensões, de saúde, emprego, habitação, educação, etc., na prática as limitações das instituições eram tantas que se acabava por protelar as respostas necessárias às necessidades das pessoas e assim a resposta, quase exclusiva, era o rendimento complementar o que veio incrementar mais a subsidiodependência.

5.7 A Engenharia Social no ensino atual francês

Inicialmente ao criar-se este curso pretendia-se que fosse um instrumento de acompanhamento da evolução das práticas de intervenção social, no sentido de as adequar ao contexto local, obrigando à cooperação e à construção pelos intervenientes das metodologias mais adequadas.

Em França o mestrado DEIS (diplôme d'Etat d'Ingénierie Sociale) veio substituir o DSTS (diplôme supérieur en travail social), pelo *Décret n° 2006-770 du 30 juin 2006 relatif au diplôme d'Etat d'Ingénierie Sociale*. A intenção de transformar o diploma de trabalhador social, foi o de permitir aos trabalhadores sociais tornarem-se “peritos de políticas sociais, da ação social e médico-social”. Quando foi criado o diploma de Estado de Engenharia Social, o objetivo desta alteração foi também o de fomentar a vertente da pesquisa, obrigando a um inevitável relacionamento estreito com a Universidade, pois a investigação-ação iria desenvolver-se ao longo dos 3 anos do curso. No entanto ficou ao critério de cada estabelecimento de leccionamento de DEIS o modo como se iria estabelecer esta ligação. A obrigatoriedade deste relacionamento académico era o ponto fulcral de sucesso para a formação no DEIS, o acoplamento deveria ser feito com a Sociologia ou com as Ciências da Educação (Cadiere, 2011).

O curso de estado de Engenharia Social, em França, surgiu da necessidade de reorganização dos serviços do estado em função da sua descentralização e da promoção da coesão social assentes na reorganização territorial das políticas sociais. Neste processo de descentralização, de subsidiariedade e de governança, o Estado Francês promulgou este *Diplome d'état*, que dá acesso à profissão de Engenheiro Social, acompanhada da devida formação, reconhecendo a sua necessidade para o sucesso efetivo das políticas sociais e

aplicação adequada dos financiamentos. O termo é frequentemente utilizado pelo Estado para designar o modo de intervenção dos serviços desconcentrados.

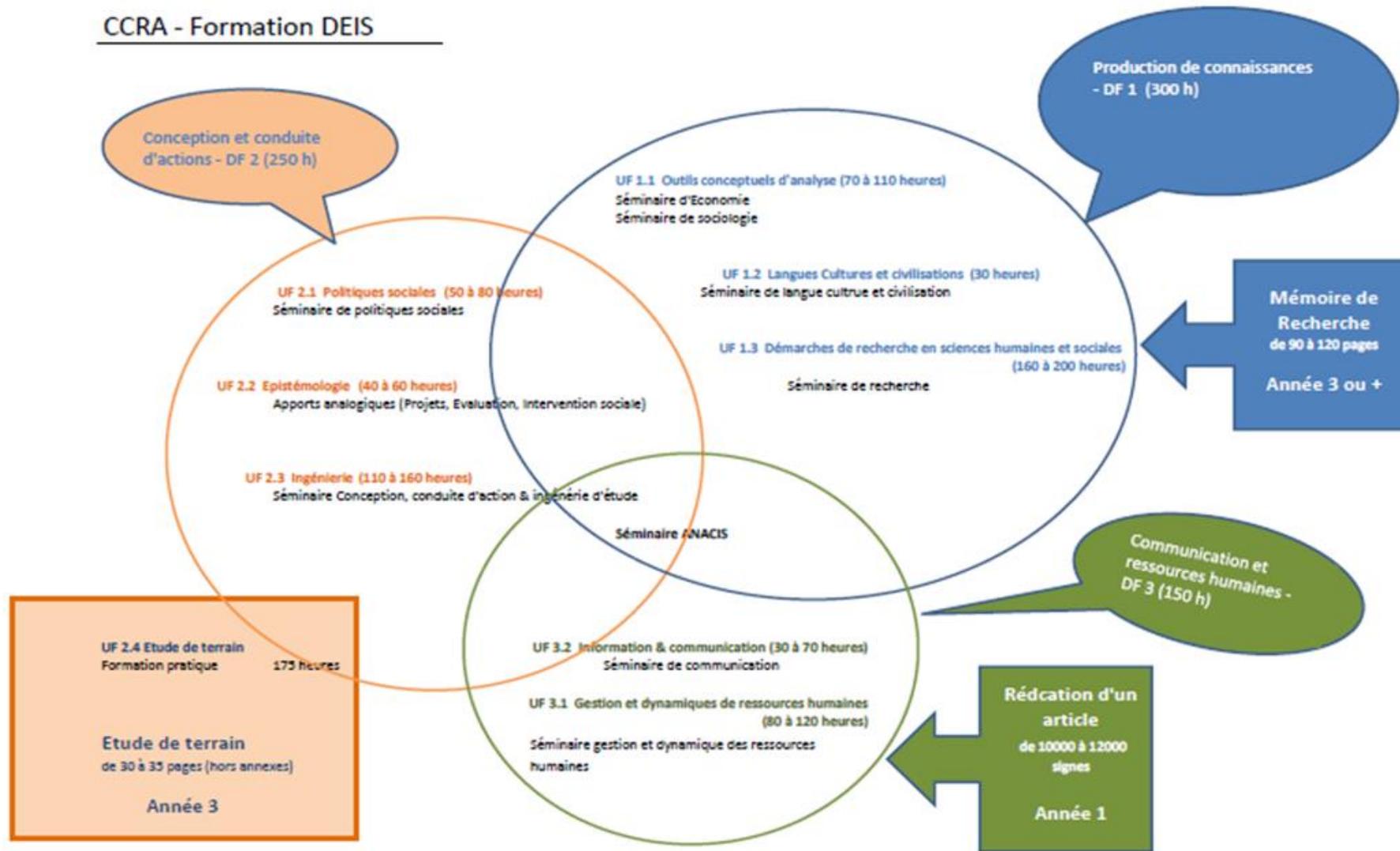
Para a frequência do mestrado, “O candidato à formação deve ter capacidades de análise, de reflexão e de conceptualização relacionadas à sua prática profissional, às evoluções da intervenção e da sociedade. Deve dominar os métodos de intervenção e ter um certo interesse pela gestão e condução de um trabalho de investigação.”¹³¹ (Morel, 2009). As condições de acesso a este mestrado, se bem que aberto a todos aqueles das ciências sociais, são frequentadas quase em exclusivo por trabalhadores sociais. Cujas visões são bem mais restrictas, ao nível do indivíduo, aqui reside um ponto fulcral para o seu repúdio pela academia. Assim, a ligação à Sociologia é muito ténue ou inexistente, que menospreza os trabalhadores sociais e sobretudo os cursos de estado. O seu ponto de partida é no serviço social, quando devia sim, ser a continuação de uma formação em Sociologia. Este divórcio inviabiliza o sucesso e a aceitação do curso em França.

Até à data desta entrevista Nicolas Berut só conhecia uma contratação de um engenheiro social (DEIS), a sua própria¹³². Contudo há outros que são contratados sob o nome de agentes de desenvolvimento e de intervenção social. O facto de esta formação estar muito ligada ao assistente social e também por ser um diploma de estado fragiliza a sua profissionalização e a DEIS sofre sempre de um mau reconhecimento pelos empregadores (Berut, 2011). Confirma-se que esta imagem negativa da Engenharia Social em França deve-se sobretudo à sua ligação ao serviço social, à sobreposição de funções e a ameaça que sentem os restantes trabalhadores sociais. À data de 5/10/2014, o número de alunos no CCRA (o Collège Coopératif Rhône-Alpes), segundo o seu diretor Nicolas Berut eram: 6 para o nível 6; 13 para o nível 7; 10 para o nível 8 e 10 para o nível 9, perfazendo um total de 39 alunos. Perante o cenário traçado, não é muito negativo o número de alunos, tenhamos também em conta que esta instituição de Lyon é a que melhor funciona a nível nacional. Para melhor compreendermos a razão desta formação ser tão apelativa, vejamos a estrutura do curso:

¹³¹ « Le candidat à la formation doit avoir des capacités d’analyse, de réflexion et de conceptualisation par rapport à sa pratique professionnelle, aux évolutions de l’intervention sociale et de la société. Il doit maîtriser les méthodes d’intervention de l’action sociale et avoir un intérêt certain pour le management et la conduite d’un travail de recherche. »

¹³² À data de 29/11/11, aquando desta entrevista a Nicolas Berut, era assessor do director do CCRA Patrick Pèlege, actualmente (2015) é ele próprio o director)

Figura 5.1 – Organização do curso DEIS



No sentido de obtermos mais informações acerca da criação deste curso, entrevistámos um dos seus criadores, Jöel Cadiere, que reforçou a ideia de que em França o DEIS é criado pelo Estado e infelizmente não está ligado às universidades, tal como acontecia com os cursos privados de Serviço Social em Portugal, relembra o autor. Elucida que, a estrutura histórica do ensino em França distingue-se pela sua organização peculiar e distinta entre formação pelo Estado e formação pela Universidade, muito diferente da portuguesa (Cadiere, 2011). O ensino profissional encontra-se ligado aos ministérios, daí serem diplomas de estado, e não terem ligação com o mundo académico. Existe uma forte cisão entre os diferentes sectores do ensino superior, a sua organização é deveras complexa, assente em estruturas históricas que se consolidaram e mantiveram divergentes e mesmo oponentes entre o mundo académico e o mundo das profissões (de facto, o mundo do ensino superior Francês em nada tem a ver com o Português, foi difícil compreendê-lo e de facto, nele buscar informações e orientação).

Um diploma de Estado é obtido em certas formações e em diversos ramos de atividade. Este tipo de diploma é requerido para o exercício de profissões regulamentadas, nomeadamente no campo da saúde, da animação, do ensino básico e na intervenção social. Este tipo de ensino prende-se com a formação contínua, validação de experiência profissional e na maioria das vezes são pagos pelos próprios empregadores. Não é um mestrado na verdadeira aceção do termo, daí, também não serem reconhecidos pelas Universidades. Existem 14 diplomas profissionais na área social¹³³, criados pelo *Ministère de l'Emploi, du Travail et de la Cohésion sociale*, pois cada vez que surgia uma nova problemática, criava-se um curso.

Chegou mesmo a existir a homologação deste curso pelos 2 ministérios (Ministère de l'Éducation nationale, de l'Enseignement supérieur et de la recherche). Pelo que em Lyon os alunos puderam de facto obter a equivalência ao diploma universitário de mestre, sendo para tal acrescentado ao currículo do DEIS, provas de projeto e gestão financeira. Nesta cidade aconteceu a única relação de sucesso, entre a instituição que o lecionava (CCRA) e a *Université des Lumières Lyon II*, facilitada por um seu catedrático, Bertrand Ravon¹³⁴. Noutros locais, não obstante os esforços para realizar esta união, a reação por parte do mundo académico institucionalizado não possibilitou a sua efetivação, deixando bem clara a distinção e separação entre Universidade e Cursos de Estado, não obstante este curso ser de nível 1 (mais do que mestrado, por ser um ciclo de 3 anos). Fruto desta dificuldade, nasceu o ANACIS master 2 (*Analyse et Conception de l'Intervention Sociale*) na ULYon II,

¹³³ http://fr.wikipedia.org/wiki/Liste_des_dipl%C3%B4mes_en_France#Affaires_sociales

¹³⁴ com quem não conseguimos entrevista, mas correspondemo-nos por email.

em tudo igual ao DEIS¹³⁵, devido ao trabalho de cooperação com o seu diretor Bertrand Ravon que permanece ainda hoje, embora não oficialmente protocolada (Cadiere, 2011). Assim existe um curso universitário ANACIS, criado a partir do DEIS e muito mais pobre. Feito este aparte enunciado por ambos os entrevistados, continuemos a seguir o percurso de institucionalização da Engenharia Social.

A utilização do termo de Engenharia foi proposto pelo representante do ministério no grupo de trabalho que desenhou o curso de DEIS, em que participaram o entrevistado Jöel Cadiere e Cristina Molina¹³⁶. A sugestão do termo vinha no sentido de engrandecer o curso, elevando-o à fama e ao mérito das grandes escolas de engenharia em França; mas também de o distinguir do trabalho social que é relacional, enquanto a engenharia social iria tratar da conceção da intervenção. A Engenharia Social vai do diagnóstico local à condução de projeto, da animação da rede de atores à programação, da formação à consultadoria.

A resistência e desprezo da Universidade por esta relação com os cursos de Estado, acabou por vingar e a pesquisa efetuada fora do mundo académico não foi reconhecida como trabalho científico. Aliás no seio da academia o termo de Engenharia Social nem é reconhecido, a luta pela sua aceitação valeu a Vincent de Gaulejac ser afastado e ostracizado temporariamente do mundo académico. Atualmente este autor dirige um Instituto Internacional de Sociologia Clínica, do qual foi fundador e só recentemente recuperou o seu lugar de professor de Sociologia na *Université Paris7-Diderot*. O seu companheiro nesta luta Michel Bonetti, a quem fomos encontrar no CSTB (*Centre scientifique et technique du bâtiment*) em Vincennes, onde trabalha sobre a gestão de projetos urbanos a partir da análise dos processos sociais no local de intervenção. Dissemos (Bonetti, Engenharia Social e território, 2012) que a metodologia da investigação-ação é restricta e pouco utilizada nas universidades, porque é demasiado empírica. Há uma clivagem na Sociologia que tende a ver os outros de fora da interação do seu estudo, em que o envolvimento dos investigadores com o objeto de estudo, não é aceitável. Até mesmo Alain Touraine e Dubay (Touraine, *Sociologie de l'action*, 1965) defendem que na Sociologia da ação deve-se estudar os fenómenos, mas sem interferir. O que temos vindo a defender é o inverso, há que existir um envolvimento, mas consciente da objetividade necessária.

Michel Bonetti também é defensor da visão unitária das ciências do Homem de F. Braudel (Braudel, *Débats et Combats, Histoire et Sciences Sociales, La Longue durée*, 1958)¹³⁷. Na medida em que a Sociologia revela como as cidades se desenvolvem ou não, o modo como

¹³⁵ Apesar de o master em DEIS ter mais formação (3 anos) e ser mais caro (15mil€) e o ANACIS durar 2 anos e custar somente 500€

¹³⁶ Com quem não consegui a entrevista, à data, por se encontrar ausente do país

¹³⁷ <http://www.jstor.org/discover/10.2307/27579986?uid=3738880&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21104765489907>

se vê o potencial do território, a forma como se organiza o espaço; esta tendência sociológica afirma que são os contextos que fazem as sociedades. A *sociedade* desenvolve-se no *espaço* pela *ação* do poder político e organiza-se em instituições; é sobre estes 3 domínios que o sociólogo pode realizar a sua atividade (Bonetti, Engenharia Social e território, 2012). A forma como o espaço é ocupado altera a vida das pessoas e intervindo sobre o ordenamento espacial podem-se resolver problemas sociais. Numa perspetiva de participação e da dialética necessária entre as 3 vertentes, mediatizada pelo Engenheiro Social, ou chefe de projeto, potencializa-se a capacidade das populações para a mudança. O entrevistado revelou, ainda, que da sua longa experiência de intervenções no ordenamento do espaço, existem 3 tipos de processos participativos: aquele que é iniciado pelos políticos, o das organizações ou então aquele que é incutido na população para atingir fins pré-definidos, aplicando uma outra engenharia social mais manipuladora. Pois ao articular os responsáveis políticos, os responsáveis das organizações e os cidadãos, o papel do profissional é o de isenção perante todos os poderes, o que é quase impossível, pois terá sempre um vínculo profissional. Ao proceder à recolha de questões, ao propor soluções e devolver as informações tratadas aos cidadãos e aos outros intervenientes, haverá sempre uma subjetividade, até mesmo no tipo e na forma dessas questões. Conclui o entrevistado que estes 3 processos participativos são sempre fechados, são uma ilusão de participação. A verdadeira participação é a da Governança, aquela que parte das iniciativas dos habitantes. “As iniciativas *top-down* negam por essência as capacidades de autonomia dos agentes, enquanto as iniciativas *bottom-up* que são fundadas precisamente sobre o desenvolvimento das suas capacidades de autonomia, chocam-se à oposição das estruturas hierárquicas e são igualmente autolimitadas, pois as iniciativas dos agentes são prisioneiras dos paradigmas profissionais que eles interiorizaram”¹³⁸ (Gaulejac, Boneti, & al, 1995). Assim também vemos confirmada a nossa ideia de que a situação ideal para a aplicação dos processos participativos é a da Governança, sempre de iniciativa popular.

Das entrevistas realizadas, concluiu-se que sem os saberes académicos, o conhecimento profundo das metodologias e técnicas das ciências sociais, os saberes e hábitos ganhos na Universidade e, sem a legitimidade conferida pela investigação científica, não há futuro para a Engenharia Social. Em França, esta, ficou prisioneira do estigma do trabalho social. Da sua aplicação no terreno, só alcançará verdadeiro sucesso nas iniciativas *bottom-up*, na governança, tudo o que seja *top-down*, encomendas, não alcançará a verdadeira essência que é a apropriação dos resultados. Estas conclusões assim foram ditadas pela sabedoria

¹³⁸ « Les démarches « top-down » nient par essence les capacités d'autonomie des agents, alors que les démarches « bottom-up » qui sont précisément fondées sur le développement de leurs capacités d'autonomie, se heurtent à l'opposition des structures hiérarchiques et sont également autolimitées, car les initiatives des agents sont prisonnières des paradigmes professionnels qu'ils ont intériorisé. »

dos seus criadores, que entrevistámos. Por nós, temos fé que haverá sempre interstícios no poder e na subjetividade consciente, onde será possível operacionalizar esta função. Os contextos são diferentes e começando de novo, conscientes do passado e prescientes do futuro, há uma probabilidade de sucesso em Portugal, na implementação de um curso pós-graduado de Engenharia Social, impereptivelmente ligado à Sociologia e como extensão da sua formação.

A Engenharia Social afirma-se e distingue-se enquanto prática social, na medida em que alia à capacidade técnica, a sensibilidade para reunir atores e mobilizá-los para a resolução dos problemas sociais. Recupera as capacidades de diagnóstico, de análise e de negociação, colocando-as à disposição dos atores locais para facilitar o desenvolvimento de ações, por parte destes. Conforme escreveram Bonetti e Gaulejac em 1995, a Engenharia Social não realiza essas ações, “mas cria as condições, mobiliza os meios, constrói dispositivos, para explorar as potencialidades económicas, sociais e urbanas de um sítio, e desenvolve as capacidades dos atores. Trata-se, assim, de uma função de apoio logístico e de assistência metodológica aos atores”¹³⁹ (L’ingénierie sociale, 1995, p. 25). O Engenheiro Social deve ser capaz de colocar em contacto os diferentes intervenientes num processo, de serem verdadeiros *chefs de orchestra*, “devem conhecer as partituras dos diferentes intervenientes a fim de os colocar em sinergia e produzir uma cooperação de conjunto”¹⁴⁰ (Gaulejac, Boneti, & al, 1995). Nesta capacidade de gerir este processo interativo, há que ser rigoroso num contexto em que domina a criatividade e *brainstorming*.

É aqui, que reside a esperança para a Engenharia Social e que distingue esta profissão de entre outras similares, tais como agentes de desenvolvimento, animadores sociais ou, mesmo, da metodologia de investigação-ação. Pois o engenheiro social, é antes de mais um técnico que vai ajudar a resolver problemas e que tem na sua bagagem uma panóplia de técnicas e uma metodologia muito específica e vasta, que lhe permite colocar à disposição dos atores locais, as suas capacidade de diagnóstico, de organização, de negociação e de avaliação, para dinamizar a vida social e desenvolver projetos concretos e necessários num determinado território, a partir do evocado pelos cidadãos que o ocupam.

¹³⁹ “Mais créer les conditions, mobiliser les moyens, construire des dispositifs, pour exploiter les potentialités économiques, sociales et urbaines d’un site, et développer les capacités des acteurs. Il s’agit donc d’une fonction d’appui logistique et d’assistance méthodologique aux acteurs »

¹⁴⁰ « Doivent connaître les partitions des différents intervenants afin de les mettre en synergie et produire une coopération d’ensemble »

5.8 A Engenharia Social e o ordenamento do território

O regresso relativamente recente da Engenharia Social, no fim dos *trente glorieuses*, prendeu-se mesmo com a forma como os Homens ocupam o espaço, ou seja com o ordenamento urbano. Pois, na década de 70, houve uma política massiva de construção de habitações sociais, tornando necessária a criação de um mediador, chefe de projeto, que fizesse a interligação entre a população a realojar e as autoridades, embora na maioria das vezes, só depois de ter sido implementada a lógica do betão e, depois de todos os conflitos criados é que o engenheiro social era chamado à cena.

Embora não muito reconhecido, o seu papel é essencial e colaborativo para o surgimento de lógicas, de políticas e projetos do território. A emergência da necessidade de diagnósticos territorializados atribui um papel essencial ao conhecimento *expert* na condução de processos de ordenamento e de desenvolvimento do território. A metodologia a utilizar neste tipo de trabalho também não segue a metodologia da Sociologia instituída, isto é utiliza sim a sua metodologia científica para a construção do conhecimento, mas vai muito para além da caracterização clássica assente em estatísticas e descrição monográfica, pois a sua componente de intervenção exige-lhe uma compreensão mais alargada das dinâmicas sociais e visão societal global de um território, pois para além da gestão técnica dos processos participativos, indiscutivelmente necessários para a elaboração de um diagnóstico realista para um planeamento exequível, “Sucede, também, que os próprios sociólogos, por vezes, contribuem para aquela visão ao tomarem o inquérito sociológico e a análise estatística como as metodologias privilegiadas de diagnóstico, quando elas são apenas dois instrumentos, entre outros, e nem sequer aqueles que se revelam mais ajustados à dimensão participativa do diagnóstico.” (Rodrigues W. , 2005, p. 30). Na realidade há que escolher os meios pertinentes para o fim em questão, como já referimos existe a necessidade de liberdade e de inovação, pois a esfera em que se trabalha transcende a metodologia científica vigente e que vai mais longe do que o processo de construir conhecimentos cientificamente válidos, pois não fica por aí, na medida em que anseia pela intervenção na sociedade, vai ainda mais longe do que a investigação-ação, ainda circunscrita ao trabalho no domínio da Sociologia. Esses conhecimentos são utilizados como plataforma para a efetivação do acompanhamento da ação coletiva, mas também para que possam ser transformados em informação acessível para todos os agentes e atores.

A Engenharia Social trabalha com outros saberes e outros instrumentos e como já referimos, este não é um trabalho solitário, será sempre um trabalho de equipa, pois para a sua conceção e operacionalização são necessárias outras disciplinas. No caso do território, é necessária também a função de um engenheiro do território, o qual contribui com saberes sobre as dinâmicas do desenvolvimento, uma nova visão do território, o ambiente urbano, a gestão das mobilidades, o habitat, os espaços públicos e a própria territorialização da ação

pública. Esta associação profissional torna-se importante na aplicação de todos os instrumentos de planeamento e gestão do território, bem como para projetos de utilização pública. Esta equipa é enriquecida com o urbanista a quem compete o planeamento físico, espacial, ambiental, urbano e rural; fenómenos de urbanização e elaboração de planos urbanísticos e sua integração funcional e estética; o geógrafo que engloba no seu desempenho, a distribuição e disposição das formas e de outras características da superfície terrestre, resolução de problemas ambientais, sistemas de informação geográfica e cartográfica; e o arquiteto que projeta os equipamentos e elementos urbanísticos. Para além de todos os restantes eventuais participantes, consoante se abranja o turismo, a educação, todos os serviços de um município, esta seria a equipa central adequada para uma correta elaboração e implementação dos planos de ordenamento do território, sobretudo do PDM. Para a definição do objetivo do desenho dos espaços a utilizar pelos cidadãos, a organização no espaço das atividades humanas, o seu planeamento e configuração; para além da organização da participação daqueles que o ocupam e de dinamização de todos os participantes. Há que ter uma série de fatores em conta que não só os arquitetónicos ou as acessibilidades (cuja exclusividade é infelizmente comum); há que garantir a facilitação da comunicação, do convívio, das atividades recreativas e necessidades para todas as faixas geracionais.

O território é ocupado pelos seres humanos, logo é para eles e para as suas necessidades e resolução de problemas, que ele deve ser projetado. Há que ter um conhecimento em profundidade acerca da população com que se trabalha, das potencialidades do território e uma previsão da utilização futura e até mesmo, uma eventual reciclagem ou fusão dos espaços (vide o capítulo do desenvolvimento do território). O necessário é que os espaços construídos sirvam as populações e não o contrário tal como sucedeu nos processos de urbanização social e que, infelizmente continuam a acontecer. O facto é que os saberes sociológicos são ignorados, senão desprezados pelo facto de serem considerados *opiniões* e não conhecimento científico legítimo, quer por arquitetos e construtores ou até mesmo pelos políticos. Assim se continuam a cometer erros crassos, pelo simples facto da despromoção dos saberes e pela insistência no trabalho individualizado. Todos os contributos são necessários e válidos para o bem-estar das populações, sobretudo o proveniente daqueles que as estudam, pois “A capacidade para avaliar com rigor as causalidades dos problemas sociais, interpretar dados, construir indicadores, exige competências técnico-científicas que a maioria dos atores não detém” (Rodrigues W. , 2005, p. 31). Assim, este é mais um fator a favor da criação da profissão de Engenharia Social, uma vez que a Sociologia é tão desprezada nas autarquias locais, sobretudo em questões de ordenamento do território, talvez este título profissional também lhe confira uma maior legitimidade junto dos arquitetos que dominam nesta área e não compreendem a

necessidade de uma perspetiva social para o trabalho do ordenamento, que deve ser coletivo.

“A organização do espaço é a organização da própria sociedade” (Jung, 1971), para tal há que facilitar a comunicação entre todos os seus componentes, mediatizada pela própria disposição do espaço urbano.

“ Uma análise das transformações urbanas que o desenvolvimento das novas técnicas de comunicação é suscetível de induzir, tanto no que respeita à espacialização das relações sociais, à valorização e à recomposição dos espaços urbanos, à organização do espaço público. Coloca em evidência os constrangimentos urbanos que devem ter em conta as redes de comunicações. Uma aproximação das estratégias institucionais da mestria do espaço através da utilização de sistemas de comunicação coloca em perspetiva estas estratégias com os políticos no ordenamento do território e no processo de descentralização”¹⁴¹ (Bonetti & Simon, *Les transformations Urbaines*, 1986, p. 3).

A comunicação é sempre mediatizada, seja pelo próprio objeto em si, o meio ou as condições da relação. “A presença do outro estrutura a sua relação ao espaço, não será aquela que pela imagem social que lhe confere e pelos sinais (ruídos, odores, degradações), pelos quais se manifesta esta presença. As técnicas de comunicação não modificam as relações sociais pelo facto de elas introduzirem uma mediatização destas, mas pelas formas de mediação que elas emprestam”¹⁴² (Bonetti & Simon, 1986, p. 8). A construção de equipamentos sociais de bairro pretendem potencializar a comunicação entre os habitantes e assim promover a socialização e práticas de cidadania, como a democracia participativa. Com a criação destes espaços públicos e as associações que os gerem, assiste-se também à emergência de um novo grupo de mediadores sociais, investidos pelas instituições (que os remuneram) enquanto “organizadores sociais”¹⁴³.

¹⁴¹ “Une analyse des transformations urbaines que le développement des NTC est susceptible d’induire tant en ce qui concerne la spatialisation des relations sociales, la valorisation et la recomposition des espaces urbains, l’organisation de l’espace public. – met en évidence les contraintes urbaines que doivent prendre en compte les réseaux de communication. Une approche des stratégies institutionnelles de la maîtrise de l’espace à travers l’utilisation des systèmes de communication mettant en perspective ces stratégies avec les politiques d’aménagement du territoire et le processus de décentralisation »

¹⁴² “la présence de l’autre structure leur rapport à l’espace, ne serait –ce que par l’image sociale qu’il leur confère et par les signes (bruits, odeurs, dégradations) para lesquels se manifeste cette présence. Les techniques de communication ne modifient pas les relations sociales par le fait qu’elles introduisent une médiatisation de celles-ci, mais par les formes de médiation qu’elles empruntent »

¹⁴³ Visita ao Vale da Amoreira, Município da Moita, no âmbito da *summer school - reinventing the city : participation and innovation* No Vale da Amoreira. Vimos que funciona, este é um caso de sucesso e uma boa prática. À subcultura de gueto (musica, dança, grafismos) é-lhes dados espaço e condições para a sua expansão, outros espaços para os idosos e crianças na promoção da transmissão de saberes intergeracionais, ou mesmo para

5.9 As políticas públicas e a Engenharia Social

As políticas públicas são a forma de governar um Estado, a forma como elas são exercidas num país decorrem da orientação política nele vigente. Esta orientação funciona em redor do controle estatal dos mercados, da sua regulação ou da sua liberalização, variando em função desta escala, as políticas governamentais graduam-se mais à direita ou mais à esquerda.

Atualmente a clivagem entre a supremacia do desenvolvimento económico em detrimento do desenvolvimento social e do bem-estar é tremenda e, visível na supremacia da economia com austeridade que provoca efeitos perniciosos a nível social e a privatização crescente dos bens públicos.

Apesar do seu estado atual, a Europa para além do desenvolvimento económico almejado, também ambicionava a proteção social dos seus cidadãos. Flagelada durante séculos pela fome, guerra e epidemias, a necessidade imperiosa de bem-estar esteve sempre latente ao projeto Europeu. O Modelo Social Europeu foi construído para assegurar aos seus cidadãos os limiares mínimos de dignidade social, os quais o mercado ainda não garante e ainda necessita de regulação dos estados e da elaboração de políticas públicas. Da comissão europeia emanam os estudos e propostas de como concretizar estas políticas, no entanto como a sua aplicação é nacional, há que as adaptar à realidade de cada país, constituindo-se, estas, como diretivas e materializando-se pela subsidiariedade, atuação tão perto do local quanto possível. Nas políticas públicas sociais a UE, até à crise de 2008 foi clara quanto a convocação e promoção da participação de outros agentes através de processos de governança, mediante o reforço do poder da sociedade civil na implementação das políticas e até mesmo na definição destas.

Face à crise presente e perante a ameaça de fragmentação da União Europeia, torna-se urgente tomar medidas que reforcem a sua coesão e promovam um desenvolvimento coerente. Não há União Económica e Política sem uma verdadeira Europa Social, face ao eminente perigo de desestruturação torna-se prioritário retomar o desenvolvimento numa perspetiva holística de sustentabilidade e inclusividade, com um elevado nível de emprego e coesão social e territorial. Para que tal seja exequível pretende-se que a economia passe a basear-se no conhecimento e inovação e que seja mais eficiente, verde, humana e competitiva, as reformas nacionais e as políticas públicas deveriam refletir estes objetivos (Carmo & Rodrigues, 2009). Infelizmente o neoliberalismo controla e domina o espaço europeu, interrompendo e colocando em risco o projeto iniciado com o tratado de Roma em

actividades colectivas...espaço e apoio mediador; curioso que um edifício moderno construído por iniciativa governamental no bairro (problemático) esteja abandonado, não é utilizado, não foi apropriado pela comunidade)

1957. No entanto, antes deste revés, tudo parecia indicar que estávamos no caminho correto quanto ao desenvolvimento social sustentado. O Conselho Europeu de Edimburgo, em Dezembro de 1992, aprovou uma declaração relativa ao princípio de subsidiariedade, que fixava as regras da sua aplicação. A partir daí os programas de financiamento para o desenvolvimento, instigavam à sua aplicação no terreno, com este princípio que garante uma tomada de decisões tão próxima quanto possível do cidadão. Em 1997 o tratado de Amesterdão publicou o *Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade*, reforçando a sua aplicação nos projetos financiados¹⁴⁴. Estes princípios viriam ainda a ser reforçados pelo tratado de Lisboa em 2007.

Desta forma as políticas públicas em favor da coesão social reforçaram-se ao adaptar a ação a realidades singulares e territoriais, inscrevendo-a num quadro de ação colaborativa. Assim uma nova competência foi criada, a de acompanhar as mudanças socioeconómicas e as suas consequências com uma maior preocupação de maior racionalidade e eficácia, sistematizando a intervenção social e criando uma nova competência funcional para os cientistas sociais; a de pensar a ação com base na produção da cooperação, o conhecimento das necessidades, na condução de diagnósticos e realização da avaliação; enfim de colocar em prática a investigação-ação e assumir uma posição de interface entre os múltiplos atores com interesses diferentes e por vezes divergentes.

Daqui depreendemos a importância que o papel que o Engenheiro Social pode ter nas políticas públicas, pois se foi dele que inicialmente partiu a própria origem das políticas públicas sociais, pelos trabalhos iniciados no séc. XIX; é novamente convocado para o apoio técnico requerido pela elaboração dos programas e projetos, para organizar a participação em torno destes e, até mesmo criar bases para sistemas de governança a nível local. Os resultados finais reportados, por sua vez, vão influenciar e corrigir as políticas públicas adotadas, tal como num sistema aberto. Neste sentido o cientista social pode ainda ser um elaborador de políticas públicas, uma vez que elas são co-construídas a partir das experiências no terreno, a partir de projetos-piloto, que por sua vez tiveram a sua origem na deteção de áreas críticas e de problemas sociais descritos pela Sociologia.

As políticas públicas realizando-se pela subsidiariedade, terão de ser transversais e pluridimensionais, ou seja envolvendo um conjunto de atores institucionais e abrangendo o contexto global em que se enquadra o fenómeno. A participação dos habitantes deve integrar todas as fases de diagnóstico, realização e implementação do projeto específico. Finalmente terá de haver uma avaliação sobre a sua eficácia e consequências nas condições de vida dos habitantes. As autarquias locais através das candidaturas a estes programas vieram enriquecendo os seus recursos humanos com técnicos das áreas sociais.

¹⁴⁴ 1998 – Curso de Políticas Comunitárias no Horizonte 2000, pela Universidade Moderna em Lisboa

Em França, nos últimos anos, estas equipas de trabalho social tem vindo a ser municipalizadas, passando a integrar a função pública; no início faziam parte de associações ou gabinetes de desenvolvimento, com mais liberdade de ação, mas menos recursos. Ao prescindirem da sua liberdade, passaram a ficar mais fragilizadas, ao sabor das alternâncias políticas, mas com uma panóplia de recursos, inalcançáveis doutra forma, que não através das sinergias da administração local. Da minha experiência resultou, que sendo o Município aquele que candidatava projetos e recolhia parcerias, existia tanta entropia no sistema, que dificultava a operacionalização das medidas em tempo útil, optámos então por passarmos a ser parceiros e passar as candidaturas para as associações, que assim também viam reforçados os meios humanos e estavam isentos de tantos procedimentos burocráticos, quanto aos físicos contava-se com os do município e das juntas de freguesia.

Como já referimos, a relação com os políticos é definitiva para a atuação do engenheiro social. Esta relação com os eleitos é delicada, deve-se encontrar um bom nível de cooperação, uma vez que fazem parte do universo das relações profissionais, e representam as orientações políticas. Interessa manter um equilíbrio imparcial; a exposição cuidada dos problemas, não ferindo as suas suscetibilidades, mas ganhando-os para a causa. Relativamente ao projeto, há aqueles que de tanta proximidade quase que assumem eles mesmos a chefia do projeto, enquanto há outros que de tão distantes se tornam superficiais e pouco se avança sem a autonomia e compromissos necessários, “Quem faz política aspira ao poder; ao poder como meio para a consecução de outros fins (idealistas ou egoístas) ou ao poder “pelo poder”, para disfrutar o sentimento de prestígio que ele confere” (Weber, 1919 [1979], p. 10), é crucial esta relação, mas muito difícil de alcançar, sobretudo se nos verem como potenciais concorrentes, pela exposição e contactos múltiplos, mas como já disse o cientista social está atrás do cenário e o político no palco. Para além de que o engenheiro tem de estar numa posição de quase independência, sem estar subordinado aos interesses políticos, terá de primar pela neutralidade, ser assertivo, mas ter sempre presente o objetivo de servir o público, não a si próprio e muito menos os interesses privados, “Quando a politica se torna no único apanágio dos engenheiros sociais, o homem, o detentor da ação, o homem, o cidadão, é absorvido pelo trabalhador consumidor”¹⁴⁵ (Arendt H. , 1961(1983, p. 24), Não lhe compete exercer política, pois o seu papel é de mediador, salvo se o poder político seja de tal modo fechado sobre si mesmo, que se tenha de elevar ao poder a população, pela Governança, mas mesmo na situação em que o engenheiro social assuma a posição de líder, nunca poderá esquecer-se que será

¹⁴⁵ « Quand la politique deviant le seul apanage d'ingénieurs sociaux, l'homme, le porteur de l'action, l'homme, le citoyen, est absorbé par le travailleur- consommateur »

sempre uma sombra, o palco nesta situação passa a ser do povo e nunca poderá ser seu, ele é sempre um organizador, um mediador. Nunca poderá ser um político, pois tal será uma perversão da sua própria função original ao abandonar a objetividade e abandonar os homens ao mero papel trabalhadores-consumidores, pois se o que queremos é a capacitação da população para a sua emancipação.

Frequentemente é muito difícil manter a paciência perante as incongruências e (aparente) ausência de estratégia dos políticos, mas o sucesso do trabalho depende da relação neutra que se tem para com eles. De facto, temos de explicitar os problemas, mesmo aqueles que lhes provocam ira, mas o nosso papel é o da concertação e é aí que devemos investir, na concertação e na apresentação de soluções para o problema. Nunca se deve envolver pessoalmente ou emocionalmente, é aqui que reside também a objetividade e salvaguarda do cientista; manter sempre ciente na nossa mente que trabalhamos para os outros, temos o dever público de garantir o sucesso dos *projetos* em prol do bem-estar comum; este profissional é um elemento intermediário entre o poder político e a população, mas sempre em benefício desta. “Não se pode honestamente, e sem prejudicar os outros, contentar os grandes, mas deve-se contentar o povo, porque o desejo deste é mais honesto do que o daqueles, que procuram atormentar os pequenos, que não querem ser atormentados” (Maquiavel, 1513 (1970), p. 47).

A Engenharia Social é uma função eminentemente técnica, mas no que concerne às relações profissionais e promoção de parcerias, bem como envolver as populações em torno do projeto, é uma arte. No que concerne à metodologia utilizada pelo Engenheiro Social, esta é remetida para o capítulo adequado.

Como já referimos, o curso de Licenciatura de Investigação Social Aplicada, criado em Portugal, em 1990 foi orientado para um fim muito específico. Tinha como objetivo principal criar agentes de desenvolvimento para o país e sobretudo para as regiões mais carenciadas, tais como Beja ou Setúbal, onde foram instalados polos universitários. A utilidade funcional deste curso reside no próprio nome, Investigação Social Aplicada, ou seja: mediante uma recolha prévia e metódica dos dados – investigação -, sobre a população – social -, é feita uma análise científica e rigorosa contextualizada da questão em causa, após a qual são indicadas as áreas de intervenção chave, propondo um plano de ação e os meios disponíveis para o conseguir, indicando as atividades a realizar – aplicada - . Esta metodologia, embora mais sucinta é a que de facto utilizo no trabalho, a engenharia focaliza-se mais na questão da participação alargada.

As autarquias locais foram os principais empregadores destes licenciados; no caso do Município de Odemira existia no organigrama um espaço destinado ao desenvolvimento socioeconómico que coincidia perfeitamente com as competências académicas adquiridas:

“Efetuar estudos que detetem as carências sociais da comunidade e de grupos específicos; colaborar com as instituições vocacionadas para interferir na área da ação social; elaborar estudos e fornecer dados sociais e económicos que determinem as prioridades de atuação; recolher as sugestões/críticas das populações; colaborar em ações de prevenção e profilaxia. Propor e desenvolver serviços sociais de apoio a grupos de indivíduos específicos, às famílias e à comunidade no sentido de desenvolver bem-estar social. Coordenar o processo de tramitação para efeitos de atribuição de auxílios e alojamento aos alunos mais carenciados”¹⁴⁶.

À metodologia científica aprendida na licenciatura, com a prática foram-se juntando outros elementos que se justificavam e que foram desenvolvendo e aperfeiçoando a aplicação das técnicas. Após 20 anos a trabalhar desta forma para uma autarquia, tudo se torna claro e fácil de colocar em prática, acaba mesmo por ser isso, como em todas as profissões, uma questão de prática.

Mesmo sem uma encomenda de trabalho, é exequível a realização de um projeto de Engenharia Social, pois pode-se sempre propor um plano de intervenção/desenvolvimento para uma área que se detete carenciada. As dificuldades serão maiores, pois a diferença quando se trabalha com um organismo público reside essencialmente nos recursos disponíveis e na legitimidade da intervenção que lhe confere a instituição. Embora por vezes, também tenha o efeito contrário quando a instituição goza junto da população de uma má imagem, que no entanto, é passível de ser ultrapassada com um compromisso político sério em resolver o problema, disponibilizando os meios para tal e, mediante a atuação empática e simpática do Engenheiro Social, para com as suas técnicas ganhar de novo a população em torno da causa. O mesmo se aplica ao problema de formar parceiras ou Redes, ou mesmo trabalhar com populações cépticas. Este trabalho requiere técnicas de Engenharia e a arte de um verdadeiro relações públicas.

Acreditamos que a Engenharia Social é a resposta a este desenvolvimento necessário na Sociologia e, é uma profissão com futuro, sobretudo neste momento tão conturbado da história humana e pode de facto contribuir para a construção coletiva de melhores instituições.

¹⁴⁶ Em edital municipal nº38 de 4/1997

“Uma das características distintivas do movimento social moderno é que busca, não o conseguir que todos os Homens pensem da mesma forma ou de terem as mesmas opiniões acerca de um determinado plano ou projeto de reforma social, mas o seu objetivo principal é o de conseguir que os Homens atuem juntos de uma forma organizada para a destruição dos males na sociedade e a criação do bem na comunidade”¹⁴⁷

(Earp, 1911, p. xvii)

Capítulo 6 - PROCESSOS PARTICIPATIVOS

6.1 Conceitos de participação cidadã

Hoje em dia é politicamente correto referir a participação dos cidadãos, no discurso dos eleitos ou candidatos ao poder, o termo é recorrente e banalizou-se, qualquer evento é, supostamente, participado. No entanto sabemos que existe uma distinção entre o que é corrente e o conceito cientificamente construído. Neste sentido iremos, neste capítulo, explorar diferentes contributos para a definição do conceito da participação cidadã, bem como tudo o que envolve a sua aplicação, metodologia e técnicas.

Segundo o professor Ulrich Schiefer (*et.all*, 2006) a participação dos cidadãos acontece quando se discute publicamente um determinado problema que a todos diz respeito procurando coletivamente encontrar a melhor solução possível. É um exercício de democracia participativa, diferente da democracia representativa, na qual é delegada a tomada de decisões a representantes eleitos, sem que os cidadãos tenham nelas um envolvimento direto, “surge uma nova conceção de democracia (em oposição/complemento à democracia representativa), assente em princípios de cidadania e participação” (Schiefer & outros, 2006, p. 19). A professora Isabel Guerra, eminente estudiosa desta questão, considera ainda que “O planeamento participativo favorece a transformação das estruturas de decisão, procurando em simultâneo mais eficácia e democracia e, por outro lado, a transformação dos atores envolvidos por meio do fortalecimento da identidade coletiva, que toma corpo de forma concreta nos investimentos em projetos de desenvolvimento sustentáveis” (2006, p. 11), ainda segundo a autora, no planeamento participado, associando ao ato de conhecer a intenção de provocar mudança social, promove-se a inovação na subsidiariedade, a formação de competências dos intervenientes pelo envolvimento comunitário e, finalmente, a potencialização de sinergias dos recursos

¹⁴⁷ “One of the distinguishing characteristics of the modern social movement is that it seeks not to get all men to think alike, or to hold the same opinions about any given plan or project of social reform, but its chief aim is to get men to act together in an organized way for the destruction of evils in society and the creation of good in the community. “

existentes no sistema, a que acrescento, bem como a sua atualização permanente pelo processamento de *feedbacks*, identificação de entropias e propostas para as colmatar, desenvolvendo trabalho em equipas multidisciplinares com engenheiros, urbanistas, arquitetos, médicos, biólogos, etc., os profissionais competentes para os territórios e problemas em questão. A intenção desta metodologia é a de “produzir conhecimento sobre uma realidade concreta e apoiar os atores na relação com esse conhecimento, apoiando-os na integração das suas práticas, modificando-as” (Guerra I. , 2006, p. 50).

A participação é cada vez mais um veículo de *empowerment*, de coresponsabilização, de aprendizagem e de melhoria contínua da qualidade dos que neles se veem envolvidos. No entanto,

“Sociedades fortemente individualizadas, baseadas mais no *status* atribuído do que no mérito, em que existe uma personalização das relações institucionais, onde as pessoas não são (ou não se sentem) livres para opinar e em que existe um baixo nível de confiança entre as pessoas e entre estas e as instituições, limitam claramente a sua participação. Portanto a abordagem participativa e o método da facilitação só são possíveis em contextos de grande confiança, democracia e liberdade de expressão e associação das pessoas” (Schiefer & outros, Manual de planeamento e avaliação de projectos, 2006, p. 11).

Refira-se então que os processos verdadeiramente participativos pressupõem,

“ (...) um processo dialético de aproximações sucessivas aos problemas e às suas eventuais soluções, o que implica a aceitação do princípio da igualdade dos intervenientes e uma atitude de humildade por parte de quem tem por missão conduzir os trabalhos: as suas posições e opiniões são, por princípio, tão válidas quanto as dos outros intervenientes no processo participativo.” (Nunes da Silva, 2003 apud Pinto, 2011,p.23)

Importa ainda salientar que é fundamental pensar a participação como um processo planeado e autorregulado que garanta a comunicação constante, transparente e multidirecional entre as partes envolvidas, estando subjacente o princípio básico de coresponsabilização e compromisso multilateral – por parte de agentes institucionais, cidadãos, técnicos e grupos de interesse e que está na base da viabilização de qualquer projeto de democracia direta (Bonet *et al*, 2006 apud Pinto, 2011).

Participar é muito mais do que colaborar ou emitir uma opinião acerca de algo, nem tão pouco ser informado ou ter conhecimento sobre o que se faz, ou pretende fazer. Para Sánchez (2000 apud Pinto, 2011, p.22) “participar pressupõe maior vontade, maior intervenção, um sentimento de pertença ao coletivo, a um grupo, a uma cidade ou a um país. A participação deve ser encaminhada para uma finalidade, e traduz-se nos meios de consegui-la”. Implica “fazer parte de”, ou seja, “tomar parte” na resolução de problemas, contribuindo com a sua própria criatividade, pontos de vista, conhecimentos e recursos, para o bem-estar coletivo.

De todas, a maior vantagem que esta oportunidade da participação oferece é o reforço da consciência cívica, do conceito de cidadania e a co-responsabilização de um universo alargado de intervenientes, para além da defesa dos bens comuns acima de qualquer interesse particular. 166

6.2 A Ação

O exercício da participação vale por si, quanto mais estes forem cumulativos e se tornem prática corrente, passarão de metodologia a estrutura¹⁴⁸ no longo termo, no imediato se os processos participativos correrem bem, contribuem para aumentar a autoestima das populações excluídas e daí advirá a conseqüente e efetiva mudança nas suas condições de vida.

“Se por um lado é inquestionável a importância destes processos de trabalho enquanto formas de ensaiar espaços democráticos, já não é tão óbvio o impacto que têm ao nível de uma efetiva mudança nas condições de vida e da construção de uma sociedade mais equitativa e democrática. De qualquer modo estes diferentes dispositivos são bem a expressão de novas formas de trabalho, de “governança” e de experimentação de formas de “construção de ação coletiva” (Ramos, 2008, p. 1)

A questão que se coloca desde o início da Sociologia é a problemática da ação, “A ação coletiva é sempre uma coligação de homens contra a natureza em vista a resolver problemas materiais” (Crozier & Friedberg, 1977, p. 23)¹⁴⁹, no entanto o fator da incerteza, de indeterminação quanto à eficácia das soluções, torna-se um elemento de insegurança quanto à obtenção dos resultados esperados. Os atores que melhor dominam essas incertezas são os mais poderosos, toda a estrutura de ação coletiva constitui-se, também ela, como um sistema de poder, “A ação coletiva e organização são assim complementares. São as duas faces indissociáveis de um mesmo problema: o da estruturação dos campos no interior dos quais a ação, toda a ação se desenvolve” (Crozier & Friedberg, 1977, p. 20)¹⁵⁰. Giddens (1984), por seu turno, enfatiza o dualismo entre indivíduo e sociedade, entre agência e determinismo, afinal um dualismo de estrutura, na medida em que as ações individuais são moldadas pela estrutura social, apesar de os elementos estruturantes serem um produto da ação humana. Atores e sistema social são elementos interdependentes. As estruturas são os meios e as conseqüências da ação, que vão sendo construídas e remodeladas pelo processo de interação dos atores. Parsons (1937) acrescenta que considera que o ato é sempre orientado para um fim desejado, independentemente de todas as circunstâncias e estruturas que o envolvem e que gera inevitavelmente mudança. Assim é uma questão de voluntariedade da ação, para a compreender há que, “analisar a razão da

¹⁴⁸ A idéia de estrutura não é nova, já Durkheim afirmava que “ la structure c’est la fonction consolidée, c’est l’action qui est devenue habitude est qui s’est cristallisée ” (Durkheim É. , 1893 (1991), p. 105)

¹⁴⁹ “L’action collective est toujours une coalition d’hommes contre la nature en vue de résoudre des problèmes matériels »

¹⁵⁰ «Action collective et organisation sont donc complémentaires. Ce sont les deux faces indissociables d’un même problème : celui de la structuration des champs à l’intérieur desquels l’action, toute action, se développe. »

ação dos atores, fins, meios, condições, normas orientadoras, considerando que toda a ação implica: um agente (o ator); um fim (objetivo) a situação futura que o ator antevê na sua mente como a que pretende ser alcançada”. A ação é realizada pelo ator e há quem o considere como aquele “individuo ou organização que interage, virtual ou realmente, no seio de um processo ou de um sistema, perseguindo um fim que obedece a uma estratégia, implícita ou explícita”¹⁵¹ (Destatte & Durance, 2009, p. 11).

Para Hanna Arendt que procura fazer a distinção entre trabalho e ação na sua obra *Condition de L’homme moderne* (1961),

“A ação é única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao facto de que homens, e não o Homem, viverem na Terra e habitarem o mundo. Todos os aspetos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente 'a' condição (...) de toda a vida política.”, *L’agir ensemble* é o espaço coletivo. Labor, trabalho e ação, constituem a *Vita ativa*, a ação consagra-se a manter ou a fundar organismos políticos” (Arendt H. , 1961(1983, p. 43)

Esta breve e incompleta resenha sobre a ação pretende simplesmente lembrar que a ação é sempre coletiva, pois implica no mínimo dois atores, tem impacto sobre o sistema, ainda que mínimo (consoante o numero de atores e o seu poder), obedece a uma estratégia e pretende alcançar algo. Conforme as estruturas vão sendo alteradas pela recorrência do objetivo e nele a focalização concentrada dos atores, pela perseverança o sistema vai sendo alterado. A questão complementar à ação é o poder e a forma como a inibe ou a fomenta.

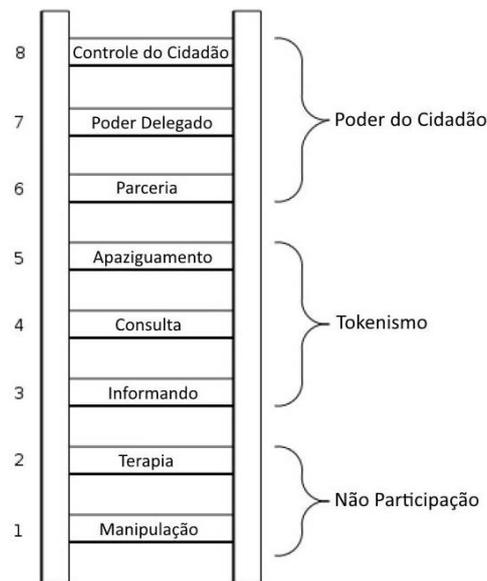
6.3 A participação e o poder

Sherry Arnstein (1969) criou um modelo que permite estudar as estruturas de poder e a forma como interagem ao nível da participação na tomada de decisões. Embora um pouco antigo, mantêm-se indubitavelmente atual, face às restantes tipologias, pois possibilita desmascarar a suposta participação promovida pelos diferentes poderes.

A autora estabelece 8 níveis de participação, utilizando uma escada como ilustração, na qual cada degrau corresponde ao poder que os cidadãos detêm em relação ao seu envolvimento no produto final.

¹⁵¹ « Acteur – Individu ou organisation qui interagit, virtuellement ou réellement, au sein d’un processus ou dans un système, poursuivant un but répondant à une stratégie, implicite ou explicite ».

Figura 6.1 – A Escada de Arnstein



Fonte: <http://rioonwatch.org.br>

Assim o nível de participação dos cidadãos é graduado consoante a liberdade do cidadão efetiva no processo, esta imagem, bem conhecida, não obstante a sua antiguidade continua a ser a que melhor ilustra esta variação, de acordo com cada degrau a autora explica cada a caracterização dos diferentes níveis, aqui apresentados de forma sucinta:

1- Manipulação – Não há participação, o público é chamado somente para reforçar a imagem dos poderes que a organizam. É uma ilusão de participação, pois serve somente para convencer o público a anuir com o projeto inicial, é uma forma de engenharia social utópica.

2- Terapia – Também não se pode considerar participação, pois neste processo em vez de se tratar do problema, tratam-se as pessoas para o suportarem.

3- Informação – esta é unilateral, ao serem transmitidas aos cidadãos, as suas responsabilidades, direito e opções, este é de facto o 1º passo para a participação real. Contudo também pode ser mera simbologia, sobretudo quando a fase de planeamento já vai bastante avançada e mais uma vez, utilizando jargão legalista, tecnocrático as pessoas sentem-se diminuídas e vêem-se obrigadas a concordar com os interessados.

4- Consulta – “Quando os detentores do poder restringem o *input* das ideias dos cidadãos somente a este nível, a participação continua a ser um ritual de fachada. As pessoas são primariamente entendidas como abstrações estatísticas, e a participação é medida por quantos vieram às reuniões, levaram brochuras para casa, ou responderam ao questionário. O que os cidadãos alcançam em toda esta atividade é que eles *participaram na participação*. E o que os detentores do poder conquistam é a prova de que preencheram os requisitos de envolverem aquelas pessoas. (...) Os métodos mais

frequentemente utilizados para consultar as pessoas são os inquéritos, as reuniões de vizinhança e audições públicas” (Arnstein, 1969, p. 6)¹⁵²

5- Apaziguamento – É permitido aos cidadãos aconselhar ou planejar, no entanto os detentores do poder podem ajuizar do valor ou legitimidade da sua perspectiva. O grau até onde os cidadãos são aplacados depende da qualidade da assistência técnica que eles têm e do nível de organização que a comunidade tem para defender as suas prioridades. Aqui já existe algum grau de liberdade.

6- Parceria – “neste degrau da escada, o poder é de facto redistribuído pela negociação entre os cidadãos e os decisores. Eles concordam em partilhar as responsabilidades do planeamento e das tomadas de decisão mediante estruturas como conselhos de políticas conjuntas, comités de planeamento e mecanismos para resolver impasses. Depois das regras básicas terem sido estabelecidas através de alguma forma de cedências, deixam de estar sujeitas a mudanças unilaterais. (...) Na maioria dos casos onde o poder veio a ser partilhado, ele foi tomado pelos cidadãos, não foi dado pelo Município. Não há nada de novo sobre este processo. Desde que aqueles que detêm o poder normalmente querem mantê-lo, historicamente teve de ser arrancado pelos impotentes em vez de ser entregue pelos poderosos.” (Arnstein, 1969, p. 9)¹⁵³

7- Delegação de poderes - As negociações entre os cidadãos e os funcionários públicos podem resultar, por vezes, na conquista de uma posição dominante em que estes são os responsáveis pelas tomadas de decisão e responsabilidade sobre os processos a que dizem respeito.

8- Controle dos cidadãos – As pessoas exigem o controlo que garanta que os participantes ou residentes possam governar uma instituição ou serviço, tendo a seu cargo os aspetos políticos e de gestão.

Face ao apresentado, o processo de mudança impõe que se repense a forma como se comunica, envolve uma permuta equilibrada de “poderes” e não apenas um processo unilateral de troca de informação ou manipulação. Implica um intercâmbio real baseado na

¹⁵² When powerholders restrict the input of citizens' ideas solely to this level, participation remains just a window-dressing ritual. People are primarily perceived as statistical abstractions, and participation is measured by how many come to meetings, take brochures home, or answer a questionnaire. What citizens achieve in all this activity is that they have participated in participation. And what powerholders achieve is the evidence that they have gone through the required motions of involving those people. The most frequent methods used for consulting people are attitude surveys, neighbourhood meetings, and public hearings.

¹⁵³ At this rung of the ladder, power is in fact redistributed through negotiation between citizens and powerholders. They agree to share planning and decision-making responsibilities through such structures as joint policy boards, planning committees and mechanisms for resolving impasses. After the groundrules have been established through some form of give-and-take, they are not subject to unilateral change. (...) In most cases where power has come to be shared it was taken by the citizens, not given by the city. There is nothing new about that process. Since those who have power normally want to hang onto it, historically it has had to be wrested by the powerless rather than proffered by the powerful. (Arnstein, 1969)

partilha livre, descomprometida e desinteressada, que facilite a compreensão do discurso, com maior precisão e rigor por todos. Onde se fomente a possibilidade das populações questionarem, informarem-se e transmitirem a sua opinião sem complexos, possibilitando reforçar a confiança e a autoestima dos cidadãos no sistema democrático. Esta ideia é reforçada pela perspectiva de Cecília Delgado (2011a), que alarga o seu âmbito, pois a participação enquanto processo dialético e com uma componente pedagógica, serve para além do público, também aos técnicos e políticos envolvidos "as divergências na representação da cidade entre políticos, técnicos e cidadãos enfatizam a participação pública como sendo o instrumento privilegiado de auscultação da visão individual e coletiva das populações, de modo a assegurar soluções mais ajustadas às necessidades das comunidades locais." (Delgado, 2011a, p. 20). Esta forma de comunicar, por parte dos políticos e técnicos, implica vantagens mútuas uma vez que facilita a compreensão das reações dos cidadãos permitindo adaptar, deste modo, o discurso dos políticos e técnicos às necessidades e reações da população.

Na retórica tanto políticos como técnicos reconhecem a importância da participação cívica, no entanto na prática consideram que a população não está preparada para participar, ficando este processo reduzido a um grupo restrito, que invariavelmente são sempre os mesmos. Sherry Arnstein também considera que os preconceitos são o principal impedimento à participação "frequentemente os desfavorecidos veem os poderosos como um sistema monolítico, e os poderosos veem na realidade os sem voz, como um mar daquela gente sem noção de distinção de classe". Por outro lado, a fraca qualidade do apoio técnico também não se coaduna com a política de transparência, o seu tom é por vezes paternalista e condescendente, alinhados com o poder colocam entraves às ideias inovadoras. Quase como se os políticos utilizassem uma *hidden* agenda, mas por questões eleitoralistas afirmam utilizar processos participativos que não passam de uma fachada, não passam de "populismo científico" (Rodrigues W. , 2005, p. 30), de participação encenada por políticos, formas vazias de sentido e de conteúdo, que *nada tem* de rigor ou de científico.

"Não porque não se adira às dimensões cada vez mais atuam e urgentes de construir processos de desenvolvimento participados, mas porque esses discursos estão frequentemente embrulhados numa ideologia confusa que sobrevaloriza apenas a forma em detrimento do conteúdo, o que serve infelizmente de argumento para posições conservadoras de crítica às formas atuais de participação e de governança" (Guerra I. , 2006, p. 7).

Assim, a democracia participativa local pode ser posta em causa por 2 fatores: a falta de vontade democrática real da parte dos atores políticos; ou a indiferença dos cidadãos, que conduzem à instrumentalização dos processos participativos por parte do poder político, à deturpação dos resultados ou ao abandono dos processos. Deste modo, os limites da

democracia local encontram-se na confiscação do poder pelos eleitos e no desinteresse dos habitantes.

Políticos e técnicos consideram que os cidadãos não participam porque as instâncias competentes não informam nem estimulam a participação, mas admitem paralelamente que existe falta de cultura cívica e de formação por parte da generalidade das pessoas. Os cidadãos consideram que as entidades competentes não fomentam a participação mas, simultaneamente, admitem que são comodistas e desinteressados. No entanto, a principal justificação para a fraca participação deste grupo de cidadãos remete para a crença de não serem suficientemente eruditos para participar.

Ou seja o discurso científico é perfeito, o dos políticos é o correto, a prática está a anos-luz de ambos. O mito ainda não se tornou em realidade. Não há um verdadeiro interesse por parte dos decisores, a resistência institucional em manter “o estado de coisas” e a desconfiança face ao que poderia advir deste caminho trilhado para o “governo do povo”, quando de facto o poder se encontra cada vez mais centralizado nos eleitos, na maioria dos municípios. Os Técnicos vêem-se relegados para a “prateleira”, sem atividade plena das suas funções, escravos de uma rotina e uma frustração doentia, como se formam-se um hiato entre os decisores e os assistentes administrativos, pois a hoste de assessores substituíram-nos, inclusive os cientistas contratados que deliciados inicialmente com um discurso aleivoso, são confrontados com práticas e resultados muito aquém do por eles propostos inicialmente.

Uma forma de envolver os cidadãos é pelo compromisso de pertença territorial e de desenvolvimento de um projeto pelos e para os cidadãos e, que de preferência parta da sua iniciativa, da dos cidadãos interessados, nunca é demais reafirmar o capital social a que a participação obriga.

Um bom exemplo prático-profissional foi o da intervenção nos realojamentos na aldeia piscatória da Azenha do Mar, em Odemira. Para os habitantes que exigiam melhores condições habitacionais e para o Município, que para além dos legítimos interesses dos habitantes, também pretendia melhorar as condições estéticas do povoado procurado por turistas. Após insistentes tentativas junto do poder local, foi apresentado aos habitantes uma solução legal e técnica para resolver a questão. Assim desta iniciativa *bottom-up*, com o apoio dos técnicos e empenho dos políticos, nasceu um convénio das regras a utilizar, com a aplicação de entrevistas individuais e sessões coletivas, construiu-se um projeto comum, as novas casas foram distribuídas e os embelezamentos foram realizados.

Uma outra experiência profissional e iniciativa de sucesso, também partindo dos cidadãos, foi a da criação de um pólo da APPC (associação portuguesa de paralisia cerebral) em Odemira, posteriormente APCO. Um grupo de pais pediu ajuda ao município para que as suas crianças não tivessem de se deslocar diariamente a Beja (100km), onde poderiam

beneficiar do apoio e terapias necessárias. Foi realizado um estudo em que foram calculados os custos para o Estado destas deslocações em ambulância, os transtornos familiares, bem como um levantamento e caracterização da população portadora de deficiência (bastante elevada devido ao isolamento e consanguinidade); esse documento foi entregue e discutido com o então ministro Ferro Rodrigues. Contando com o apoio e experiência da APPC de Beja e da sede nacional, iniciaram-se as conversações com a sede distrital da segurança social, sempre acompanhados por uma comissão de pais em todas as demandas. Quando já havia uma base sólida para a efetivação do processo, foram reunidos num mesmo espaço todos os pais e pessoas com deficiência, que transportámos de todos os lugares do concelho, mesmo dos mais remotos, para lhes dar conhecimento do projeto e para que dele ajuizassem, discutissem e apresentassem alternativas. Serviu sobretudo para lhes inculcar esperança.

Em ambos os processos e, também noutras situações, a descrença era a primeira parede com que nos debatíamos, fartos de promessas, as pessoas não acreditavam que o sucesso poderia ser alcançado. Muito especialmente neste concelho tão dado ao desânimo em que temos de trabalhar reforçadamente a componente esperança, não fazendo promessas, mas colocando a própria honra como garante de que tudo será feito para que se alcancem os resultados pretendidos. Dai ser muito importante partir para o terreno já com algumas garantias e conquistas, alcançadas em conjunto com os cidadãos mais empenhados, os políticos e eventualmente os órgãos centrais; na fase posterior, então sim reúnem-se todos os cidadãos alvo. Foi com muito orgulho e alegria que ao senhor que não acreditava vir a sair da barraca, lhe foi atribuída uma casa e, ao senhor idoso que não acreditava que a filha viria a ter apoio, após o seu falecimento estar ela agora a residir no lar da APCO.

Foram processos muito felizes, tal deveu-se ao empenho dos pais, mas sobretudo ao do vereador envolvido, sem o qual teria sido impossível levar a bom termo ambos os projetos, atualmente presidente do município, Eng.º José Alberto Guerreiro. Com quem antes, ainda diretor pedagógico, em 1996, realizei em conjunto um trabalho que permitiu a continuidade da Escola Profissional de Odemira, à época na eminência de encerrar.

Quando a intenção de mudança parte dos interessados, há sempre um conjunto de cidadãos mais envolvidos e que normalmente são os *líderes de opinião*, numa população com um tão baixo grau de escolaridade é óbvio que não seria possível trabalhar com todos de imediato, nos moldes dos processos participativos anteriormente expostos. Esta fórmula encontrada revelou-se para este território a ideal e permite o envolvimento de todos, numa fase mais avançada do projeto ou seja, *quando ele já tem pés para andar*. “Se bem que para ser efetivamente estratégico o planeamento tenha de implicar, convenientemente, desde o primeiro, a generalidade dos atores” (Rodrigues W. , 2005, p. 26), existem de facto circunstâncias de problemáticas em que tal não é possível, este princípio é indiscutível em

situações de governança urbana ou territorial, no entanto antes de a população ser convocada terá de existir a montante a preparação do material a difundir e a organização dessa participação, que deve já envolver os líderes de opinião e compromissos políticos.

A informação verdadeira e isenta julgamos nós, é o caminho para a emissão de opiniões informadas e pensadas. Considerando que as metodologias de governança terão de ter em conta as circunstâncias e os contextos em que ocorrem, assim terão que ser adaptadas de modo a produzirem os resultados esperados. Não faz qualquer sentido, nesta época de subsidiariedade e de governança que, seja o poder local a responsabilizar-se por todos os passos, todas as tarefas e todos os encargos. Ignorar a sociedade civil, é extremamente ofensivo para ela, provocando o desprezo da população pelos poderes instituídos. É um facto que esta tem sido menosprezada, estereotipada como de baixo nível de formação e como tal não capacitada para se envolver neste tipo de processos. Pois é precisamente o contrário, o seu envolvimento em processos participativos, quando estrategicamente bem planeados, reforça-lhes a autoestima e desenvolve as capacidades de cidadania responsável e ativa, pois este, é também um processo pedagógico de desenvolvimento das capacidades que todos temos. É possível realizar o processo de *empowerment*, atendendo aos contextos, o que também implica um conhecimento profundo das populações com quem se trabalha, ou na falta deste, um estudo exploratório prévio aprofundado.

Assim e, especialmente no ordenamento do território a verdadeira participação começa logo pela transmissão da informação face ao pretendido, seguida de uma fase de auscultação e, a partir daí é estabelecido um movimento dialético entre as propostas públicas, sintetização dos conhecimentos produzidos e sua devolução aos participantes, incluindo a fase de caracterização, de diagnóstico e de planeamento estratégico. Cujo intuito é o da capacitação dos cidadãos, tomadas de decisão coletivas, coresponsabilização dos resultados (partilhada com os políticos), promoção do sentimento de pertença, construção de uma identidade coletiva mais coesa e apropriação do espaço público, assim criado.

Uma das dimensões para a sustentabilidade do futuro é a implementação da cidadania participativa que faz apelo à responsabilidade individual e coletiva perante a mudança, incentivando às condições políticas e ao estabelecimento de uma base de confiança para a sua concretização. A boa governança local permite a coordenação e concertação e através do qual as autoridades políticas se apoiam para resolver os problemas de administração e de desenvolvimento desse território, pela negociação e a regulação das partes envolvidas.

Os princípios do Desenvolvimento Social Territorial implicam uma dinâmica participativa. A importância da concertação sobre as definições territoriais foi instituída legalmente e prevista na heurística do ordenamento do território. Contudo é primordial definir que a participação pública aqui prevista não se deve limitar a assistir a reuniões para ver o que se passa. A frustração dos atores que nelas participam, por se sentirem como uma plateia

perante a apresentação de um projeto já definido, para o qual são recolhidas as suas opiniões, somente para fazer cumprir a lei, mas para depois “guardar na gaveta” (Beuret & Cadoret, 2010), não é aceitável neste processo que nos propomos aplicar. O trabalho desenvolvido pelo mediador implica também a identificação dos atores, dos seus interesses, o que os une e o que os afasta, no entanto, centrando sempre o seu trabalho no *empowerment* que lhes permitirá passar de agente a ator, “a diferença entre atores e agentes está associada ao facto de os primeiros protagonizarem um projeto de sociedade e serem, como diria Touraine, *elementos produtores da sociedade*. O ator é sempre, assim, um sujeito que participa na historicidade” (Guerra I. , 2006, p. 20).

Na relação com os atores há a necessidade de haver um envolvimento da pessoa que é o cientista, no sentido de estabelecer uma relação de confiança, no entanto sem que este esqueça em nenhum momento o seu verdadeiro papel ali, sempre profissional, com os objetivos da sua presença sempre presentes no seu espírito, valorizando todos, mas mantendo a equidistância e neutralidade perante as diferentes facções, esforçando-se sempre pela conciliação e concertação dos diferentes interesses. No entanto para que possamos obter essa equidistância é importante analisar os atores e quais as suas estratégias, “Um dos objetivos da análise da estratégia de atores é clarificar os interesses de grupos marginalizados dando-lhes voz e representação em situações de obscurecimento institucional e/ou político” (Guerra I. , 2006, p. 159). Neste sentido, quando o contexto ainda é desconhecido do investigador, é possível definir as relações de modo mais objetivo recorrendo à elaboração de um sociograma, uma ferramenta da Sociologia, que permite visualizar as relações que os sujeitos mantêm uns com os outros e com o sistema, e o grau de coesão que existe no grupo, esta ideia é muito bem sintetizada neste excerto do trabalho de Walter Rodrigues (2005),

“Quando o sociólogo é chamado a intervir num contexto de parceria ele não pode esquecer a existência prévia do sistema de atores, do despectivo jogo, das lógicas de relação de poder e quadros de ação enraizados, onde pontuam os fatores estruturais do contexto societal e as especificidades locais, em que a parceria se inscreve, incluindo todos os mecanismos de poder, respetiva desigualdade e fatores de inclusão de uns e exclusão de outros (...) um lugar de negociação de projetos, estratégias, interesses, com base numa distribuição desigual, à partida, de recursos e meios de ação na posse de cada um dos parceiros” (2005, p. 28).

6.3.1 Sistema institucionalizado de participação cívica

Os princípios de desenvolvimento sustentável foram adotados pelos estados e integrados na sua legislação, no caso específico do território podemos ver enunciados estes princípios no artº5 da lei 48/98 de 11 de Agosto que define as bases da política para o ordenamento do território (LBPOTU): a) “Sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando a

transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados corretamente ordenados”. Ainda no artº5 desta lei, consta na alínea f) “Participação, reforçando a consciência cívica dos cidadãos através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial”. Também no artigo 6º refere-se: - Melhorar as condições de vida dos cidadãos, - Criar oportunidades de emprego, - Garantir o equilíbrio entre habitação, trabalho e lazer, - Preservar o uso dos solos, - Resolver problemas de habitação, - Equilibrar a densidade urbana, - Rentabilizar infraestruturas, - Atenuar assimetrias, - Salvar os valores naturais e ambientais, - Reabilitar e revitalizar as áreas urbanas consolidadas, - Proteger a paisagem.

A prática da engenharia social no ordenamento do território encontra enquadramento legal, partindo dos pressupostos empíricos constantes na legislação portuguesa, para o ordenamento do território, entendendo-se este como: “o espaço físico construído, sobre o qual se instalam as várias atividades humanas. Com o objetivo de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos”, a Constituição Portuguesa estabelece os princípios base da democracia, “fazer garantir o respeito pela vontade dos cidadãos, com vista à construção coletiva de um país mais livre, mais justo e mais fraterno”.

O “Ordenamento do território visa assegurar a adequada localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento social e económico e a valorização da paisagem. É uma responsabilidade essencial do Estado, a ser realizado com a participação dos cidadãos, num quadro de desenvolvimento sustentável” – artº66 da Constituição.

No Código de Direito de Participação Procedimental e Ação Popular (Lei nº83/95 de 31 Agosto de 1995), no seu artigo 4.º, “define-se o dever de prévia audiência na preparação de planos ou na localização e realização de obras e investimentos públicos”.

Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – obriga a períodos de discussão pública, designando-os por participação sucessiva.

No art.º 3 da Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio), consta na alínea g) “participação dos cidadãos, reforçando o acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos programas e planos territoriais”.

Como daqui podemos concluir é de que a nível legal, toda esta heurística fomenta a participação ativa dos cidadãos num quadro democrático e fraternal, assegurando-lhes o acesso à informação, para que assim melhor possam deliberar e elevando deste modo a consciência coletiva, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável. Depreendemos assim que os obstáculos à participação não tem origem na legislação, pois esta é “perfeita” e consonante com o que aqui se tem vindo a defender. Julgo que no ponto em que nos encontramos são claras as razões para o seu entrave.

6.4 O planeamento urbano e a participação

“Planear é pensar o futuro”, Gaudin (1979) considera que a representação que uma sociedade faz do espaço, pode ser considerada uma força produtiva. O ordenamento do espaço ocupado pelo ser humano é uma preocupação transversal a todas as civilizações humanas. Com o emergir da revolução industrial, na Europa, a rede de distribuição de matérias, mas sobretudo a afluência de pessoas às zonas de desenvolvimento industrial, obrigaram a um ordenamento da ocupação do espaço. Tanto de forma a garantir a circulação de produtos, como de forma a que a construção de habitações obedecesse aos direitos humanos e respeitasse a dignidade humana.

A preocupação com a higiene urbana, derivada da concentração de um elevado número de pessoas e crescente migração para as cidades, obrigou por parte das autoridades a colocar em prática os planos que os funcionários técnicos vinham a propor, como as redes de esgotos, largura das ruas, espaços ajardinados, dimensões e composição das habitações. A preocupação com o bem-estar e a felicidade das pessoas emerge paralelamente a uma nova representação do mundo e à convergência entre a ação pública e as iniciativas estruturantes da representação do espaço habitado. A conceção progressista da história estabelece uma ligação direta entre o conhecimento e a ação, dando origem a um espaço social que reflete esta racionalidade entre razão e ação, “Ao ocupar e transformar o seu território, uma dada sociedade pode suscitar uma compreensão experimental do espaço. Mas, em retorno, toda a conceção social e racional do espaço estrutura a perceção da sua materialidade, bem como a ação sobre essa materialidade do espaço” (Gaudin, 1979, p. 71)¹⁵⁴

A organização dos espaços urbanos foi alvo de muitas teorizações e propostas de modelos, saliente-se o papel que Alfred Weber (irmão de Max Weber) teve no nascimento da moderna teoria da localização industrial com a publicação em 1909 do seu livro intitulado *Über den Standort der Industrien*¹⁵⁵. As cidades que permitiram o seu ordenamento racional, perante um cenário de destruição, foram sujeitas a um planeamento racional da distribuição e organização dos espaços, desde tempos imemoriais. Destaque-se o caso português em que após o terramoto de 1755, toda a zona afetada de Lisboa foi reorganizada não ao abrigo de princípios racionais, mas sim esotéricos, preparado por maçons, para replicar na Terra a cidade de Deus.

¹⁵⁴ « en occupant et transformant son territoire, une société donnée peut susciter une compréhension expérimentale de l'espace. Mais, en retour, toute conception sociale rationnelle de l'espace structure la perception de sa matérialité, ainsi que l'action sur cette matérialité de l'espace »

¹⁵⁵ *Sobre a Localização das indústrias*

Quando esta situação não se verifica, na impossibilidade de ordenamento urbanístico desde o zero¹⁵⁶, as zonas urbanas continuam a ter que ser intervencionadas, têm de ser reabilitadas ou reorganizadas de acordo com a sua função e necessidades dos habitantes. Daqui ser tão importante o envolvimento no processo de planeamento a participação daqueles que nelas têm interesse, contudo esta terá de ser organizada e promovida, este é um papel que compete ao cientista social.

Assim, a invocação de contextos de atuação onde faça sentido introduzir práticas de avaliação processual como é o da reabilitação urbana, afigura-se como um objeto de análise, como já referimos, onde a Sociologia pode dar alguns contributos e constituir, inclusivamente, “um importante domínio de análise científica e intervenção profissional dos sociólogos” (Costa & Guerreiro, 1993, p. 772), sobretudo se forem acompanhados de “uma formação sociológica atualizada” (Silva, 1993, p. 90).

Na aplicação de processos participativos, para envolver os cidadãos é necessário dinamizá-los em torno de questões que lhes digam respeito, que diretamente afetem o seu bem-estar, questões concretas e tangíveis, sendo que a ocupação do território, o habitat é uma das necessidades básicas na pirâmide de Maslow e como tal a mais pertinente e apelativa para aqueles que o ocupam.

O ordenamento do território é tanto ou mais importante que há quem (Jung, 1971) se refira a ele como o próprio ordenamento da sociedade. A forma comprovada de desenvolvimento da cidadania ativa assenta precisamente no compromisso de pertença territorial e no desenvolvimento de um projeto pelos e para os cidadãos, no qual o técnico desempenha um papel de mobilizador e consultor, não devendo nunca se substituir aos envolvidos, deixando a eles tantas démarches quantas as possíveis para a concretização do plano delineado coletivamente (Guerra I. , 2003). O processo ajuda ao desenvolvimento do seu sentimento de pertença à comunidade, ao espírito crítico, à autoestima, à responsabilização e finalmente à apropriação dos resultados alcançados. Garante-se assim, um novo impulso para abolir os comportamentos de risco, mas também a monitorização e manutenção dos equipamentos, bem como o cumprimento voluntário das regras delineadas em conjunto.

É importante a aplicação dos “reais” processos participativos e não somente os previstos sob a forma de “consultas públicas”, pois os primeiros revestem-se de carácter pedagógico e induzem à mudança social num sentido multidimensional. O contacto e estudo das experiências de intervenção sociológica em contexto de bairros sociais degradados, em França os famosos *banlieues*, sendo que este país liderou a pesquisa científica desenvolvida em torno deste tema, flagelado que é pela falta de alojamentos; revelam que

os problemas sociais que afetam os seus habitantes só podem ser ultrapassados pela participação coletiva no planeamento e desenvolvimento daqueles territórios.

No âmbito da intervenção urbana, ao trabalhar com as duas *unités de recherche* em França, apercebi-me das diferentes filosofias de ação coletiva, a sua aplicação, os seus sucessos e os constrangimentos que impedem processos participativos adequados. Na medida em que que as iniciativas urbanísticas questionam acerca da relação dos cidadãos com a cidade e com as instituições responsáveis encarregadas da elaboração e da colocação em prática das políticas urbanas. “A cidadania questiona e analisa os mecanismos sociais, espaciais, económicos e políticos que pesam sobre a integração, coesão ou a solidariedade. A cidadania é assim abordada com a aproximação pluridisciplinar própria dos estudos urbanos, sob o ângulo quer das ciências políticas, mas também da Sociologia, da Geografia ou do Urbanismo”¹⁵⁷.

No centro de investigação EVS (*Environnement, Ville et Société*) em Lyon, Bernard Jouve explicou-nos a importância de organizar as comunidades para que desenvolvam o poder dos cidadãos. Atribuindo tarefas e responsabilidades, anteriormente discutidas em grupo, aos habitantes, passa a existir uma apropriação daquele que é o seu território e dos seus componentes, zelando eles próprios por ele, alcançando assim a autogestão do território pela população. Esta é de facto a sua linha de intervenção, nada mais foi acrescentado quanto ao sucesso ou insucesso das iniciativas, apenas de que estariam em curso. Toussaint, membro também deste centro, afirmou não acreditar em processos participativos, mas nomeou Elise Roche minha “tutora” que trabalhava com processos de democracia direta.

Geneviève Cortes da *unité Art-DEV (acteurs, ressources et territoires)* com quem trabalhei em Montpellier, no seu livro *Patrimoines, héritages et développement rural en Europe*, analisa o sistema de representações dos espaços rurais e a forma como as políticas públicas de desenvolvimento do território se apropriam e valorizam a herança do mundo rural, promovendo a mobilidade dos cidadãos e o neo-ruralismo, situação similar à do nosso território, onde os movimentos de transição pretendem realizar o mesmo, no entanto sem políticas públicas a apoiar as iniciativas. As investigações deste centro incidem mais nas intervenções em processos participativos na América do Sul e nas ex-colónias do Magreb. Preocupa-lhe pessoalmente o modo como as *circulações transnacionais*, as novas formas de mobilidade de bens e pessoas e a intensificação da interação social alteram o modo como a Sociologia aborda as migrações (2012). Este centro de investigação é muito ativo e

¹⁵⁷ « Elle questionne et analyse les mécanismes sociaux, spatiaux, économiques et politiques qui pèsent sur l'intégration, la cohésion ou la solidarité. La citoyenneté est ainsi abordée avec l'approche pluridisciplinaire propre aux études urbaines, sous l'angle tant des sciences politiques que de la sociologie, de la géographie ou de l'urbanisme. » <http://www.chaire-unesco-lyon.entpe.fr/>

acolhe inúmeros investigadores e doutorandos de outras nacionalidades ocupávamos mesmo um espaço privado mas com acesso a todos os meios do centro, colóquios, palestras, bar, etc. Aqui o trabalho de Berry-Chikhaoui foi exemplar do sucesso e insucesso das intervenções participadas e a que mais tarde faremos referência. Contudo, em ambos os centros ninguém tinha ouvido falar do curso de Engenharia Social ou do ANACIS, alguns reconheceram a adequabilidade do termo às funções desenvolvidas junto das populações pelos cientistas sociais.

Obviamente não foi só em França que se desenvolveu trabalho sobre a participação dos habitantes na reestruturação do espaço urbano. Em Portugal também se realizaram intervenções em situações de habitação social. A título de exemplo: O projeto SAAL foi um programa de habitação social surgido no pós-25 de Abril, concebido pelo Arquiteto Nuno Portas, que embora não o prevendo, acolheu e estruturou com vários fins a participação das populações a quem as habitações se destinavam. O modelo de aproximação às comunidades, a atribuição de papéis para a contribuição de cada elemento interno e externo às mesmas, nomeadamente o papel dos arquitetos na sua organização e conceção serão abordados. Passar-se-á ainda pelo levantamento das problemáticas políticas então surgidas, do desgaste da iniciativa cívica, e das críticas estruturais à conceção do projeto arquitetónico. Na prática, os arquitetos faziam os projetos com a participação das populações, os moradores construía e o Estado pagava os materiais¹⁵⁸. A continuação da utilização deste modelo daria origem às cooperativas de habitação.

Num outro exemplo mais recente visando a inclusão dos habitantes de um bairro degradado e problemático, foi o da intervenção no bairro da Musgueira, atualmente a Alta de Lisboa, onde foram realojadas 14 mil pessoas. Através de uma parceria público privada foram construídos outros edifícios destinados à classe média/alta (entre 100 a 400mil€/apartamento), que só se encontravam à data (Julho/2012) ocupados a 30%, devido à crise imobiliária, mas sobretudo por falta de acessibilidades. O bairro contém muitos parques e equipamentos desportivos para utilização comum, sendo uma zona muito aprazível e promotora do convívio. No entanto a parceria entrou em falência e o plano ficou por finalizar, sobretudo a via principal que liga o bairro à cidade, transformando este num local isolado, onde a mistura social pretendida ainda não se concretizou. Antes se gerou mais desconfiança, reforço da vigilância e *guetização*.

Num outro espectro do mesmo modelo misto ocorreu a experiência do Vale da Amoreira (Moita), no qual os edifícios são iguais e o preço para venda livre ronda os 40mil€, os

¹⁵⁸ <http://www.publico.pt/politica/noticia/arquitectos-que-protagonizaram-saal-vao-debater-projecto-em-serralves-1632695>

geridos pelo município têm manutenção e estão cuidados, nos de venda livre o condomínio não suporta essas despesas. Aqui também se fez um loteamento municipal para vivendas. O entrave principal com que se deparou a autarquia prendeu-se com a articulação interministerial do poder central, mas com o apoio académico foi criada a figura de bairros críticos, o que permitiu os trabalhos distanciando a solução local das entropias da administração central. Aqui a Rede Social permitiu a ligação entre as inúmeras associações locais, permitindo desenvolver projetos de sucesso, como o gabinete de apoio ao emprego que permitiu criar 400 postos de trabalho nos últimos 2 anos.

Ao transformar-se a cidade, transforma-se vida dos seus habitantes, com vista ao desenvolvimento do seu bem-estar,

“Para uma reflexão e, posteriormente, uma ação, face a um ‘cenário de chegada’ desejado, é importante que um processo de revitalização envolva a comunidade (por um lado saber com quem é preciso aprender, por outro, saber com quem se quer caminhar), obrigando a planear, desenhar e implementar uma estratégia, a medir os resultados, e provocar uma disseminação e continuidade sistemática dessa intervenção. Só estes pressupostos tornam a revitalização um processo, uma estratégia e uma ação a médio e longo prazo.” (Freitas, Seixas, Guerra, & Moura, 2006, p. 21)

No contexto urbano, consideram as autoras que, o processo de planeamento deve ser integrado (reabilitação física, social, económica e cultural) e multidimensional (meio físico e ambiental, etc.). Considerando a multifuncionalidade dos espaços *‘live+work+play’*, mas também a promoção de uma economia social local e o empreendedorismo. Para tal há que adotar estratégias participadas para que a implementação de planos de revitalização de médio e longo prazo, sejam capazes de estimular e consolidar a intervenção. O planeamento da ação e a mobilização de recursos devem estar sincronizados. O primeiro terá de: escalonar os objetivos (que devem ser mensuráveis) segundo a sua prioridade e as condições pré-existentes que irão condicionar a escolha dos métodos; que, por sua vez, terão de ser articulados com os recursos existentes e os necessários, bem como as responsabilidades a atribuir aos atores. Nada pode ser demasiado estanque, pois a sua utilização irá obedecer às sinergias no terreno, o plano terá de ser flexível.

Tal como num plano de ordenamento do território, haverá um desdobramento em planos de pormenor operacionais que respondam a objetivos específicos.

6.5 Elaboração de PDM inteligente

A elaboração de um PDM é um processo extremamente complexo, por envolver uma grande extensão de território, por tratar de várias temáticas em conjunto e por englobar um enorme leque de cidadãos e atores a quem as decisões dizem respeito. Assim, torna-se difícil

conseguir gerir e integrar as participações de todos os cidadãos, pelo que é fundamental que o processo de participação do PDM promova a associação das pessoas em coletivos. Também no interior da própria administração autárquica, no processo de elaboração do PDM, terá de ser promovida a participação dos agentes públicos que aí atuam e de cujo organismo fazem parte, procurando-se ultrapassar os constrangimentos de uma visão reducionista do PDM. Este é um instrumento de desenvolvimento do território, mas acima de tudo é um plano estratégico, que como tal deve ser realizado por um leque alargado de agentes e de atores. Nem sempre este envolvimento é concretizável ou desejado, pois o grau de dificuldade parece imenso a que acrescem a dificuldade dos instrumentos clássicos, morosidade das revisões, desvalorização da estratégia, dificuldade em alinhar os colaboradores com a visão de liderança e o descontentamento geral e a instabilidade que se vive nos sectores públicos. “Quando a maior parte dos colaboradores conhecem instantaneamente as prioridades da instituição. Quando os colaboradores aceitam e concordam com a estratégia definida. Quando os colaboradores partilham da visão do responsável máximo da instituição. Nestas condições, então podemos dizer que o plano estratégico cumpriu o seu papel” (Caldeira, 2015). As vantagens que apresenta o planeamento estratégico são as de clarificar o futuro da instituição; Potenciar e permitir o consenso em redor das prioridades; permitir atuar mais eficazmente perante desafios; Facilita o foco dos colaboradores em redor de objetivos e estratégias; dá as bases para a medição de resultados e impactos e melhora a performance institucional (p. 20). Obtêm-se mais-valias com a comunicação das prioridades junto dos colaboradores; no planeamento deve também ter-se em conta uma análise dos cenários prováveis, pois a incerteza é uma constante e inovar nunca foi tão necessário como hoje (o lado bom da crise é o de criar desafios para uma utilização mais inteligente dos recursos).

Caso na participação a estratégia do processo não for clara, senão for visível o sentido no rumo tomado, tal irá gerar nos participantes desânimo, desencantamento e descrédito da intenção. A fraca valorização do planeamento e dos processos de atuação com potencial para lidar com ambientes instáveis e fragmentados, onde as alternativas adotadas estão cada vez mais associadas a oportunidades circunstanciais e às relações de força temporárias construídas nos momentos decisórios; pesam mais do que as opções de racionalidade e de interesse coletivo (Pereira M. , 2009), em tal cenário não é possível planear. A valorização da participação pública nas políticas de ordenamento do território é uma das vantagens que possibilita e potencia a própria importância de um PDM, para além de que os custos da sua elaboração ficarão bastante reduzidos, quando este trabalho é feito coletivamente. “A defesa de novas formas de decisão e ação coletiva advém não apenas da crise de legitimidade do Estado e da emergência reivindicativa dos atores, mas também da complexidade dos problemas e da multiculturalidade necessária para a maioria das

decisões, o que é incompatível com aparelhos públicos centralizados e técnica e culturalmente homogêneos” (Guerra I. , 2006, p. 12). A participação requerida integra-se numa visão global de como este se irá organizar e não a mera indicação de equipamentos a criar.

Assim, propôs-se que, o novo Plano Diretor Municipal de Odemira deveria constituir-se num documento aglutinador das estratégias globais e programáticas, bem como das ações concretas de intervenção, assentes na metodologia participativa de Diagnóstico, Plano e Estratégia, no sentido de ver resolvidas as questões levantadas e outras que entretanto venham a surgir da fase de revisão/análise e diagnóstico concelhio, bem como integrar o elemento imponderável de novos desafios contemporâneos e até mesmo da aleatoriedade do caos atual.

Os PDM's de nova geração, deverão dar resposta, não só aos desafios locais diretamente decorrentes das dinâmicas específicas de gestão territorial, mas também concorrer para a tradução territorial da estratégia de abordagem a novos desafios contemporâneos, como sejam:

- A gestão dos Riscos Naturais e Tecnológicos (desertificação, alterações climáticas, alteração de modos de vida, etc.)
- A questão energética (eficiência energética, fontes de energias renováveis, etc.);
- O desafio da Globalização e da Cooperação entre Territórios (competitividade dos territórios, parcerias regionais e transfronteiriças, articulação urbano-rural);
- A Mobilidade e a Acessibilidade (desafio demográfico, envelhecimento e migração, logística, TIC, etc.);
- A Proteção e valorização dos recursos naturais e culturais (sustentabilidade e qualidade de vida, multifuncionalidade da Paisagem Rural, Património cultural edificado e não-edificado);
- As novas formas de governação e de governança (mobilização de recursos e vontades, sensibilização dos principais atores, mobilização do potencial dos territórios concretos).

A participação pública no processo de revisão/elaboração do PDM de Odemira deve concorrer para a maior sustentabilidade e apoio às decisões estratégicas. Para tal deve promover o envolvimento alargado de todos os atores que intervêm neste território e a população em geral. Com este envolvimento, que deverá ocorrer em todas as fases do processo de revisão pretende-se, não só, sensibilizar e mobilizar vontades e recursos para a aplicação da estratégia a delinear; mas também torná-lo transparente, acessível e inclusivo para todos os agentes. Infelizmente esta é uma visão que não é cultivada e que se depara com inúmeros obstáculos para a sua implementação,

“Quando analisamos a participação dos cidadãos desenvolvida no âmbito dos processos de planeamento do território, em Portugal, verificamos inúmeros fracassos, seja porque a participação se limita aos momentos previstos na legislação portuguesa, claramente

insuficientes (o período de audiência prévia aquando da decisão de elaboração do plano e um período de discussão pública quando o plano está já completamente elaborado), ou porque a população é sobrecarregada com inúmeros processos participativos que se sobrepõem, na maioria das vezes sem produzir resultados visíveis, provocando o descrédito dos cidadãos face a este tipo de processos. Muitos são os casos em que, na última década, o termo “participação pública” foi, utilizado em processos que pouco mais são do que meras informações e auscultações da população. Nestes casos o procedimento parte de uma informação à população, por parte da administração, daquilo que se pretende realizar e posteriormente de uma auscultação, à qual os cidadãos devem responder apenas aos itens que lhes foram colocados (...). Os processos que se limitam a este tipo de ações não podem ser designados por participativos, pois embora sejam necessários e muito úteis, não deixam margem para a perceção real dos problemas existentes e para a construção coletiva das soluções possíveis,” (Pinto A. J., 2011, p. 21).

Traduzindo-se num fraco envolvimento da população e conseqüente decréscimo do nível de democracia participativa. Como exemplo de um processo de participação cidadã na elaboração de um Plano Diretor Municipal, Ana Pinto apresenta uma proposta de articulação ótima entre os processos participativos e a elaboração do PDM para Santiago do Cacém (Pinto A. J., 2011, p. 18).

Esta apreciação é interessante para nós devido à vizinhança geográfica e similitude de proposta apresentada para o Município de Odemira. No entanto a autora referida nunca terá trabalhado como funcionária no Município de Santiago do Cacém e, de facto o seu trabalho de mestrado e proposta exemplares, não vieram a ser concretizados, pois neste concelho os processos participativos (*bastante participados* segundo os seus organizadores) no processo de revisão/elaboração do PDM resumiram-se aos momentos previstos na lei. Pesquisámos também o de Sines, ambos coordenados pelo Prof. Manuel da Costa Lobo, do Instituto Superior Técnico, coordenador da equipa de Sines e de Santiago do Cacém, o discurso valoriza a participação dos cidadãos, mas a sua mobilização é fraca e a organização é feita em grupos e momentos específicos; Grândola optou por uma análise FOFA. Aparentemente em nenhum dos concelhos da AMLA (Associação e Municípios do Litoral Alentejano) houve o envolvimento de um cientista social. Na escala de Arnstein, ficariam pelo nível 4, o da consulta pública.

Muitos dos fracassos ao nível da participação dos cidadãos, estão associados ao facto de os momentos de “participação pública” estabelecidos na legislação portuguesa, apesar de muito fomentados, preverem momentos e tempos claramente, insuficientes, o que se traduz no fraco envolvimento da população e conseqüente decréscimo do nível de democracia participativa. Os saberes locais sobre o lugar são menosprezados e os resultados dos planeamentos feitos em gabinetes são quase sempre desastrosos. Pois a implicação da população permite também um maior e melhor entendimento das características do local de

intervenção, possibilitando uma melhor adaptação dos projetos/planos às especificidades, características físicas e socioeconómicas da realidade que pretendem servir. Face às notórias vantagens em desenvolver processos de participação cidadã capazes de acompanhar as intervenções no território, parece ser evidente a necessidade de construir “verdadeiros” processos de participação cidadã, que vão para além dos escassos momentos previstos na lei, isto é, que acompanhem o desenvolvimento de um plano ou projeto territorial, desde a decisão da sua elaboração até à sua formalização e posterior implementação. Ainda, assim, estes períodos são uma “chatices” a que a lei obriga e desastrosamente geridos, maioritariamente, por arquitetos que não sabem lidar, nem tratar e analisar os resultados.

Nas dimensões rígidas que este tipo de PDM integra, os limites estanques entre o Urbano e o Rural não possibilitam as formas emergentes de estilos de vida, no modo em que as políticas urbanas de ordenamento do território cruzam com as políticas agrícolas de desenvolvimento rural. Num PDM de 2ª geração é considerado o Periurbano, que é mais do que urbano e mais do que rural, é “O símbolo material e ideal de um modelo emergente de urbanidade”¹⁵⁹ (Vanier, 2003), viver no campo e trabalhar na cidade. A tendência de abandonar as cidades e ocupar as pequenas localidades que as rodeiam fazem destas, territórios em construção e expansão. Também a política comunitária de desenvolvimento local, nos anos 90, promoveu o renascimento rural (Soulard, 2012). O autor prevê que em 2020 o modelo periurbano se generalizará, a cidade durável e agricultura de proximidade, o modelo em rede de vilas médias dinâmicas, que organizando os serviços entre si não precisarão das grandes cidades. Criando mercados locais com estreitamento entre o produtor e o consumidor ou até mesmo uma prática generalizada de auto-produção (em expansão desde a crise de 2008) e criando uma nova forma de cultura. Esta nova tendência, que em Portugal também assume a denominação de neo-ruralismo, tem de ser tida em conta nos processos de ordenamento e planeamento do território (tal como as questões da segurança e das alterações ambientais), para além de todos os outros planos de proteção do território. Tal como *a vida não é a preto e branco*, também o território não se pode dividir em urbano e rural, terão de ser criadas outras zonas que possibilitem a potencialidade de desenvolvimento sustentável que em si, este engloba. Neste sentido podem, como referem as autoras (Freitas, Seixas, Guerra, & Moura, 2006) ser consideradas outras zonas de transição mais consentâneas com a expansão dos territórios urbanos: Centros urbanos e núcleos históricos, Expansões periféricas ou periurbanas, Áreas de oportunidade pontual ou estratégica, Espaços de reserva com potencialidade derivada, Espaços de relação e sinergia e eventualmente outros a designar. A constituição dicotómica

¹⁵⁹ «le symbol matériel et idéal d’un modele émergent d’urbanité »

de um território, sobretudo num tão grande como o de Odemira, não pode continuar a ser o critério do seu desenvolvimento, que inevitavelmente recai sobre o litoral *ferindo de morte* a preservação da natureza e dos modos de vida com ela consentâneos, propiciando sempre as exceções dentro do parque natural, consoante o valor financeiro destas, o que faz dos habitantes “índios numa reserva que não é a deles”. A harmonia do território só será alcançável quando as populações participarem de facto, contribuindo com outras perspectivas, que não só as técnicas e políticas. Num tal Plano assim fundamentado a sua legitimidade será inabalável e tornará o PDM “O” documento de referência, remetendo todos os outros planos para um carácter consultivo e não já de carácter vinculativo. Esta é uma batalha que na posse de um tal instrumento nos dará vantagens sobre a miscelânea dos instrumentos existentes.

Só assim este será na realidade um “PDM inteligente”, porque têm uma visão multidimensional e participada do território sobre o qual planeia, mas também deve utilizar a sua *Inteligência territorial* “conjunto de ferramentas e de métodos de análise de que dispõe um território para assegurar o seu desenvolvimento, a sua governança bem como a sua *pilotagem*” (Conferência Internacional Inteligência Territorial, 2007) e prospetivo, aberto às circunstâncias do futuro incerto, mas estatisticamente provável.

Para Lacaze (1995), a transformação do território é permanente e depende de 3 coisas: A sorte, em que por vezes as decisões individuais fazem crescer um negócio que atrai população ou pelo contrário a repele (apresenta o exemplo dos pneus Michelin, que de pequeno negócio fizeram prosperar toda uma comunidade); Os fatores socioeconómicos e as suas oscilações e, as políticas governamentais. E acrescentaria eu, as ambientais.

“A prospetiva deve entender-se como uma reflexão sobre o futuro que sabe resistir à tentação da utopia, que toma em conta os pesos das inércias e das tendências espontâneas e investiga de maneira realista as margens de manobra utilizáveis para infletir as evoluções no sentido dos objetivos em que se fixou. Uma tal tarefa implica bastante humildade perante os factos e de rigor na reflexão. Ela não exclui a vontade da ação mas, pelo contrário, a organiza sobre bases sólidas” (Lacaze, 1995, p. 83)¹⁶⁰

Desta forma os territórios têm uma vida própria feita da história dos homens que os ocuparam, feita de inércias e de tendências; para o compreender há que fazer uma análise retrospectiva. E para isso também é necessário o trabalho das ciências sociais. A sociedade faz o território e este por seu turno também a molda a ela, “A urbanização é uma mudança

¹⁶⁰ prospective doit s’entendre ici comme une réflexion sur le futur qui sache résister à la tentation de l’utopie, qui prenne en compte le poids des inerties et les tendances spontanées et recherche de manière réaliste les marges de manœuvre utilisables pour infléchir les évolutions dans le sens des objectifs que l’on s’est fixés. Une telle démarche implique beaucoup d’humilité devant les faits et de rigueur dans la réflexion. Elle n’exclut nullement la volonté d’action mais, tout au contraire, l’organise sur des bases solides. ».

de modo de vida antes de ser uma mudança de quadro de vida”¹⁶¹ (Jean Labasse, géographe). Não obstante as interligações entre os diferentes concelhos, são de valorizar e utilizar os recursos endógenos, não só pela coerência, mas também pela estética. Que fique em mente esta frase memorável “O objetivo do ordenamento do território é a procura de um desenvolvimento equilibrado da nação para o melhor emprego de todos os recursos humanos, económicos e financeiros do país e pela utilização racional do território em função dos elementos próprios a cada região” (Jung, 1971, p. 8)¹⁶².

6.5.1 Processo de elaboração/revisão do PDM Odemira

É seguro afirmar que o processo de participação deve acompanhar o desenvolvimento de um PDM desde o início do processo, da decisão de elaboração do plano até à implementação desse plano. O ideal seria que o processo de participação pudesse decorrer ao longo de todo o desenvolvimento do plano, no entanto o facto de a elaboração de um PDM envolver uma enorme complexidade de temáticas dificulta este facto. Assim, terá de sofrer uma organização visando o sucesso da iniciativa, evitando a entropia e caos em que pode decair este processo, por todas as razões já enumeradas. Pelo que o processo participativo que acompanha o PDM deve ser adequadamente planeado e estruturado, de forma a decorrer em momentos específicos do processo de desenvolvimento do plano e de modo a possibilitar a maximização das vantagens retiradas¹⁶³. Assim para estas fases de trabalho, deverá ser elaborada uma planificação de modo a garantir o sucesso da intervenção:

- 1- Organização - da equipa interna, recolha da informação e dos elementos necessários à divulgação e caracterização sucinta para as sessões de participação.
- 2- Mobilização – incentivar a população a participar, divulgando as iniciativas e o seu propósito. Poderá ser produzido um desdobrável, de distribuição alargada e um site na internet, com a informação básica do início do processo de revisão do PDM, da sua tramitação, objetivos, forma de participação e calendarização prevista.
- 3- Sessões de participação – identificados, ponderados e quantificados os principais agentes e seus interesses e, os dos atores em presença, deverá ser elaborado um

¹⁶¹ « *L'urbanisation est un changement de mode de vie avant d'être un changement de cadre de vie* »

¹⁶² Jung era um funcionário do ministério da agricultura, que corajosamente tentou quebrar as abordagens fraccionadas dos problemas do território, de uma administração esclerosada e tacanha, propondo uma reforma administrativa e apresentando-o como um todo global e interdependente. Nenhuma fracção do território, nenhum sector económico pode ser ordenado de maneira autónoma; a concepção e implantação devem ser interministeriais.

¹⁶³ Proposta apresentada ao Município de Odemira em 28/01 e 15/05/2013

diagnóstico participativo com a hierarquização das preocupações e prioridades de ação, na ótica dos Municípios. Para além das sessões públicas presenciais de apresentação dos trabalhos, de que a equipe técnica terá como incumbência a preparação, ao nível dos documentos e apresentações multimédia de suporte; também deverão ser disponibilizados espaços físicos (na Autarquia) e virtuais (blog; fórum) na internet que acolham as participações espontâneas, desde que construtivas, ao longo do processo.

- 4- Elaboração e disponibilização dos relatórios das sessões de participação. Os resultados das sessões, deverão ser apresentados em fórum/sessão pública, aberta e amplamente divulgada, para que já em fase de caracterização do Território, seja consensual a identificação das potencialidades e problemas e transversalmente a todo o processo seja criada uma campanha focalizada na sensibilização e consciencialização dos cidadãos para a importância da sua contribuição para o novo PDM.

Efeitos e resultados - discutindo em termos globais e sectorialmente, cada um dos possíveis cenários, não deixando de, em qualquer fase tentar englobar os objetivos e propostas dos atores.

Figura 6.3 – Proposta do processo de elaboração do PDM participado

Momentos de participação	Etapas de participação	Atividades	Técnicas	Resultados
Início revisão/elaboração PDM	<ul style="list-style-type: none"> -Divulgação dos objetivos e estratégias do PDM -Convite à participação de todos 	<p>Abrangentes e inclusivas (população e agentes económicos e coletivos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Panfletos - <i>Outdoor</i> - <i>Site</i> e blogues - Apresentação em certames locais 	<ul style="list-style-type: none"> - Presença constante do logotipo - Linguagem clara e informativa 	<ul style="list-style-type: none"> - Contributos escritos para a audiência prévia - Mobilização para os momentos participativos seguintes
Caracterização e Diagnóstico prospetivo	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterização do território - Diagnóstico participativo com a hierarquização das preocupações e prioridades de ação 	<ul style="list-style-type: none"> - Quadros com informação e recolha de sugestões afixados em locais públicos - <i>Workshops</i> participativos por freguesia/CSIF - Sessões temáticas sectoriais 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise SWOT simplificada (ex. reconstruir Nova Orleães)/Spiral -Nuvem de problemas -Mapeamento de problemas -Discussão em grupo focal 	<ul style="list-style-type: none"> -Realização coletiva do diagnóstico concelhio -Contributos para o balanço/revisão do PDM - Contributos

Momentos de participação	Etapas de participação	Atividades	Técnicas	Resultados
Conceção de cenários de Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do Diagnóstico depois de trabalhado pelos técnicos - Discussão de cenários possíveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Devolução do resultado do trabalho coletivo - Workshops participativos por freguesia/CSIF 	<ul style="list-style-type: none"> - Meios visuais de apresentação - Roda do futuro - Consulta a especialistas 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação dos cenários propostos - Elaboração do Modelo de Ordenamento
Modelo de Ordenamento	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do Plano de Ordenamento proposto 	<ul style="list-style-type: none"> - Período de discussão pública - <i>workshops</i> participativos por freguesia/CSIF 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização pública da informação - Comparação de opções e justificação pelos técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Versão final do PDM
Formalização do novo PDM	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação pública do PDM aprovado 	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação e disponibilização sob vários suportes 	<ul style="list-style-type: none"> - Versão visual com as várias camadas do SIG 	<ul style="list-style-type: none"> - População consciente das opções tomadas - Responsabilização coletiva pela implementação das medidas. - Desenvolvimento da consciência coletiva e da possibilidade de ação coletiva.

Foram propostas 3 sessões alargadas, dirigidas a todos e inclusivas. A 1ª de apresentação do projeto, da equipa pelo executivo municipal e apelo aos contributos; na 2ª etapa, aquando do diagnóstico, com a utilização de técnicas como a nuvem de problemas, ao grupo grande será proposto a sua organização nos grupos temáticos indicados, para o trabalho dos quais não ocorrerão mais do que 3 sessões, utilizando a técnica SWOT; cujo resultado será depois trabalhado pelos técnicos e devolvido como resultado numa 3ª etapa, onde será também delineada a estratégia. Escusado será dizer que todas as outras formas virtuais de participação já institucionalizadas serão também utilizados como meio complementar de participação.

É preponderante que todos os técnicos envolvidos na revisão/elaboração do PDM estejam presentes nas 3 sessões principais, a ocorrerem em Odemira; quanto às de freguesia ou interfreguesia, reversar-se-ão entre si, ou ficarão a cargo do coordenador do PDM. Contudo nas sessões temáticas terá de estar presente o técnico correspondente. Assim será feito não só o trabalho de secretária, mas garante-se o trabalho de terreno para todos os envolvidos e envolvimento com a população.

A principal estrutura já existente e onde se poderá reunir em fóruns são as Comissões Sociais Interfreguesia. Que, por serem fóruns locais recentemente criadas e a funcionarem efetivamente, poderiam ser o espaço privilegiado para acolher as sessões participativas do PDM. A sua distribuição foi comumente acordada e cobre uniformemente todo o território concelhio, agrupando as 17 freguesias em 5 comissões e que foram criadas precisamente para trabalharem o planeamento do Desenvolvimento Territorial. Não obstante estes espaço serem destinados aos representantes de associações e outras entidades coletivas, nestas circunstâncias podiam ser promovidas sessões específicas abertas à população em geral, considerando a pertinência do objetivo e beneficiando da estrutura já montada; As comissões sociais inter-freguesia podiam até mesmo vir a metamorfosear-se, no futuro, em fóruns de democracia participativa. Uma vez que estes espaços de discussão pública foram promovidos no âmbito do programa da Rede Social, com o objetivo de elaborar coletivamente os documentos que ordenam o desenvolvimento social; parece-nos de todo pertinente que se aproveite esta sua função para a elaboração, também, do documento que determina o ordenamento do território e da organização das atividades humanas. Para além de que neste processo já se oferece a combinação de agentes coletivos e individuais, pois esta é geradora de novas sinergias imprescindíveis para o êxito de processos desta relevância.

No entanto se estes espaços forem incompatíveis com a liberdade de opinar, por politizados estarem, a opção seguinte são as escolas.

Refira-se que para este objetivo foram elaboradas 5 propostas: Definição de indicadores socioeconómicos para o PDM (5/01/2013); Os processos participativos no plano diretor

municipal (28/01/2013); Remodelação da proposta para indicadores socioeconómicos para o PDM (09/04/2013); Proposta de planificação de atividades e técnicas para os processos participativos no PDM (15/05/2013) e a primeira referente à participação, mas no âmbito de uma requalificação, proposta de estratégia para a intervenção participativa na AFIPR de Vila Nova de Milfontes (11/07/2012).

6.6 Espaço público

Figura 6.4 -Antigos espaços públicos



Lavadouro público

Ágora em Izmir

Neste estágio da civilização os espaços públicos tradicionais, quase que já não existem. Foram sendo eliminados em prol, quer do desenvolvimento tecnológico, da lógica de mercado, quer da própria organização do espaço urbano e também pela corrida contra o tempo, que não deixa tempo para os outros e para o convívio. Perante esta situação as discussões em espaço público quase que deixaram de existir, o homem político perdeu a sua arena.

Como já vimos anteriormente no capítulo relativo ao desenvolvimento territorial, o ambiente urbano determina o comportamento dos indivíduos, na medida em que promove ou inibe a socialização dos seus habitantes e é pela interação que nos sentimos valorizados e por consequência nos tornamos melhores cidadãos. O mais importante em relação ao território é recuperar e devolver os espaços públicos às pessoas para a promoção do crescimento do capital social e do Bem-estar coletivo, mas também para que este possa retomar a sua atividade política pública.

Hanna Arendt refere mesmo que « a cidadania política (que é um modo de agir) deve ser pensada sobre o modo de um *agir em conjunto*, ele mesmo indissociável de um 'aparecer-comum-dos-seres', do qual a condição imperativa é a instituição e a preservação de um

espaço público de aparições” (1961(1983) ¹⁶⁴. Sem um local público de reunião o homem perde a sua capacidade política. Apesar de este espaço ter sido virtualizado e nas novas redes sociais, surgirem espaços de discussão e participação, nem sempre é essa a sua utilização, a mais frequente é muito superficial, e é sempre incompleto por nem todos nele participarem.

O espaço público, segundo Habermas (1978) é definido como o local onde as pessoas fazem um uso público da sua razão e, pela comunicação intersubjetiva, definem as normas e os valores ou procuram juntos um fim motivado racionalmente. Uma arena onde se pode operar uma formação mais ou menos racional da opinião e da vontade a propósito de matérias que interessam à sociedade no seu conjunto e que convêm regulamentar. Este local desempenha funções enquanto espaço político, no sentido em que propicia interações, discussão dos assuntos coletivos e onde se consensualizam as normas coletivas.

O imperativo de participação das populações pressupõe a criação de um espaço privilegiado onde todos tenham lugar no processo de negociação, nomeadamente os grupos mais vulneráveis e que deles são normalmente excluídos. Na ausência do espaço público tradicional importa então criar um espaço dialógico, um espaço político que visa colocar em diálogo um certo número de protagonistas para que cheguem a acordo na constituição de um plano de ação coletivo, que servirá como referencial de orientação a diferentes escalas, da política das coletividades territoriais. Para impulsionar estes dispositivos dialógicos é necessário colocar em prática técnicas de engenharia social, que possibilitem a organização, dinamização e viabilização dos eventos participativos.

Este dispositivo dialógico terá de proporcionar um espaço político de discussão pública com vista ao consenso na constituição de um plano de ação, como resultado da construção coletiva de um referencial para orientar as políticas de desenvolvimento do território a diferentes escalas. Estes espaços constituem-se como pequenas fábricas, onde se desenvolvem técnicas próprias da Engenharia Social, com toda a sua panóplia de metodologias, procedimentos e técnicas de modo à sua operacionalização, recuperando todos os atores e cativando-os para a frequência desse mesmo espaço. Isto é a escolha física desta recriação do espaço público terá de obedecer a determinados critérios, para que de facto todos nele se sintam à vontade e livres de opinar.

“As dinâmicas coletivas constituem um dos pontos de suporte do estabelecimento de relações de proximidade e confiança, e da mobilização e envolvimento dos atores para o processo. São por natureza espaços facilitadores da comunicação e de conhecimento mútuo entre atores, gerando relações interpessoais e de aprendizagens mútuas” (Ramos,

¹⁶⁴ la citoyenneté politique (qui est un mode de l’agir) doit être pensée sur le mode d’un agir-ensemble, lui-même indissociable d’un “apparaître-commun-des êtres” dont la condition impérative est l’institution et la préservation d’un espace public d’apparitions

2008, p. 31), daí ser de toda a vantagem utilizar espaços que já sejam utilizados pela comunidade, em vez de se propor um outro, sobretudo pela familiaridade que representam. Caso não exista terá que ser escolhido um outro espaço, obrigatoriamente neutro, sem conotações institucionais ou políticas.

As escolas são os locais ideais, neutras sem ambivalências políticas e conotadas com a prática democrática do voto, apelam à participação cívica. Não nos espaços como a Câmara ou outros ligados a ela, pelo vínculo que se associa e que se quer independente nestas sessões públicas. O salão das associações recreativas são razoavelmente aceitáveis, de evitar os auditórios (popularmente atribuídos às elites intelectuais). Uma vez que os espaços públicos tradicionais se encontram em “extinção”, há a necessidade de os recriar, porém a sua escolha deve ser bem analisada.

6.7 Cuidados especiais

A partir das necessidades de trabalho identificadas são desenvolvidas as condições propícias para a realização dos objetivos pretendidos com a sessão participativa, para cujo sucesso é crucial a organização do espaço e do tempo e a distribuição dos participantes, para tal precede uma organização preparatória minuciosa. Com o conhecimento antecipado das características da população alvo e das condicionantes que determinarão o sucesso da iniciativa, nomeadamente os constrangimentos institucionais e as relações de poder vigentes, este é o momento do Engenheiro Social por em prática outros conhecimentos específicos que determinem o rumo da participação. O facilitador, a colocar o plano em prática, deve ser um elemento neutro, de preferência sem quaisquer relações ou associação às partes envolvidas no processo, daí a necessidade, de por vezes, este ser um elemento externo, sem vínculo institucional; o sociólogo/engenheiro social que fizer o trabalho prospetivo, não tem de obrigatoriamente ser o facilitador das sessões, pois as funções e perfis nem sempre coincidem.

Há quem proponha como momento ideal, o meio da semana, com início entre as 19.30h e as 21h. E ainda que o dispositivo de cenário deve envolver uma mesa disposta em U, com a parte aberta para o público, e nela se dispondo os membros do conselho. Pessoalmente considero o horário adequado, mas sem a mesa, pois os técnicos e políticos devem estar de pé junto dos dispositivos de apresentação e irão sentando-se no meio do público assim que terminem a sua intervenção, por razões já enumeradas relativas a “semear” a confiança.

No processo de desenvolvimento da Rede Social (programa), a sua intenção básica assentava na recriação do espaço público, redistribuindo-o nas comissões sociais de freguesia, ou de inter-freguesia. Estes são sem dúvida os espaços privilegiados para a presença de todos, tendo já a organização a montante que deverá ser aproveitada e

potencializada. Contudo a questão que se coloca é a legitimidade destes espaços públicos serem neutros, sem conotações pejorativas e o modo como o poder político os respeita ou não, mantendo-os neutros, caso tenha havido apropriação política, em nome de um partido, deixarão de ser adequados. Ter em atenção que todos os sectores da população terão de estar representados.

Considerando que as metodologias de governança terão de ter em conta as circunstâncias e os contextos em que ocorrem, assim terão que ser adaptadas de modo a produzirem resultados úteis. Para além da escolha do espaço, a disposição das cadeiras, do mobiliário e dos próprios instrumentos físicos utilizados para a sessão terão que ser cuidadosamente escolhidos e organizados ao detalhe. Pois, é determinante que as condições para a participação estejam presentes desde o início, pois se correr mal as pessoas não voltarão. A apatia do público, tirando uma parte dos ativistas, a maioria não pretende ser ator de mudança, mas são esses os que interessam, os sem voz! Há que cativá-los e estimulá-los. Pois como já dissemos a maioria das pessoas não se julga capaz para participar.

Existe desconfiança para com as instituições, os processos por si utilizados e, a linguagem demasiado técnica ou encriptada dos documentos colocados à discussão pública, inibem a participação de quem não se julga preparado e apto para fóruns de discussão, ainda mais quando essa cultura ainda não existe. Daqui também que, em determinadas situações de intervenção, ser importante que a equipe de trabalho esteja sedada no terreno, tenha a porta aberta à população, saiam e confraternizem com os locais, ir aos tascos na hora do café... criar laços de proximidade com a comunidade, poder visitar as habitações e manter, tanto quanto possível, com a população uma relação de convívio informal (esta é uma situação ideal, sobretudo nos processos de requalificação urbanística, infelizmente sem sucesso, como sucedeu no caso da AFIPR). Que todos os técnicos participem também nas sessões participativas, onde irão dando a informação dos avanços do plano e recebendo a impressão dos habitantes. É fulcral que haja o reconhecimento da legitimidade dos atores que representam a comunidade e do facto de esta se rever nesta equipe como interlocutores. Num âmbito mais alargado como o PDM é mais difícil esta aplicação, mas é altamente recomendável, o que daria origem a uma experiência fenomenal, nos antípodas da situação atual e sobre a qual nos resta sonhar, eventualmente chegará o dia, para isso trabalhe.

A forma como a informação é apresentada, bem como a linguagem utilizada terão também que ser cuidadosamente simplificadas, recorrendo a elementos, sobretudo, visuais, nesta fase a introdução de elementos subliminares é aceitável (imagens de 1 segundo intercaladas e som que inspire confiança e esperança), como um vídeo que produzi em 1996 a ser exibido no certame da FACECO, a que ocorriam muitas pessoas. O desaire da Odefruta tinha explodido havia pouco tempo e todos neste concelho tinham sido afetados, o

ambiente era desmoralizador e triste; então aprendi a trabalhar com a mesa de mistura e intercalei imagens, muito rápidas, daquilo que tínhamos de positivo, só imagens felizes e coloridas, com um som de fundo também ele estimulante; foram espalhados vários ecrãs pelo recinto a passar em simultâneo e ininterruptamente aquele vídeo, foi um contributo. Partindo de uma abordagem psicossocial, é possível controlar determinados fatores para que a iniciativa tenha um mínimo de sucesso. A linguagem centra-se em comportamentos-chave por parte do facilitador, de modo a estimular e criar laços de confiança com os participantes, envolve técnicas de comunicação estudadas e interiorizadas por parte do técnico, tais como a programação neurolinguística. Esta tecnologia possibilita, a título de exemplo, conduzir emocionalmente o outro para um determinado estado de espírito de calma e de confiança – *elicitação*; ler as pessoas ao reconhecer o seu estado de espírito mediante as expressões, a respiração, a posição da cabeça, dos olhos, etc. – *calibração*; transferir recursos emocionais positivos de experiências passadas para situações presentes pela associação de elementos – ancoramento; entre outras técnicas (O'Connor & Seymour, 2011).

Por muita propensão que um animador possa ter para a comunicação em grupo, existem dimensões que não dominará se sobre elas não se tiver debruçado de modo científico. O Engenheiro Social é um perito que tem também a capacidade de controlar e induzir comportamentos na população com quem trabalha, como temos vindo a vincar, no sentido de a capacitar, “o seu envolvimento tem o objetivo quase exclusivo, dinamizar e organizar as vontades populares, bem como dar-lhes expressão”. (Rodrigues W. , 2005).

Também como já referimos anteriormente, o Engenheiro Social, terá obrigatoriamente que ter a maturidade e formação científica específica para que seja equidistante a todos os atores, a todos prestando igual atenção, incentivando os mais acanhados e recorrendo a técnicas específicas para a organização dos seus contributos, moderando os debates e conciliando as diferenças e mediando os conflitos. Terá de ter a sua autoridade científica e profissional bem afirmada, para que não constem dúvidas quanto ao seu papel. Esta segurança que terá de demonstrar irá depender em larga escala do estudo e organização prévia das sessões, bem como da análise dos atores e feedback's de cada uma destas sessões, o seu processamento e devolução sob a forma, outra vez de informação simples e visual.

Antes de mais temos de ajudar a que as pessoas acreditem em si mesmas e na sua capacidade de resolver em conjunto os problemas que os afetam e também, que o poder local partilha das suas preocupações e está envolvido neste processo com todo o empenho político e capacidade técnica de que dispõe, para que em conjunto se possa construir uma sociedade melhor.

No caso desta tese em que nos propomos atribuir estas tarefas ao Engenheiro Social, que terá sempre de se manter atualizado em relação às ferramentas, de modo a conciliar e concertar as vontades de todos os agentes e atores chamados à participação, numa atitude de inclusão, “É um desafio do planeamento definir modelos de ação coletiva abertos à inovação social, renovando o exercício democrático na combinação entre objetivos do indivíduo, do grupo e da sociedade” (Guerra I. , 2006, p. 10).

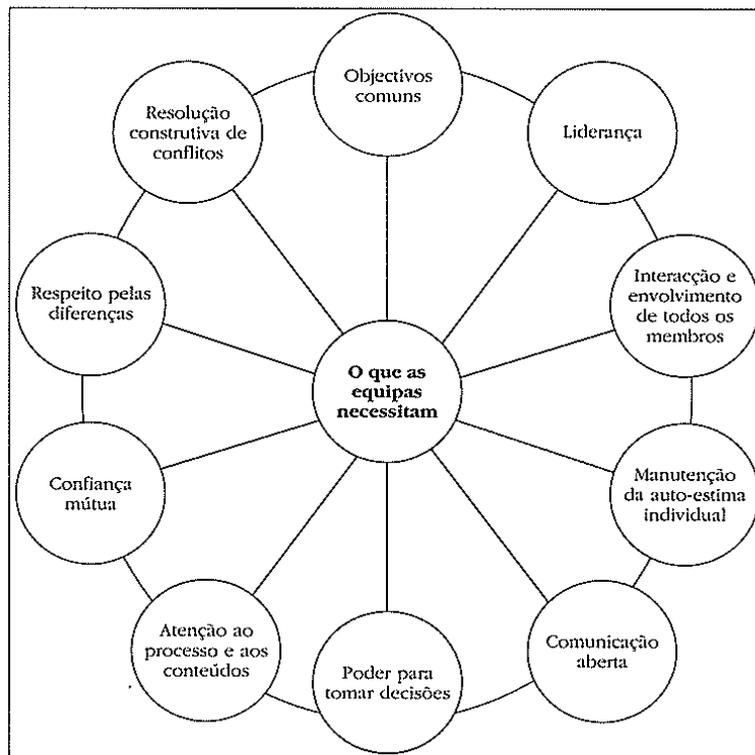
6.8 Organização e dinamização de equipas

Não nos podemos esquecer nunca que trabalhamos em equipa, com outros técnicos e elementos sejam da nossa formação, sejam de outras disciplinas científicas. Assim Uma outra questão fundamental para o sucesso da intenção prende-se com a organização e a gestão das equipas envolvidas. A partilha e a circulação da informação entre os seus membros são vitais para o sucesso da iniciativa e bom termo dos trabalhos. A comunicação entre os elementos que compõem a organização deve ser aberta e sobretudo existir, de facto.

Estimular a equipa para o objetivo proposto, de modo a que acreditem nele e se comprometam em alcançar os melhores resultados em conjunto. As sessões frequentes de *brainstorming* promovem a potenciação sinérgica de recursos e capacidades dos seus elementos; a informalidade e não imposição hierárquica estimulam o bom ambiente; a discussão criativa e positiva desenvolve a maturidade da equipa, imbuídos de verdadeiro espírito de função pública, de cooperação e não o de competição, que o trabalho individualizado promove. São assim reforçados os laços que unem uma equipa em torno de um mesmo objetivo.

Passamos “de uma fase onde predominaram as relações sobretudo unidirecionais, agora para dinâmicas de interações múltiplas e sucessivas entre os diferentes intervenientes do processo, constituindo a equipa técnica, um dos principais fatores de desenvolvimento do trabalho” (Ramos, 2008, p. 52).

Figura 6.5 - Dez necessidades básicas para equipas



Fonte: Schiefer, 2006: p.21

A teoria geral dos sistemas aplicando-se também às organizações, entende a informação como matéria-prima imprescindível à sua sobrevivência. Pelo que todos os elementos que compõem a organização deverão ter acesso à informação indispensável para o seu desempenho. Em oposição ao feudalismo na gestão da comunicação, atitude própria de gestores pouco seguros de si e da sua organização e que, em nada contribuem para o sucesso dos fins a que a mesma se propõe; instaurando em seu lugar, pela ausência de informação, o descontentamento, a desmotivação dos trabalhadores e a ineficácia do organismo, gerando a entropia e conseqüente degradação do serviço ou instituição.

Este é um problema que se coloca a todas as administrações, em que medida deverão ser liberais em relação à informação a veicular. Embora sendo apologista da sua completa liberalização, para uma política mais transparente, envolvente e potenciadora de sinergias, esta é uma decisão que compete a quem de direito, mas que deve no mínimo estar consciente das repercussões desta decisão.

A gestão da informação pressupõe, segundo Chun Wei Choo (2003), 6 princípios fundamentais para o Bem-Estar do organismo, estreitamente ligados entre si:

1- *Identificação das necessidades de informação* – Aquela que é considerada necessária para que se fundamentem decisões e se resolvam problemas,

2- *Aquisição de informação* – deve responder às necessidades de forma adequada e sujeita a sua recolha a uma planificação; as fontes devem ser confirmadas e avaliadas constantemente,

3- *Organização e armazenamento de informação* – criar uma memória organizacional. O volume de dados produzidos e recolhidos precisa de ser estruturado de forma a refletir os interesses e modos de utilização da informação pela organização e pelos seus membros,

4- *Desenvolvimento de produtos e serviços de informação* – São criados diferentes níveis dirigidos aos diferentes grupos de utilizadores,

5- *Distribuição da informação* – Aumentar a partilha de informação, pois uma partilha alargada catalisa a aprendizagem organizacional. A partilha cria também uma nova visão e conhecimento sobre situações ou problemas difíceis,

6- *Utilização da informação* – otimiza os processos de interpretação e tomada de decisões, favorecendo a escolha de alternativas.

Como pudemos concluir, na base do sucesso de uma equipe está a partilha de informação de forma democrática, de modo a que se saiba minimamente em que trabalham todos, se troquem impressões, se estabeleçam sinergias e numa cultura de trabalho muito pouco hierarquizada.

No entanto, por questões operacionais é necessário existir um representante da equipe, que domine todas as áreas e possa fazer o interface oficial e mesmo gerir a organização e distribuição de tarefas. Como já referimos o determinismo etológico, ou o direito da natureza, não nos permite escapar há existência de um leader, contudo este será aquele que for escolhido pelos seus pares, em função da capacidade de trabalho, de partilha, com experiência e maturidade, de ouvir, formação superior e capacidade de responsabilização e de empatia. Naturalmente o mais apto, que tenha as características intemporais que o definem enquanto tal. Nunca, por nunca, num processo deste tipo, a sua escolha deve recair sobre um perfil partidário-político. Tal seria condenar toda a relação de confiança que se quer construir quer com a população, quer com os membros da equipa.

Preferencialmente a equipa deveria aproveitar os recursos humanos do Município, transversalmente aos diferentes departamentos, na ausência de algum elemento e só em circunstâncias muito bem fundamentadas se iria recorrer a consultores, salvo no processo de facilitação. Finalmente realço a importância ideal que seria esta equipa ser também composta por membros destacados de serviços centrais com envolvimento nas questões de ordenamento do território ou de outras áreas pertinentes. Deste modo, criar-se-ia uma simbiose que evitaria muitos constrangimentos burocráticos e cisões que não fazem aqui sentido, quando se pretende promover um trabalho fraternal. Mesmo não existindo as condições para todos estarem presentes simultaneamente, as novas tecnologias e as suas redes sociais permitem uma interação permanente e quase presencial.

“O segredo da boa comunicação não é tanto o que se diz, mas como se diz”

(O'Connor & Seymour, 2011, p. 32)

Capítulo 7 - METODOLOGIAS E TÉCNICAS A APLICAR NA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Sucintamente: o método são as etapas a seguir num determinado processo e englobam as técnicas escolhidas para o alcançar. Assim iremos primeiro debruçarmo-nos sobre as diferentes metodologias e só após apresentaremos a panóplia de técnicas.

Esta é uma missão científica e especificamente de formação sociológica, ao contrário do que se julga, não é qualquer pessoa ou profissional que está preparado para aplicar a metodologia científica adequada – Diagnóstico, Análise e Plano estratégico – *não se pode fazer de um carpinteiro, sapateiro e vice-versa*, “Além de que, se a sociedade é um organismo, o trabalho é aí dividido; a cada um a sua tarefa especial e ele é impossível que a um dado momento todos os indivíduos possam substituir igualmente bem a mesma função”¹⁶⁵ (Durkheim É. , 1897 (1987), p. 182). Uma vez mais se exige a intervenção especializada por parte de quem reúna as competências técnico-científicas necessárias para continuar (Rodrigues W. , 2005, p. 31) com o trabalho de análise, de agrupar a informação sob indicadores, analisá-los, sistematizar a informação e proceder à análise da *estratégia de atores*.

7.1 Metodologia dos processos participativos

Num processo metodológico, a peça mais importante a trabalhar e que irá determinar todo o trabalho restante é o Diagnóstico, o qual deverá ser antecedido por um pré-diagnóstico, uma caracterização geral da situação a estudar, uma investigação exploratória, Daqui se entenda que o pré-diagnóstico não se substitui ao Diagnóstico, pois este é um processo muito mais aprofundado que requiere já a participação dos atores e agentes. É fundamental estabelecer o método e sequência das fases de trabalho, se bem que já tenhamos feito algumas alusões, nomeadamente as da minha experiência profissional, não posso deixar passar, e muito menos “traduzir” este excerto que tudo diz a este respeito de forma tão clara, escrito pelo Professor Doutor Walter Rodrigues (2005)¹⁶⁶,

¹⁶⁵ “D’ailleurs, si la société est un organisme, le travail y est divisée ; chacun a sa tâche speciale et il est impossible qu’à un moment donné tous les individus puissent remplir également bien la même fonction »

¹⁶⁶ Se bem que seja o meu orientador desta tese, apesar não ser sua discípula, nem tê-lo conhecido antes da formulação do convite, a coincidência das ideias é de tal modo preemente, que não posso deixar de o citar.

“O trabalho de planeamento possui três componentes fundamentais: diagnóstico, plano e monitorização/avaliação. No que concerne, em particular, ao diagnóstico, ele constitui-se como um elemento fundamental, também deste ponto de vista. Porque, necessariamente tem de revelar dados do quadro de atores e do sistema de ação que, muitas vezes, não são favoráveis aos interesses, estratégias e práticas de uma parte dos atores e em particular àqueles que objetivamente detêm maiores responsabilidades no sistema, ou que subjetivamente chamam a si essas responsabilidades. Porque os resultados do diagnóstico determinam o sentido e direção da ação, dos objetivos, medidas e projetos do Plano (...) Um diagnóstico que se quer estratégico exige capacidade de seleção da informação pertinente, concentração no essencial e não dispersão pelo acessório. Ponderação, realismo e pragmatismo na seleção conjugada do âmbito territorial do diagnóstico, das respetivas unidades de análise e de referência comparativa, com o grau de profundidade e extensão temática, em função, uma vez mais, da pertinência específica de cada unidade territorial, de cada tema, ou área problemática. Ainda é frequente confundir um diagnóstico social com uma “caracterização social”, em que ao invés de se diagnosticarem os problemas, as necessidades e as estratégias existentes, ou alternativas, para a intervenção, num contexto específico em análise, se produz uma caracterização genérica da população, a partir de indicadores estereotipados e independentes da especificidade contextual de cada território preciso” (p.28-31)

Os diagnósticos, no sentido do enunciado anteriormente terão de ser acima de tudo estratégicos, ou seja ao apresentar o problema em causa, em todas as suas dimensões e com o contributo dos cidadãos, deverão apontar para possíveis soluções a implementar; dito de forma simples “o diagnóstico é meio caminho andado para a cura”. A sua elaboração deverá ser rigorosa e científica, para tal requer-se a presença do especialista, em minha opinião o Engenheiro Social, mas que não o poderá elaborar sozinho, mas sempre com os frutos dos processos participativos; caso contrário este não passará de um instrumento estéril que a ninguém serve. Esta situação é frequente quando se recorre a “encomendas” feitas a centros de investigação, ou empresas especializadas, que recorrem aos instrumentos clássicos da Sociologia e reduzem a participação a entrevistas ou inquéritos-guiões. Como temos vindo a referir esta metodologia quantitativa, qualitativa ou de triangulação, não é adaptável às circunstâncias de um diagnóstico participado. Também como referimos no início deste trabalho ao mencionar que a utilização de questionários e estatísticas, como técnicas de eleição na realização de um diagnóstico, por serem academicamente considerados mais científicos, reduzem a realidade a esquemas matemáticos perdendo-se toda a sua riqueza e abrangência da realidade que deve contemplar todas as suas faces. Relembremos que estas metodologias são importantes, mas na fase exploratória, de caracterização ou pré-diagnóstico, no sentido em que nos fornecem uma fotografia do momento, mas também, quando recolhidos numa perspetiva

histórica, possibilitam os dados para estudar e compreender a evolução do fenómeno em questão. Contudo, durante a realização do Diagnóstico, impereptivelmente participado, de acordo com os problemas indicados teremos novamente de atualizar a análise dos dados pertinentes (qualitativos e quantitativos) e/ou que ainda não tenham sido recolhidos, para melhor o descrever. Na Rede Social, agrupando os problemas na respetiva nuvem, surgiram os temas, atribuindo-se cada a um grupo de participantes que o iriam assim trabalhar; seguir-se-á a sistematização de toda esta informação, por parte dos técnicos e a sua apresentação pública, então ir-se-á trabalhar coletivamente o plano estratégico, subdividindo-o noutros planos operacionais para cada uma das áreas, onde constarão as ações a empreender coletivamente, com o apoio político dos eleitos e a responsabilidade dos participantes.

Especificamente para a aplicação dos processos participativos, à metodologia utilizada, atribuiu-se a denominação de Facilitação, que é o método utilizado na dinamização dos processos participativos e conta com um conjunto específico de técnicas (mediação, negociação, gestão de conflitos e de grupos de trabalho...), com origem sobretudo na psicossociologia e Engenharia Social. Compete ao facilitador gerir os espaços e o ambiente em que tais procedimentos são implementados, para tal tem de dominar a “linguagem” da facilitação, tais como: as técnicas de apresentação, de quebra-gelo e relaxamento verbal e corporal, conhecimento e respeito pelos códigos culturais locais, gestão do tempo e ritmo dos encontros, a logística e a organização do espaço, “O papel do facilitador é o de dinamizar a comunicação, catalisar as opiniões e energias de todos os participantes, agilizando a dinâmica do grupo e promovendo o consenso em torno de objetivos e atividades concretas; utilizando sempre o contacto direto visual e estruturando o debate.” (Schiefer, Teixeira, & Monteiro, Manual de facilitação para a gestão de eventos e processos participativos, 2006).

O processo de facilitação também concerne à gestão e mediação de conflitos, os quais são incontornáveis e valorizados mesmo como processo de evolução social, pelo que devem ser encarados como uma oportunidade e não como um problema. É papel do mediador transformá-los num processo positivo, numa atitude imparcial, fazendo sobressair os contributos e organizando-os mediante as técnicas de que dispõe, transformando-os em processos construtivos de consensos.

Como já referimos anteriormente esta tarefa de facilitador não engloba todo o trabalho de aplicação da metodologia científica descrita, ao Engenheiro Social é-lhe atribuído todo o processo de intervenção, que pode incluir o de facilitador, ou não, pois este pode delegar esta tarefa específica de mobilizar o grupo, no facilitador, uma vez que não trabalha sozinho, mas sempre num contexto de multidisciplinaridade.

“A etapa da organização e legitimação da ação está relacionada com o início do processo de intervenção no território, a organização de uma ação criadora de condições de mobilização dos atores para o processo. Considera-se que este momento é crucial para uma construção coletiva do sentido de ação, a partir de um conhecimento mútuo dos atores e dos diferentes posicionamentos em presença. Henderson e Thomas (1987) designam de negociação este processo de apresentação da equipe e da sua intencionalidade de agir, a qual pressupõe a criação de condições de aceitação por parte dos outros atores (população, técnicos). Trata-se da construção de uma delegação de confiança (Soulet, 1997) onde o técnico/equipe tem de jogar da sua pessoa, do seu capital relacional e empático, e esperar o processo da sua aceitação.” (Ramos, 2008, p. 27)

Este processo de conhecer e dar-se a conhecer também é conhecido como - a Metodologia de intercognitividade -, suportada na produção de conhecimentos e na sua transmissão de forma acessível aos interessados, aqueles a quem o problema diz respeito, a partir daí intensifica-se a troca de saberes entre atores e investigadores em seminários, apresentações públicas e debates, com abertura de fronteiras disciplinares. Assim foi chamada a metodologia participativa aplicada num estudo de Berry-Chikhaoui & Haouès-Jouve, investigadoras agregadas da ART-Dev no seu trabalho sobre *La fabrique du développement urbain durable à Marrakech: effets de contexte, interprétations et construction de l'Agenda 21 local*, financiado pelo PUCA (Plan Urbanisme Construction Architecture)¹⁶⁷. Em entrevista cedida por uma das autoras (Chikhaoui, 2012) em Montpellier, a propósito da aplicação dos processos participativos, relatou-nos a sua experiência empírica em Marrakech, o trabalho foi desenvolvido a partir do ordenamento do território, privilegiando a vertente do turismo e envolvendo os seus agentes, as associações e universidades; os serviços do Estado e as municipalidades ficaram de fora (pelo nível de corrupção), o que suscitou por parte destes, críticas quanto a esta alteração da condução da ação pública, não obstante foi solicitado ao nível do poder local o destacamento de um técnico enquanto coordenador local do programa; para as técnicas de promoção e organização da participação foi destacado um animador da Universidade, forçosamente estranho aos atores envolvidos, para servir como condutor e moderador dos processos participativos. Obteve-se sucesso e os processos de governança locais continuaram. Contudo isto deveu-se sobretudo ao empenho do Rei de Marrocos, empenhado na perseguição de um modelo de

¹⁶⁷ <http://www.urbanisme-puca.gouv.fr/normes-et-fabrique-du-bien-commun-a284.html> - Le Plan Urbanisme Construction Architecture (Puca) est une agence interministérielle créée en 1998 afin de faire progresser les connaissances sur les territoires et les villes et éclairer l'action publique. Le Puca initie des programmes de recherche incitative, de recherche-action, d'expérimentation et apporte son soutien à l'innovation et à la valorisation dans les domaines de l'aménagement des territoires, de l'urbanisme, de l'habitat, de l'architecture et de la construction. Exemplo de dinamização de participação

desenvolvimento sustentável e no apoio que deu ao programa. Houve uma comparação com o mesmo processo em Toulouse e em Berlim, em ambas as situações houve um envolvimento político desde o início, foi contratado um técnico em assessoria, não envolveu cidadãos, somente instituições e associações; o processo de diagnóstico não foi participativo, foi entregue aos participantes, que a partir daí se dividiram em grupos temáticos para delinear atividades. Daqui resultaram planos inoperáveis que serviram somente de apanágio para os políticos. Nestes dois locais o processo falhou, pela mesma razão que a Rede Social em Odemira (já referido), o controle político e apropriação dos resultados por estes, conduz ao desvanecer do interesse público e a própria descrença nestes processos, quando mal conduzidos.

A mobilização para a participação toma forma num conjunto de fóruns e de conferências-debate tendo em vista o desenvolvimento do território e das comunidades que envolve. A vasta experiência decorrente da implementação da Agenda XXI local, disseminou a nível internacional estas práticas de governança, variando as mesmas em função do grau de implicação das instituições municipais e das diferentes figuras da sociedade civil (associações, ONG...). Assim Berry-Chikhaoui concluiu que o principal entrave ao desenvolvimento de diagnósticos estratégicos, são os políticos!

7.1.1 A prática e método da Engenharia social

“Neste trabalho (Estudo socioeconómico do concelho de Odemira - Os jovens, que potencialidades? que contexto?) considerámos também determinante o conhecimento da componente sociocultural da população em estudo, pois o desenvolvimento económico não pode ser dissociado do desenvolvimento social e cultural, sob pena de se verificarem roturas e incompatibilidades entre as medidas administrativas tomadas e o cumprimento e aceitação das mesmas por parte da população. O conceito de desenvolvimento integrado implica isso mesmo, a integração das diferentes componentes de uma região harmonizadas dinamicamente. Ou seja deve haver uma abordagem sistémica em que todos os fatores devem ser considerados, apelando e cativando à participação dos principais agentes institucionais, económicos, sociais e culturais. É neste contexto que interessa definir a mentalidade vigente, prevendo até que ponto se pode contar com ela e em que medida esta se constitui como obstáculo às reformas empreendidas” (Machado C. , 1996, p. 36)

Feito este aparte relativo ao meu primeiro trabalho profissional, com a intenção de ilustrar o ponto de partida e comparar, passados 20 anos, a coerência da metodologia, agora defendida, mais amadurecida. No decorrer de toda a investigação realizada apurei, da seguinte forma, a metodologia a ser utilizada pelo Engenheiro Social.

Antes de nos envolvermos na Engenharia Social é necessário ter informação prévia sobre a comunidade a ser intervencionada e sobretudo conhecer os instrumentos e saber escolhê-los em função da situação específica.

A organização é fulcral na tarefa do engenheiro social, faz-se sobre a forma de registos: assistência técnica à ação pública na montagem de *dossiers*; o espaço de regulação das relações entre os atores, o registo cívico dos participantes; manter uma base de dados úteis ao diagnóstico e à decisão; também pode utilizar métodos comerciais e de marketing para vender o território, para atrair investidores, ou tipos específicos de população mediante a conceção de instrumentos específicos.

O profissional terá de reivindicar as condições para o pleno exercício das suas funções: autonomia na escolha das técnicas, independência em relação ao seu empregador, delimitação do seu território de ação, nunca esquecendo os princípios éticos que lhe exige a sua prática. Agirá sobre um plano funcional, identificando as necessidades, adaptando as lógicas de ação e ser capaz de as justificar; elaborar um plano operacional, contendo as ações, atividades, despesas e recursos necessários para a colocação em prática de determinada solução por si apresentada, como resultado final de um trabalho coletivo; ter a função intermediária de promover a cooperação de fora da estrutura piramidal de poder.

O trabalho exigido pelo programa nacional da Rede Social promove e legitima esta autonomia por parte dos facilitadores, verdadeiras plataformas para a governança, também elas foram cerceadas no seu desabrochar, vítimas dos tempos de retrocesso civilizacional que vivemos.

Na prática de engenheiro social, de acordo com a minha experiência profissional, os principais instrumentos são o diagnóstico social local com metodologia mista, quantitativa (estatística, questionários) e qualitativa (entrevistas semidirectas, pesquisa bibliográfica e observação), recolhendo informações dos diferentes intervenientes. Daqui importa conhecer o território, a sua população e dinâmica social, mentalidade dominante; de preferência que já esteja familiarizado com ele, mas que ainda assim, venha a conhecê-lo em profundidade. A metodologia de projeto e a investigação ação, contemplam também as técnicas a utilizar no terreno, embora limitando-se a permanência e contacto exagerado no terreno a que a segunda obriga, incorrendo no risco de tornar o investigador numa personagem *enfadonha*. Há que compreender, mas manter a distância e respeitar a privacidade, ninguém gosta de ser um objeto de estudo e alvo de experimentação, o respeito também passa por aqui.

O início de um trabalho pode ser confuso, daí a importância de elaborar um *plano de investigação*, até mesmo para o apresentar aos *donos da encomenda, ou ao grupo com que se trabalha*, a proposta é: definir a questão de partida, com uma rutura epistemológica, ou seja partir de um breve estudo exploratório com algumas leituras, inquérito exploratório ou evento participativo para diagnóstico, mas sem demasiadas teorias a formatar a abordagem;

recolha de alguns dados; elaborar a problemática; a construção de um modelo de análise; a investigação; o tratamento e análise de dados; redação das conclusões de modo objetivo; devolução de resultados aos envolvidos. Partir para um outro nível de participação: evento participativo para apontar soluções, utilizando análise SWOT; novo relatório identificando aproveitamento sinérgico de recursos da comunidade, indivíduos e parceiros; fontes de financiamento adequadas; elaboração, apresentação candidaturas e promoção/ venda das soluções. Aplicação participativa das soluções/ações; acompanhamento e avaliação até à apropriação coletiva dos resultados e sua consolidação.

A partir da informação recolhida, sobretudo, em Dubéchet & Rivard (2010) e remetendo também à experiência profissional, elaborámos um quadro síntese que explica na íntegra as *démarches* para um trabalho de engenharia social, ou seja a metodologia específica desta profissão:

Quadro 7.1 - As funções e domínios de atividade do Engenheiro Social

Expert	Diagnosticar e contextualizar	Analisar problemáticas complexas	
		Situar as problemáticas locais num contexto global	
		Identificar as lógicas e estratégias dos atores	
		Realizar diagnósticos pluridimensionais	
		Conceber e construir um dispositivo de vigilância social	
		Conceber, comandar e utilizar sistemas de informação	
	Propor e antecipar	Realizar estudos prospetivos	
		Instrução de decisões políticas ou metodológicas	
		Propor estratégias de intervenção ou de cenários possíveis	
		Gerir estudos e pesquisas ou nelas participar	
Facilitar a produção de saberes, capitalizá-los e difundi-los			
Conceber e Desenvolver	Aplicar os conhecimentos	Contribuir com conceitos operatórios a partir do diagnóstico	
		Construir respostas às necessidades tendo em conta os constrangimentos e os recursos	
		Articular as políticas, com a vocação das instituições e as necessidades	
		Construir respostas críticas e inovadoras	
		Servir de catalisador político, enquanto técnico	
		Conceber, elaborar, negociar, conduzir e avaliar programas ou projetos	
	Colocar em sinergia os atores locais	Desenvolver a parceria institucional	
		Mobilizar os atores internos e externos	
		Mobilizar os recursos e competências	
		Analisar, avaliar, identificar e antecipar as necessidades de mudança	
		Definir modalidades organizacionais flexíveis	
		Ajudar nos processos de mudança organizacional	
		Desenvolver as competências e os recursos coletivos	
		Desenvolver a produção de conhecimentos e a sua divulgação no local de trabalho	
	Avaliação	Métodos de avaliação	Definir as questões e os quadros de referência
			Definir o objeto a avaliar
			Analisar e localizar os posicionamentos dos atores
			Organizar a participação dos atores nos processos de avaliação
Elaborar sistemas de referência			
Autoavaliação			
Comunicação de resultados			

7.1.2 Outros métodos

A metodologia mais antiga do mundo é a *Town Meeting* - é considerada a forma de governação mais pura na história da democracia, em prática nos EUA desde a independência, mas de origem Britânica, Apesar de os Cantões na Suíça a utilizarem há mais de 700 anos. A sua ideia remonta à antiga Grécia, na forma original de democracia, na qual cada cidadão teria direito a dar a sua opinião sobre os assuntos comuns. As fogueiras comunitárias das tribos também tinham o mesmo carácter. Onde existe esta tradição, este método continua a ser o mais eficaz, onde ela não existe é difícil a sua implementação, só se conseguem resultados depois de instaurar práticas participativas através de outras metodologias mais tecnicistas¹⁶⁸.

O *Júri de Cidadãos* - é uma metodologia que surge devido à crise da legitimidade política, de representação e da ausência de confiança por parte dos cidadãos nos seus representantes políticos. Júris de cidadãos trata-se de grupos de cidadãos que são sorteados aleatoriamente para elaborarem um parecer para os governantes sobre assuntos de interesse público. Nas últimas décadas, 700 júris de cidadãos foram realizados no Mundo em países como a Inglaterra, EUA, Alemanha, Japão e Espanha.¹⁶⁹

Observatórios Locais de Democracia Participativa - Pressupõem um lugar de encontro, de interação no qual os diferentes intervenientes podem refletir, debater, realizar consultas e propostas sobre os desafios da participação. Pretendem ser plataformas ativas e inclusivas onde idealmente deveriam intervir três grupos de atores, a administração pública, a sociedade civil (organizada ou não) e centros de conhecimento (centros de investigação, universidades, fundações, etc.). Podem constituir-se a nível local, nacional ou internacional e têm como objetivo monitorizar e avaliar a qualidade das experiências participativas que são levadas a cabo.

O *Debate Público* - constitui uma fase obrigatória do procedimento para lidar com grandes projetos de desenvolvimento e infraestruturas, permitindo aos cidadãos informar-se e expressar as suas opiniões sobre a relevância e impacto desses projetos. Na França, o processo do Debate Público está confiado à Comissão Nacional do Debate Público (CNDP), desde 2 de Fevereiro de 1995, com a Lei Barnier. Após a submissão de um projeto à CNDP, esta tem um prazo de dois meses para decidir se ela mesma fará o Debate Público, se recomenda um Debate Público e o confia a quem submeteu o projeto, recomenda a implementação de um método de concertação ou rejeita o encaminhamento.

Criança, Adolescentes e Participação - trata-se de um tema cada vez mais premente e que se baseia na noção de que as crianças e os adolescentes não podem ser considerados

¹⁶⁸ <http://ichd.org/?laid=1&com=module&module=menu&id=17>

¹⁶⁹ <http://www.in-loco.pt/pt/projectos/20130715/curso-de-democracia-participativa/>

projetos adiados de cidadania. Importa, por isso, compreender o potencial de mobilização destes atores, dentro e fora do espaço escolar, investindo energias na formação de cidadãos críticos e ativos em relação à sociedade que os rodeia.

7.1.3 Metodologia CLT (Community Land Trust)

Constituem-se como uma associação sem fins lucrativos que adquire e gere terrenos e edifícios. O seu objetivo é o de permitir às famílias de baixos rendimentos resolver o seu problema de alojamento através da aquisição ou arrendamento. O CLT renova ou constrói os edifícios também com a intenção de favorecer a instalação de atividades económicas úteis ao bairro. Ao separar a propriedade do solo, da do edifício, a família pode adquirir casa a um preço aceitável, mas o terreno permanece propriedade do CLT. Constitui-se como um exemplo de governança local, pois as decisões e gestão são feitas pela e para a comunidade. Se bem que já tenhamos feito referência a esta metodologia, por a considerarmos excepcional iremos, aprofundar mais a informação: Nasceu nos EUA em Vermont, espalhando-se por todo o país. Em Inglaterra é mais utilizado nos meios rurais, apesar dos terrenos dos Jogos Olímpicos em Londres contemplarem espaço para o desenvolvimento de um CLT urbano; existem, na Índia, no Kénia, Nova Zelândia, etc., em Bruxelas também estão a ser desenvolvidos projetos-piloto. O sucesso desta iniciativa assenta na premissa de que todos os interesses são servidos e articulados, os individuais e os coletivos.

Quando os donos dos imóveis os decidem vender, a CLT tem o direito de opção. O preço de revenda garante um lucro justo para o investidor, mas também a manutenção de um preço acessível para o comprador. Existem fórmulas que evitam a especulação imobiliária. A terra é o fator que os une a todos, promovem-se iniciativas de negócio empreendedoras, formação, quintas coletivas, condomínios, parques de caravanas, etc. Uma infinidade de formas e criação de serviços e produção de negócios que sirvam a comunidade e ocupem os cidadãos, numa perspetiva de economia solidária. Ao nível de experiências com municípios, a sua intervenção para arrancar com o processo tem sido cada vez mais alargada, constitui-se como uma forma de garantir que as pessoas com menos recursos evitem ser desalojadas, à medida que as melhorias são feitas, atraindo pessoas de mais posses, por se tornarem lugares “da moda” (gentrificação). A intervenção municipal garante a logística e equipa técnica, mas envolvendo desde o início a população, para que possam ocorrer os processos de governança, entregando depois a gestão à própria população seguindo o modelo do CLT. Desta forma o investimento inicial é garantido pelo Estado e entregando a propriedade dos terrenos e casas à CLT, os municípios não se debatem com

as dificuldades burocráticas da venda, compra e aluguer das casas, pois os processos são mais ágeis e a comunidade desenvolve um sentido de responsabilidade coletiva.

Em algumas variações do modelo a implementação da iniciativa pode ser levada a cabo por uma Associação já existente, o que pode facilitar devido à experiência técnica já existente, bem como a facilidade de acesso a financiamentos. No entanto também pode acarretar consigo toda a imagem negativa que possa ter criado por associação política, por maus investimentos ou má gestão. A primeira questão a ter em conta aquando da criação de uma CLT é a que beneficiários ela se dirige? Pois para além dos habitantes da zona, interessa também captar a atenção e recursos de outros públicos-alvo. Esta decisão inicial irá determinar os projetos a aceitar, o tipo de subsídios a candidatar, a fórmula de revenda, o plano de marketing, os critérios de seleção e a estratégia de organização. A educação e organização são fatores chave e o recrutamento de membros para a direção da CLT é um desafio, deve assentar na base do marketing, divulgando informação e captando apoiantes. A campanha deve ser sistemática e alargada, tentando alcançar tantos apoiantes quanto possível, para que também daí sobressaiam os membros mais ativistas que ajudem na construção e implementação do projeto. Os *targets* desta campanha devem ser 5: A comunidade de indivíduos e instituições que estão instalados na área a afetar; As organizações não-governamentais que sirvam esta zona; As agências governamentais onde se poderão ir buscar fundos; Patrocinadores privados e empresas que possam ser fiadores; Técnicos que poderão dar apoio em diferentes domínios.

7.1.4 Metodologia SPIRAL (Societal Progress Indicators and Responsibilities for All)

Construir o Progresso Societário para o Bem-estar de Todos, com os Cidadãos e as Comunidades, relativamente a esta metodologia, foi realizada uma entrevista a Samuel Thirion (Thirion, 2015) administrador do programa *Social Cohesion Research and Early Warning Division*, das políticas sociais do Conselho Europeu (onde trabalha desde 2002) e, um dos responsáveis pela *Rede Spiral together*, também criada no âmbito do concelho Europeu e que reúne sobre a sua aplicação 400 territórios em vinte países. Thirion é doutorado em desenvolvimento socioeconómico e foi também o impulsionador e antigo diretor da INDE (organização cooperativa para a Intercooperação e Desenvolvimento), com quem já trabalhámos, durante alguns profícuos anos. Curiosamente reside no concelho de Odemira, onde criou o Centro de Animação Rural para a Mobilização e Expressão dos Neurónios (C.A.R.M.E.N), um espaço para atividades de serviços sociais às pessoas mais desfavorecidas, atividades de seminários, formação, experimentação, acompanhamento, dinamização de atores, assim como atividades culturais e recreativas.

Segundo este responsável, a SPIRAL nasceu em 2005 sob o impulso do Conselho Europeu no quadro da sua Estratégia e Plano de Ação para a coesão social que define esta última,

como “*sendo a capacidade da sociedade em assegurar o bem-estar de todos pela coresponsabilidade dos atores públicos, privados e cidadãos, e com o suporte do Congresso dos Poderes Locais e Regionais*”. Esta metodologia consiste numa tentativa de sistematização e capitalização de cidades e territórios rurais que se formalizaram como “Territórios de Coresponsabilidade – all together”. A sua organização em rede permitiu desenvolver processos participativos e um repositório das diferentes técnicas utilizadas¹⁷⁰. Embora sendo uma iniciativa descendente, os instrumentos e indicadores são construídos a partir dos próprios cidadãos, partindo da premissa de que a definição de bem-estar deve ser construída a partir da visão dos próprios cidadãos, assente em mecanismos *bottom-up*.

A metodologia proposta engloba 8 fases, constituindo um ciclo de 3 fases a nível local, como se fosse uma espiral, abrindo-se a cada fase a um maior número de participantes. Partindo de 3 perguntas que orientam a discussão relativamente à construção de indicadores de Bem-estar e permite ao grupo identificar o problema, de acordo com o seu contexto e a sua história.

- O que é que faz o vosso bem-estar?

- O que é que faz o vosso mal-estar?

- O que fazem vocês ou o que podem fazer para melhorar o vosso bem-estar e o dos outros todos?

A metodologia *Spiral*, um trabalho de experimentação e aprendizagem em rede para a construção de um futuro comum. Realizam trabalho com estagiários, ao mesmo tempo que estes recebem formação enquanto facilitadores, aqueles que trabalham diretamente com a população. E de dinamizadores, os que vão enriquecendo a metodologia, fazendo experimentação e avaliando as diferentes técnicas utilizadas nos 400 territórios, como produto final é criado um repositório cientificamente válido. Rentabilizam as redes sociais e as suas plataformas já formadas nos territórios.

¹⁷⁰ <https://wikispiral.org/tiki-index.php?page=Together++Estatutos>

Figura 7.2 – Estrutura da metodologia em espiral



Aqui pormenorizado o método das oito fases, é visível o modo como é operacionalizável. Este programa também desempenha um papel importante na construção de políticas públicas, pela demonstração da validade da coresponsabilização como garantia do bem-estar sustentável de todos e, ao transformar os resultados em quadros legais e políticos. Para este propósito o Conselho de Alianças faz a interligação entre as diferentes instituições e as pesquisas.

As técnicas utilizadas são muito específicas desta metodologia, pelo que as apresentaremos agregadas ao método e não no subcapítulo próprio. Não obstante o repositório de técnicas já mencionadas, a relativa facilidade quer na sua aplicação, quer na extração expedita de resultados para diagnóstico que é realizada através do programa ESPOIR. Congregam-se na Técnica de base da espiral - Os Grupos Homogéneos¹⁷²:

Os grupos homogéneos são constituídos por pessoas com características semelhantes, quer seja ao nível de idades (jovens, idosos), sócio económicas, profissionais, culturais (imigrantes, minorias), ou até condição física (pessoas incapacitadas, ou com doenças).

¹⁷¹ Neste link encontram-se todas as técnicas e comentários apropriados para cada fase, extremamente organizado. Serve de suporte de comunicação entre territórios.

¹⁷² <https://spiral.cws.coe.int/tiki-index.php?page=processus+locaux>

Mais do que uma representatividade estatística, procura-se uma representatividade de facto dos diferentes papéis e pertenças sociais da população. Por outro lado, estando entre pares, criam-se as condições para que todos os intervenientes se sintam à vontade para dialogar.

O tamanho indicado para cada grupo homogéneo varia entre 7 e 12 pessoas: abaixo deste número, a interação torna-se menor; acima, o “espaço” para cada um dialogar e expor a sua opinião é bastante limitado. Se a intenção for estudar um território, deverão ser identificados grupos homogéneos representativos da malha social em questão, assegurando que os resultados obtidos sejam variados e demonstrativos da realidade em análise.

Os elementos que forem convidados a participar nesta metodologia enquanto constituintes dos grupos homogéneos, devem estar claramente informados das razões do exercício, nomeadamente:

A necessidade de *definir de forma apropriada o bem-estar de todos*, inclusive das gerações futuras, bem como, refletir da capacidade da sociedade em assegurar como objetivo principal, o progresso social; A necessidade de começar um processo de concertação; O interesse do conceito de coresponsabilidade e suas implicações; Questões mais abrangentes, nomeadamente sobre os recursos/património, etc.;

O conteúdo e a forma de implementação do exercício. O processo de discussão destes pontos deve ser organizado de forma lúdica e participativa. A primeira reunião com os grupos. Cada grupo homogéneo deve reunir-se num espaço adequado para o trabalho em grupo. Os materiais necessários são 3 folhas grandes (papel de cenário, por exemplo), canetas e maços de post-it. Cada grupo homogéneo trabalha com um ou dois facilitadores.

Estes facilitadores não podem de modo algum influenciar as respostas dos cidadãos. A reunião estrutura-se em torno de três questões simples que orientam o debate e a reflexão. A duração do exercício é normalmente de uma hora para cada pergunta, perfazendo, no final do exercício, cerca de 3 horas. Os participantes respondem individualmente e em silêncio, escrevendo cada ideia que a resposta à questão lhes suscita, num post-it³. Posteriormente, os post-it são recolhidos e misturados, de forma a garantir o anonimato dos cidadãos, passando-se, em seguida aos seguintes passos:

O facilitador lê cada post-it e afixa-o na folha respetiva, de modo a ficar bem visível a todos; Cada post-it é discutido pelo grupo (com o objetivo de clarificar o seu conteúdo e não de buscar consensos: importa recolher as várias sensibilidades presentes);

Os post-it são arrumados por grandes áreas temáticas.

Este trabalho é feito coletivamente pelo grupo, que decide o lugar de cada post-it na folha, em função dos temas. Após a primeira reunião com o grupo, passa-se para a etapa seguinte: a introdução das respostas no Programa ESPOIR (Élaborer le Progrès Sociétal par l'Organisation d'Indicateurs Raisonnés).

A primeira tarefa corresponde ao registo na Folha “Contextos e Grupos”, da informação relativa a cada grupo homogéneo (ver Anexo 1). Classificação dos critérios Cabe ao facilitador inserir as respostas de cada grupo dentro dos vários critérios de bem-estar (ver Anexo 3).

A lógica ESPOIR facilita a classificação sistemática, evitando omissões e a dupla atribuição de critérios (cada critério é atribuído apenas a um indicador). Para além de oferecer uma certa automatização, ela permite obter uma síntese, na qual surge a totalidade de critérios emitidos pelos diferentes grupos homogéneos, ordenados por indicadores e por família de indicadores.

Esta metodologia do *Spiral* tem a vantagem de associar as problemáticas de um território a todos os outros com os quais trabalha, através do programa *Espoir*, para além de que o processo é razoavelmente fácil. No entanto esta metodologia, bem como outras, se bem que possam produzir bons resultados, a sua aplicação esbarra nas decisões políticas, mais uma vez de quem as utiliza como apanágio, mas esvaziando-lhes o sentido, abandonando-as e até mesmo deturpando as técnicas.

7.2 Técnicas dos processos participativos

Ou caixa de ferramentas dos processos participativos. O livro *Manual de facilitação para a gestão de eventos e processos participativos* do professor Schiefer (*et. al*) é um compêndio, um manual de facto, que de tão completo e atual, não o poderia transcrever aqui, pelo que o recomendo como *guia para a navegação*, o mesmo se pode dizer da obra que o completa e antecede, o *Manual de planeamento e avaliação de projetos*. Como tal não vou aqui repetir o conteúdo destes manuais, obrigatórios para qualquer facilitador. O trabalho de Isabel Guerra é também de consulta obrigatória, por albergar uma sumula de experiência muito rica e propor técnicas, tal como a *utilização de matrizes para analisar a dinâmica de atores* (Guerra I. C., 2002). Irei antes explorar outras metodologias e técnicas que neles não constem, pois as nestas obras referenciadas são, de facto, de leitura obrigatórias.

Para além de todas as técnicas utilizadas classicamente, este é um campo em permanente construção, propício à experiência de ideias inovadoras.

- Em complemento à técnica apresentada pela professora Isabel Guerra para analisar os atores, Lala Razafimahafa apresentou em colóquio a - análise de dados atributários - que permitem caracterizar os indivíduos, organizando-os em tipologias, possibilitando a sua localização na estrutura participativa. Facilitando a análise decisional, facilitando a explicação dos valores de determinado grupo ao escolher determinados assuntos a referir, por exemplo na árvore de problemas. Esta técnica permite definir o indivíduo médio e o desvio padrão em torno desse perfil. Esta análise de atores coloca em evidência as

singularidades e as semelhanças dos atores e pode ser representado por sociogramas ou até mesmo uma análise multivariada – teste de comparação de perfil (Khi^2)¹⁷³.

- Outra inovação é a técnica utilizada para a participação na reconstrução de Nova Orleães - foi criado um movimento *neighbourland* com o objetivo de recolher ideias para melhorar a nova cidade a reconstruir. Uma das iniciativas dirigia-se àqueles que não tem voz, com a distribuição de autocolantes “No meu bairro, eu gostaria que...” para que os completassem, posteriormente recolhidos no comércio local e exibidos numa montra para estimular a discussão popular, sem que as pessoas perdessem tempo em reuniões sem fim, nem lhes perturbar a vida já de si tão carregada (Elliot, 2012).

- As possibilidades oferecidas pelas comunicações on-line - permitem alguma participação para efeitos de consultas públicas, votação em orçamentos participativos, resposta a sondagens e inquéritos. No entanto o carácter interativo presencial importante para o planeamento coletivo é muito restringido por estes meios, para além de que continua a excluir os já excluídos, como os idosos e os iletrados eletrónicos.

- Os parlamentos nacionais europeus criaram um sistema que permite aos utilizadores enviarem - petições através da Internet -, garantindo que as preocupações dos cidadãos chegam ao governo e aos deputados. O governo garante dar resposta a todas as petições que reúnam mais de 10000 assinaturas, e que as que ultrapassam as 100.000 serão agendadas para debate. As petições têm um prazo de seis meses, a partir do momento em que são tornadas públicas, para reclamar apoios.

- Numa situação de requalificação urbana da AFIPR (Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica) na freguesia de Vila Nova de Milfontes, apresentei a seguinte proposta de técnicas, a utilizar na intervenção participada:

a) Ao nível da realização de *diagnósticos coletivos: Nuvens de problemas* (possibilita a realização de um diagnóstico coletivo, através da identificação dos problemas e sua organização em agrupamentos por *nuvens* temáticas); - *Análise SWOT ou FOFA* (identificar Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças); - *Mapear o bairro* (de acordo com a relação dos indivíduos com o espaço são destacados os problemas e dinâmicas do território);

b) Para a elaboração de *planos de ação*, recomendam-se alguns instrumentos tais como: - *Roda do futuro* (construção coletiva da imagem daquilo que se quer que venha a ser o espaço urbano); - Discussão em *Focus grupo* (ponderar as várias perspectivas e propostas); - *Matriz do plano* (para quê? como? Para quem? por quem? quando?);

c)- Para a *avaliação e correção das ações*: - *Representantes de monitorização* (reforço do fluxo de informação e responsabilização pelos resultados com rotatividade de

¹⁷³ Lala Razafimahafa, *Analyse des données tributaires et relationnelles: apports et limites*, Coloque –Atelier ART’DEV « Les outils dans la recherche en sciences sociales », 19-01-2012, Montpellier.

representantes); - *Mapa de Evolução de Problemas e Propostas de Solução* (detecção dos problemas cuja resolução se vai arrastando, permite visualizar quais os problemas que são alvo de maior número de propostas de solução e mais insistentemente debatidos); - *Gráfico final de pertinências* (visualização da sinergia criada entre os diferentes resultados obtidos).

- SIG (Sistema de informação Geográfica) - Se bem que não seja exatamente uma técnica, mas antes uma tecnologia proveniente da geografia, apresenta-se como uma ferramenta que permite articular várias camadas de informação (infraestruturas, população, estatísticas, economia, ambiente, etc.), ao georreferenciar todos estes dados, permite visualizar várias facetas de um local, com conteúdos multidisciplinares e permitindo uma visão integrada, do local ao global com suporte em mapas, visualizando espacialmente essas variações, possibilitando as comparações, e mesmo testar hipóteses. Torna-se assim uma ferramenta fundamental para as ciências sociais e humanas. Servindo de suporte ao planeamento e às decisões políticas, pois o acesso à informação pretendida é imediato, bem como a sua análise e cruzamentos de várias camadas. Numa última instância permite uma representação multidimensional do planeta, a *Terra digital*, interativa com toda a informação acessível ao toque, esta é uma tecnologia *moonshot*, a utilizar num futuro breve e de modo globalizado. Este *software* desenvolvido pela ciência de informação geográfica já é uma ferramenta no ordenamento do território, que lida com as dimensões de tempo e de espaço da informação nele contida/inserida. Para as ciências sociais permite estudar a distribuição e evolução de fenómenos na superfície do território e a sua interrelação com outros fatores, por vezes insuspeitos. É uma tecnologia útil para todos os campos do conhecimento, desde a arqueologia até à zoologia. (Goodchild, 2009). Jean-Christophe Victor, no seu colóquio público, *Iteneraires geopolitiques* em Montpellier, na Médiatheque Émile Zola (27/01/2012) também indicou que das principais vantagens do SIG é a de que permite “A visão de conjunto do território, onde cabe toda a informação que a ele diz respeito. Atravessamos uma época única na história da humanidade, de grandes velocidades e de grandes oportunidades. A cartografia permite visualizar os problemas e as oportunidades do mundo”. Relativamente à sua aplicação em processos participativos (PPGIS) Os resultados conhecidos da utilização de PPGIS em Portugal, nomeadamente em processos de Discussão Pública de PDM, são desanimadores (Pina & Painho), ao integrar as capacidades analíticas dos SIG num conceito aberto de comunicação, criando oportunidades para a participação pública no processo de definição dos problemas e procura de soluções. Reforçando esta tendência o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), desde a sua redação de 2007, determina a disponibilização dos planos municipais de ordenamento do território no sítio dos municípios, obrigando à “transcrição digital” georreferenciada de todo o seu conteúdo documental. Os SIG traduzem a informação para uma “linguagem espacial capaz de representações cartográficas de padrões e relações e de

analisar a natureza dessas relações” (Shepard, 1995). Potenciam o ambiente de rede e transferem para o utilizador a capacidade de criação colaborativa e partilha de conteúdos que, beneficiando da inteligência coletiva, constituem poderosos instrumentos de conhecimento, de exploração dinâmica e de informação geográfica. Assumindo as premissas da inteligência coletiva de que ninguém sabe tudo e todos sabem alguma coisa, a participação de comunidades alargadas aumenta a probabilidade de encontrar melhores soluções para a vida coletiva. A integração do conhecimento local nos sistemas de apoio à decisão, nomeadamente através de plataformas de comunicação e debate, introduz melhorias consideráveis relativamente à abordagem tradicional de SIG. A localização geográfica é um importante indexador de conteúdos na web possibilitando que os utilizadores disponham de conjuntos alargados de informação relacionada a uma determinada posição geográfica, e com eles interajam utilizando um conjunto de ferramentas que lhes permitem realizar operações complexas dos domínios da cartografia e SIG. Torna-se necessária a existência de mecanismos que possibilitem a avaliação de características específicas de projetos, apesar da sua enorme diversidade, através de um modelo que seja capaz de fundir o “como” do PPGIS com o “porquê” referido na literatura sobre SIG e Sociedade, combinando a abordagem à *Geode* com os conceito de participação da Ciência de Informação Geográfica (Pina & Painho, Participação Pública e Sistemas de Informação Geográfica: Novos caminhos para a cidadania).

Muitas Outras técnicas e tecnologias haverá que serão uteis à implementação da governança pela Engenharia Social. No entanto este é um trabalho que nunca acaba, pois ele próprio implica muita pesquisa, descoberta de novas ferramentas a adaptar ou já inventadas por outros, sem dogmas puristas de tudo justificar, mas antes fundamentando-as numa ciência comum ao Homem.

“É absolutamente certo, e assim o prova a História, que neste mundo nunca se consegue o possível se não se tentar constantemente, fazer o impossível.”

(Weber, O Político e o Cientista, 1919 [1979], p. 99)

CONCLUSÃO

Para compreendermos o presente e antevirmos o futuro é necessário remontar ao passado, numa breve revisitação ao contexto em que se engendrou a Sociologia, poderemos explicar de um modo holístico a situação em que nos encontramos hoje; perfilhando a teoria da evolução histórica em espiral de Hegel, a partir das similitudes das Eras torna-se ainda mais fácil ter uma visão abrangente dos erros cometidos. A Sociologia emergiu num outro momento histórico conturbado, o eclodir das grandes transformações despoletadas pela revolução francesa, americana e a emergência da revolução industrial. Com a alteração da ordem feudal e reestruturação económica da Europa houve uma alteração profunda na forma como as pessoas viviam, criando novas classes sociais, novas formas de pensar preconizadas pelos iluministas e a emergência da ciência e, obviamente este foi o terreno pródigo em que a Sociologia nasceu, preocupada com razões humanistas. A vida política em França estava extinta bem como as instituições livres, daí nem terem dado pela revolta do povo e pelo eclodir da revolução. Tudo o que era antigo iria ser abolido, foi como uma barragem que se derruba e já não contem as temeridades dos espíritos inovadores, por sua vez libertados das barreiras da religião, dos costumes e das leis. Instalou-se a anarquia, pois o estado absolutista, déspota retirou-lhes a possibilidade e o desejo de se ajudarem mutuamente, não havia o hábito de agir em comum numa maneira regular. O poder central caiu nas mãos de uma assembleia irresponsável e soberana. Contudo, a par da violência dos atos convivía a benignidade das teorias, explicável pelo facto de a revolução ter sido preparada pelas classes mais civilizadas da nação e executada pelos mais incultos e rudes, que nunca tiveram contactos entre si. O povo ajustou as ideias dos escritores aos seus próprios furores e ódios recalcados por séculos de abusos. A paixão pela igualdade e liberdade animaram o vigor da geração de franceses que empreenderam a revolução francesa, com a sua debilitação (como acontece a todas as gerações que empreendem estes esforços). No espaço de 60 anos o amor da liberdade foi sacrificado em prol da igualdade, enfraquecido pela anarquia e ditadura popular, encontrou aí espaço para reerguer um governo absolutista e déspota, recuperando das ruínas o poder central, mais forte e severo do que o de qualquer rei.

Esta história poderia ser recontada vezes sem conta na emergência de novas revoluções e instauração de governos ditatoriais. Ainda hoje nos encontramos num processo semelhante em que pudemos antever a curto prazo, a instalação da anarquia e o *surgimento do príncipe que primeiro agrada e depois tiranizará o povo*. Senão aprendermos com os erros do passado, senão evoluirmos enquanto *massas populares*, retornaremos *ad æternum* ao mesmo ponto de partida. Se bem que esta espiral seja aberta, pressupondo uma evolução, as dores e sofrimento assumem formas diferentes, mas são iguais em intensidade.

A Sociologia nasceu pois, desta vontade de mudar o mundo, de interferir na História recusando a determinação do destino. Este ímpeto original foi refreado em nome da legitimidade científica e da obsessão em ser reconhecida como ciência por todas as outras, mais objetivas, este foi um labor que durou duzentos anos e neste período muito pouco se fez para alterar o rumo da História. Antes se debateu com a preocupação do método, dos conceitos, *com a unha do dedo do pé da formiga*, ainda hoje a Sociologia de intervenção é vista como algo incómodo e desconfortável. Defendo que a metodologia para analisar os problemas deve partir do global para o particular e não o contrário, pois perderá o seu contexto e só explicará uma parte da realidade, não interligando todas as outras. Tudo está interligado, o planeta é um organismo vivo que se comporta como um sistema, uma vez que as entropias sejam demasiadas, a destabilização espalha-se a todos os órgãos, provocando um colapso exponencial do organismo. É por esta razão que para voltar a devolver a saúde e a homeostase ao planeta é requerida uma abordagem sistemática, holística, multidimensional e transversal a todas as áreas do conhecimento, ultrapassando o seu fracionamento. Este princípio aplica-se também à sociedade. É chegada a hora do *Technosapiens sustentável*.

Se bem que é importante seguir um método universal, que sustente a construção os saberes e permita comparar resultados, nada mais é do que isso, pois o importante é o que se faz depois com esses saberes: são devolvidos à população para que esta reforce a sua consciência dos fenómenos sociais? São utilizados pelo poder político para melhor responder às necessidades das pessoas? São utilizados para organizar a ação coletiva?

É neste contexto que surge a Engenharia Social, pois só ela pode avançar e resolver os problemas que nos afligem, munida dos conhecimentos e da formação da Sociologia, dá um passo mais além, tornando-a útil. A diferença reside em que os saberes, para além da metodologia extensiva, são construídos com os agentes, ajudando-os desta forma a transformarem-se em atores, não mediante entrevistas ou inquéritos, mas sim num modelo de participação, para o que serão utilizados outros instrumentos e técnicas, de origens disciplinares diversas, criados e/ou adaptados, que o Engenheiro Social organiza e utiliza de modo racional para melhor alcançar o objetivo proposto (daí a palavra engenheiro), para

reforçar a consciência cívica, o dever de cidadania política, num processo de diagnóstico e planificação coletivos e estratégicos para a gestão dos bens comuns.

Esta perspetiva é flexível, adaptável em função do problema em causa. Aceita e reconhece elementos considerados subjetivos na metodologia científica, tais como, a gnose, os instintos e emoções, que também elas compõem o ser humano e a natureza que se pretende compreender na íntegra, aqui a formação de origem, o treino, a ética e introspeção do Engenheiro Social irão permitir-lhe estar objetivamente ciente, apesar de movido por amor à humanidade, caso contrário todo o seu trabalho reverterá em prol de outras forças dominantes obscuras.

Se bem que se pretende racionalizar a ação social, melhorando a eficácia dos meios para a mobilização coletiva e mediação das dinâmicas sociais, para resolver problemas sociais. O fim último destes exercícios a praticar com a população é conquistar a Governança, a participação da população na vida política, a sua implicação na gestão dos bens coletivos, sem a qual não será possível concretizar um Desenvolvimento Sustentável, que garante não só os meios para a nossa sobrevivência, mas também para os das gerações vindouras. E que não se coaduna com a situação político-financeira atuais, maculada de corrupção e defesa de interesses privados. A única participação real é a da governança, sempre *bottom-up* e não as de iniciativa dos políticos, das organizações ou dos fins desenhados pelos técnicos. O engenheiro social deve ser um mestre de orquestra, a sua figura solitária não existe

Em França foi implementado o mestrado de Engenharia Social, da minha pesquisa conclui que o mesmo falhou devido a ter surgido no seguimento dos cursos de Serviço Social, com uma visão mais restrita da intervenção, e da sua desvinculação em relação à Universidade, que o considera demasiado empírico. Estes dois pontos básicos serão o erro que não repetiremos, pois não só a continuidade a partir da Sociologia dotará estes especialistas da componente teórica e metodológica necessárias à sua preparação para a prática no terreno, mas o retorno dos resultados à academia cimentará uma relação que a ambos enriquece.

A chave para a realização do seu trabalho está no território, no local, mais experimentado partirá para o global (talvez daqui a duzentos anos). Outrora existiam os locais públicos, as praças, a *ágora*, onde os cidadãos se reuniam e produziam opinião pública, negociava-se e decidia-se ; em prol dos tempos deshumanizantes perdeu-se o espaço público, não só se virtualizou, mas perdeu-se fisicamente. As pessoas necessitam de um campo de atuação política, neste sentido é necessário reorganizar o espaço urbano, não só por esta razão, mas também pela promoção do Bem-estar e da socialização que o seu planeamento deveria ter em consideração. Pois, uma série de estudos com proveniências disciplinares diferentes são unânimes na conclusão de que o que nos torna felizes são as relações humanas, o

reconhecimento dos outros, o capital social é que está na base do Bem-estar, na satisfação das necessidades e, não o capital financeiro que só proporciona satisfação imediata.

Na persecução de um modelo de desenvolvimento assente na sustentabilidade dos recursos e dos modos de vida e, perante a emergência de um novo modelo económico e social há que contemplar estas novas tendências no planeamento estratégico. O conhecimento profundo do território e das suas dinâmicas possibilitará a utilização racional e sinérgica dos recursos e potencialidades existentes no território. A assertividade conquistada através dos processos participativos permitirá um envolvimento e responsabilização individual pelo todo coletivo. Aspeto fundamental deste processo é a necessidade de ser alargado, prospetivo, inclusivo, transparente e participado, sendo que o nível de sucesso destes atributos é diretamente proporcional ao grau e qualidade da participação pública. As novas formas de governação e de governança emergentes passam pela mobilização de recursos e vontades, sensibilização dos principais atores e mobilização do potencial dos territórios concretos. Iluminar as consciências do indivíduo enquanto ser responsável e capaz de ação.

A organização do território é também a organização da Esperança. A oportunidade oferecida pela revisão/elaboração de um Plano Diretor Municipal, no modelo de 2ª geração nacional e nos moldes internacionais baseado na inteligência, quer na sua elaboração, quer ao valorizar os recursos técnicos endógenos e humanos do território; à obrigatoriedade por lei de promover a participação pública de modo mais extensivo, ou seja para além da participação prévia e discussão pública final; foi a razão da busca de conhecimentos sobre estes processos, que por seu turno me proporcionaria a oportunidade de os por em prática, foram a razão imediata destes trabalhos; julgava eu estar a realizar um excelente trabalho ao ligar a empírea à universidade.

No entanto tudo se passa como se de um segredo precioso se tratasse, se bem que houve a possibilidade de apresentar propostas, algumas em conjunto com outros colegas de diferentes áreas a trabalhar no ordenamento do território, ainda me foi possível realizar a caracterização, mas só a da população, tudo o resto ficou a cargo de dois arquitetos. Quando questionados os meus superiores hierárquicos afirmam ainda não ter chegado o momento para a participação. De facto nem nós próprios os técnicos deste sector participamos, quanto mais na participação. Antes de se tornar uma realidade a participação ainda é um mito.

Um processo dirigido deste modo não poderá singrar, nem com encomendas exteriores. Acredito que terá de ser todo refeito e então, aí teremos a oportunidade de o construir coletivamente. E aproveitarmos talvez até a metodologia SPIRAL, convenientemente, pois se um dos seus criadores aqui reside e até participa nas iniciativas locais e com quem é

muito fácil trabalhar. Os paradoxos são muitos e a entropia é de tal modo, que este sistema de poder do aparelho partidário não poderá sobreviver muito mais ao funcionamento necessário de um município. Muito mais poderia ser dito a este propósito, no entanto não é aqui o espaço. Apesar de tudo, ainda acredito que terei oportunidade para testar a pertinência do Engenheiro Social nestes processos do território, não vou desistir, com tudo o que poderá implicar. Fica a experiência profissional passada que me trouxe até esta convicção que nesta tese defendo, como dizia Giddens “Se as ideias são importantes e luminosas, o que importa muito mais do que a sua origem é ter a capacidade de as moldar de modo a demonstrar a sua utilidade, até mesmo se dentro de um enquadramento que pode ser muito diferente daquele que ajudou a engendrar-las” (1984, p. xxii)¹⁷⁴.

O projeto almejado de iniciar pela participação até à Governança é incontornável aos políticos. Não tenhamos ilusões, pois haverá sempre lugar para os líderes, estes não poderão ser descartados, serão sempre inevitáveis, até porque numa perspetiva etológica, como animais mamíferos, gregários e superpredadores que somos elegemos naturalmente um líder, existirá sempre o líder da matilha, o chefe da tribo. Não se trata de eliminar os líderes, nem tal se pretende, pois seria uma utopia julgar que estes deixarão de existir; o que realmente se pretende conquistar é uma maior partilha do poder político com a sociedade civil, que não se resume a colocar uma cruz num boletim de voto a cada 4 anos, mas que participe na elaboração e realização de uma estratégia delineada coletivamente e por consenso.

No entanto ao contrário da visão dominante dos políticos em geral, tão afastada da realidade, a população não são números, estatísticas ou índices. Não é algo externo, a população somos todos nós, inclusive os especialistas, que reclamando-a como seu objeto de estudo, devem acima de todos os outros compreendê-la e senti-la na sua plenitude. Sem as pessoas não haveria território, pois não haveria ninguém que assim o denominasse e não haveria ordenamento, pois a própria natureza se encarregaria dele. Dai, num território o importante é as pessoas, e o seu ordenamento é a organização das suas atividades e do futuro.

A população são as pessoas, pessoas como nós que vivem num território e nele partilham alegrias e tristezas, que comunicam, que fazem parte desse sítio. Que nele trabalham, que se insurgem contra as injustiças, para logo se resignarem, que esperam por um amanhã melhor e que nele se sustentam. Pessoas com opiniões e sabedoria, tantas vezes desprezada pelos que acima deles se pretendem, especialistas ou decisores. As pessoas somos todos nós e todos, mas mesmo todos os que querem deixar o melhor do mundo aos

¹⁷⁴ “If ideas are important and illuminating, what matters much more than their origin is to be able to sharpen them so as to demonstrate their usefulness, even if within a framework which might be quite different from that which helped to engender them “

seus filhos. A Humanidade vive para sempre, para além de quem sobre eles planeia ou discursa, mas daqueles que dela fazem parte e que a representam, que a sentem como irmãos. É na humilde Humanidade que sentimos que sim, que a poderemos compreender e integrar num processo de construção do futuro que a todos diz respeito. Este tem de ser um trabalho honesto, de uma verdadeira equipa que partilha e colabora e não de quem só trabalha para fazer brilhar o seu ego, ou trabalha isolado sem a partilha, ou demasiado fechado para aceitar o que não compreende. É na comunidade que encontramos as perguntas e as respostas, com ela aprendemos e assim melhor a podemos servir com os conhecimentos, capacidades e competências dos especialistas que trabalham em igualdade e, idealmente em fraternidade.

Sem militâncias, nem falsas demagogias, nem religiões, sem tanta preparação e avaliação da ação, mas simplesmente agir enquanto ser consciente para a construção de uma melhor humanidade a viver de modo sustentável. Pensar na pegada ecológica e fazer por diminuí-la. Pensar fora da caixa do racional em que a ciência nos enclausurou e pensar mais com o sentir, sem tanto apego às teorias. Realizar micro-ações, tomadas no local de modo simples e concreto, sem discursos, até se tornarem instintivas. Procurarmos humildemente ser um exemplo de civismo e consciência para os que nos rodeiam, sem impor regras sem prepotências, apenas agir humildemente.

Precisamos de sabedoria! Com todos os conhecimentos conquistados perdemos o senso comum, *aquilo que fica quando esquecemos tudo o que aprendemos*, o trabalho intelectual não é o meio exclusivo que a ela conduz; pois a sabedoria tem um carácter tão democrático, que todos a temos, ainda que não acreditemos. Ser humilde, reconhecer a nossa ignorância e aceitar o quanto precisamos uns dos outros, para alcançar não importa o quê. Porque, no plano universal, somos apenas peças pequeninas, genes no complexo sistema que é a vida e o Um, que nos reúne a todos, precisa de todas as suas peças para funcionar, todos somos necessários e complementamo-nos. O que precisamos acima de tudo é de Amor pelos outros, de Ágape, o cimento que nos une, a figura que a ciência não concebe, nem contempla.

Bibliografia

- Almeida, João Ferreira de, (1988), *Discurso de abertura do 1º congresso Português de Sociologia*, Análise Social, nº100.
- Alves, José Emílio, (1996), “A prática da investigação-ação na avaliação processual de projetos integrados e desenvolvimento social local: instrumentos, procedimentos e resultados”, *III Congresso Português de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora
- Arendt, Hanna, (1983), *Condition de l'homme modern*, Paris, Callman-Lévy (edição original 1969)
- Arnstein, Sherry (1969), “ A Ladder of Citizen Participation”, *JAIIP*, (online), 35 (7), pp. 216-224.
- Aron, Raymond, (1991), *As etapas do pensamento sociológico*, Lisboa, Circulo de leitores.
- Attali, Jacques, (2007), *Breve história do futuro*, Lisboa, Publicações D. Quixote
- Attali, Jacques, (2011), *Demain qui gouvernera le monde?* Paris, Editions Fayard
- Bacon, Francis, (2008), *A grande instauração e a Nova Atlântida*, Lisboa, edições 70, (edição original 1624)
- Bandarra, Gonçaleannes, (1809), *Trovas do Bandarra*, Nantes, online em The New York Library, e-book publicado a 22/08/2006, consultado em 05/09/2011 (edição original 1603).
- Bartolini, Stefano, (2011), “Desenvolvimento e Bem-estar”, conferência doutoral, ISCTE, 27/06/2011, Lisboa
- Bartolini, Stefano, (2010), “Manifesto for Happiness: shifting society from money to well being”, (online) consultado em (29/06/2011), disponível em <http://www.econ-pol.unisi.it/bartolini/papers/MANIFESTO.pdf>
- Berry-Chikhaoui, Isabelle (06 de Março 2012), A participação, (C. Machado, entrevistador), Montpellier
- Berry-Chikhaoui, Isabelle e Sinda Haouès-Jouve, (2011), « La fabrique du développement urbain durable à Marrakech:effets de contexte, interprétations et construction de l'Agenda 21 local », *Monde en cours*, (série ESSEC villes et territoires), Éd. De l'aube, pp. 211-243
- Berut, Nicolas, (29 de Novembro 2011). A engenharia social no ensino. (C. Machado, Entrevistador), Lyon
- Beuret, Jean-Eudes e Anne Cadoret, (2010). *Gérer ensemble les territoires: vers une démocratie coopérative*, (sine loco), Mayer Charles Leopold eds.
- Bonetti, Michel, (1994), *La gestion urbaine des quartiers d'habitat social et la reconstruction des relations sociales*, Paris, Laboratoire de Sociologie Urbaine Generative.
- Bonetti, Michel (14 de Fevereiro de 2012), Engenharia Social e território. (C. Machado, Entrevistador), Paris
- Bonetti, Michel e Jean-Paul Simon, (1986), “Les transformations Urbaines », *Réseaux 4.20*, pp. 7-40.
- Boudon, Raymond e François Bourricaud, (2002), *A critical dictionary of Sociology*, Abingdon, Taylor & Francis.
- Braudel, Fernand, (Out.1985), “Braudel e a História”, *Jornadas de Chateaufallon*, Lisboa (1987), Teorema.
- Braudel, Fernand, (1958), *Débats et Combats, Histoire et Sciences Sociales, La Longue durée*, Annales.
- Bronner, Stephan Eric et.all, (1989), *Critical Theory and Society - a reader*, New York, Routledge.
- Burnes, Bernard, (2007), “Kurt Lewin and the Harwood Studies: The foundations of OD”, *Journal of Applied Behavioral Science*, (online) Obtido de:

<http://jab.sagepub.com/content/43/2/213>

- Burns, Tom, (2010-2011), Seminário de Doutoramento. *Understanding Governance: Sociological Analyses*, (16 hour Ph:D)
- Cadiere, Joel. (5 de Dezembro de 2011), Engenharia Social, (C. Machado, Entrevistador), Lyon
- Caldeira, Jorge, (2015), *Guidelines para a elaboração do plano estratégico - boas práticas no sector público*, Odivelas, Pentaedro, Ida.
- Cameron, Esther, (2001), *Facilitation made easy - practical tips to improve meetings & workshops*, London, Kogan page.
- Carmo, Renato Miguel do, e João Rodrigues, (2009). *Onde pára o Estado*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.
- Choo, Chun Wei, (2003), *Gestão da informação para a organização inteligente*, Lisboa, editorial Caminho.
- Coimbra, Leonardo (1983), *Obras de Leonardo Coimbra*, Professor Sant'Anna Dionísio (org.), Porto, Lello & irmão, vol. 2, (obra original 1935).
- Comission, Brundtland, (1987), *Our Common Future: The World Comission on Environment and Development*, Oxford, Oxford University
- Costa, António Firmino da, (1999), *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*, Lisboa, Celta
- Costa, António Firmino da, (1992), *O que é a Sociologia*, Lisboa, Difusão cultural.
- Costa, António Firmino da, (1996), *"Ciência e reflexividade social"*, *Ciência e Democracia*. Venda Nova, Bertrand.
- Costa, António Firmino da, e Maria das Dores Guerreiro, (1993), "Avaliação dos impactos sociais da reabilitação urbana", *Estruturas Sociais e desenvolvimento, Actas do IIº congresso português de Sociologia*, vol1, Lisboa, APS e editorial fragmentos.
- Crozier, Michel e Erhard Friedberg, (1977). *L'acteur et le système*, Paris, Éditions du Seuil.
- Defarges, Philippe Moreau, (2011), *La gouvernance* Paris, PUF, (4ª edição).
- DEIS, *diplome-d-etat-d-ingenierie-sociale*, Obtido de <http://www.ccra.asso.fr/deis-diplome-d-etat-d-ingenierie-sociale>:
- Delgado, Cecilia, (2011a), "Convergências e divergências na representação da cidade para todos: a visão dos políticos, dos técnicos e dos cidadãos", *Sociologia*, 22, pp. 73-94.
- Destatte, Philippe e Philippe Durance, (2009), *Les mots-clés de la prospective territoriale*, Paris, Datar - Documentation Française.
- Dubéchet, Patrick e Thierry Rivard, (2010), *DEIS-Ingénierie Social - Tout en un*, Paris, Vuibert.
- Dubet, François, (2011), *À quoi sert vraiment un sociologue?*, Paris, Armand Colin.
- Durkheim, Émile, (1991), *De la division du travail social*, Paris, F. Alcan. (edição original 1893)
- Durkheim, Émile, (1987), *La science sociale et l'action*, Paris, PUF, (edição original 1897)
- Durkheim, Émile, (1992), *Le socialisme*, Paris, PUF, (edição original 1928)
- Earp, Edwin Lee, (1911), *The Social Engineer*, New York: Eaton & Mains, e-book
- Espinosa. (2012), *Tratado político*, Maia, Circulo de leitores, (edição original 1677)
- Ferreira, Nuno Estevão, (2006), *A Sociologia em Portugal: da igreja à universidade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- Freitas, Maria João, (1995), *Princípios, Cenários e Estratégias de Intervenção para o PER de Cascais*, Lisboa, LNEC.

- Freitas, Maria João, (Junho de 2002), “Aprendizagens num percurso de Autonomias e Poderes - O processo de realojamento em Cascais”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº4, pp. 19-32.
- Freitas, Maria João *et al*, (Novembro de 2006), “A Revitalização Urbana-Contributos para a definição de um conceito operativo”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº12 e 13, pp. Nº15-34
- Friedman, John, (1996), *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta editora.
- Furendy, Frank, (Julho de 2015), “Porque falharam as sondagens, Reino Unido eleições”. *Courrier international*
- Gaudin, Jean Pierre, (1979), *L'aménagement de la société: politiques, savoirs, représentations sociales, la production de l'espace aux XIXème et XXème siècles*, Paris, Anthropos
- Gaulejac, Vincent de (2009), *La société malade de la gestion*, Paris, Éditions du Seuil
- Gaulejac, Vincent de, Michel Boneti, M. e Jean Fraisse, (1995), *L'ingénierie Sociale*, Paris, Syros.
- Giddens, Anthony, (1984), *The constitution of society*, Cambridge, Polity press.
- Giddens, Anthony, (1987), *Social theory and modern Sociology*, Cambridge, Polity Press
- Glabsbergen, Pieter, (2007), “Setting the scene: the partnership paradigm in the making”, em Pieter Glasbergen e Frank Biermann (orgs), *Partnerships, Governance and Sustainable Development. Reflections on Theory and Practice* (pp.1-27), Cheltenham: Edward Elgar.
- Godard, Francis, (1997), *Le gouvernement des villes*, Paris, Descartes & Cie.
- Gomes, Alexandra, (Setembro 2007). *Democracia participativa e Planeamento do Território*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Departamento de Políticas Publicas e Sociologia, ISCTE
- Gonçalves, Sara Filipa Rocha, (2013), *A morosidade da revisão dos PDM: razões, problemas e soluções*, Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, universidade de Aveiro
- Goodchild, Michael, (2009), “New horizons for the social sciences: geographic information systems”, *Ottawa workshop*, Santa Barbara, Center for spatially integrated social science, University of California
- Guerra, Isabel, (2003), “O território como espaço de acção colectiva: paradoxos e potencialidades do jogo estratégico de actores no planeamento territorial em Portugal”, em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa* (pp. 341-372). Civilização Brasileira.
- Guerra, Isabel (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção*, Cascais, Principia
- Guerra, Isabel, (2006), *Participação e acção colectiva*, Cascais, Principia
- Guerra, João, (octubre-diciembre de 2009), *Sustentabilidade e participação. O papel dos executivos municipais no envolvimento das populações*. Obtido de <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=12211871001>
- Habermas, Jurgen, (1978), *L'Espace Public*, Paris, Payot.
- Held, David, Kaldor, Mary & Danny Quah, (s.d.), *The Hydra-Headed Crisis*. Obtido de <http://www.lse.ac.uk/depts/global>
- Hess, Rémy, (1983), *Sociologia de intervenção*, Porto, Rés.
- Hollingsworth, John Rogers & Richard Boyer, (1997), “Coordination of economic actors and social systems of production”, em *Contemporary capitalism, the embeddedness of institutions* (pp. 1-47), Cambridge, Cambridge University Press.

- Joas, Hans, (28 de Maio 2011), "The sacredness of the person: a new genealogy of human rights", *Conferência Doutoral*, Lisboa, ISCTE-IUL
- Jung, Jacques, (1971), *L'aménagement de l'espace rural: une illusion économique*, Paris, Callmann-Levy.
- Kooiman, Jan, (1995), « Social Political Governance », *Public Management Review*, obtido de, 67-92: URL: <http://dx.doi.org/10.1080/14719037800000005>
- Lacaze, J.-P. (1995), *L'aménagement du territoire*, Paris, Flammarion
- Lafay, Denis, (Março 2011), « Alain Touraine », *acteurs, grand témoin*, Acteurs de l'économie Rhône-Alpes, pp22-28
- Le Play, Frédéric, (1871), *La paix sociale*, Paris, A. Mame et fils, e-book
- Machado, Cidália, (1996), *Estudo sócio-económico do concelho de Odemira - Os jovens, que potencialidades? que contexto*, Odemira, EPO, policopiado
- Machado, F. L. (1993), "O ensino da Sociologia: entre a ciência e a profissão", *Cadernos de ciências sociais*, 12/13
- Machado, Fernando Luis, (2009), "Meio século de investigação sociológica em Portugal: uma interpretação empiricamente ilustrada", *Sociologia*, 19.
- Machado, F. L., & Conde, I. (1988). A divulgação científica em Portugal: do lado da produção. *Sociologia, práticas e problemas*, 5.
- Maquiavel, Nicolau, (1970), *O Príncipe*, Lisboa, Amigos do livro, (edição original 1513)
- Marcos, José Manuel da Silva, (4 de Agosto de 2015), Entrelaçamento quântico e a consciência colectiva, (C. Machado, Entrevistador), Odemira
- Martinelli, Alberto, (2007), "Democratic global governance and sustainable development", *UN side event*, Our Common Future 20
- Mattelart, Armand, & Michel Mattelart, (1995), *Theories of communication, a short introduction*, Paris, Éditions La Découverte
- Miraftab, Faranak, (November de 2004), "Making neo-liberal governance: the Disempowering work of empowerment", *International Planning Studies*, pp. 239-259.
- Montesquieu, (2011), *Do Espírito das Leis*, Lisboa, Edições 70, (edição original 1748)
- Montesquieu, (10 de Maio de 1901), « Pensées et fragments inédits de Montesquieu », *Collection bordealse*, II. (G. Gounouilhou, Ed.) Guyenne, Bordeaux, França, e- book
- Morata, Francesc, (2000), *Políticas públicas en la Unión Europea*, Barcelona, Editorial Ariel.
- Morel, Anick, et al (2009), *Rapport sur l'ingénierie sociale*, Paris, policopiado.
- Moulaert, Frank, et al, (October de 2005), "Towards alternative models of local innovation", *Urban Studies*, pp. 1969-1990
- Moulaert, Frank e Constanza Parra (2011), « La nature de la durabilité sociale: vers une lecture socioculturelle du développement durable », *Développement Durable et Territoires*, (online), 2(5)
- Mozzicafredo, Juan, et al (1988), "Poder autárquico e desenvolvimento local", *Revista crítica de ciências sociais*, 25/26, pp. 79-114.
- Mozzicafredo, Juan, et al (1991), *Gestão e Legitimidade no poder local*, Lisboa, Escher
- Myerson, Roger, (1991), *Game Theory - Analysis of conflict*, H. U. Press, Ed., e-book
- Nunes, Adérito Sedas, (1963), "Problemas da Sociologia em Portugal", *Análise Social*, 3

- Nunes, Adérito Sedas, (1988), "Histórias, uma história e a história - sobre a origem das modernas ciências sociais em Portugal", *Análise Social*, 100
- O'Connor, Joseph & John Seymour, (2011), *NLP: psychological skills for understanding and influencing people*, San Francisco, Conari Press
- Ostrom, Elinor, (1990), *Governing the commons - The evolution of institutions for collective action*, Cambridge, Cambridge University Press
- Parsons, Talcott, (1937). *The structure of social action*. Nova York: McGraw-Hill.
- Pécaud, (2010), *Ingénieries et sciences humaines: la prévention des risques en dispute*, Paris, Lavoisier
- Pereira, Ana Cristina, (19/01/2016), "Debate público sobre desenvolvimento sustentável começa esta quarta-feira", *Jornal Público*, obtido em <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/abre-debate-publico-sobre-desenvolvimento-sustentavel-1720640?frm=ult>.
- Pereira, Margarida, (2009), "Desafios contemporâneos do ordenamento do território: para uma governabilidade inteligente dos territórios", em *Prospectiva e Planeamento*, Centro de Estudos de geografia e Planeamento Regional, (pp. 77-102), Lisboa, DPP.
- Pina, Isabel & Marco Painho, (s.a.), *Participação Pública e Sistemas de Informação Geográfica: Novos caminhos para a cidadania*, obtido de http://www3.dsi.uminho.pt/CAPSI2012/CD/submissions/capsi2012_submission_28.pdf.
- Pinto, Ana Júlia, (Julho de 2011), "A participação cidadã no processo de planeamento municipal em Portugal", em *the Waterfront*, 18, pp. 17-46.
- Pinto, José Madureira, (1992), "Discurso de abertura do 2º congresso português de Sociologia", em *Sociologia, problemas e práticas*, p. nº11.
- Pinto, José Madureira, (2004), "Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da Sociologia em Portugal", em *Sociologia, Problemas e práticas*, nº11
- Pinto, José Madureira (2007), "Ciências e progresso: contributos para uma epistemologia reformista", em *Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social*, Porto, Afrontamento
- Popper, Karl, (1993), *A sociedade aberta e os seus inimigos*, Lisboa, Fragmentos, (edição original 1945)
- Popper, Karl, (1989), *Em Busca de um Mundo Melhor*, Lisboa, Fragmentos
- Puech, Michel, (2010), *Le développement durable: un avenir à faire soi-même*, Paris, Le Pommier.
- Putnam, Robert D., (1993), *Making democracy work - civic traditions in modern Italy*, Princeton, Princeton University Press
- Ramos, Teresa M., (2008), *A construção da acção colectiva em processos de desenvolvimento sócio-territorial - A experiência do PER de Cascais*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, departamento de Sociologia, ISCTE, Lisboa
- Reybrouck, David Van, (13/06/2015), Fora com as eleições democráticas e façamos um sorteio, (K. Lund, Entrevistador, & F. Pires, Tradutor) Dinamarca, *Jornal Politiken*
- Rodrigues, Olinde, (1841), *Oeuvres de Saint-Simon*, Paris, Capelle, e-book
- Rodrigues, Walter, (Junho de 2005), "Planeamento e Governança Territorial - uma reflexão sociológica a partir do terreno", *Cidades - Comunidades e Territórios*, Lisboa, 10, pp. 25-34
- Sachs, Ignacy, (1994), *Histoire, culture et styles de développement: Brésil et Inde - esquisse de comparaison* (UNESCO/CETRAL ed.), Paris, L'harmattan

- Saint Simon, (1858), *Science de l'homme: physiologie religieuse (mémoire)*, Paris, V Masson, (edição original 1813), e-book
- Saint Simon & Olinde Rodrigues, (1832), *Lettres d'un habitant de Genève à ses contemporaines*, Paris, Librairie Saint-Simonienne, (edição original 1802), e-book
- Saint-Simon, (1825), *Nouveau Christianisme*, Paris, Bossange Pére, e-book
- Santos, Boaventura de Sousa, (1988), "Porque é tão difícil construir uma teoria crítica", *Revista crítica de ciências sociais*, nº54, pp197-215
- Savoye, Antoine, (1994), *Les débuts de la sociologie empirique*, Paris, Meridiens Klincksieck
- Schiefer, Ulrich, et al, (2006), *Manual de planeamento e avaliação de projectos*, Cascais, Principia
- Schiefer, Ulrich, & Paulo Teixeira, Monteiro, Susana, (2006), *Manual de facilitação para a gestão de eventos e processos participativos*, Cascais, Principia editora
- Sem autor, (2007), *Conférence Internationale d'Intelligence Territoriale*, Huelva, Actas, (online), consultado em 12/09/2013, disponível em <http://www.inteligencia-territorial.eu/index.php/esl/content/download/1193/10673/file/Caenti-Huelva2007-acts.pdf#page=287>
- Silva, Augusto Santos, (1993), "A contribuição da Sociologia para programas de desenvolvimento", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do IIº congresso português de Sociologia, vol 1, Lisboa, APS e editorial fragmentos.
- Silva, Augusto Santos, (2006), *A sociologia e o debate público. Estudos sobre a relação entre conhecer e agir*, Porto, Afrontamento
- Silva, Augusto Santos, (2008), "Conhecimento sociológico e acção social", em *Sociedades contemporâneas reflexividade e acção*, (orgs Anália Torres e Luis Baptista), Porto, Afrontamento
- Simonin, Jacky, (1998), *Hommage Christian Bachmann (1942 - 1997) - Au coeur de la banlieue, ce laboratoire social*, disponível em : http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/14963/HERMES_1998_22_189.pdf;jsessionid=14BB2E8CECF606C723C0DCA7C72414E5?sequence=1
- Soulard, Christoph, (27/01/2012), *Le periurban et ces agicultures*, Colóquio le periurbanisme, UMontpellier3, Montpellier
- Swyngedouw, Eric, (October de 2005), "Governance Innovation and the Citizen: the Janus face of governance beyond the state", *Urban Studies*, 42, pp. 1991-2006.
- Tainter, Joseph A., (1988), *The collapse of complex societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Theys, Jacques, (1/11/2003), « Développement durable et territoires », em *Gouvernance locale et Développement durable*, obtido em 17 de Abril de 2012, de Dossier 2: <http://developpementdurable.revues.org/1523>
- Thirion, Samuel, (14 de Maio de 2015), *Spiral together*, (C. Machado, Entrevistador), Odemira
- Thornburgh, Tim, (2004), "Social engineering: the dark art", *Proceedings of the 1st annual conference on information security*, New York, pp133-135, obtido de <http://dl.acm.org/citation.cfm?id=1059554>
- Tocqueville, Alexis de (2007), *Da democracia na América*, Cascais, Principia, (edição original 1835)
- Tonnies, Ferdinand, (March de 1905), "The present problems of Social Structure", *American Journal of Sociology*, 10(5), pp. 569-588, online, JStor, Ed.

- Torres, Anália Cardoso, (2008), “Discurso de abertura do 5º congresso português de Sociologia” em *Sociedades Contemporâneas, reflexividade e acção* (orgs. Anália Torres Luis Baptista), Porto, Afrontamento
- Touraine, Alain, (1965), *Sociologie de l'action*, Paris, Éditions du Seuil.
- Touraine, Alain, (1984), *O retorno do actor*, Lisboa, Instituto Piaget
- Toussaint, Jean-Yves, (25/10/ 2011), A Engenharia social e os processos participativos, (C. Machado, Entrevistador) Lyon
- Turner, Bryan S., (2000), *The Blackwell companion to social theory*, Oxford, Blackwell publishing
- Wansink, Bryan, (2002), *Changing Eating Habits on the Home Front: Lost Lessons from World War II Research*, Obtido de:
<http://www.foodpsychology.cornell.edu/pdf/permission/2002/EatingWWII-JPPM-2002.pdf>
- Weber, Max, (1989), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Presença, (edição original 1904)
- Weber, Max, (1979), *O Politico e o Cientista*, Lisboa, Editorial Presença, (edição original 1919)
- Wiener, Norbert, (1948), *Cybernetics: or Control and Communication in the Animal and the Machine*, Paris, Hermann & Cie, e-book
- Wilkinson, Richard & Kate Pickett, (2010), *The spirit level*, London, Pinguin
- Zadek, Simon, (2008), “Global Collaborative Governance: There is no alternative”, em *Corporate Governance*, Vol. 8, (pp. 374-288), Emerald group Publishing Limited.

ANEXOS

1- INFORMAÇÕES SOBRE A LOCALIDADE:

a) - História da localidade e perspectivas gerais de enquadramento

Fontes: pré-diagnóstico; docs. do prof. Quaresma, Leite de Vasconcelos, pesquisa biblioteca

Apresentação - texto, mapas, litografias...

b) – Geografia e ligações com o exterior

Fontes: pré-diagnóstico e divisão viária

Apresentação: mapas, diagramas, principais vias (seu estado), distâncias...

c) - Ordenamento territorial

Fontes: SIG

Apresentação: quadro com população por tipologia de lugares: freguesia, vila, lugar..., mapas

d) – Alojamentos, conforto, propriedade e utilização

Fontes: censos, licenças de habitação – ver secção de obras e tb/ outras estatísticas relevantes para estes serviços como a evolução das licenças/ obras construção/restauro, rural/urbano...

e) – Turismo, distribuição territorial dos equipamentos, índices de ocupação e principais atractivos

Fontes: serviços de turismo e INE

Apresentação: quadros e mapas

2- INFORMAÇÕES SOBRE POPULAÇÕES:

a) - Características demográficas: crescimento populacional, idades, sexo e nacionalidades

Fontes: Censos

Apresentação: quadros e gráficos

b) - Nascimentos

Fontes: registo civil – variáveis: sexo, local intra-freguesia por escola mais próxima (aberta ou encerrada), mês do ano, nacionalidade dos pais.

Apresentação: quadros e gráficos

c) – Mortalidade e suicídio

Fontes: registo civil/freguesias – óbitos por sexo, idade, freguesia, causa da morte. GNR - sexo, idade, freguesia e método utilizado

Apresentação: Quadros, gráficos e interpretação

d) – Famílias: tipo de famílias, dimensão, indicadores de consumo, pobreza, prestações sociais. Inserção social – sucesso de medidas de intervenção e rendimento social de inserção

Fontes: INE, segurança social

Apresentação: Quadros e gráficos...

e) - Mobilidades – migrações internas e externas

Fontes: dados INE e outros

Apresentação : estudo sobre os imigrantes no concelho de Odemira

f) - Saúde – ratio médicos/utentes, enfermeiros, postos médicos, bombeiros, hospitais e serviços de saúde mais próximos, incidência e relevância de doenças na população.

Fontes: INE, Serviços de saúde

Apresentação: quadros, gráficos e interpretação de dados

g) - Educação: Monitorização da implementação da Carta Educativa (População escolar, equipamentos existentes, transportes escolares, insucesso, cumprimento da escolaridade obrigatória, atividades extra e participação dos pais, ensino profissional e socioprofissional...)

Fontes: serviços de educação e agrupamentos

Apresentação: trabalhos descritivos

h) - Redes de inter-ajuda e solidariedade; Idosos servidos por instituições e Serviços de proximidade; Tensões e conflitos entre grupos ou comunidades

Fontes: IPSS's, juntas de freguesia, segurança social...

Apresentação: trabalhos

3- EMPREGO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO:

a) - Características da população ativa: idade, sexo, ocupação, salários, precariedade de emprego, nacionalidade...

b) - Taxa de desemprego e características do desemprego, evolução da taxa de desemprego; Evolução das taxas de atividade feminina e masculina

Fontes: INE e IEFP

Apresentação: quadros e gráficos, textos

c) - Variação do emprego na última década: geral, por sectores e atividades

d) - Qualificação da mão-de-obra, taxas de enquadramento, de qualificação operária e de quadros superiores

e) - Cursos de formação, frequência e saídas profissionais.

f) - Centros de emprego e de formação profissional – instalações e acessibilidade de serviços

Fontes: INE e IEFP

Apresentação: quadros e gráficos, textos

4- ACTIVIDADE ECONÓMICA E TECNOLOGIA:

- a) - Características da estrutura empresarial por sectores de atividade; Tipo de capital das empresas: local, regional, nacional, internacional, inserção nos meios nacional e internacional,
- b) - Evolução do número e dos tipos de empresas, volumes de negócios, PIB
- c) - Centros de pesquisa, laboratórios e universidades; Ajudas ao desenvolvimento tecnológico; Relação entre empresas, formação e educação.

Fontes: INE, finanças, ADL, GAE...

Apresentação: quadros, textos, gráficos

5- INSERÇÃO DOS ACTORES LOCAIS:

- a) - Lideranças locais e sociograma dos atores.
- b) - Dispositivos e projetos já existentes de desenvolvimento local,
- c) - Estruturas de parceria existentes e implicação dos municípios,
- d) - Eleitores,

Fontes: freguesias, rede social, entidades locais

Apresentação: sociogramas, (gráfico da teia de aranha), textos

6- VIDA CULTURAL E RECREATIVA

- a) - Monitorização do plano de ação do Departamento de Desenvolvimento Sócio-cultural, do Plano de Desenvolvimento Social ...
- b) - Atividades culturais, desportivas, turísticas, educativas: frequência, impacto e perfil dos participantes.
- c) - Associações, ONG's e clubes: associados, atividades e população servida.



Investigação Social Aplicada 1990

<p style="text-align: center;">1º ano</p> <ul style="list-style-type: none"> . Introdução às ciências do comportamento . Princípios gerais de direito . Antropossociologia . Estatística I . Investigação social e desenvolvimento . Antropologia e Sociologia da religião . Comunicação social e História . <i>Psicologia Social</i> . Ética e Deontologia 	<p style="text-align: center;">3º ano</p> <ul style="list-style-type: none"> . Sociologia urbano-rural . Análise de campanhas eleitorais . C.ºs do comp.to na form. e gestão de quadros . <i>Análise de informação e contra-informação</i> . Pesquisa monográfica . Sociologia da educação . Sociologia militar . Sondagens e inquéritos . Análise sociológica do desporto
<p style="text-align: center;">2º ano</p> <ul style="list-style-type: none"> . Metodologia das c.ºs do comportamento . Epistemologia . <i>Étologia comparada</i> . Pesquisa social e estratégia . Estatística II . Sociologia dos mass media . Sociologia política . <i>Psiquiatria Social</i> . Técnicas de análise sociométrica 	<p style="text-align: center;">4º ano</p> <ul style="list-style-type: none"> . Informatização aplica à pesquisa científica . Com. Audio-visual e comp.to social . Campanhas publicitárias . Análise de dados . Análise de casos . <i>Análise sociobiológica</i> . Ciência política
<p>5º ano - Seminário de Investigação Antropossociológica</p>	

Anexo C – ESTRUTURA DO MESTRADO DEIS

- 5 semaines de formation pratique (175 h) sous la forme d'une étude de terrain réalisée collectivement dans le cadre d'une proposition formulée par une organisation et validée par l'établissement de formation.

La formation est organisée sur une amplitude maximum de 6 semestres.

L'emploi

Le DEIS permet d'occuper des postes de type chargé de mission, conseiller technique, chargé de développement, chargé d'étude, coordonnateur de projet, formateur, etc., dans tout organisme public ou privé développant des politiques, des projets, des programmes dans

Références

- * Décret n°2006-770 du 30 juin 2006 relatif au DEIS
- * Arrêté du 2 août 2006
- * Circulaire DGAS/SD 4A n°2006-379 du 1^{er} septembre 2006 relative aux modalités de la formation préparatoire et d'obtention du DEIS

afor ts

ASSOCIATION FRANÇAISE DES ORGANISMES DE
FORMATION ET DE RECHERCHE EN TRAVAIL SOCIAL

1 CITE BERGERE - 75009 PARIS
TÉL. : 01.53.34.14.74 - FAX. : 01.53.34.14.77
AFORTS@AFORTS.COM - WWW.AFORTS.COM

afor ts

ASSOCIATION FRANÇAISE DES ORGANISMES DE
FORMATION ET DE RECHERCHE EN TRAVAIL SOCIAL

Fiche Métier Formation

**Diplôme d'Etat
d'Ingénierie
Sociale**

Un métier

Ce diplôme atteste de compétences pour exercer des fonctions d'expertise, de conseil, de conception, de développement et d'évaluation appliquées aux domaines des politiques sociales et de l'intervention sociale. Il succède au diplôme supérieur en travail social.

Le croisement des connaissances professionnelles et des connaissances pluridisciplinaires leur permet d'analyser et de problématiser des questions sociales, d'interroger les politiques et les actions, de proposer ou de conduire des programmes ou des projets complexes, de les évaluer et de mobiliser les ressources humaines nécessaires.

Leurs compétences les appellent à occuper des fonctions dont l'agencement dépend des organisations qui les emploient, mais qui s'articulent autour :

- de l'expertise et du conseil,
- de la conception et du développement,
- de l'évaluation.

Le diplôme est accessible par la voie de la validation des acquis de l'expérience.

La formation qui y prépare, est organisée dans le cadre d'une convention de coopération entre une université ou un établissement d'enseignement supérieur et un établissement de formation préparant aux diplômes de travail social.

Des aptitudes

Des capacités d'analyse, de réflexion et de conceptualisation par rapport à sa pratique professionnelle, aux évolutions de l'intervention sociale et de la société sont nécessaires pour entreprendre cette formation.

En plus de la maîtrise des méthodes d'intervention de l'action sociale, elle nécessite, pour être entreprise, de porter un intérêt au management et à la conduite d'un travail de recherche.

L'admission

Le candidat qui souhaite intégrer cette formation doit justifier :

- soit d'un diplôme au moins de niveau II relevant du code de l'action sociale et des familles (DEMF, CAFDES, CAFERUIS) ;
- soit d'un diplôme correspondant au moins à cinq ans d'études supérieures ou d'un diplôme homologué ou enregistré au RNCP au niveau I ;
- soit d'un diplôme au moins de niveau III relevant du code de l'action sociale et des familles (DEASS, DEES, DEETE, DEETS, DCESE, DEFA) et justifier de 3 ans d'expérience professionnelle dans le domaine de l'intervention sociale ;
- soit d'un diplôme au moins de niveau III relevant du code de la santé et justifier de cinq ans d'expérience professionnelle dans le domaine de l'intervention sociale ;
- soit d'un diplôme correspondant au moins à 3 ans d'études supérieures ou d'un diplôme homologué ou enregistré au RNCP au niveau II et justifier de trois ans d'expérience professionnelle dans le domaine de l'intervention sociale ;
- soit appartenir au corps des directeurs ou éducateurs de la PJJ, au corps des directeurs, chefs de service ou conseillers d'insertion et de probation de l'administra-

tion pénitentiaire et justifier de trois ans d'expérience professionnelle dans l'intervention sociale.

Dans tous les cas, les candidats doivent satisfaire à la procédure de sélection (dossier et entretien) organisée par chaque établissement de formation.

La formation

La formation comprend :

- 700 heures d'enseignement théorique :
 - domaine de formation 1 : production de connaissances (300 h)
 - * 0 outils conceptuels d'analyse
 - * Langues, cultures et civilisations
 - * Démarches de recherche en sciences humaines et sociales
 - domaine de formation 2 : conception et conduite d'actions (250 h)
 - * Politiques sociales
 - * Épistémologie
 - * Ingénierie
 - domaine de formation 3 : communication, ressources humaines (150 h)
 - * Gestion et dynamique des ressources humaines
 - * Information et communication

Le diplôme

La formation est sanctionnée par l'attribution du diplôme d'état d'ingénieur social (diplôme enregistré au niveau I du répertoire national des certifications professionnelles - RNCP -), délivré par le préfet de région (DRASS) et le recteur d'académie.

L'examen comporte 3 épreuves de certification chacune validant un domaine de compétences correspondant à un domaine de formation. Chaque épreuve doit être validée séparément sans compensation des notes.

Les épreuves sont organisées en cours de formation :

- épreuve « ingénierie de développement » : présentation et soutenance d'un rapport d'étude réalisé collectivement ;
- épreuve « communication ressources humaines » : rédaction d'un article ;
- épreuve « recherche à dimension professionnelle » (organisée en fin de formation) : soutenance d'un mémoire de recherche à dimension professionnelle.

Modalités particulières :

La formation est organisée en coopération entre une université et un établissement de formation préparant aux diplômes de travail social. Cette coopération permet aux étudiants qui le souhaitent de suivre de façon concomitante une formation préparant à un diplôme de master.

Des allègements et dispenses de domaines de formation peuvent être accordés, notamment aux titulaires du CAFERUIS, du DEETS et du CATOES.

HISTOIRE DE LA GRENOUILLE



Imaginez une marmite remplie d'eau froide dans laquelle nage tranquillement une grenouille.



...

Elle est bientôt tiède. La grenouille trouve cela plutôt agréable et continue à nager.



...



Olivier Clerc, écrivain et philosophe, vous soumet un petit conte d'une grande richesse d'enseignement.

Il s'agit du principe de la grenouille chauffée :

La grenouille qui ne savait pas qu'elle était cuite ...

...

Le feu est allumé sous la marmite, l'eau chauffe doucement.



...

- La température continue à grimper.

La grenouille dans la marmite d'eau : sommes-nous déjà à moitié cuits ?



...

L'eau est maintenant chaude.

C'est un peu plus que n'apprécie la grenouille, ça la fatigue un peu, mais elle ne s'affole pas pour autant.



- L'eau est cette fois vraiment chaude.

La grenouille commence à trouver cela désagréable, mais elle s'est affaiblie, alors elle supporte et ne fait rien.



- La température continue à monter jusqu'au moment où la grenouille va tout simplement finir par cuire et mourir.



- Si la même grenouille avait été plongée directement dans l'eau à 50°, elle aurait immédiatement donné le coup de patte adéquat qui l'aurait éjectée aussitôt de la marmite.



Cette expérience montre que, lorsqu'un changement s'effectue d'une manière suffisamment lente, il échappe à la conscience et ne suscite la plupart du temps aucune réaction, aucune opposition, aucune révolte.

- Si nous regardons ce qui se passe dans notre société depuis quelques décennies, nous subissons une lente dérive à laquelle nous nous habituons.



Des tas de choses qui nous auraient
horrifiés il y a 20, 30 ou 40 ans,
ont été peu à peu banalisées et
nous dérangent mollement à ce
jour,
ou laissent carrément indifférents
la plupart des gens.

Au nom du progrès et de la science,
les pires atteintes aux libertés
individuelles, à la dignité, à
l'intégrité de la nature, à la beauté
et au bonheur de vivre,
s'effectuent lentement et
inexorablement avec la complicité
constante des victimes, ignorantes
ou démunies.

Les noirs tableaux annoncés pour
l'avenir, au lieu de susciter des
réactions et des mesures
préventives, ne font que préparer
psychologiquement le peuple
à accepter des conditions de vie
décadentes, voire
DRAMATIQUES.

Le GAVAGE PERMANENT
d'informations «politiquement
correct» de la part des médias
sature les cerveaux qui n'arrivent
plus à faire la part des choses...

Alors si vous n'êtes pas, comme la
grenouille, déjà à moitié
cuite, donnez le coup de patte
salutaire avant qu'il ne soit trop
tard.



(Courage fuyions)

C'est ce que dénonçait déjà

Saint Augustin (Algérie : 430 ap JC) :

« A force de tout voir, on finit par
tout **supporter**...

A force de tout supporter, on finit
par tout **tolérer**...

A force de tout tolérer, on finit par
tout **accepter**...

A force de tout accepter, on finit par
tout **approuver** »